



1150092344



FE

T/UNICAMP C823I

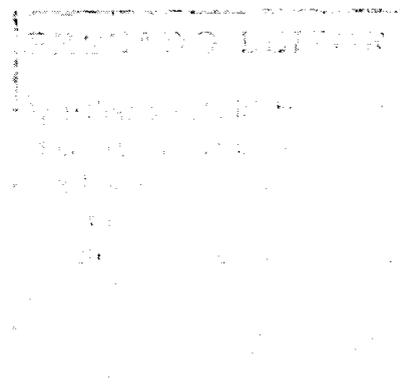
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE



INTEGRANDO E CAPACITANDO A JUVENTUDE RURAL NO BRASIL: *Estudo*
DO CASO DOS JOVENS DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES
NO ESPÍRITO SANTO (MPA-ES)

Prof. Dr. Danilo Frazzetta,
Coordenador do Programa de Pós-graduação em
Faculdade de Educação - Unicamp
Matricula: 21552-0

POR
MARIA CÂNDIDA DE OLIVEIRA COSTA



CAMPINAS, SP
25 DE FEVEREIRO DE 2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO- FE



INTEGRANDO E CAPACITANDO A JUVENTUDE RURAL NO BRASIL: *estudo*
O CASO DOS JOVENS DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES
em O ESPÍRITO SANTO (MPA-ES)

[Handwritten Signature]
Prof. Dr. Dario Florentini
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
Faculdade de Educação - Unicamp
Matrícula: 21552-0

POR
MARIA CÂNDIDA DE OLIVEIRA COSTA

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação na área de concentração Sociedade, Políticas Públicas e Educação à comissão avaliadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Professor Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval

CAMPINAS, SP
25 DE FEVEREIRO DE 2011

© by Maria Cândida de Oliveira Costa, 2011.

Unidade F-2
T/UNICAMP
Cutter _____
V. _____ Ed. 92344
Tombo BC _____
Proc. 16-130-2211
C _____
Preço _____
Data 24/08/2011
Cód. lit. 803313

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecário: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

Costa, Maria Cândida de Oliveira.

C823i Integrando e capacitando a juventude rural no Brasil: estudo do caso dos jovens do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores No Espírito Santo, Brasil / Maria Cândida de Oliveira Costa. – Campinas, SP: [s.n.], 2011.

✓ *Integrando e capacitando a juventude rural no Brasil*

Orientador: Salvador Antonio Mireles Sandoval.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação popular. 2. Movimentos sociais. 3. Agricultores. 4. Juventude.
5. Camponeses. 6. Consciência política. I. Sandoval, Salvador Antonio Mireles.
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título

11-023/BFE

Título em inglês: Integrating and empowering the rural youth in Brazil: case study of young MSF-ES - Movement of Small Farmers in the in the State of Espírito Santo, Brasil

Keywords: Popular education; Social movements; Farmers; Youth; Peasants; Political consciousness

Área de concentração: Educação, Sociedade, Política e Cultura.

Titulação: Doutora em Educação

Banca examinadora: Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval (Orientador)

Prof. Dr. Celso Zonta

Prof. Dr. Cynthia Xavier de Carvalho

Prof. Dr. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior

Data da defesa: 25/02/2011

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail: candy_2@uol.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

Título "Integrando e capacitando a juventude rural no Brasil: Estudo do caso dos jovens do MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores no Espírito Santo"

Autor: Maria Cândida de Oliveira Costa

Orientador: Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Maria Cândida de Oliveira Costa e aprovada pela Comissão Julgadora.

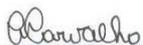
Data: 25 de Fevereiro de 2011

Assinatura: 

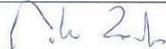
Orientador:

COMISSÃO JULGADORA:

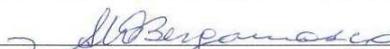
Profª Drª Cynthia Xavier de Carvalho



Prof. Dr. Celso Zonta



Profª. Drª Sônia Maria P. P. Bergamasco



Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior



Prof. Dr. Salvador Antônio M. Sandoval



2011

DEDICO

Aos meus pais Ziloca e Bié,

Ao meu grande amor Gilcar

Ontem me permitiram viver os sonhos na terra,

Hoje, me envolvem com seu amor na terra dos sonhos.

A educação não é uma fórmula de escola, mas sim uma obra de vida.

(Freinet)

Às Famílias e Lideranças Camponesas do MPA.

Em especial aos JOVENS e LÍDERES do MPA do Espírito Santo.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico não é realizado apenas por quem o escreve. Muitas pessoas contribuem direta ou indiretamente para a sua realização com ideias, leituras, críticas construtivas, incentivos ou desafios.

Agradeço meu orientador, Salvador Sandoval, que acreditou no projeto e, com cuidado imenso, corrigiu meus desacertos e me proporcionou momentos felizes de descoberta pessoal e intelectual, muito mais do que os momentos difíceis da pesquisa – etapas normais de quem escolheu a carreira acadêmica. Como integramos experiências de vida bastante diferentes, acredito que o desenvolvimento deste trabalho tenha sido tanto para ele como para mim um desafio. Graduada em Engenharia Agrônômica e Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável, aceitei o desafio de, novamente, mudar a área de estudo e pesquisar sobre Políticas e Educação. A experiência vivenciada ao longo da pesquisa, tendo como guia um profissional da envergadura do Prof. Salvador, me proporcionou aquisição de conhecimentos profissionais e de vida nunca antes imaginados. A ele rendo os meus mais sinceros agradecimentos e apreço.

Este trabalho não seria possível sem as contribuições valorosas dos seus avaliadores que, com suas considerações mais do que valiosas, objetivas, com foco em meu objeto de estudo, me fizeram enxergar a pesquisa de forma mais ampla.

À Dr^a Márcia Regina de Oliveira Andrade que, com sua postura ética, séria e ao mesmo tempo acolhedora pontuou os mistérios da educação do campo a serem desvendados ao longo da pesquisa. Suas valiosas e zelosas sugestões por ocasião do Exame de Qualificação, volta e meia, me vinham à memória e auxiliavam a clarear os caminhos a seguir.

Ao Dr. Celso Zonta pelo aceite em compor a banca e pelas contribuições enriquecedoras para o aprimoramento deste trabalho.

À Dr^a Cynthia Xavier de Carvalho que, com competência, seriedade, espírito crítico, criatividade e bom humor, prestou imensuráveis contribuições a este trabalho e a vários outros realizados no decorrer da minha vida acadêmica e pessoal, tornando-se uma amiga incondicional.

Ao Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior pela ilimitada generosidade e pela permanente inspiração, ao longo de nossos encontros. Durante qualificação, enfatizou o lado “apologético” do trabalho. Plininho me fez descer das alturas e perceber que o trabalho ainda estava em construção, oferecendo contribuições valiosas para o caminho mais adequado de entendimento do fenômeno pesquisado e defendido. Seus comentários e apontamentos me acompanharam cotidianamente dali em diante e foram de suma importância para o desenho final deste estudo.

À Dr^a Sônia Maia P. P. Bergamasco, não só pela amizade sincera mas também por sua presença fértil que ofertou-me inestimáveis tesouros durante as discussões que contribuíram para meu aprimoramento profissional, pessoal e pelas inúmeras oportunidades de aprendizado. A ela rendo meu apreço pelo exemplo de retidão e postura pessoal e profissional.

Estendo meus agradecimentos a todos os membros de minha banca de qualificação e defesa pelas ricas considerações e sugestões.

À Prof^a Dr^a Luzia Vasconcellos e à Dr^a Eloisa Hofling, por me “apresentarem” à Faculdade de Educação e pelo grande apoio e carinho dispensado.

No nosso caminho, a maior alegria que sentimos pelas conquistas alcançadas, somente poderá ser avaliada por meio da representação que tal ato desempenhará em nossas vidas a partir de então. Foi graças a um tremendo voto de confiança do Dr. Plínio de Arruda Sampaio, que tive a oportunidade e o privilégio de conhecer o MPA, a ele os meus respeitos, admiração e “tietisse”.

Aos professores e amigos do GPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Educação na pessoa do Prof. Dr. Vicente Rodriguez

À Prof^a Nora Rut Krawczyk pelo incentivo e apoio dados durante o período de estudos na Facultad Latino-Americana de Ciencias Sociales – FLACSO/Argentina, possibilitado pelo Programa de Centros Associados Brasil/Argentina e financiado pela CAPES, em 2008. Também aos professores da Flacso na pessoa da Prof^a Dr^a Susana Aparício e aos amigos “brasilporteños” – Alessandra (Alê), Cármen Lúcia (Malu); Fernanda, Eliana, José Humberto (Zé), Marcos Maurício, Marcos Soares e Nadia e aos “porteñosbrasil” Elena, Julio, Marcela Román e Teresa” pela receptividade e convivência familiar quando da minha estadia em Buenos Aires.

À Universidade Estadual de Campinas, que abre um universo de possibilidades àqueles que aqui estão e que, certamente, deveriam ser muitos mais.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudo na Argentina

Ao querido amigo Prof. Dr. Wirley Jerson Jorge pelas contribuições dadas durante a elaboração que se converteram em frutos e reflexões também presentes nesse trabalho.

Ao confrade Dr. Vedionil do Império pelas valiosas contribuições e sugestões ao longo da correção do texto final.

Aos amigos do Grupo de Políticas Públicas e Educação (GPPE): Bruna Michelman, Cláudia Denardi, Fernanda Pereira, Jair, Reck, Liliene Xavier Luz, Perciliana Pena, Reinaldo Lima, Selene Baçal e Tânia Granzotto.

Aos funcionários da Pós-graduação da Faculdade de Educação pela prestatividade e amizade.

Aos gestores, professores, funcionários, alunos e amigos da Fundação de Ensino Octávio Bastos, aos quais agradeço na pessoa de seu presidente, Dr. José Tarcisio Andrade Varzim, pelo apoio e força durante o curso de doutorado.

Aos mais que amigos com quem mais de perto convivi,agradecendo de modo especial a Andrea e Bira, Beatriz Nogueira, Camila Telles, Carlos Eduardo Speola, Celina Pella, Cintia Rossi, Dulce Misael, Erica Zimmerknopf, Fernando

Marcos P. Silva, Helga Reinhold, José Agostinho Baitello, José Maria C Vasconcellos Filho, Júlio Balieiro, Kaya Pereira, Marcos A. Ivo, Maria Teté Ludovice, Marianna Zibordi, Mariana Alveti, Marli Fadiga, Neusa, Rosa Helena Serrano e Teco Navarro; com os quais sempre pude contar nos momentos mais difíceis, tanto nas dúvidas acadêmicas quanto nos momentos de doença e falecimento de minha mãe. Um beijo profundo e sincero, por terem me “aguentado e acudido” em tantas ocasiões.

Aos amigos que fiz ao longo da caminhada no Espírito Santo, que me receberam e permitiram que investigasse suas vidas e seu modo de ser. Com certeza, vocês fizeram diferença em minha jornada.

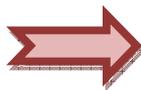
Rosa, Amauri, Ana Luíza, Fábio, Cyborg, Vanessa, Sônia, Tia Thê, Tio Tiano, Cristina, Kiko, Cássio, Luiza, Fábio, Michele, Mariana, Laerte, Carola, Miguel, Ana e Manú, meus familiares mais próximos, peças fundamentais em minha vida. Torcida organizada, que vibrou junto comigo após cada etapa vencida. Inclusive o pequeno João Pedro.

Querida Tia Cecília, agradeço por ter sido capaz de acreditar que meu sonho estava se transformando em realidade e dessa forma, sempre me acompanhou e estimulou incondicionalmente, como uma mãe zelosa.

Enfim, seria muito difícil declinar o nome de todos que me são caros. Não gostaria de esquecer alguém. Por este motivo, gostaria de agradecer a todas as pessoas que me inspiraram durante a elaboração deste trabalho, a não perseguir somente louros fáceis, mas a ser coerente com os propósitos mais elementares da pesquisa em políticas públicas e educação.

Meus sinceros e eternos agradecimentos

Campinas, 25 de fevereiro de 2011.



GENTE QUE PLANTA

(Valter Israel da Silva)

*Somos gente que planta, Gente que colhe,
Gente que alimenta, Somos gente!
Somos gente humilde, Gente alegre,
Gente sofrida, Gente que luta,
Gente que enfrenta, Somos gente!
Somos gente ignorada pelo sistema,
Gente abandonada pelos governos,
Gente odiada pelos representantes do agronegócio burguês,
Somos gente!
Somos as gentes do Sul, do Norte, do Centro-oeste, do Nordeste...
Somos as gentes: quilombolas, posseiros, faxinalenses, sem terra, com
pouca terra.
Somos agentes de transformação da sociedade.
Somos alguns dos representantes da classe camponesa.
Somos o Movimento dos Pequenos Agricultores.
Somos o MPA!*

O MPA tem a vida na terra como motivo de sua existência.



MPA: Organizar – Produzir – Alimentar

Fortalecer a agricultura camponesa para alimentar o Brasil.

RESUMO

O MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores é um “movimento autônomo, de massa, organizado e dirigido pelos pequenos agricultores”. As ações que promoveram o surgimento real do Movimento aconteceram no final do ano de 1995 e início de 1996, no Rio Grande do Sul. Hoje, no Brasil, o movimento encontra-se em 19 estados. Desde as suas origens, o MPA tem uma dinâmica e proposta clara de transformação da agricultura, caminhando, articulando e conduzindo suas lutas a partir de sua organização e de seus quadros de lideranças. Seu projeto político tem como objetivo modificar a situação da base por uma tomada de consciência de suas contradições. O objetivo deste estudo é observar e analisar de que forma esta sendo reproduzido o campesinato no estado do Espírito Santo (ES), bem como, está sendo desenvolvida a consciência política dos jovens no MPA-ES. Baseamo-nos nos estudiosos sobre campesinato, educação e juventude rural e na teoria de Salvador Sandoval (1989, 1994, 2001), para o estudo da consciência política. O estudo foi elaborado por meio do método etnográfico e história oral. Realizamos, também, entrevistas e questionários com jovens e líderes participantes do movimento. Como considerações finais entendemos que o MPA, desde seu surgimento até os dias atuais, através de suas formas de organização de base, de mobilização política, de formação de quadros militantes, vai se constituindo, em um agente de transformação social. A categoria campesinato, enquanto ator político, ativo, atuante, vem sendo reproduzido alicerçado em seus princípios básicos; a identidade camponesa vem sendo construída nos discursos e, principalmente, nas ações. Embasados nessa visão de mundo, os jovens e líderes do MPA-ES tem papel fundamental na perpetuação do campesinato permitindo, nesse movimento, a construção de um novo sujeito político dentro de uma categoria mais ampla do campesinato, que é a juventude camponesa.

Palavras-chave: Educação popular; Movimentos sociais; Agricultores; Juventude; Camponeses; Consciência política

ABSTRACT

The MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores (MSF - Movement of the Small Farmers) is an “independent mass movement, organized and headed for the small agriculturists”. The actions that had promoted the real sprouting of the Movement had happened at the end of the year of 1995 and beginning of 1996, in the State of Rio Grande do Sul. Nowadays, in Brazil, the Movement takes place in 19 states. Since its origins, the MPA has a clear dynamic and proposal on agriculture transformation, articulating and leading its fight from its organization and its leadership’s pictures. Its project politician has as objective to modify the situation of the base for a conscience taking of its contradictions. The objective of this study is to observe and to analyze the way peasantry is being reproduced in the State of the Espírito Santo (E.S.), as well as, how is being developed the politics conscience of the youth in the MPA-ES. We are based on the scholars on peasantry, education and agricultural youth and about Salvador Sandoval’s theory (1989, 1994, 2001), for the study of the politics conscience. The study was elaborated taking into consideration ethnography method and oral history. We carry on, also, with questionnaires and interviews of youth and leaders who participate of the Movement. As final considerations we understand that the MPA, since its sprouting until the present time, through its organization form of base, politics mobilization, formation of militant pictures, constitutes in an social transformation agent. The category peasantry, while an active politician actor, has being reproduced based on its basic principles; peasant identity has being constructed in the speeches and, mainly, the in the actions. Based in this vision of world, the youth and leaders of the MPA-ES have build up a basic paper over the perpetuation of the peasantry allowing, in this Movement, the construction of a new politician citizen inside an ampler category of the peasantry, which is the youth peasant.

Key words: Popular education; Social movements; Farmers; Youth; Peasants; Political consciousness

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIMFR	Associação Internacional das <i>Maison Familiares Rurales</i>
EFA	Escola Família Agrícola
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
ITESP	Fundação Instituto de Terras dos Estado de São Paulo
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEPES	Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPA-ES	Movimento dos Pequenos Agricultores do Estado do Espírito Santo
MST	Movimento dos Sem Terra
NMS	Novos Movimentos Sociais
ONU	Organização das Nações Unidas
RACEFAES	Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternâncias do Espírito Santo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNEFAB	União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Reunião de Grupo de Base em Domingos Martins	56
Figura 02	Mobilização para a busca de Crédito Rural	60
Figura 03	Pastor Vitório Krauser e grupo de camponeses	61
Figura 04	Moradia em construção	62
Figura 05	Moradia pronta e já habitada.	62
Figura 06	Área de abrangência do MPA no Espírito Santo	137
Figura 07	Reunião em Cariacica -ES	146
Figura 08	Frase de impacto.	147
Figura 09	Grupo de líderes do MPA do Espírito Santo	149
Figura 10	Área de pesquisa de campo	150
Figura 11	Escola Família Agrícola (EFA) do Bley	167
Figura 12	Escola Família Agrícola (EFA) de Montanha	167
Figura 13	Reunião de pais para planejamento de atividades e lanche com os filhos – EFA Bley	168
Figura 14	Aula prática – EFA Montanha	170
Figura 15	Fotos tiradas pelos jovens mostrando a sua cotidianidade na escola (EFA Bley)	172

Figura 16	Jovens respondendo o questionário temático	182
Figura 17	Mística - Seminário Escola de Formação da Juventude do MPA.	192

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Faixa etária dos líderes do MPA-ES	158
Gráfico 02	Como se auto-definem quanto a sua raça	158
Gráfico 03	Estado civil dos jovens entrevistados	159
Gráfico 04	Local de nascimento dos entrevistados	159
Gráfico 05	Participação em atividades educacionais propostas pelo MPA	162
Gráfico 06	Extensão Rural e desigualdades sociais	186
Gráfico 07	Atendimento a população do campo	187
Gráfico 08	Progresso técnico e degradação ambiental	189
Gráfico 09	Vocação da Agricultura Familiar	190
Gráfico 10	Agricultura familiar patronal e pobreza	191
Gráfico 11	Atendimento da Extensão Rural	191
Gráfico 12	Escolaridade e Qualificação Profissional	193
Gráfico 13	Reforma Agrária e Crédito Rural	195
Gráfico 14	Reforma Agrária e Tensões Sociais	196

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Estrutura organizacional do MPA	55
Quadro 02	Antecedentes históricos da Educação no Campo.	78
Quadro 03	Modelo de Sandoval para o estudo da consciência política	115
Quadro 04	Dimensão dos diferentes fenômenos coletivos	132
Quadro 05	Condutas de encaminhamentos possíveis pelos Movimentos Sociais	133
Quadro 06	Frequência de notas por grupo temático	145
Quadro 07	Participação em atividades educacionais do MPA segundo a escolarização formal dos líderes	161
Quadro 08	Estrutura detalhada do MPA	164
Quadro 09	Dinâmica da Pedagogia da Alternância	171
Quadro 10	Finalidades e Meios	184

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Aspectos das variáveis propostas para o questionário	142
Tabela 02	Aspectos das variáveis propostas para o quadro temático	145

SUMÁRIO

	DEDICATÓRIA	vii
	AGRADECIMENTOS	ix
	EPÍGRAFE	xiii
	RESUMO	xv
	ABSTRACT	xvii
	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xix
	LISTA DE FIGURAS	xx
	LISTA DE GRÁFICOS	xxii
	LISTA DE QUADROS	xxiii
	LISTA DE TABELAS	xxiv
	SUMÁRIO	xxv
	INTRODUÇÃO	1
1	A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	13
2	A AGRICULTURA FAMILIAR E O CAMPESINATO	27
3	O NASCIMENTO DO MPA	41
3.1	O MPA NO ESPÍRITO SANTO	56
4	A JUVENTUDE E OS JOVENS CAMPONESES	65
5	A EDUCAÇÃO NO CAMPO E DO CAMPO	75

5.1	A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL	77
5.2	POLITICA DE EDUCAÇÃO: RURAL VESUS CAMPO	84
5.3	AS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS (EFAs) NO ESPÍRITO SANTO	92
6	O OLHAR TEÓRICO SOBRE A CONSCIÊNCIA POLÍTICA	101
6.1	IDENTIDADE COLETIVA	116
6.2	CRENÇAS, VALORES SOCIETAIS E O COTIDIANO	118
6.3	IDENTIFICAÇÃO DE ADVERSÁRIOS E SENTIMENTOS ANTAGÔNICOS	121
6.4	SENTIMENTO DE EFICÁCIA POLÍTICA	125
6.5	SENTIMENTO DE JUSTIÇA E INJUSTIÇA	125
6.6	IDENTIDADE COLETIVA	126
6.7	VONTADE DE AGIR COLETIVAMENTE	127
6.8	METAS DE AÇÃO COLETIVA	130
7	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	133
7.1	QUESTIONÁRIO TEMÁTICO	142
8	A CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS JOVENS E LÍDERES DO MPA DO ESPÍRITO SANTO	149
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
	REFERÊNCIAS	213

LISTA DE ANEXOS

231

Anexo 1 Questionário Jovens

Anexo 2 Questionário Líderes

Anexo 3 Questionário Temático

Anexo 4 Tabulação do Questionário Temático

Anexo 5 Gráficos do Questionário Temático

INTRODUÇÃO

“O importante não é o que fizeram de nós. O importante é o que nós faremos daquilo que fizeram de nós” (Jean-Paul Sartre)

Alguns dos diferentes segmentos sociais do campo não receberam com passividade as políticas de modernização da agricultura que visavam, entre outras coisas, à especialização das atividades agrícolas e à transferência de trabalhadores para o meio urbano, por isso, muitos promoveram lutas de resistência.

Essa indignação proporcionou, em vários locais do Brasil, ainda na década de 1970, a formação de grupos, vistos sob uma perspectiva sociológica, como *movimentos sociais*, que se uniram para buscar alternativas para a continuação de sua reprodução social, bem como lutar contra a expropriação dos seus meios de produção.

Entre as categorias presentes nessa organização encontram-se os pequenos agricultores, os “sem-terra”, os “atingidos por barragens”, os indígenas, os seringueiros, as mulheres trabalhadoras rurais, dentre outras.

Teoricamente, na sociologia acadêmica, segundo Scherer-Warren (1989:12), o termo “movimento social” surge com Lorens Von Stein, por volta de 1840, quando este defendia a necessidade de uma ciência da sociedade para o estudo das diferentes mobilizações sociais existentes na época, como o movimento proletário francês, o comunismo e o socialismo emergentes.

A temática no século XX passa a ser vista, segundo Bottomore (1976), como um processo de interação social dentro da “teoria do conflito e da mudança social”. Entretanto, foi por volta dos anos 1950 que foi publicado um dos primeiros livros específicos sobre os movimentos sociais: *Social Movements* (1951) de Heberle.

O autor ampliou, em seu trabalho, o leque dos tipos de ações coletivas a serem designadas como movimentos. Chamou atenção para os movimentos dos

camponeses, dos negros, dos socialistas, dos nazifascistas, e separou os movimentos em sociais e políticos, segundo seus objetivos.

Segundo Gohn (2000), o trabalho de Turner e Killian (1957) também deu ênfase ao estudo dos movimentos sociais e passou a ser um referencial sobre o tema.

Entretanto, até os anos 1950, o conceito de movimento social esteve interligado ao de luta de classe e subordinado ao próprio conceito de classe, fundamentado nas abordagens decorrentes da teoria marxista. Esse conceito também era vislumbrado de forma ampla, pois, denominavam-se igualmente de “movimentos sociais”: os movimentos nacionalistas, os ideológicos radicais, as ideologias libertárias e religiosas e as guerras ocasionadas por conflitos locais ou regionais.

Hobsbawm (1970) afirma que estudos críticos ligados ao conceito marxista vislumbravam a presença de diferentes ideologias, nos movimentos sociais, sendo eles, examinados como reformistas, reacionários ou revolucionários, em busca de um processo de mudança e de transformação social. A classe trabalhadora era o mote dos processos. Por isso, a maioria dos trabalhos experimentais tinha como objeto de estudo o movimento camponês ou operário, os sindicatos e os partidos políticos (GOHN, 2000). Ainda, segundo a autora:

[...] como as categorias da organização da classe e o processo de formação da consciência social eram centrais no modelo de projeto de sociedade que se desdenhava e aspirava-se como ideal, não havia muita preocupação quanto à diferenciação entre movimento social ou político, ou quanto a movimentos ou organizações. Essas últimas eram suportes dos movimentos e, de certa forma, um movimento atingia seus objetivos quando transformava a demanda reivindicada numa política ou organização institucionalizada [...] (GOHN, 2000:331)

Entretanto, para Touraine (2006:175), **movimento social** é definido como “o ator de um conflito agindo com outros atores organizados, que lutam pelo uso social dos recursos culturais e materiais, aos quais os dois campos atribuem, tanto um como outro, uma importância central”. Afirma que é primordial nesse contexto deixar claro quais são os processos de constituição de identidade, bem como a

afirmação de um projeto futuro e as diferentes formas de manifestação de um conflito com um adversário.

Hoje, segundo Castells (2002), nos encontramos defronte a conflitos de interesses que se apresentam nos processos globais e no âmbito das identidades locais tendo em vista as mudanças ocorridas nos vários domínios das atividades humanas. Segundo o autor, a possibilidade de se trabalhar em diferentes níveis de ações permite às identidades coletivas atuarem como identidade legitimadora, de resistência e de projeto¹.

Diferenciados das organizações formais, os movimentos sociais contemporâneos, em vez de se apresentarem como movimentos classistas, tomam a forma de “redes de solidariedade”, em que as identidades e as conotações culturais são fortes.

Melucci (2001:23) afirma que a identidade coletiva é “um produto de trocas, negociações, decisões e conflitos entre os atores”, atribuindo à identidade coletiva uma definição interativa e compartilhada que, para o autor, significa que foi “construída e negociada através de um processo repetido de ativação das relações que ligam os atores” (MELUCCI, 2001:69).

Esse preâmbulo sobre os movimentos sociais foi realizado para que possamos compreender e levantar, à luz dos movimentos sociais, mais especificamente, do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, do Espírito Santo, as novas questões que nos são apresentadas sobre a problemática camponesa e que são objeto de estudo dessa tese.

¹ Para Castells (2002): a) *identidade legitimadora*: é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação se aplica a diversas teorias de nacionalismo; b) *identidade de resistência*: é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferenciados dos que permeiam as instituições da sociedade; c) *identidade de projeto*: desenvolvem-se quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

O intuito é entender o processo de formação do MPA e atualizar a discussão sobre o importante papel e o futuro dos jovens camponeses², no Brasil, frente ao mundo globalizado, e a atuação desenfreada do capitalismo no campo. Fato esse, que proporcionou a esses atores sociais organizarem-se e lutarem pelos seus ideais, mantendo sempre uma postura permanente de resistência, de luta, de negociação e de conquistas

Assim como outros movimentos sociais, tais como MST – Movimento dos Sem Terra; MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens e MMTR -Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, o MPA pode contribuir para a transformação, por meio de uma série de ações coletivas e de experiências socioeconômicas e culturais, de alguns vieses da sociedade rural brasileira.

Para Almeida e Navarro (1997) e Paoli e Telles (2000), esses movimentos, atuando em nome de uma nova ordem contra-hegemônica, buscam alternativas que viabilizem experiências em suas bases (agroecologia, grupos de base produção coletiva, etc.) de maneira a caminharem independentes e, ao mesmo tempo, promoverem intervenções na institucionalidade estabelecida visando a ampliar os espaços públicos de manifestação cidadã e democratização do Estado. Essa postura de mobilização política possibilita a visibilidade de suas reivindicações para o restante da sociedade, fato que está sendo determinante para o estabelecimento de uma nova forma de esse grupo se relacionar com o Estado e vice-versa.

Com o nascimento desses atores sociais³, diante da complexa questão agrária brasileira que se arrasta desde a chegada dos colonizadores europeus a

²Segundo Durston, os estudos sobre jovens vertem-se, principalmente, ao que acontece no meio urbano, não levando em conta os problemas específicos dos jovens rurais. “É como se o meio rural tivesse deixado de existir e seus habitantes tivessem diluído completamente no modo de vida urbano” (Wanderley, 2000:1).

³Em recente revisão sobre os estudos de campesinato, Van der Ploeg apud Menezes e Malagodi (2009) identifica um ponto frágil na literatura que é o não-reconhecimento do campesinato como agente ou como ator. Menezes (2009) afirma que diferentemente da tradução literal comumente usada de “agência”, que não é adequada para o português, traduzimos o termo inglês *agency* simplesmente por agente ou capacidade de agente. Diferentemente de “ator”, que tem uma acepção genérica, ser “agente” ou ter “capacidade de agente” significa possuir capacidade ou habilidade para influenciar e atuar sobre outros, ou seja, uma disposição ou capacidade de ação

esse continente, novas propostas de alternativas ao modelo vigente, produtor de miséria, de fome e de desequilíbrio do meio ambiente, vêm sendo desenvolvidas. Muitas dessas alternativas buscam superar esse modelo propondo outra lógica de orientação da sociedade, como é o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores, que busca uma acomodação a esse modelo, pretendendo torná-lo mais humano.

Nesse contexto, os movimentos sociais do campo muitas vezes têm conseguido, no Brasil, se articular, colocando suas necessidades à sociedade, exigindo ações do Estado e exercendo influência nas orientações das políticas públicas para o campo. Entretanto, uma inquietude permanece. Como a juventude, uma força tão presente nos movimentos e nos diferentes espaços sociais, pode encontrar-se muitas vezes invisível? Como têm sido trabalhado os jovens, em suas bases, dentro dos movimentos?

Tomando como base o imenso universo da população do campo, decidimos fazer um corte em nosso objeto de pesquisa para melhor delimitar a área de estudo. Ao tratarmos do tema “movimentos sociais”, nosso foco será voltado aos jovens do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores. E, devido ao fato de os movimentos sociais, em específico o MPA, terem um número ainda aquém do necessário, de experiências recentes, sistematizadas sobre a juventude, nos sentimos estimulados a realizar um levantamento direcionado aos jovens que estão atuantes nesse movimento.

Por ser um movimento social jovem – quatorze anos de lutas e resistências, muitas interrogações ainda permeiam o MPA. Dessa forma, torna-se objetivo deste estudo resgatar sua história (seu nascimento e desenvolvimento) e sua missão em nível nacional. Em um contexto mais específico, buscou-se, a partir de pesquisa junto ao núcleo do MPA do estado do Espírito Santo, identificar como é feito o processo educacional e quais são as características sociais, culturais e econômicas. Dessa maneira, colhendo as experiências, analisando as opções que se encontram presentes em sua trajetória, identificando suas tendências e reações

que faz de alguém ou de um grupo de atores um elemento atuante no contexto social específico, sendo, portanto, um atributo aplicável tanto a indivíduos como a grupos.

diante da penetração do capitalismo e, principalmente, analisando como a juventude vai sendo construída como um ator político nesse movimento, desenvolvemos nosso trabalho.

Dentre as inquietudes, estão questões como: de que forma está sendo reproduzido o campesinato no estado do Espírito Santo? Como se dá a participação dos jovens nas ações do MPA? Qual o nível de conscientização política dessa juventude rural? Como se dá a educação e a perpetuação da cultura camponesa? A educação está sendo um componente diferencial na formação sócio-política dos jovens camponeses? O saber social, os novos valores, as novas práticas, a nova cultura de base permitirá aos jovens camponeses reivindicar e construir um projeto político diferenciado para a agricultura em um futuro próximo?

Conforme poderá ser notado pelos dados expostos e discutidos no decorrer do trabalho, tivemos o desafio de entender esse novo grupo de atores sociais, bem como a importância dos jovens na participação da formação de uma nova cultura de base diante de uma realidade possível de ser construída como uma nova alternativa para a agricultura no Brasil.

Procuramos, também, com o resgate do passado, entender como se desenvolveu a história de luta do campesinato brasileiro, descrevendo algumas ações de resistências e lutas a fim de entender como ela foi constituída e se mantém viva até os dias atuais.

Nesse contexto, nossa intenção foi dar visibilidade à discussão da importância e da emergência da juventude no MPA como atores de um processo de mudança de paradigma político social e, conseqüentemente, contribuir para as sugestões de políticas públicas para esse grupo e para o desenvolvimento de procedimentos específicos de educação e trabalho junto aos diferentes nichos do movimento.

O caminho da pesquisa teve início ao levantar como se dão os processos de interação dos jovens do MPA com os espaços de educação, aprendizagem e

sociabilidade. Entender como é feita a construção do *habitus*⁴ incorporado na socialização primária por meio da representação dos pais e jovens e as formas de interação dentro e fora do período escolar. Apresentará respostas para as seguintes perguntas: Quais as práticas que orientam o *habitus* do jovem rural do MPA-ES? O *habitus* incorporado na socialização primária influencia as formas de interação dos jovens na escola? Que conhecimento técnico e econômico está disponível para o jovem na escola para poder vivenciá-lo em sua cotidianidade de pequeno produtor? Como é transmitido esse conhecimento? Como é assimilado este conhecimento? O que o MPA oferece para esses jovens, em forma de políticas educacionais?

Para tanto, levantamos a hipótese de que os efeitos da adoção da educação associativista e cooperativista aliada à Educação do Campo, via Pedagogia da Alternância, permitem aos jovens rurais, com seu ímpeto criativo e construtivo, com a sua melhor disposição diante das inovações e com seus níveis educacionais mais altos do que as gerações anteriores, mudarem o paradigma de que o campo não tem futuro para os jovens e que a vida na cidade é melhor que no campo.

Oriunda de uma família de pequenos agricultores, tendo participado e vivenciado a realidade da zona rural, optamos pela construção do trabalho fundamentado no método da história oral⁵.

Aplicamos questionários, realizamos entrevistas contendo perguntas fechadas e abertas, participamos de reuniões e encontros fazendo dessa prática de trabalho um momento em que coletamos material para análise.

Para essa coleta fizemos o uso de uma máquina fotográfica, de um gravador e de um diário de campo⁶ onde anotamos as observações colhidas com

⁴ Segundo Bourdieu (1983:105) é um produto que tende a reproduzir a lógica dos condicionamentos, mas introduzindo neles uma transformação (vide p.176)

⁵Menezes (2003, p.03) afirma que a história oral “busca fazer uma interpretação da fala do outro, reconstruindo não apenas os eventos, as experiências e os processos sociais, mas o sentido atribuído pelo seu praticante. Os trabalhos baseados nos relatos orais tentam incorporar as vantagens da subjetividade dos documentos, bem como das relações de subjetividade entre o pesquisador e seu informante”.

o objetivo de ter um instrumento próximo à realidade estudada. Esse momento exigiu muito cuidado e disciplina, com o registro dos acontecimentos, permitindo que cada pormenor fosse anotado, a fim de captar e sistematizar as atitudes e reações dos atores envolvidos ao protagonizarem suas cenas, já que os fatos não se repetem da mesma forma.

Para acompanhar de perto tal realidade, ficamos hospedados na casa dos membros integrantes do movimento do MPA, vivenciando sua realidade diária, acompanhando-os nos mais diferentes espaços. Nosso cicerone, nas viagens exploratórias e para a realização das entrevistas, foi um jovem técnico agrícola atuante no Movimento – Thiago – o qual é responsável pela elaboração dos projetos agropecuários em diferentes propriedades rurais e escolas. Por meio da história oral, pode-se estar bem próximo ao sujeito pesquisado, porém, respeitando suas construções, processos e contradições pessoais.

As entrevistas foram realizadas, em um primeiro momento, por meio de um questionário elaborado, completado com as informações vivenciais de cada entrevistado. Conforme compreensão de Marilda Menezes⁷, a entrevista deve ser um instrumento que colabora na organização de um espaço de interação entre pessoas em posições sociais diferenciadas, em que se negociam saberes, práticas e interesses.

Na busca de uma compreensão da realidade, para qualificar o entendimento do cotidiano desses atores sociais do MPA buscou-se, embasada em Tresbisch (1994), entender a história a partir dos olhares e das interpretações

⁶Segundo Malinowski (1984: 22-23) “se, ao fazermos nossa ronda diária da aldeia, observarmos que certos pequenos incidentes [...] ocorrem repetidamente, devemos registrá-los o quanto antes. É importante que esse trabalho de coleta e registro de impressões seja feito desde o início [...] Os diários etnográficos, feitos sistematicamente no curso dos trabalhos num distrito é o instrumento ideal para esse tipo de estudo. E se, paralelamente ao registro de fatos normais e típicos, fizemos também o registro do que representam ligeiros acentuados desvios da norma, estaremos perfeitamente habilitados a determinar os dois extremos da escala da normalidade”.

⁷ Professora da Universidade Estadual da Paraíba, da Universidade Federal da Paraíba, atualmente é Professora Associada II da Universidade Federal de Campina Grande. Membro e fundadora da Rede Nacional de Estudos Rurais. Participa do Conselho Editorial Nacional da Coleção História Social do Campesinato.

dos próprios atores. Assim, por meio da história oral e da visibilidade dada aos atores sociais, foi trabalhada uma relação dialógica⁸.

Essa relação dialógica e dialética procurou sempre ser fundamentada nos princípios éticos e também respaldada por um TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após lerem a proposta da pesquisa os entrevistados autorizaram, por meio de um acordo verbal gravado, a utilização de suas falas nas publicações futuras, firmando assim, conforme Portelli (1997:14), um compromisso “de não usar nem um material que prejudique o entrevistado, nem o desagrado”.

Essa ação foi fundamental para o estudo descritivo de vários aspectos dos jovens do MPA do Espírito Santo, que em muito contribuiu para relatar e entender a diversidade dos atores sociais. Muitos fatores tais como a religião, a ascendência, as relações sociais, as condições econômicas e as político-históricas contribuíram para essa diversidade juvenil estudada, conforme poderá ser observado ao longo do trabalho.

A fim de tornar coerente a argumentação, o estudo será apresentado em nove capítulos, a saber:

O primeiro capítulo perpassa pelo entendimento do que é Questão Agrária e Reforma Agrária e como são entendidas, recorreremos a alguns processos históricos que demonstram a solidificação pela luta em escala nacional, demonstrando que muitas de as ações dos movimentos sociais do campo, se confundem de alguma forma num processo permanente de rearrumação da formação da estrutura societária.

O segundo trata da agricultura familiar e do campesinato. Nesse capítulo, procuramos fazer uma breve exposição conceitual, tendo como objetivo dar uma maior consistência ao debate, a fim de explicitar as categorias que abrangem os

⁸Bakhtin e Voloshinov (2004) denominam de *caráter dialógico*: qualquer expressão, qualquer individualidade criativa são determinados socialmente, bem como, orientados para o outro. Sendo que o “outro” para o autor (o interlocutor) não é um simples ouvinte que compreende passivamente a enunciação, mas aquele que responde e replica de maneira ativa – é um participante ativo da comunicação discursiva.

nossos principais atores envolvidos: os agricultores familiares, em específico os agricultores familiares camponeses,

No terceiro capítulo nossa intenção é dar visibilidade à discussão da emergência dos movimentos sociais e, em específico, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA. Iniciando com a caracterização e a recuperação histórica do MPA vislumbrando o cenário encontrado, hoje, no Espírito Santo.

No quarto capítulo faremos uma abordagem teórica em relação à categoria juventude, em específico, à juventude rural, procurando compreendê-la a partir de uma perspectiva sociológica e histórica, fazendo uma aproximação da teoria à prática realizada pelos jovens do MPA-ES. Desse modo, analisaremos algumas categorias e concepções teóricas fundamentais para nosso trabalho.

No quinto capítulo, o enfoque trabalhado foi o da Educação do Campo: sob o olhar da educação na perspectiva de desenvolvimento para o camponês. Levantamos a história da Educação Rural no Brasil e o advento da Educação do Campo e no Campo, na primeira década do século XXI. Identificamos junto aos atores sociais a presença da Pedagogia da Alternância como um dos formatos mais adequados aos sujeitos do campo.

O sexto capítulo é sobre consciência política e, para tanto, utilizamos como referencial teórico o modelo de estudo da consciência política desenvolvido por Sandoval, a partir de vários autores, aos quais envidamos acrescentar outros teóricos que por certo auxiliarão com suas idéias para uma maior amplitude da abordagem deste fenômeno.

O sétimo capítulo tratará da questão metodológica. Basendo-se numa abordagem quali quantitativa, privilegiando o uso de técnicas etnográficas, história oral, entrevistas, questionários e observação participativa. Além da teoria e seus respectivos autores.

No capítulo oitavo, demonstraremos os resultados relativos aos dados encontrados ao longo da pesquisa de campo. Esse capítulo aborda, também, além das teorias e seus respectivos autores, como os jovens e líderes do MPA do Espírito Santo têm-se apresentado no contexto empírico nos possíveis espaços de

socialização política. Procuramos compreender e identificar o que estamos chamando de consciência política produzida nos jovens e líderes do MPA. Procuramos, partindo das trajetórias individuais, entender o universo dos jovens.

Ao longo desse capítulo, também, com o auxílio do material cedido pelos líderes, tomamos conhecimento das demandas existentes, dos projetos desenvolvidos e a desenvolver, bem como as estratégias desenvolvidas pelo MPA para com a juventude camponesa do estado do Espírito Santo.

Em um último capítulo, elaboramos nossas considerações finais respondendo à pergunta inicial: Como está sendo formada a juventude camponesa que participa do MPA do Espírito Santo? Dessa maneira, pretendemos contribuir com o debate sobre a juventude rural pertinente aos que já são do campo, ou seja, filhos de produtores rurais, os quais, atualmente, encontram-se muitas vezes marginalizados, esquecidos e na maioria das vezes invisíveis perante as políticas públicas de desenvolvimento rural.

1. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

No Brasil, o debate sobre o que se convencionou chamar de “a questão Agrária⁹” vem-se intensificando nos últimos anos. Presente na história do Brasil pós-independência, a questão agrária, a tentativa de ordenar a ocupação do solo foi uma constante na pauta de políticos e intelectuais do século XIX. Segundo Leite et al (...)

[...] De um lado, havia a preocupação de legalizar (como convinha a um projeto de “país civilizado”) práticas extralegais dos que concentravam em seu poder grandes extensões de terra e evitar conflitos que iam tornando endêmicos. De outro, havia a intenção de reparar injustiças históricas, atribuindo terra (cuja propriedade, na época, era uma espécie de requisito da cidadania) aos ex-escravos, e assegurar um progresso que a experiência de muitos países sugeria estar fundado na pequena propriedade, [...] (LEITE et al, 2004:37)

O que observamos, passados mais de cinco séculos da colonização, é o debate sobre a Reforma Agrária¹⁰ ainda se fazendo presente na mídia nacional. Durante um debate no ITESP¹¹, em 2007, Plínio de Arruda Sampaio afirmou que “O Brasil teve uma reforma agrária em 1850 e está passando por outra neste exato momento. Mas, ao contrário do que reivindicam os movimentos sociais, o objetivo dessas reformas agrárias é concentrar, e não distribuir terras”.

Fazendo uma retrospectiva histórica para entendermos o que Sampaio afirma, podemos dividir a história agrária brasileira em três grandes períodos:

O primeiro, desde a ocupação territorial da colônia no século XVI até a primeira metade do século XIX, caracterizada pelo regime de sesmarias.

⁹ A questão agrária é o conjunto de problemas sociais e econômicos que se referem ao setor primário da economia, e, em particular, os relacionados com os trabalhadores da terra (e, neste caso, fala-se também da questão camponesa). Esses problemas variam segundo as épocas históricas, tanto que se fala de uma questão agrária na idade romana, de uma na idade média, de uma outra na idade moderna e contemporânea (BOBBIO, 1999:1041)

¹⁰ A reforma agrária é um processo amplo e imediato de redistribuição da propriedade da terra com vistas à transformação econômica, social e política do meio rural, com reflexos no conjunto da sociedade. Isso significa que o número de beneficiários do processo deve ser compatível com o universo de trabalhadores rurais sem ou com pouca terra, e deve realizar-se num período, relativamente curto, de tal sorte que a atual geração seja alcançada (ABRAMOVAY, s.d)

¹¹ ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

O segundo, marcado pelo final do sistema de sesmarias e início do sistema de propriedade privada moderna da terra, resultante da aplicação da Lei de Terras de 1850.

E o terceiro, iniciando em meados do século XX, quando a sociedade brasileira deixa de ser estritamente rural e agrícola e passa a ser formada, em sua maioria, por uma população urbana, ao mesmo tempo em que, como decorrência de pressões provenientes de organizações sindicais, civis e partidárias, a legislação e os programas políticos passam a contar com medidas em favor da reforma distributiva da terra.

O assunto **reforma agrária** é um tema discutido ao longo da história política brasileira e vem adquirindo nuances diversas e controvertidas, frutos de expropriação durante o processo de estruturação social e política da propriedade da terra, cuja resposta mais evidente se encontra na exclusão da maior parte da população brasileira, que tem o acesso à terra negado, tendo em vista a criação de uma legislação que favorece sempre à classe hegemônica.

Nesse contexto, podemos afirmar que a sociedade brasileira nasce no meio rural e se desenvolve no contexto político-sócio-econômico, fundamentada na monocultura de exportação, com trabalho não remunerado e escravo, comprometida com o modelo primário e exportador. Como produção destinada ao consumo e manutenção da colônia, surge a agricultura de subsistência¹², como imperativo da agricultura de exportação (LINHARES E SILVA, 1981).

Para o Brasil, da segunda metade do século XIX, era interessante com o advento de uma mão-de-obra mais qualificada para as indústrias que começam a surgir, vislumbrando um horizonte próximo do capitalismo internacional. A pressão por um “trabalho livre com homens livres” com o avanço do sistema capitalista e a criação da propriedade da terra “exige” a presença de força de trabalho a ser comprada.

¹²A agricultura de subsistência, em certo sentido, equivale à cultura alimentar; é aquela destinada ao consumo e seu excedente é destinado ao mercado. O que determina se ela é de subsistência ou não é, é o volume da produção e o seu destino.

A abolição passa a ser um marco importante e essencial na história do campesinato no Brasil tendo em vista a pressão internacional, principalmente por parte da Inglaterra. Para eliminar a escravidão, o Império tratou de legislar o processo de posse, crendo que os escravos libertos ficariam à mercê das fazendas como trabalhadores assalariados

A constituição da propriedade privada da terra, no Brasil, surge, deste contexto, em 18 de setembro de 1850, com a promulgação, por D. Pedro II, da Primeira Lei de Terras. Havia, portanto, lançado com a Lei de Terras, a discriminação explícita dos pobres e escravos libertos, pois não tinham capital necessário para adquirirem as parcelas de terras da Coroa ou legalizar as que possuíam como forma de ocupação (LINHARES, 1999).

Segundo Stédile e Fernandes (1999), a consequência social dessa lei foi a consolidação dos grandes latifúndios como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil.

A revolução de 30 foi o primeiro dos cinco acontecimentos que conseguiram perturbar a tranquilidade do latifundista patricio. Pode ser, também, considerado o marco divisor entre os períodos antigo e moderno da história da Reforma Agrária Brasileira (GRAZIANO SILVA, 2001).

Tem-se em 1946, com a finalidade de elaborar a nova carta constitucional brasileira, eleita democraticamente (pela primeira vez) uma Assembleia Constituinte. Formada em sua maioria por membros conservadores, representando os interesses dos fazendeiros, conta com a presença destacada de 12 deputados e senadores do PCB – Partido Comunista Brasileiro, defendendo a tese de que a propriedade de terras no Brasil ainda se encontrava nas mãos de uma minoria, e que fortalecia o pensamento de mudança tendo em vista que isso constituía grave empecilho para o progresso econômico do meio rural, a distribuição de rendas e a justiça social.

Com a divisão de terras, segundo Stédile (1999:12), deveria haver “uma reforma agrária que distribuísse terras a quem nelas quisesse trabalhar”. O senador Luís Carlos Prestes apresenta essa ideia como proposta de lei,

incorporando à Constituição a norma de que todas as terras mal utilizadas deveriam ser desapropriadas e voltar ao patrimônio do Estado, que a redistribuiria para quem de fato quisesse produzir. Ou seja, daria uso social para a produção.

Em 1957, via-se uma verdadeira reforma agrária às avessas. Em nome do progresso e da integração do País, entregavam-se imensas fatias do território nacional a firmas que deveriam atravessá-lo com estradas de ferro, ou simplesmente extrair-lhe as riquezas. Não sem antes converter seus ocupantes em intrusos e, por aí, expulsá-los. Não há, certamente, melhor definição para essa política fundiária que a polêmica frase de Proudhon, para quem “a propriedade é um roubo”¹³.

No início da década de 60 há aumento de pressões para uma reforma agrária. Os olhares convergem para um mesmo ponto e é esta unidade espiritual que transforma o fenômeno demográfico frio num movimento social cheio de vida. A pressão exercida por um contingente enorme de camponeses pobres aliados ao acúmulo de problemas sociais no campo fez do início da década de 60 o terceiro momento importante da história da questão agrária brasileira.

O problema agrário passa a ser discutido nesse momento, em um ângulo maior, e intenso, por diferentes grupos políticos e acadêmicos da sociedade, e, também, por muitos, até então, engajados apenas marginalmente nessa discussão. Argumentava-se que a agricultura brasileira, devido ao seu atraso tecnológico, seria um empecilho ao desenvolvimento econômico, entendido como sinônimo da industrialização do país (GRAZIANO SILVA, 1998).

Convém ressaltar que, no período que vai de 1940 a 1964, as lutas camponesas entraram em outro momento. O messianismo e o cangaço cederam lugar a outras formas de luta, dentre as quais se destacam as Ligas Camponesas, os Sindicatos e várias revoltas camponesas, fundamentadas, declaradamente, sobre a questão da terra, bem como uma série de greves envolvendo, antes de mais nada, assalariados do campo.

¹³ PROUDHON, P. J. **A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas**. L&M Pocket, Porto Alegre, 1997

Segundo Medeiros (1989:13), “Embora ainda localizadas e dispersas, essas lutas repercutiram fortemente nos centros de poder, fazendo da reforma agrária um importante eixo de discussão política”. Os camponeses entram, portanto, para o cenário político por meio dos inúmeros conflitos e das diversas lutas, nas quais conseguiram impor o seu reconhecimento à sociedade

João Goulart, assumindo a presidência no lugar de Jânio Quadros, responde à sociedade com relação ao problema agrário com a Lei Delegada nº 11, que cria a SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária, com a finalidade de desencadear o processo de distribuição de terras e implementar a reforma agrária, pedida pelos diversos segmentos da sociedade, fato incluso entre as reformas de base que o Brasil necessitava para buscar o seu desenvolvimento.

No comício de 13 de março de 1964, o presidente João Goulart assina aquele que poderíamos chamar de “terceiro acontecimento perturbador da tranquilidade dos latifundiários”. Porém, como se sabe, o decreto nunca foi aplicado, tendo em vista o golpe de Estado em 31 de março de 1964. Mais uma vez, agora por causa da implantação da ditadura militar, a redistribuição de terra no Brasil entra em compasso de espera.

Sufocada por mais de vinte e um anos de regime militar (1964-1985), a questão agrária se vê abatida por manutenção e ampliação do sistema de grandes latifúndios. Havia apenas duas saídas para aqueles camponeses que queriam um pedaço de terra, pois sonhavam com a reforma agrária: a) a migração para o norte do país, a fim de colonizar as agrovilas implantadas ao longo das grandes estradas que cortavam a selva amazônica; b) migrar para o meio urbano, e servir de mão-de-obra não qualificada nas indústrias e na construção civil.

Buscando uma solução técnica para a questão agrária, os militares cuidaram de enfatizar e dar força de lei ao dispositivo constitucional de 1946, onde estava consagrado o imperativo de promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos, surgindo daí a Emenda Constitucional nº10, de 10 de novembro de 1964, e a Lei nº4.504, de 30 de novembro de 1964, *Estatuto*

da Terra, que, segundo Graziano Silva (1982) representa o quarto e talvez mais importante evento da história moderna da Reforma Agrária Brasileira.

Exigindo o pagamento das terras desapropriadas por meio de títulos da dívida pública, em vez de prévia indenização em dinheiro como era exigido pela Constituição de 1946, o Estatuto da Terra remove uma mudança de paradigma. Permitindo o resgate desses títulos somente após vinte anos, era uma maneira coerente de pagar as indenizações a longo prazo. A proposta do Estatuto era que os valores para cálculo deveriam ser fundamentados pelo preço declarado pelos proprietários para fins fiscais e não o valor de mercado. (BERGAMASCO e NORDER, 1995)

Um dos exemplos é a penetração de grandes grupos industriais e financeiros na região amazônica, em projetos de exploração madeireira, mineração e, principalmente, pecuária com o abandono dos projetos de colonização durante o governo Médici, invadindo e expulsando os posseiros e índios das terras amazônicas, provocando o desmatamento de milhares de hectares de mata (JORGE, 2001; VITA, 1991).

Foram criados, nesse período, os organismos públicos IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário em substituição à SUPRA, responsável pelas missões de reforma e colonização agrária, que, posteriormente, foram transformados em apenas um órgão o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que acabou apenas sendo um órgão de colonização, desenvolvendo projetos nas regiões desabitadas do país e oferecendo lotes de terra aos migrantes, especialmente nos estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso.

Em 25 de abril de 1969, foi decretado o Ato Institucional nº9, que introduzia o rito sumário das desapropriações de terras para fins de Reforma Agrária. Graziano Silva (1982) considera esse fato como o quinto grande acontecimento favorável à reforma agrária.

Durante o período de 1967 a 1973, o país entrou numa fase de crescimento acelerado da economia; os trabalhadores rurais e os trabalhadores em geral foram penalizados.

A partir de 1978, muitas questões voltam a ser discutidas, com o início de uma relativa abertura política no país. Entre elas, retoma-se o debate sobre a questão agrária, novamente dentro do contexto geral das crises do sistema geral do capitalismo. Sendo necessário deixar claro que não se pode confundir questão agrária com questão agrícola (GRAZIANO SILVA, 1998)¹⁴.

Um assunto nunca esquecido pelas entidades de representação de trabalhadores foi a demanda de terra e, na década de 1970, foi fomentada em função da importância que assumiu no bojo de propostas reelaboradas pelo grupo que estudava o sindicalismo rural.

Que apresentaram uma proposta de cumprimento do Estatuto da Terra, exigindo, em 1979, uma reforma agrária drástica, imediata e massiva, o movimento sindical dos trabalhadores rurais rompe com essa postura apática de pedir “somente” a aplicação do Estatuto da Terra.

Nos anos da ditadura, apesar de as organizações que representavam as trabalhadoras e trabalhadores rurais serem perseguidas, a luta pela terra continuou crescendo com a presença da Igreja e dos movimentos sociais no campo.

Começam a ser organizadas as primeiras ocupações de terra, não como um movimento organizado. Sob a influência principal da ala progressista da Igreja Católica, que resistia à ditadura e resolve, em 1980, dar apoio formal à luta dos trabalhadores rurais. Como resultado da 18ª Assembléia Geral da CNBB, tem-se o documento de Itaici condenando a apropriação da terra pelo capital, “o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar novos lucros”. Exalta a terra de trabalho, que é “aquela possuída por quem nela trabalha”, se comprometendo a

¹⁴ A questão agrícola está ligada aos aspectos das mudanças na produção em si mesma (o que, onde e quanto se produz), enquanto a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção (como e de que forma se produz).

apoiar “os esforços do homem do campo por uma autêntica reforma agrária”, apoiando política e moralmente o engajamento de bispos, padres e freiras no trabalho da CPT – Comissão Pastoral da Terra (fundada em 1975) e outros movimentos populares (JORGE, 2001; GÖRGEN e STEDILE, 1993).

Nesse momento, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST organização intimamente ligada aos setores progressistas da Igreja, ganha força a partir daí e começa a esboçar o seu projeto de reforma agrária.

Responsável por uma elevada polêmica e se transformando em uma das questões mais controvertidas do governo, coube a José Sarney elaborar o projeto do 1º. Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no estatuto e aprovado pelos militares, que opunha setores favoráveis e contrários a essas medidas e favorecia o desencadeamento de violência nas áreas rurais. Como a pressão social vinha aumentando desde o final dos anos 70 e início dos 80, segundo Oliveira Jr (1989), o governo da Nova República aceitou a elaboração do 1º PNRA. Durante a visita que Tancredo Neves fez ao Vaticano, a única coisa que o Papa lhe pediu foi a realização da Reforma Agrária. Por esse motivo, Néelson Ribeiro, ligado à Igreja, foi o primeiro ministro da Reforma Agrária.

Nesse momento, segundo Graziano Silva (1998), com o início de uma relativa abertura política no país – por volta de 1978 - muitas questões na área rural voltam a ser discutidas dentro do contexto mais geral das crises do sistema econômico capitalista; e dentre elas, a questão agrária. Convém salientar que esse próprio ressurgimento serve para ilustrar um ponto fundamental: não se pode confundir a questão agrária com a questão agrícola

Tornam-se cada vez maiores as contradições, nos anos 90, entre as parcelas da sociedade envolvidas na dinâmica da luta pela reestruturação da terra, tendo em vista que, no governo Collor, a UDR¹⁵ praticamente assume o controle do processo de reforma agrária no Brasil.

Ainda, sobre o problema agrário, na década de 90, surge uma nova corrente teórica que procura desconsiderar a existência da questão agrária como

¹⁵ UDR União Democrática Ruralista

um problema insolúvel no capitalismo; essa corrente é denominada de Paradigma do Capitalismo Agrário (ABRAMOVAY, 1992). Surge, portanto, uma proposta de solução através da integração dos camponeses ao mercado e ao capital, com objetivo de executar políticas desenvolvidas pelo Estado. Esse paradigma teve uma força política extraordinária. Criando novos conceitos de conteúdos eufemísticos, como agricultura familiar substituindo agricultura camponesa; ou agricultura empresarial substituindo agricultura capitalista, promoveu uma compreensão linear a respeito do desenvolvimento da agricultura e colaborou de forma substancial para a criação de novos movimentos camponeses, denominados de movimentos de agricultores familiares, como, por exemplo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF-SUL, vinculada à CUT – Central Única dos Trabalhadores.

Em 1995, toma posse Fernando Henrique Cardoso - FHC. As contradições continuam presentes entre os pedidos e reclamações crescentes dos movimentos populares por terra, entretanto, o governo de FHC trabalha com duas proposições:

- a) A grande propriedade não é mais um entrave para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, tendo em vista que, ao fazer uma leitura particular da realidade brasileira, identifica que não existe problema agrário no Brasil;
- b) Via presença do domínio hegemônico do capital financeiro, nota-se o modelo econômico implantado no país subordinado ao capital internacional. Nessa proposta, a agricultura não é mais considerada um centro de acumulação e, portanto, é marginalizada.

Por esse motivo, pode-se observar uma total apatia por parte do governo em apresentar algum plano sólido que leve o setor ao desenvolvimento agrícola, pois a agricultura, segundo Graziano Silva (1994) participava apenas com 11% do PIB – Produto Interno Bruto. Em contrário ao padrão proposto e incentivado pelo próprio governo, em final de março de 1999, já em seu segundo mandato, é anunciada por FHC a nova política agrária – “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para Um Novo Mundo Rural – política de

desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado” (CARVALHO FILHO, 1999:69).

Estudos realizados por organismos governamentais e/ou Universidades revelaram o violento empobrecimento do e no campo. É de se estranhar que num país conhecido como “celeiro do mundo” ver, no segundo mandato de FHC, a distribuição de cestas básicas a mais de um milhão de famílias que viviam no meio rural.

De março a outubro de 2000, acontece um sem número de manifestações de trabalhadores e pequenos produtores rurais. Gigantescas manifestações em caminhadas, protestos, ocupações de terras e prédios públicos tendo em vista o aumento da concentração de terra.

Em contrapartida, no final de 2000, o governo anuncia a redução dos níveis de concentração de terra, demonstrando que o índice Gini reduziu de 0,848 para 0,802, e o Brasil passou de 5º para 12º lugar no ranking internacional de concentração de terra. Entretanto as estatísticas cadastrais do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - demonstram crescimento da concentração de terra entre 1992 e 98: os imóveis rurais maiores de 2.000 hectares tiveram sua área ampliada em 36 milhões de hectares. Segundo Jorge (2001) tal extensão é duas vezes superior aos 18 milhões de hectares que o governo diz ter desapropriado.

Neste período os relatórios do INCRA e da CPT afirmam ter sido assentadas 237.299 famílias enquanto o governo afirmava terem sido assentadas 482.206 famílias. Essa divergência se dá porque, tanto os movimentos quanto a CPT desconsideraram no caso dos projetos de regularização fundiária, que os trabalhadores já se encontram há tempo nas áreas enquanto que o governo os consideraram em suas estatísticas

Quando analisada, em relação há anos anteriores, a questão agrária apresenta um panorama diferenciado. Apesar de mostrar um avanço nos aparatos legais que são respaldo ao estabelecimento de uma reforma agrária no país, ainda não oferece impactos representativos na estrutura fundiária brasileira. As metas

acanhadas de assentamentos (por volta de 100 mil famílias/ano) e as reações, muitas vezes agressivas, ao avanço do MST, confirmam a falta de vontade política para o encaminhamento das questões agrárias. Segundo Fernandes (2003), de 1999 a 2002, o MST e outros movimentos camponeses “sentiram na pele” um movimento contrário à luta pela terra. Um retrocesso enorme na luta da reforma agrária, com a presença de redução do número de ocupações e, conseqüentemente, o número de assentamentos implantados.

No caso do primeiro mandato do Governo Lula, a questão agrária continuou tendo como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. Insurge a luta pela terra proveniente da concentração da terra. Esse processo advindo do capitalismo fez com que fossem repensadas as ações a serem realizadas. Concomitantemente a isso, surge um processo de compreensão denominado Paradigma da Questão Agrária na qual, convive-se com o capitalismo, administrando-o politicamente, minimizando seus efeitos trágicos de produtor de pobreza e miséria..

Observa-se, também, nesse momento, incorporando à “agricultura familiar”, o agronegócio, ou seja, a presença de políticas agrícolas determinadas pelo mercado e integração do capital, além do apoio a políticas como “Banco da Terra”, via Banco Mundial, como uma saída para o problema agrário, fato que passou a ser visto “com bons olhos”, fazendo parte dos discursos de parlamentares do PT.

Nesse momento, observamos a mídia nacional¹⁶ tentando pautar as políticas governamentais com a exploração dos princípios do paradigma do capitalismo agrário, impedindo que a realidade do campo apareça como de fato é, ou seja, com o empobrecimento dos camponeses, com uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo e em intensificação; aumento do número de famílias acampadas nas beiras de estradas e dentro dos latifúndios e com o aumento da expropriação e exclusão. Com a vitória do PT para a presidência da República, em 2002, os movimentos camponeses participaram nas indicações de

¹⁶ Compreendida principalmente pelos jornais: O Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil, revista Veja e outros periódicos semanais

nomes para cargos de segundo escalão do governo Lula. O MST e a CPT tiveram forte influência na nomeação de vários cargos no INCRA.

A CONTAG¹⁷ também indicou alguns nomes para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Várias ações a fim de minimizar o panorama precário encontrado nos assentamentos foram construídas em forma de um conjunto de políticas. Conjuntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi formada uma equipe de especialistas para a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária em que seriam construídas políticas de assistência técnica, retomada a política de educação para os assentados, entre outras (RICCI, 2004) Os ruralistas também foram convidados a participar do governo por meio da indicação de nomes para o Ministério da Agricultura, objetivando a continuidade do modelo, anteriormente instaurado, de desenvolvimento da agropecuária.

Durante os primeiros oito meses de 2003, o INCRA, comandado por Marcelo Resende, cuidou dos conflitos fundiários como problema a ser resolvido com a implantação de uma política de reforma agrária. A solução dos conflitos era conseguida por meio do diálogo e da busca de respostas, procurando não reativar as medidas repressivas existentes no governo FHC. No mês de setembro de 2003, entretanto, Lula destituiu o presidente do INCRA e sua equipe, demonstrando para os sem-terra e para os ruralistas o seu objetivo de ter o controle político sobre os conflitos fundiários.

Concomitantemente, em 2003, foi elaborado o II PNRA, ficou acertado entre os movimentos sociais e o governo LULA que o MDA/INCRA encaminharia ao Ministério da Agricultura uma nova minuta de portaria interministerial para a atualização dos índices de produtividade dos imóveis rurais. Segundo Oliveira (2010) esta iniciativa era importante para que se estabelecessem os novos índices mínimos de utilização da terra para que ela cumpra a função social quanto à produtividade, segundo a Constituição Federal de 1988 e Lei 8.629/93. Fato este que até hoje não se consolidou.

¹⁷ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

O PT buscou desconcentrar a estrutura fundiária, fato que jamais aconteceu em mais de quinhentos anos de história. Há, portanto, uma distribuição espacial generalizada de assentamentos rurais por todas as regiões do país, cercados em sua maioria por latifúndios, provocada por lutas populares e conjunturas políticas e não um projeto estruturado pelo Estado (FERNANDES, 2001).

Outro fato presente no início do governo foi a presença de ocupações e marchas, o MST continuou a pressionar. A reforma agrária parece ser um fato muito distante do Congresso Nacional. Há, entretanto, nos diversos escalões do governo a existência de uma política muito mais interligada à presença do paradigma do capitalismo agrário do que da questão agrária.

O presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Plínio de Arruda Sampaio, em sua palestra no Itesp, afirmou que, agora, megacorporações estrangeiras estão apoderando-se das terras brasileiras, num processo de concentração fundiária ainda mais acirrado e que conta com a colaboração do governo Lula. “A MP 458 foi para isso”, explicou Sampaio (2010), referindo-se à Medida Provisória que legaliza a grilagem de terras na Amazônia. Essa seria a segunda reforma agrária. “Uma reforma agrária para desapropriar o campesinato. Para privatizar toda a terra que estava destinada pela Constituição ao camponês”.

Como demonstrado por meio desse breve relato sobre a questão e a reforma agrária, pergunta-se qual o lugar da agricultura familiar – do campesinato - na estrutura agrária brasileira? Desde sempre quem recebeu o estímulo social expresso na política agrícola foi a grande propriedade. Ocupando, sempre, um segundo plano na sociedade brasileira, a agricultura familiar – o campesinato, quando comparado com o de outros países foi, historicamente, um setor “bloqueado” pelos dirigentes e à mercê dos desejos do capital, sendo impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY e LOURENÇO, 1998).

Hoje, vemos a possibilidade, por meio de lutas cotidianas, principalmente dos movimentos sociais, de esse paradigma em questão ser destituído, pois acreditamos, contrário a Hobsbawn (1985:284) quando afirma “*a mudança mais*

importante e de mais longo alcance da segunda metade deste século e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”, que a história recente dos assentamentos realizados no Brasil, apresenta evidências mais do que comprobatórias do poder transformador das áreas reformadas na direção do rejuvenescimento econômico das regiões onde se localizam (NAVARRO, 1996:89)¹⁸.

Em nossa linha de pensamento corroboramos com os autores que afirmam que a questão da reforma agrária deve continuar sendo uma prioridade para o desenvolvimento nacional. Apesar das ações contrárias, o campesinato segue resistindo e o debate sobre o tema se fortalece a cada dia. Entretanto, vários vieses precisam ser compreendidos e a presença de categorias que ajudam na análise da questão agrária como um todo devem ser debatidos. Nesse contexto, os movimentos sociais, a juventude e a educação são elementos importantes e relacionados com o estudo em questão. E, a julgar pela agenda dos movimentos sociais¹⁹ e do governo através dos seus interlocutores oficiais, esse debate está apenas começando.

¹⁸ Atualmente Navarro, se contrapõe fazendo críticas a atual estrutura do MST, Para melhor entendimento ver o artigo de NAVARRO, Z. revista *Redes*, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em maio de 2010 (volume 15, número 1, p. 196-223), disponível online

¹⁹ Cf. ABRAMOVAY, Ricardo.; MAGALHÃES, Reginaldo.;SCHRÖDER, Mônica. **A agricultura familiar entre o setor e o território**.São Paulo. FEA/USP. 2005:3

2. A AGRICULTURA FAMILIAR E O CAMPESINATO.

“A resistência a dominação é característica essencial para quem quer compreender a história camponesa” (Bernardo M. Fernandes).

O fato de uma unidade produtiva associar família–produção-trabalho está intimamente ligado às formas econômicas e sociais de atuação cotidiana. Proprietária dos meios de produção e assumindo o trabalho no estabelecimento produtivo, a família passa a ser o ponto de partida para o estabelecimento do conceito de agricultura familiar.

Para Hugues Lamarche (1993:14) “a agricultura familiar não é um elemento de diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade”, portanto, torna-se uma categoria que congrega em si uma grande diversidade de formas sociais, por meio da combinação, no tempo e no espaço, entre propriedade e trabalho.

A agricultura camponesa tradicional, segundo Wanderley (1996:1), “vem a ser uma das formas sociais da agricultura familiar, uma vez que se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família”, contendo particularidades diretamente relacionadas às atividades econômicas, às experiências de sociabilidade que a diferenciam no interior do conjunto maior da agricultura familiar permitindo uma forma peculiar de inserção na sociedade global

Vários são os estudos em nível mundial, entretanto, alguns aspectos importantes sobre as características das sociedades camponesas precisam ser sublinhadas a fim de podermos discorrer sobre as “raízes históricas do campesinato brasileiro”²⁰ e, conseqüentemente, entendermos a origem do MPA.

Os cinco principais traços característicos das sociedades camponesas identificados por Henri Mendras (1976) e citados por Maria de Nazareth Wanderley (1996) são:

²⁰ Pretendo apoiar-me, neste capítulo, especialmente, nos trabalhos dos professores Henry Mendras (1984) e Marcel Jolivet (1974) contidos na reflexão produzida pela Dr^a. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1996).

- 1) uma relativa autonomia demográfica, social e econômica face à sociedade global²¹.
- 2) a importância estrutural dos grupos domésticos,
- 3) um sistema econômico de autarquia relativa,
- 4) uma sociedade de interconhecimentos e
- 5) a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

Podemos observar diferentes focos de atenção sobre o tema. Wanderley (1996) afirma que enquanto Henry Mendras se fundamenta na possibilidade de a comunidade camponesa promover uma maior interação entre a agricultura e a pecuária, reduzindo o sistema de pousio, com a utilização máxima dos subprodutos oriundos da diversidade na unidade rural (visando a uma maior segurança contra as intempéries e desigualdades das colheitas, com o intuito da segurança alimentar familiar), ou seja, sob a ótica da dinâmica interna da sociedade camponesa²², Marcel Jolivet a observa sob o panorama econômico global, onde a adaptação das técnicas tradicionais de produção agropecuária influencia, diretamente, o perfil familiar camponês. De fato:

“[...]O sistema de policultura-pecuária, que representa a forma não apenas característica, mas também, a mais elaborada, a mais produtiva da economia agrícola após a revolução forrageira do século XVIII e que continuou a se desenvolver e a se aperfeiçoar até uma época muito recente, supõe, para atingir sua plena eficácia, ser implantado nos quadros da unidade familiar de produção.” (JOLLIVET.1974:236 apud WANDERLEY, 1996:3)

²¹ No caso da econômica, se expressando pela capacidade de dispor a subsistência do grupo familiar nas suas necessidades imediatas e, também, na reprodução da família pelas gerações futuras, caracterizando-as como um sistema específico de produção e centralização da constituição do patrimônio familiar (WANDERLEY, 1996).

²² toda a arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas (WANDERLEY, 1996).

Considerando o camponês como um artesão independente, Jolivet afirma que a adequação necessária à economia como um todo se dá baseada na qualidade e quantidade de trabalho, tendo em vista a multiplicidade de obrigações e a labuta cotidiana intensa exigindo uma grande diversidade de aptidões e organização nos diferentes processos. Sentindo-se plenamente responsável pelos acontecimentos de sua unidade familiar de produção, ele pode, a qualquer momento, modificar seus projetos e programas de trabalho se adequando às intempéries da cotidianidade. Portanto, sua linha de ação não é ditada pelo exterior, fazendo-o impor a si mesmo uma terrível disciplina. Nesse contexto, a inserção do campesinato no panorama econômico global se daria, segundo esse autor, a partir de uma racionalidade interna que se moveria de modo a se ajustar às mudanças sociais.

Gervais et al (1965) apud Wanderley (1996) confirma essa percepção da agricultura familiar quando afirma que a todo momento os projetos e os programas de trabalho dos atores da agricultura familiar são modificados a fim de encarar um fato novo. Segundo o autor o individualismo²³ é uma urgência técnica do camponês artesanal em que ele impõe sobre si mesmo uma enorme disciplina, afinal, sua linha de conduta é oriunda de sua cotidianidade, do seu mundo individual e não imposta pelo mundo exterior .

Esta afirmação ainda pode ser aduzida de verdade quando analisado o modelo socialista implantado por Tepicht, na Polônia. O autor, em sua obra “Marxismo e Agricultura: o camponês polonês” (1973), demonstra que o

²³ Apesar de estar muito ligado à perspectiva econômica de Adam Smith (a de que cada um buscando seu interesse próprio, seria guiado a um bem maior) estaremos trabalhando o significado no caso camponês no sentido trabalhado por Eric Sabourin "Quanto mais as comunidades camponesas são dominadas e marginalizadas ou quanto mais se fecham sobre formas reduzidas de proximidade, reciprocidade familiar ou laços interpessoais diante de um contexto hostil, mais isolada, discreta ou até mesmo invisível é a inovação. O peso institucional e cultural dos modelos dominantes, ditos modernos, em termos de mercado, saber e poder, é apenas uma razão a mais que explica esta invisibilidade. Razão que, aliás, também está arraigada no individualismo da autonomia camponesa. Quando inova, o camponês o faz primeiramente para si mesmo e sua família, em função das especificidades de seu sistema de produção e de sua situação socioeconômica. Por isto também, todas as inovações camponesas não têm por vocação de ser retomadas, difundidas e adotadas por todos os agricultores da região" (SABOURIN, 2009:205).

campesinato estrutura seu trabalho em duas vertentes: na primeira pode-se observar o desenvolvimento biológico animal ou vegetal, também chamado de “tempo de não trabalho”, onde a lavoura ou a criação não necessita da intervenção humana pois tem seu desenvolvimento natural. Na segunda, pode-se observar os laços familiares, no desenvolvimento das atividades produtivas no estabelecimento familiar.

As ligações de trabalho efetivadas por pessoas que apresentam laços de parentesco que se envolvem nas atividades produtivas do estabelecimento familiar, mesmo sem estarem disponíveis no mercado de trabalho, são denominadas como forças produtivas não disponíveis.

Segundo Wanderley (1998), “trata-se, portanto, de estabelecer os ajustes necessários entre a força de trabalho disponível e o ritmo e a intensidade do trabalho exigido ao longo do ano”. Ajuste que, dependendo da atividade exercida, poderá exigir a presença de trabalhadores externos, como os contratados, por um determinado período, ou a existência da pluriatividade na unidade produtiva. Fatos que se tornam possibilidades inerentes à própria forma de produzir do camponês mas cuja concretização dependerá, fundamentalmente, do contexto mais geral que engloba o campesinato.

Um desses fatos é a perpetuação das gerações futuras, fato que se encontra intimamente atrelado à sobrevivência, presente no âmago da família camponesa. A possibilidade de transmissão de conhecimentos, técnicas e condições dignas de sobrevivência permeia a filosofia campesina em que a tríade família, produção e trabalho torna-se um eixo central de ação. A sucessão entre gerações são fundamentadas em estratégias, a médio ou longo prazo, para a consolidação da constituição do patrimônio fundiário. Nesse contexto, a alocação dos diversos membros da família no interior ou fora do estabelecimento, a intensidade do trabalho, os recursos disponíveis na unidade produtiva, as associações formais e informais entre parentes e vizinhos, são alguns dos pontos a serem observados para assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução de gerações ulteriores.

Nesse contexto pode-se também observar o fato de os pequenos produtores rurais existirem e se moverem no quadro de uma sociedade capitalista, possuindo uma certa força oriunda da realidade em que vivem, promovendo uma dinâmica peculiar. O modo de produção camponês, compreendido nas mais diversas formações sociais, relatado por Tepicht (1973), demonstra uma enorme capacidade do campesinato em flexibilizar-se e adaptar-se à diferentes situações. O autor, dentro do contexto da questão agrária, faz a tentativa de aproximação de duas correntes aparentemente antagônicas: os populistas russos e os marxistas. No caso dos populistas, observamos como referência teórica, no tocante à questão agrária, a presença de Alexander Chayanov. O autor enfatiza a necessidade de se entender que a lógica econômica que norteia o campesinato, via capital, não é falsa, mas, sim, uma verdade indeterminada, pois faz-se necessário conhecer o âmago de sua categoria social, que se descubra como ele se organiza do ponto de vista econômico e social. Há, portanto, uma complexidade a ser analisada tanto do lado como o camponês é explorado pela sociedade capitalista como, também, de que forma ele se reproduz e se transforma no quadro dessa exploração.

Para Chayanov (1974), o processo de transformação interna família/estabelecimento oriundo da evolução de sua composição²⁴, aliado à centralidade da família, como detentora do espaço de trabalho e da propriedade, também, como definidora das necessidades de consumo do grupo, é denominado de “diferenciação demográfica”.

O campesinato tem uma cultura própria onde o passado apresenta-se como um forte componente nas reflexões do agricultor camponês, pois o saber tradicional, que justifica as tomadas de decisões em todos os âmbitos e é transmissível aos filhos é comumente usado no enfrentamento dos desafios presentes e na preparação para o futuro.

A existência de elos que ultrapassam os laços familiares e de parentesco faz com que a agricultura camponesa tradicional tenha a peculiaridade de ser

²⁴ No sentido de membros que compõem o núcleo familiar

profundamente inserida em um território no qual seus membros convivem com outras categorias sociais e desenvolvem uma sociabilidade específica permeada de interconhecimento promovendo uma vida social rica e intensa, que vem sendo descrita ao longo do tempo, principalmente na literatura sobre a vida no campo nos séculos XVIII e XIX.

“Uma coletividade rural apresenta uma dupla natureza funcional. Ela é, por um lado, um estabelecimento humano de valorização de um meio natural. A população local utiliza o território para sua subsistência; a aldeia (“village”) é um atelier de produção correspondente a um território. Por outro lado, é também uma unidade de habitação, de residência, um quadro de vida familiar e social de um gênero particular, caracterizado, notadamente, pela sua fraca dimensão e pela estabilidade da população” (JOLLIVET e MENDRAS,1974:209).

Com uma autonomia relativa e um modo próprio de funcionamento, o campesinato é composto por certos elementos que lhe são, originalmente, externos, como a policultura da criação a fim de garantir a subsistência da família camponesa²⁵. A explicação dessa relação entre a capacidade do camponês de assegurar a subsistência da família, em sua própria parcela e o pesado encargo que representava a renda em trabalho²⁶, é intimamente ligada ao domínio senhorial que tinha tendência a reduzir a unidade camponesa a uma parcela inferior ao mínimo necessário para a sua subsistência. Esse fato é bem explicado por Kula em seu estudo sobre sistema feudal na Polônia

O domínio senhorial tinha tendência a reduzir a unidade camponesa a uma parcela inferior ao mínimo necessário à sua subsistência. O fato que um ano bom permitia a esta unidade gerar excedentes que podia oferecer no mercado, estimulava o senhor a diminuir sua área ou a aumentar os encargos que pesavam sobre ela; com isto, bastava uma safra “ruim” para que ela não pudesse satisfazer suas necessidades. (KULA, 1970:46 apud WANDERLEY, 1996:6).

²⁵ Segundo Wanderley (1996:3) “porém, ele não elimina a fragilidade da agricultura camponesa, nem impede a emergência das situações de miséria e de grandes crises: seus resultados dependem de causas aleatórias, de origem natural - os efeitos das intempéries - ou das implicações das relações político-sociais dominantes, especialmente a extração da renda da terra”.

²⁶ Para Marx, as relações sociais de produção e de renda dividem os homens entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Esta formação, característica da sociedade capitalista, expressa as desigualdades nas quais se baseiam as classes sociais. Entretanto, faz-se importante ressaltar, que para Marx a divisão social do trabalho sempre existiu em todas as sociedades.

Ao contrário do estudado por Chayanov (1974), na Rússia, onde os camponeses escolhiam a dimensão da área a ser cultivada, desfrutando de uma autonomia nas tomadas de decisão, os camponeses estudados por Kula (1972) viviam uma relação extra-econômica com os senhores feudais, isto é, sua legitimidade social se baseia em outras razões - como os princípios da lealdade e dos direitos superpostos dos diversos detentores da terra - não se explicando como uma necessidade ligada imediatamente à subsistência do produtor direto.(WANDERLEY e LOURENÇO ,1998)

Aa posse da terra na propriedade familiar tem um peso muito grande para o camponês como afirma Mendras em sua obra “O fim do campesinato”: toda história agrária pode ser analisada como uma luta dos camponeses pela posse total da terra, libertando-se dos direitos senhoriais e das servidões coletivas. (MENDRAS, 1984 apud WANDERLEY, 1997)

Ao contrário dessa linha de pensamento, vemos alguns pensadores de formação marxista, a exemplo de Hobsbawn (1985:284), afirmarem que a reforma agrária não é mais necessária, pois “a mudança mais importante e de mais longo alcance da segunda metade deste século e que nos isola para sempre do passado é a morte do campesinato”. Essa tese da tendência do campesinato no capitalismo nasce e se desenvolve dentro de uma matriz teórica proveniente de Marx, no entanto, nenhuma de suas obras se dedica à questão agrária.

Nesse contexto, Abramovay (1992) relata que não é comum, encontrar uma questão agrária formulada nas obras de Marx²⁷. Em seus Manuscritos de Paris de 1883-4, o autor imagina a propriedade fundiária como a fonte de toda a alienação humana, onde sorratamente vê-se que a terra possui o camponês e não o camponês a possui.

A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é imediatamente possuído, comido, vestido, habitado, em resumo, utilizado por nós (MARX, 1986:77)

²⁷ Segundo Malagodi (1993), não encontramos descrito nos autores clássicos, pioneiros da análise do capitalismo, como Adam Smith, David Ricardo, uma teoria do campesinato. Não era seu objeto de estudo

Com a concepção de que dividir a terra é dividir a propriedade privada, e não acabar com ela, Marx rejeitava toda e qualquer proposta de divisão de terra. Fato que pode ser claramente observado no texto “Manifesto Comunista” escrito em conjunto com Friedrich Engels. Os autores demonstram o pessimismo em relação ao futuro da propriedade camponesa na sociedade capitalista.

A revolução francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal em favor da propriedade burguesa. O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa. Mas a moderna propriedade privada burguesa é a última e mais perfeita expressão do modo de produção e de fabricação e apropriação de produtos que se baseia em antagonismos de classes, na exploração de uns pelos outros. Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nessa única expressão: abolição da propriedade privada. Propriedade adquirida, fruto do próprio trabalho e do mérito pessoal! Falais da propriedade do pequeno burguês, do pequeno camponês, que antecedeu a propriedade burguesa? Não precisamos aboli-la: o desenvolvimento da indústria já a aboliu e continua a aboli-la diariamente. (MARX e ENGELS, 1998)²⁸

Marx referencia o isolamento político imposto aos camponeses tendo em vista sua falta de identidade enquanto classe social. Comparando-os muitas vezes, tendo em vista a pobreza em que se encontravam, com batatas em um saco de batatas. O apoio dado pelos camponeses a Luis Bonaparte, na verdade, demonstrava o caráter conservador da sociedade Francesa que, em realidade, sonhava com o retorno dos tempos de esplendor da pequena propriedade vivenciados durante o governo de Napoleão Bonaparte.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa cujo membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão de trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade.[...] A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, esses milhões constituem

²⁸ Ver Manifesto Comunista - **MARX**, Kark; **ENGELS**, Friedrich. O Manifesto comunista; Tradução Maria Lucia Camo. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 – Coleção Leitura.

uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. (MARX, 1985:74-75)

Quando analisamos os olhares de Marx sobre o campesinato, podemos observar no Livro 1, Volume II, do “Capital”²⁹, que o autor faz um detalhamento do desaparecimento da propriedade camponesa e da formação dos camponeses em proletários, na Inglaterra, em uma análise histórica que se situa no final do século XV e o início do século XVI, porém, só concluído no século XIX. Essa fase também marca o fim da sociedade feudal e o sobrevir da sociedade capitalista burguesa. A necessidade de homens livres sem laços de servidão de seu senhor fez com que fosse separado o antigo servo de seus meios de produção – de sua propriedade. Há a transformação de camponeses em miseráveis tendo em vista a destruição das propriedades camponesas. Os camponeses viram-se obrigados a procurar empregos como assalariados da classe emergente pois suas terras foram transformadas em campos de pastagens de ovelhas e de caça.

Às custas de destruição da propriedade camponesa, emerge a sociedade capitalista pondo fim à sociedade feudal. Para Marx esse é o início do fim do campesinato.

Para Kautsky (1986:329), outro autor marxista, a coletivização da agricultura geraria, também, a socialização das empresa agrícolas. Afirmando que a grande empresa não expropriará o pequeno camponês, ela o arrancará do inferno que a sua propriedade privada, hoje, o acorrenta. Na interpretação de Kautsky, os pequenos camponeses trabalhavam mais e se alimentavam menos, nos lugares onde eles continuavam sendo simplesmente lavradores, em oposição à grande exploração, agindo como concorrentes e não como operários. Afirmo que a jovem geração de agricultores abandona os campos, a exemplo do que faz a classe dos assalariados rurais.

Com o surgimento por todos os lados de latifúndios socialistas, cooperativas de homens livres, o abandono da nesga de terra pela

²⁹ MARX, K. **O Capital**: a crise da economia política. Livro 1, Volume II, Capítulo XXIV. 12ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Bertrand Brasil, 1985.

cidade se transformará ainda mais rápido dessa nesga de terra pela grande exploração coletiva (KAUTSKY, 1986:328)

Assim como Marx e Kautsky; Lênin (1982) formula sua tese de diferenciação social, tramada pelo avanço das relações capitalistas, onde previa o sumiço do campesinato em detrimento da consolidação do capitalismo.

Partindo da revisão das principais ideias dos clássicos, pode-se observar uma contraposição de ideias entre os autores. Para alguns, haveria a extinção progressiva do campesinato; para outros o campesinato passa a ser um elo importante para um novo processo político emancipatório.

Segundo Abramovay (1981) compreender a dinâmica das forças internas da unidade camponesa no quadro de sua inserção na sociedade capitalista parece ser a via mais interessante para o estudo da pequena produção agrícola. Não se trata de isolar o campesinato num suposto laboratório das categorias sociais. Trata-se, isto sim, de encará-lo de frente, como realidade efetiva, como uma força viva que, tendo sua existência determinada em última análise pelo capital, não reage de maneira apenas passiva diante do movimento deste.

Fica claro para o autor que determinações desta categoria social, o campesinato, não podem ser procuradas apenas no mundo que o cerca: é fundamental que se entre na sua intimidade, que se descubra como ele se organiza do ponto de vista econômico, político e social. Não se trata apenas de ver como o camponês é explorado pela sociedade capitalista, mas também, de que forma ele se reproduz no quadro desta exploração.

Ao fazermos essa breve revisão, entendemos que precisaríamos compreender a lógica das sociedades camponesas que persistem resistindo à dicotomia desenvolvida na teoria de Marx de redução da sociedade capitalista em apenas duas classes: burgueses e proletários.

Buscamos, principalmente, em Alexander Chayanov (1974) o suporte teórico dentro da literatura clássica que ao contrário dos estudos e as análises dos

Marxistas não se deram conta de que o campesinato tem uma lógica própria que foge à lógica do mercado, da ciência e do avanço da tecnologia.

O estudo do campesinato gira, portanto, em torno de duas vertentes teóricas. De um lado temos os marxistas ortodoxos como Engels, Lênin e Kautsky que defendem e sinalizam, o fim do campesinato com a gradativa proletarização. Contrapondo a idéia marxista, numa segunda vertente, temos a corrente que corrobora com a teoria de Alexandre Chayanov e enfatiza o *modus vivendi* camponês subordinado ao capitalismo ou buscando resistir e insurgindo contra essa subordinação.

Para Lênin o campesinato estaria fadado a acabar³⁰. O autor afirma que com o avanço do capitalismo todos se tornarão ou proletários rurais ou semi-proletários rurais.

Muitos autores, atualmente, acreditam que diante da agricultura capitalista o campesinato vai acabar, pois a agricultura camponesa se transformará pela diferenciação de renda.

O camponês, para Amin e Vergopoulos (1986), tem formalmente a posse dos meios de produção, numa proletarização dissimulada, pois não tem a posse real da terra. A industrialização da agricultura via mecanização das unidades produtivas camponesas e a conseqüente elevação dos custos de produção para compensar uma produção em escala cada vez maior faz com que haja o financiamento de recursos para a incorporação de tecnologias, fazendo com que haja a redução do número de propriedades e a concentração da produção nas mãos de poucos proprietários que tem condições de competir e investir (GERMER, 1992)

Na concepção de Amin e Vergopoulos (1986), a agricultura camponesa se encontra longe de ser extinta, porém, encontra-se cada vez mais subordinada ao capital.

³⁰ Para maior entendimento observar as idéias de Lênin, em seus escritos sobre a questão agrária, no tocando às análises dos censos agrícolas realizados pelos zemstvos em várias regiões da Rússia.

Concordando com Chayanov, Malagodi (2004) e Carvalho (2004) acreditam na força do campesinato como agente transformador da realidade rural. Para os autores o camponês tem as ações voltadas para as necessidades de sua existência e reprodução, sendo, portanto outra lógica de existência dentro do sistema capitalista que tem como objetivo a produção de lucro, expropriatória da terra e da vida. Interessante observar que a Via Campesina – Brasil segue essa linha de compreensão e concepção:

[...] a hipótese é que, nessa realidade, as expectativas em relação às necessidades e condições reprodutivas vêm primeiro. [...] do mesmo modo não se exclui a busca da formação do elemento capital [...] Entende-se, isso sim, que tais processos se subordinam (sic), também, às condições e necessidades reprodutivas. De modo geral, ao contrário dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente a reprodução (CARVALHO, 2004:183)

As classes acontecem historicamente, dentro das sociedades, sem um modelo predeterminado. E, por acreditar no histórico instrumental de luta contra o capital na sociedade brasileira, a Via Campesina – Brasil auxilia no resgate e na reafirmação do campesinato.

Seguindo a concepção de Thompson:

Las clases acaecen al vivir los hombres y las mujeres sus relaciones de producción y al experimentar sus situaciones determinantes, dentro del conjunto de relaciones sociales, con una cultura y unas expectativas heredadas, y al modelar estas experiencias en formas culturales. De forma que ningún modelo puede proporcionarnos lo que debe ser la verdadera formación de clase en una determinada etapa del proceso. Ninguna formación de clase propiamente dicha de la historia es más verdadera o más real que otra, y clase se define a sí misma en su efectivo acontecer. [...] Las clases e su acontecer dentro de las sociedades industriales capitalistas del siglo XIX, y al dejar su huella en la categoría heurística de clase, no pueden de hecho reclamar universalidad. Las clases, en este sentido, no son más que casos especiales de las formaciones históricas que surgen de la lucha de clase (THOMPSON, 1989:39)

Sendo capaz de recriar-se e adaptar-se nas diferentes composições, essa classe social permite que seu conceito seja estruturado nesse momento histórico, nas ações desenvolvidas nos e pelos movimentos com a utilização da mística e dos símbolos como bandeiras, bonés, camisetas entre outros permitindo a

constituição de sua identidade política por meio de um conjunto de discursos, articulações, processos sociais, culturais e políticos. Ou seja, por uma educação voltada para as necessidades desse grupo social.

Segundo Medeiros (1989), o termo campesinato foi banido e perseguido durante a ditadura militar, ressurge significado em outro momento histórico, porém, com o mesmo conteúdo de resistência dos camponeses contra o modelo capitalista. E, também, na busca de melhores condições de vida pela família, pois, segundo a teoria Chayanoviana a economia camponesa não se fundamenta em grandezas socialmente estabelecidas.

[...] a família é o fundamento da empresa camponesa – na sua condição de economia sem assalariamento, uma vez que é tanto o ponto de partida quanto o objetivo da sua atividade econômica. Como única fonte de força de trabalho, a família é o suposto da produção, cujo objetivo nada mais é o de garantir a própria existência. A unidade camponesa é, pois, a um só tempo unidade de produção e unidade de consumo e encerra, concomitantemente, as funções das esferas de produção e reprodução de tal modo que [...] a família e as relações que dela resultam tem que ser o único elemento organizador da economia sem assalariados (CHAYANOV, 1974:9)

Ao contrário da empresa capitalista, frente ao salário, a unidade camponesa exige uma dimensão econômica diferenciada, pois não se encontra isolada. As necessidades do camponês vão além do que se produz na unidade produtiva. Pode-se dizer que há uma relação (conflitiva) com o mercado. Relação esta que é exposta como necessária para a reprodução social da família. O bem estar da família é o fundamento da empresa camponesa garantindo sua subsistência.

Para Carvalho (2004:323) o “campesinato constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico é caracterizado por modos de ser e de viver que lhe são próprios, assim, considera as especificidades camponesas como racionalidade própria”

Interligado a essa compreensão outros autores, como Fernandes (2008), afirmam que existem outros elementos que devem ser levados em conta para a reprodução social do campesinato. A luta pela terra e a questão agrária é uma delas.

Sendo a ocupação e a resistência na terra formas dessa luta, muitas outras formas de contestação existem permitindo, assim, ao campesinato constituir-se enquanto sujeito social que age sobre suas condições de vida e, conseqüentemente, por meio da “re-significação” constante permite a construção política dos sujeitos sociais permitindo-os se posicionar na história como um ator político no cenário contemporâneo.

Sabemos que a origem dessa construção política se dá durante o processo bio-psico-social e vivencial do ator, o qual se torna o processo educativo num amplo aspecto de entendimento. Ou seja, parte-se do pressuposto de que todas as pessoas possuem de algum modo, uma forma de consciência política, sendo que, de fato, o que as diferencia, diz respeito ao conteúdo e, conseqüentemente, às suas práticas é seu *modus vivendi*.

Um questionamento nos vem à tona, como estaria sendo desenvolvida a consciência política dos jovens camponeses integrantes do MPA do Espírito Santo? Como se dá o processo educacional desses jovens tanto numa relação formal quanto informal de educação? O referencial teórico sobre educação será apresentado e discutido no capítulo 5 e o tema da consciência política será apresentado e discutido no capítulo 6.

3. O NASCIMENTO DO MPA

**Sozinhos somos fracos, isolados nos destroem
Unidos somos fortes, juntos viramos gigantes
Somos a gente dos calos nas mãos,
Somos o povo dos pés no chão
Somos os Pequenos Agricultores
(MPA)**

Ao longo da história brasileira muitos conflitos se fizeram presentes como forma de resistência³¹ do homem do campo em relação às transformações culturais, tradicionais, materiais, territoriais promovidas pelo modo de produção capitalista. Segundo Cadoná (2004), entender o agir dos grupos, o desenvolvimento de suas ações sociais através da história, significa compreender suas buscas, seus caminhos de transformações e libertação, suas organizações e relações sociais, mediadas por relações de poder.

Visando à transformação da sociedade conjuntamente com outros grupos organizados, o MPA se coloca com a proposta de por em movimento uma classe adormecida, recuperando o potencial revolucionário dos camponeses (MPA, 2003a).

As manifestações camponesas, oferecendo resistências ao desenvolvimento do projeto neoliberal, mostram a opção pela construção de um novo projeto de vida, nos diversos âmbitos de socialização, tendo em vista uma resistência política, cultural, econômica, inserida na perspectiva de luta de classes, onde os oprimidos e explorados vivem subordinados ou em confrontação com os dominantes, re-significando os espaços onde a vida transita, procurando se distanciar dos vícios e lógicas do capital.

Vários caminhos em busca da autonomia e da libertação da opressão, que vão desde as lutas violentas, reivindicações, pressões, apatia ou mesmo alienação, são observados ao longo da história. Os denominados movimentos sociais são oriundos de ações que buscam autonomia e transformação social por

³¹ Entendemos resistência como as ações compreendidas pelas classes populares “*para conquistar o próprio direito à cidadania e a constituir-se como sujeito social*” (CHAUI, 1994:62); é a capacidade de luta das forças populares em construir esta nova sociedade

meio de um agir ativo, intencional e organizado, que age sob uma liderança, que possui um programa, baseado numa doutrina, apresentando um fim específico ou mudança.

[...] quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social (SCHERER-WARREN, 1989:9).

Partindo da compreensão marxista de Scherer-Warren (1989), compreendemos os movimentos sociais, entre eles o MPA, com base na natureza de sua ação para a transformação, da natureza de sua dinâmica (práxis³²), de sua proposta de transformação para a sociedade (projeto), dos princípios que o orientam (a ideologia) e dos condutores do movimento (a direção e a organização em suas diversas instâncias).

Sendo um movimento “(...) *movimento autônomo, de massa, organizado e dirigido pelos pequenos agricultores*”, o MPA, desde as suas origens, tem uma dinâmica e proposta clara de transformação da agricultura, caminhando, articulando e conduzindo suas lutas a partir de sua organização e de seus quadros de lideranças. Seu projeto político tem como objetivo modificar a situação da base por uma tomada de consciência de suas contradições. É neste sentido que entendemos o pensamento: “*Quem tem projeto transforma a realidade*”³³, modifica a sociedade.

[...] se a noção de práxis se refere à natureza da ação do movimento, dos meios para determinado fim, pela noção de projeto entendemos a determinação de um “fim” para o movimento, ou seja, as metas, os objetivos, as utopias na produção transformadora do social (SCHERER-WARREN, 1989:16).

³² No sentido sociológico significa a “... *atividade material humana, transformadora do mundo e do próprio homem*” (SCHERER-WARREN, 1989, p.14) e se encontra intimamente ligada ao projeto.

³³ Scherer-Warren (1989, p.15), recorrendo a Sartre, “(...) através de seu projeto que o homem se define a si mesmo, se produz e supera perpetuamente a condição que lhe é dada, revela e determina sua situação, transcendendo-a para objetivar-se, pelo trabalho, pela ação ou pelo gesto”.

Aliado à ação e ao projeto, precisamos de princípios para orientar a caminhada, de uma ideologia para alimentar as lutas e os projetos. Não aquela ideologia apenas encontrada nos dicionários, mas compreender a ideologia em seus princípios valorativos, em suas manifestações culturais e representações de caráter classista, que orientam a práxis do grupo e a elaboração de seu projeto (Scherer-Warren, 1989).

Todo cuidado é pouco, quando se faz um trabalho popular de base, evitando os extremos. Segundo Wanderley (1980:113) a supervalorização de ações espontâneas, sem uma institucionalização adequada, muitas vezes leva ao irracionalismo, também chamado de basismo. Em contrapartida o puro cientificismo, supervalorizando a teoria sem uma prática adequada leva ao vanguardismo e ao intelectualismo.

- a) Vanguardismo no qual uma elite intelectual e política dá rumo ao movimento, com o papel de conscientização dos membros durante seu desenrolar;
- b) Basismo ao contrário do vanguardismo há uma redução da necessidade de lideranças intelectuais e políticas

O que se busca, na realidade, é uma participação equivalente entre os membros, em todos os níveis de decisões e no estabelecimento de princípios. Estas posições, tomadas de forma unilateral, mostram-se ineficazes e equivocadas no desenvolvimento das práticas dos movimentos sociais.

Estas categorias, acima destacadas, ajudam a compreender os movimentos sociais e o próprio MPA. Para Marx, a práxis sempre foi um elemento fundamental de transformação da sociedade, permitindo a busca de sua autonomia.

Entretanto, os movimentos sociais não são algo tão novo como parecem. Para Gohn (2003), eles buscam dar continuidade e se alimentam das velhas forças históricas, fazendo com que o campesinato esteja em permanente construção, em contínuo acumular de forças, articulando-se com outras forças históricas, rumo à autonomia e à transformação social.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) pode ser considerado como um movimento social camponês, histórico e classista, diferente dos NMS³⁴ por ter uma dinâmica própria, o que não significa dizer que ele não esteja preocupado com as questões específicas e relacionadas às temáticas ecológicas, de fome, de gênero. Pois os projetos e experiências coletivas que têm sido gerados dentro do movimento demonstram novas formas de utilização das forças produtivas criando mudanças no ponto de vista estrutural, político e social. Ou seja, há a presença em seu nascimento de uma dinâmica e uma pedagogia própria.

O nascimento de um movimento está, geralmente, ligado ao ambiente de carências, descontentamento e insatisfação, diante de necessidades e interesses concretos não atendidos/negados. As mobilizações são oriundas desse descontentamento, que trazem o desejo de mudança e, ao mesmo tempo, o desencanto com as mediações ou instâncias de poder que não correspondem em suas tarefas políticas. O desejo de mudança vai ao encontro da crença de que a força da união permita, se organizada, realizar pressão para a resolução de seus interesses. Permeado por relações educativas todo este processo vai-se territorializando e conquistando espaços de socialização.

A emergência de novos sujeitos, novos protagonistas, novas práticas, novas formas de intervir na sociedade é oriunda da ruptura da alienação cotidiana, onde o foco e sentido político e pedagógico da mobilização e da organização desembocam numa luta coletiva e em lutas maiores, bem além das questões iniciais, meramente econômicas e imediatas do próprio grupo. Um novo saber vem sendo construído e, para tanto, uma “nova política de base” vem sendo forjada a partir da cotidianidade misturada à herança cultural das comunidades dos grupos

³⁴ Tradicionalmente tem-se conceituado os conflitos sociais por meio de três características distintas: a) a identidade dos agentes ligados a uma determinada estrutura e grupo social (ex. camponeses); b) o tipo de conflito relacionado ao paradigma diacrônico-evolucionário (transição da sociedade tradicional para a sociedade de massas), e c) a pluralidade de espaços do conflito social reduzida a um espaço político unificado, onde há a representação de interesses tendo em vista a presença de agentes (ex: sociedade fechada com representação de interesses). (LACLAU, 2010)

exigindo um projeto de transformação, que envolve o Movimento e seus membros em nova forma e por nova forma de vida em sociedade.

Na origem do MPA, para além do contexto já indicado, esta dinâmica de mobilização, organização e luta coletiva já estava em desenvolvimento, em diversos espaços (sindicatos, oposições sindicais, setores ligados a CPT, etc.).

O seu nascimento se dá a partir da luta dos trabalhadores frente à “resistência do processo de exclusão e na busca de um lugar ao sol na construção da nação brasileira” (MPA, 1998).

Para a reconstituição da História do MPA, a fim de compreender a trajetória dos sujeitos da História, desde a primeira ação realizada no estado do Rio Grande do Sul, utilizei a literatura produzida por um dos pioneiros do MPA - Frei Sérgio Antônio Görgen - e realizei pesquisa de campo, no estado do Espírito Santo, lócus de onde provêm os entrevistados nessa tese

Segundo Görgen (1997), por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Igreja, motivada pela Teologia da Libertação, no início dos anos 1970, durante a ditadura militar no Brasil, desperta boa parte dos camponeses pobres a se organizarem. Tem início um número de movimentos sociais localizados que procuravam mudar o sindicalismo dos trabalhadores rurais que viviam atrelados ao Estado. Ganha repercussão nacional, entre os movimentos sociais do campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, o Movimento dos Povos da Floresta, o Movimento dos Ribeirinhos (esses dois na Amazônia) e o Movimento de Renovação ou Oposição Sindical.

Com o fim da ditadura militar, passaram por mudanças profundas e ficaram articulados com a Igreja – não sendo mais dependentes dela – tendo a necessidade de organizar e ampliar sua presença nas massas populares. A existência de um processo de reorganização interna e de afirmação na sociedade brasileira fez com que grande parte dos movimentos mantivessem as características de uma mística forte de animação e uma metodologia de respeito às decisões de base. Segundo Görgen, avanços significativos aconteceram tendo

como exemplo mais importante a Reforma Agrária com a presença do Movimento dos Sem-Terra.

De acordo com suas particularidades econômicas, sociais e culturais, cada segmento específico de camponês foi adequando suas necessidades organizacionais. Apesar de terem nascido de uma base geral de organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Pastoral da Terra, passaram a ser base social prioritária das atividades organizativas do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais surgido nas oposições sindicais aqueles que ainda tinham seu pedaço de terra - Os pequenos agricultores. Esses tinham como objetivo um sindicalismo combativo, que superasse a herança de sindicalismo fascista, burocrático e de gabinete, deixado por Getúlio Vargas. Porém, ao passar o tempo, esse novo sindicalismo foi-se alijando das bases e da metodologia participativa no processo de construção das lutas em defesa dos pequenos agricultores. Não promoveram a formação de novas lideranças, não renovaram seu quadro, perderam vitalidade e ficaram muito aquém das necessidades dos pequenos produtores, principalmente no tocante à crise profunda que cada vez abatia a agricultura familiar brasileira, deixando várias lacunas (GÖRGEN, 2004).

A partir destes campos de enfrentamento, decorrem várias frentes de trabalho e de atuação no novo sindicalismo (nos idos de 80), com as oposições sindicais, nos espaços da CPT, da CUT-Rural, nos assentamentos e acampamentos do MST, com os grupos ribeirinhos do MAB, com as mulheres da roça e jovens rurais.

O destaque nestas frentes de trabalho seria dado às lutas reivindicatórias, à elaboração de propostas mais amplas, às lutas no campo da política agrícola, à organização dos trabalhadores no processo produtivo, à ação na esfera institucional, ao trabalho de mobilização dos agricultores nas bases, etc.

Em todos os espaços e com todas as forças reunidas, procurava-se romper com o modelo agrícola implantado pela revolução verde, construindo novo projeto de desenvolvimento.

Nesse contexto, a CPT retoma seu trabalho de base junto aos pequenos agricultores buscando alternativas para sua sobrevivência na “roça”. Novas alternativas despontam, tais como a produção agroecológica e a cooperação agrícola (não nos moldes tradicionais do cooperativismo burocrático).

Entretanto, a ausência de políticas públicas, as quais deveriam proteger e dar condições aos pequenos agricultores para sobrevivência, permitiu que uma avalanche de acontecimentos, tais como a destruição, a descapitalização das bases econômicas dos pequenos agricultores fomentasse novamente a luta política com todo vigor.

De um lado via-se o velho sindicalismo corporativo “pelego” realizando a troca de favores com os artífices da onda neoliberal, enquanto o sindicalismo surgido das bases e das lutas encontrava-se enredado nas amarras da burocracia, sem objetivos claros, imediatos e estratégicos nessa nova conjuntura (GÖRGEN, 1997)

O sindicalismo rural cutista, neste período, centrou seus esforços em dois campos: discutir e elaborar um Projeto de Desenvolvimento Rural alternativo para a Agricultura Familiar, baseado na agro-ecologia, na sustentabilidade econômica e ambiental e a disputar por dentro a estrutura oficial do sindicalismo rural brasileiro. No primeiro aspecto houve avanços incalculáveis e que hoje representam um enorme acúmulo de perspectiva de se construir uma nova agricultura de base familiar. No segundo aspecto, revelou-se um equívoco estratégico de graves proporções, constituindo-se no mais importante fator a provocar o imobilismo do sindicalismo rural até então combativo (GÖRGEN, 1997:11)

Diante da necessidade de uma nova postura, tendo em vista a ausência de repostas efetivas do conjunto do Movimento Sindical e sentindo muito a pressão das bases, um grupo de dirigentes sindicais, em vários Estados no País, assume e retoma o trabalho de base entre os pequenos agricultores visando a um panorama onde ocorrem lutas concretas.

No caso específico dos camponeses, um dos marcos que contribuiu para a afirmação das lutas e impulsionou a decisão de organizar os pequenos agricultores foi o 2º Congresso dos Trabalhadores Rurais (Passo Fundo, RS, 1993) com a presença marcante do modelo do MST e seus colaboradores,

fundamentando e influenciando as ações cotidianas. Este encontro reuniu lideranças, colocou entre seus objetivos a definição de nova estratégia para o meio rural, trazendo ao debate a questão do “*projeto para o campo*”, a alternativa de desenvolvimento econômico para o campo.

Foram estas lutas e estes atores sociais que prepararam o chão para que a semente do MPA vingasse, em um futuro próximo, nas comunidades.

O primeiro resultado dessa nova postura aparece diante do fato histórico, no Rio Grande do Sul, com a Mobilização da Seca, que desencadeou as ações que promoveram o surgimento real do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no final do ano de 1995 e início de 1996.

Durante a grande estiagem que assolou o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, angustiados com a falta de resposta dos governos estadual e federal para suas reivindicações, os pequenos agricultores acamparam em cinco regiões, sendo que o núcleo central situou-se à margem da principal via rodoviária de Sarandi (BR 386), região noroeste do Estado, reivindicando um Crédito de Manutenção Familiar para aqueles que foram atingidos pela brutal estiagem.

[...] No dia 15 de janeiro mais de 5.000 pessoas estavam instando barracos na beira da estrada federal em Sarandi/RS, chegando a mais de 9.000 pessoas no final de semana. Em seguida, iniciou-se o bloqueio da rodovia por algumas horas durante o dia e iniciaram-se as negociações em Brasília e Porto Alegre [...] Na semana seguinte a população no acampamento de Sarandi aumentou para 16.000 pessoas e outros acampamentos iniciaram em Erechim (5.000 pessoas), Lagoa Vermelha (4.000 pessoas), Santo Ângelo (500 pessoas), Júlio de Castilho (1.500 pessoas) e Porto Alegre (500 pessoas). A população total mobilizada beirou 30.000 pessoas (GÖRGEN, 1997:22-23).

A proposta de mobilização após ser discutida nas devidas instâncias do Departamento Rural da CUT do Rio Grande do Sul foi instaurada. Cadoná (2004) afirma que quem esteve à frente do protesto foram lideranças sindicais, religiosos (as), alguns sacerdotes e lideranças de Igrejas, todos ligados à Pastoral da Terra. Na véspera da ação aconteceu o vacilo dos dirigentes, o descontentamento da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul) e “a tentativa de acordo com ela, o adiamento da data de início e a rebelião de um

grupo de dirigentes sindicais cutistas afirmando: “Vamos fazer a Mobilização da Seca com ou sem o Departamento Rural da CUT” (GÖRGEN, 1997:13). Segundo o autor:

[...] a Mobilização da Seca teve início em 15 de janeiro de 1996, na região de Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul, de acordo com a programação inicial, e nas demais regiões do Estado no dia 21 de janeiro, por causa do recuo dos dirigentes e da falta de preparação das bases. Esta mobilização, porém, permaneceu o tempo todo dividida entre duas estratégias. A) Uma apostando na mobilização de base e na pressão social organizada, levando em conta principalmente as aspirações das bases efetivamente mobilizadas; b) Outra apostando em amplos acordos de base e alianças de cúpula, orientando-se por uma estratégia nacional de fortalecimento de setores cutistas dentro da Contag e negociando sem levar em consideração as aspirações do povo mobilizado à beira das estradas. (GÖRGEN, 1997:13).

Algumas das práticas mobilizadoras do MST foram adotadas, entre elas, trancamento de rodovias, marchas, passeatas, acampamentos, ocupação de prédios públicos, etc. O protesto durou três semanas e, no auge da ação, havia em torno de trinta mil pessoas, mobilizadas por cerca de quarenta sindicatos “autênticos”³⁵.

As autoridades estaduais e federais da época³⁶ não puderam ignorar o fato e criaram uma linha de crédito para auxiliar os pequenos agricultores, chamada de “cheque-seca”, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais)³⁷. Assim, na origem do MPA está a luta dos pequenos agricultores, que se mobilizaram a partir de uma necessidade concreta, assumindo posições e partindo para o confronto. Sendo assim, “o MPA tem a vida na terra como motivo de sua existência. A essa razão estão associadas outras condições: o trabalho; a produção; a resistência” (MPA, 2005:7)

³⁵ Que realmente estavam representando os desejos dos pequenos agricultores.

³⁶ É tempo da administração política do governador Antônio Brito (RS) e do ministro da agricultura, Arlindo Porto, governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

³⁷ Em 1996, o salário mínimo nacional tinha o valor de R\$ 114,00. O cheque seca, deste modo, equivalia a 3,5 salários mínimos. O curioso é de que o mesmo Brito, em cima dos R\$ 400,00, faturou politicamente, realizando campanhas políticas pelos municípios, revoando com o “famoso helicóptero” do Estado do RS (CADONA, 2004:67).

Segundo Cadona (2004), nos dias de acampamento diante das dificuldades de coordenação e para dar melhor encaminhamento nas decisões, bem como, partilhar os resultados das discussões dos grupos nas assembleias diárias, tomou-se a decisão de formar pequenos grupos semelhantes àqueles organizados pelas CEBs, e MST, sendo fundamental para, em um segundo momento, realizar o trabalho de nucleação nas comunidades, imprimindo, assim, *“jeito e a cara do MPA”*.

O MPA nasce da luta, em 1996, no meio de projetos, de articulações e de sonhos, como uma dissidência do sindicalismo cutista na região Sul, não sendo sindicato, partido político, nem apêndice da igreja (CPT), nem prolongamento da CUT-Rural, nem se confundindo com as missões políticas do MST (CADONA, 2004).

Conforme a executiva do MPA (MPA, 2002a, p.4), nasce lutando contra o modelo agrícola que só favorecia os grandes produtores e os produtos de exportação, construindo uma nova proposta de agricultura, pela qual a produção de alimentos deve ser feita por uma multidão de pequenos agricultores e não por meia dúzia de grandes empresas estrangeiras.

Nasce com a convicção e com a determinação de que há a necessidade de um processo de formação em todos os níveis, com tarefas políticas determinadas, para resistir na terra, breçar o processo de exclusão social que vem sendo imposto aos pequenos agricultores, lutar por crédito subsidiado como forma de organizar os camponeses e aumentar a capacidade de resistência; defender a agricultura camponesa; construindo, portanto, um movimento social forte e capaz de colocar a agricultura familiar dentro das decisões políticas e econômicas do País.

Entretanto, segundo Frei Görden (2004), um dos idealizadores do movimento, alguns desafios deveriam ser encarados dentro de um processo contínuo de lutas:

- a) Construir um processo de lutas de massas de pequenos agricultores capaz de colocar o governo em xeque.

- b) Promover a formação política e organizativa de massas, lideranças e dirigentes, dando corpo e forma a uma organização sindical capaz de enfrentar os desafios de um processo de luta, capaz de mobilizar as bases e preparar e promover os enfrentamentos que se fizerem necessários.
- c) Clareza ideológica em todo processo de lutas e negociações.
- d) Preparar grupos cada vez maiores da massa para enfrentamentos mais radicais com o governo e seu esquema repressivo.
- e) Presença de pessoas plenamente identificadas com a massa organizada e que se tornem especialistas nos processos de negociação.
- f) Discutir, estudar, aprofundar e implementar formas de lutas criativas de impacto na opinião pública, de pressão sobre o governo e de aplicabilidade por parte da massa organizada.
- g) Reorganizar internamente o sindicalismo, superando o sindicalismo “cartorial”.
- h) Construir uma mística própria dos pequenos agricultores, que se manifeste na música, nas poesias, nas expressões, na convicção profunda, na clareza de objetivos imediatos e estratégicos, na identidade cultural, no conhecimento e respeito das diferenças e sadia convivência.

Segundo os integrantes do MPA o Brasil passa, a partir dessa mobilização, a conhecer aqueles que fazem “a grande agricultura do país – os pequenos agricultores”. “Conscientes de que o “gigante que até então se encontrava adormecido” precisa alicerçar-se profundamente na organização de base e na luta, pois isolados, ilhados, serão engolidos pela atual conjuntura sócio-política e econômica do país” (MPA, 2003:7).

Em 1998, acontece o 2º Encontro Nacional do MPA, em Brasília. Reunindo lideranças de sete estados após debates e discussões sobre o futuro do movimento em nível nacional, visaram o fortalecimento da organização desse grupo de atores que não foram prioridade para os governos, os quais sempre deram assento às vozes dos grandes fazendeiros, granjeiros e empresários rurais,

aceitando totalmente a imposição dos grandes capitalistas internacionais, no chamado modelo Neoliberal, Globalização da Economia ou Mercado Global (MPA, 1999).

Diferenciando-se dos demais movimentos por ter como mote o método “*praticar-organizar-praticar*”, o MPA com a preocupação em definir segundo Cadona, “qual a sua cara” em sua primeira cartilha datada de 1999, e nas subsequentes, transmite a idéia de que deve ser um movimento que fundamenta suas ações a partir de dois eixos: a análise de conjuntura e o trabalho de massas. Sendo que as mudanças de conjuntura vão indicando mudanças políticas nas formas de agir e de organizar as massas.

Mantendo sua organização a partir das diversas instâncias que compõem o movimento (grupos, associações, cooperativas, entre outras) apresenta uma dinâmica própria, caminhando a partir de princípios ideológicos com propostas adequadas à transformação da agricultura.

Diante da afinidade ideológica com o MST, muitas vezes, as práticas e ações são semelhantes, por exemplo, a pressão prolongada é uma das armas fundamentais. O Movimento não mobiliza sem ter em vista lutas prolongadas e envolvimento massivo dos camponeses, que nos remete aos diversos níveis organizativos e a relação da massa³⁸ com as bases e vice-versa, indo ao encontro da própria essência do movimento.

Inspirando-se nos princípios do MST onde massa é “[...] o conjunto de pessoas de uma determinada categoria ou classe, que está dispersa ou organizada em torno de uma proposta e que pode desenvolver atividades diversas” (MST, 1991:20), o MPA compreende a potencialidade dela como agente transformador da sociedade

³⁸ A massa pode adquirir significação pejorativa. No senso comum, pode ser compreendida como aquilo que tira a qualidade, a essência, a vida de um movimento. Evidentemente, há outros sentidos de compreensão: na política, a massa pode ser entendida como objeto de manipulação e manobra; na visão liberal, a massa geralmente é “*incapaz*” e, por isso mesmo, pode ser manipulada através de políticas assistencialistas e populistas; nas igrejas, a massa é “*rebanho de ovelhas*”, etc.

Mas a massa, por si só, não consegue exprimir toda a sua força e transformar. Por isso, é preciso orientá-la, educá-la, organizá-la. A massa encontra condições favoráveis para sua educação quando colocada em movimento. Seu desenvolvimento acontece nas ações concretas, nas mobilizações permanentes, a partir de suas necessidades, participando ativamente das lutas, convivendo politicamente, sendo educada ideologicamente de forma planejada, através de diversos meios. Para que isso aconteça, se faz necessária a articulação com as bases. Nesta relação entre massa e base, que é de interdependência, faz-se mister desenvolver muitas frentes de trabalho, fundamentadas em princípios comuns, dos quais se destacam as necessidades, a exigência de respostas rápidas a problemas, os níveis diferenciados de compreensão, as aspirações, o gosto pela ação, as vitórias, as referências, a base organizada, a formação, etc. Sem, pelo menos, alguns destes elementos é pouco provável acontecer trabalho de massa, muito menos compreender a massa como força e sujeito de transformação social.

Deste modo, com o trabalho organizado e comprometido, as práticas do MPA procuram ser pensadas de forma duradoura, consistente, alicerçada “em terreno pedregoso”. Os líderes dos grupos e as coordenações se preocupam em organizar as massas, desenvolver a formação e a educação, imprimir direção aos grupos e demais instâncias de organização. Aliás, esta foi uma das preocupações manifestadas pelo Movimento desde suas origens; uma preocupação nos acampamentos e depois reproduzida nas experiências das diversas comunidades e grupos de agricultores.

Com isso, o MPA tornou-se um diferencial paradigmático, pois a educação, formação, direção, o sentido de projeto, construído enquanto se caminha, norteiam suas práticas e compromissos. Nesta práxis, o espaço, por excelência, de trabalho de massa passou a ser as manifestações (MPA, 2003:18-19). Neste sentido é que Gadotti afirma (1995:140): “Os trabalhadores não inventam as lutas, não inventam o movimento social, apenas o politizam”. É o que se propõe o MPA: reunir os pequenos agricultores e seus descontentamentos, transformando-os em força política de mudança. Este processo, evidentemente, não é espontâneo, ele é

organizado, intencional, de construção de hegemonia, fundamentalmente educativo.

Este processo educativo, em primeiro lugar, encontra sua força na ideologia (GADOTTI, 1995:83). O ato de educar exige tomar partido, levar em conta o conflito que o cerca, colocar a questão do poder no centro da questão pedagógica. Deste modo, é impossível educar sem um projeto político.

O Movimento, em suas diversas ações, assim pensa e desenvolve a educação, ou seja, nos diversos espaços de lutas se formam os militantes, a consciência de classe, a formação política, moral, cultural, etc. As lutas e os objetivos do movimento vão imprimindo o ritmo da formação e as teorizações necessárias. Assim, o processo formativo e educacional se dá pelas contínuas tomadas de posições, de decisões, pela organização, pelo exercício do poder, pela dinâmica imprimida pelo e através do Movimento.

Mais próximo do cotidiano dos pequenos agricultores, com os grupos e comunidades, situa-se o trabalho, princípio educativo por excelência, ou seja, a formação para a produção e através da produção e seus processos produtivos, é um dos pontos valorizados pelo Movimento. Entretanto, o trabalho realiza, mas também pode alienar o ser humano.

No modo de produção capitalista o trabalhador não produz para si mesmo, mas para o capital, por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital (...) Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar (MARX, 1985, p.583).

Para a transformação do sistema capitalista como *modus vivendi* e de produção de um amplo processo de socialização nos mais diferentes espaços, conseqüentemente, há a necessidade de desenvolvimento das faculdades humanas no trabalho de convivência e aprendizado com e da natureza, pois ele passa a se constituir um movimento profundamente pedagógico.

O Movimento reconhece que “A massa se educa em movimento. Ela cresce e se forma nas ações concretas. As mobilizações permanentes possibilitam uma

convivência política e as massas aprendem a gostar de sua organização e de suas propostas” (MST, 1991:28-29).

O MPA surge, portanto, como um movimento popular, de massa, autônomo, com objetivos comuns, lutando, na beira da estrada, embaixo de barracos de lona, contra a presença de juros abusivos, de falta de acesso ao crédito subsidiado e de seguro agrícola, aliado aos juros exorbitantes cobrados pelos bancos e o baixo preço dos produtos agrícolas. O Movimento (2009) tem, também, como “bandeira”:

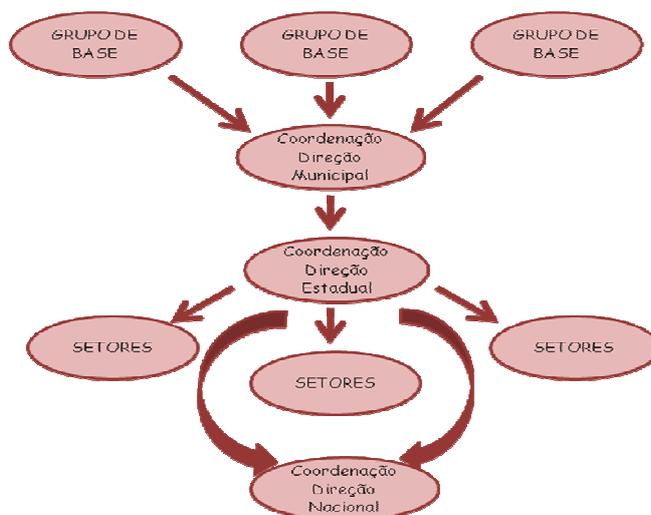
- lutar pelo fim das importações dos produtos que os pequenos agricultores produzem, promover uma agricultura ecologicamente viável e economicamente sustentável, banindo os transgênicos e os pacotes de insumos agrícolas;
- estimular a organização dos agricultores em Associações e Cooperativas (de produção, de comercialização, de crédito) para que o retorno econômico da produção fique com quem produz e dinamize as economias locais;
- defender uma Reforma Agrária massiva garantindo direito à terra a todos os que não têm ou têm pouca terra;
- Mudar o Atual Modelo de Agricultura voltado para a exportação e controlado pelas multinacionais.

Com a proposta de desenvolver um projeto de sociedade em defesa da agricultura familiar que permita uma nova proposta de agricultura fundamentada em uma educação do campo e no campo, no uso de sementes crioulas e no controle da produção de sementes e no uso e produção de insumos, garantindo a cultura e os saberes da terra em que vive, projetando e realizando feiras de produtores, com vistas à construção de um novo espaço de vida, o MPA é um movimento camponês que se propõe resgatar a identidade, o modo de vida e os valores que se foram perdendo ao longo dos tempos.

Nesse contexto, foi definida a forma de Grupo de Bases como mote organizador do MPA. Convém salientar que é um grupo de base de pequenos agricultores que se formam para lutar e buscar, conjuntamente, alternativas para

resistir na terra e mudar sua vida. **Sendo o sujeito de sua própria história e do processo como um todo.** É a partir do grupo de base, envolvendo a vizinhança, por meio de uma metodologia participativa que se estrutura a organização do MPA. (grifo nosso). (Quadro 1 e Figura 1)

Quadro 1: Estrutura Organizacional do MPA



3.1 O MPA NO ESPÍRITO SANTO

No estado do Espírito Santo, o movimento está organizado em 24 municípios do estado, com aproximadamente 210 grupos de base / famílias organizadas (Figura 1), que são a célula *mater*, a espinha dorsal do MPA. As coordenações dos grupos são compostas por 03 três indivíduos sendo um jovem, uma mulher e um homem. Formando assim, a coordenação/direção municipal, seguida pela coordenação/direção estadual, e a coordenação/direção nacional. Das coordenações/direções estaduais emergem os setores que têm como objetivo aprofundar temas mais específicos como: produção, auto-sustentação, educação, moradia, ampliação do movimento, projetos e formação.



Figura 1. Reunião de Grupo de Base em Domingos Martins

O processo histórico da agricultura no estado do Espírito Santo se deu como nos dos demais estados do Brasil. No início, na época do descobrimento do Brasil, em solo capixaba, habitavam os índios que povoavam a região do litoral do estado, cuja língua era tupi-goitacases, tupiniquim dentre outras.

Os índios de língua gê e macrogê, representados pelos *botocudos*, *si mares* e *vatus puris*, se distribuíram pelo interior de todo o Espírito Santo.

Os tamoios viviam nos municípios ao sul deste Estado, onde os invasores dessas terras não respeitaram sua cultura, tendo sido, grande parte, dizimados do Espírito Santo. Ainda hoje, encontram-se os tupiniquins e tupi guaranis na região de Aracruz ou em Santa Cruz.

No século XVI vieram para colonizar o Estado do Espírito Santo os franceses, aproximadamente entre os períodos de 1558, 1561 e 1581; os ingleses em 1583, e os holandeses em 1625 e 1640. Cultivava-se nas capitanias: cana-de-açúcar, algodão, mandioca, milho, arroz, café e fazia-se farinha. O café começou a ocupar, significativamente, a economia capixaba em 1850

No século XIX, começa a ocorrer mais intensamente a imigração dos alemães, suíços, tirolezes, belgas e holandeses, mais tarde os italianos e os poloneses, sendo que esses se localizavam na parte montanhosa da província. No caso específico dos pomeranos, temos três fases específicas: a) 1847 a 1881; b)

1882 a 1887; e c) 1888 a 1896. Os desdobramentos das colônias de pomeranos no estado do Espírito Santo obedecem à lógica das políticas do governo imperial, conseqüentemente da expressão territorial ocorrida a partir de 1870 e da formação de frentes pioneiras, dêz que, estas, mostram a importância da condição camponesa na construção da identidade dos pomeranos no referido estado que trazem consigo o uso do dialeto, suas festas comunais, seus costumes culturais e maritais, os atos mágicos que acompanham os ritos de passagem, a continuidade da narrativa de tradição oral e o modo de vida camponês (KONOSKI, 2009).

Ainda segundo a autora, com relação ao uso do solo, originalmente a Mata Atlântica cobria cerca de 90% da extensão territorial do Estado do Espírito Santo, sendo que o restante era coberto por brejos, restingas, manguezais, campos rupestres e campos de altitude, considerados como ecossistemas a ela associados .

De acordo com o censo 2006, o setor agrícola no estado do Espírito Santo é composto por 84.356 estabelecimentos dos quais 67.403 são representados pela agricultura familiar, ocupando uma área geográfica de 966794 hectares (CENSO AGRÍCOLA, 2006). A extensão territorial do estado está distribuída entre lavouras (permanente, temporária e temporária em descanso), pastagens (natural e plantada), florestas naturais, florestas plantadas e terras produtivas.

A maior parte da população do Estado – 71,55% era distribuída até 1960, na área rural, porém, o processo de industrialização ocorrido a partir da década de 70 contribuiu, e muito, com o êxodo rural e o aumento da população urbana, principalmente da região da grande Vitória, abrangida pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, que hoje concentra 46,06% do total da população do Estado (KONOSKI, 2009).

No estado do Espírito Santo, entre 1967 e 1968 surgem os grandes projetos de reflorestamento homogêneo para atendimento da demanda industrial. O crescimento das áreas plantadas com incentivos ocorreu com destinação específica para celulose e carvão, utilizando basicamente o eucalipto.

Nos anos 70, teve início a instalação de grandes projetos industriais no estado como a Aracruz Celulose, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Usina de Pelotização e PETROBRÁS, aceleraram o processo de urbanização e de concentração populacional, agravando o quadro de destruição dos remanescentes em função da demanda energética, com inevitável impacto sobre a qualidade de vida da população (KONOSKI, 2009).

Observa-se o início de um processo aparente de devastação e desequilíbrio ambiental causado pelo plantio de eucalipto, sendo como uma das principais consequências o assoreamento dos rios. A falta de água atinge os animais, como também impede a produção de qualquer tipo de alimento. O processo de deterioração ambiental, nessa região foi tão grave que fez com que a região acima do Rio Doce até a fronteira com a Bahia, outrora ocupada por Mata Atlântica, passasse a ser incluída como área de abrangência da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), passando a receber recursos federais destinados apenas às regiões do semi-árido nordestino ou a regiões que atravessam graves crises hídricas.

Diferentes organizações sociais manifestam o descontentamento frente ao andamento e com grau de articulação insatisfatório frente ao processo, as concepções e as formas de embate considerando-se o modelo de desenvolvimento estimulado pelos programas de políticas públicas do Estado para o setor agropecuário, em especial, para a produção agrícola familiar. Começa, assim, o embrião do MPA no estado do Espírito Santo. No final da década de noventa, o campesinato capixaba, sentia a necessidade de ter uma organicidade mais ágil, que estivesse de fato enraizada nas bases das famílias camponesas, com uma pauta enxuta de lutas concretas diante de sua resistência ao capitalismo-agronegócio.

Durante as entrevistas para planejamento da parte prática com o grupo de líderes e coordenadores do estado, antes de iniciarmos nosso trabalho de campo, Rose - uma das líderes coordenadoras do estado – comenta que, em 28 de fevereiro de 1998, no Município de São Gabriel da Palha, aconteceu uma reunião

com as lideranças locais e regionais. Estavam presentes camponeses dos municípios de Águia Branca, Vila Valério, São Mateus e São Gabriel da Palha. A convite da liderança estava presente um dos idealizadores do MPA no RS, o Frei Sérgio Görger, da Comissão da Pastoral da Terra - CPT do Rio Grande do Sul, informando que, com a proposta de organização e de luta, o MPA tinha recém-nascido no Sul - RS e no Norte de RO.

Com adesão de 100% dos participantes à criação do MPA no estado, a primeira discussão, em nível regional, foi um sucesso. Tanto foi bem sucedida que, nesta data, já se formou uma coordenação provisória para dar prosseguimento à Organização.

Após o primeiro encontro, durante os meses de março a maio de 1998, várias reuniões foram sendo realizadas e, segundo Leomar – um dos líderes estaduais - discutida a proposta do movimento foram sendo organizados os primeiros grupos de base (famílias) para “em um segundo momento, ir ao encontro dos bancos para a busca de recursos para o trabalho em suas terras e consequente, produção de alimentos, consolidando sua resistência frente à ofensiva do capitalismo” (Figura 2).

Nesse contexto, em junho de 1998, foi realizada a primeira atividade de rua-mobilização do estado, segundo Raul (jovem e líder), mais de 500 projetos haviam sido elaborados e encaminhados às Agências Financeiras do Banco do Brasil sem retorno da viabilidade.

A burguesia que buscava controlar os agentes financeiros e o Governo Federal não tinha interesse em que as famílias camponesas tivessem acesso aos recursos, e buscava impedir por intermédio da “burocracia”, mas, os Camponeses (as) organizados no Estado e no Brasil adentraram as Agências bancárias e Ministérios do Governo, e fizeram com que os recursos fossem liberados. Daí em diante não parou mais a busca e liberação dos recursos (Pesquisa de Campo, 2009)



Figura 2. Mobilização para busca de Crédito Rural.
(Fonte: MPA-ES, 2009)

No final de 1998, aconteceram as primeiras reflexões na região serrana, é dada a continuidade pela CPT - Comissão Pastoral da Terra, sendo Pastor Vitório Krauser (de barba e camiseta branca na foto 3), um grande incentivador do grupo.

Em busca de conhecimento mais camponeses vinham fazer parte do movimento que durante os anos de 1999 e 2000 crescia a olhos vistos. Seus grupos de base se multiplicaram e a presença e a organização nos diferentes municípios, cada vez mais, tornavam-se uma realidade.

Neste mesmo período, em 2000, o MPA conquistava o Pronafinho Investimento³⁹. Durante esse período muitos encontros e dezenas de Mobilizações foram realizadas em nível de estado, municípios e comunidades pelas praças e avenidas das cidades.

O Primeiro Encontro Estadual do MPA no Espírito Santo aconteceu em fevereiro de 2000, com a participação de mais de 100 militantes. Em maio de 2000, uma caravana de 48 Camponeses, dentre um número de 380 camponeses e camponesas, foram representar o campesinato capixaba, participando do Primeiro Encontro Nacional do MPA, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, para discutir, aprovar e reafirmar os princípios do MPA-BRASIL. (Figura 3)

³⁹ A criação do Projeto Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Especial (Pronafinho) visa a atender as famílias com renda bruta anual até R\$ 8 mil ou R\$ 16 mil, no caso e produtores que se dedicam à avicultura, piscicultura, sericultura, bovinocultura de leite e fruticultura



Figura 3. Pastor Vitório Krauser e grupo de camponeses
(Fonte: Leomar – MPAES, 2009)

O encontro aconteceu em meio às reflexões e debates profundos da realidade camponesa, seus desafios e lutas concretas na construção de uma contra hegemonia ao Capitalismo, do qual todos saíram animados e comprometidos em levar o MPA a todo território brasileiro (Pesquisa de Campo, 2009).

No ano 2000, o MPA assume junto com outros movimentos que se articulam na Via Campesina Capixaba a luta direta contra a Multinacional Aracruz Celulose, na expansão da monocultura de eucalipto e compra de terras no Estado do Espírito Santo e Região Sudeste.

Segundo o MPA-ES, no final de 2002, o MPA Brasil conquista, junto ao Governo Federal, um Crédito Moradia para construir casas para as famílias camponesas, e, já, no ano de 2003, no espírito Santo, inicia as obras das primeiras setenta moradias (habitações) do estado (Figuras 4 e 5).



Figura 5. Moradia em construção
(Fonte: Moacir MPAES, 2008)



Figura 6. Moradia pronta e já habitada
(Fonte: a autora, 2009)

Em janeiro de 2003, o MPA Capixaba participa do 2º Encontro Nacional realizado em Rondônia com 48 camponeses (as), num total de 650 participantes, onde se debateu a organicidade do movimento, os rumos políticos e as próximas bandeiras de lutas.

Desde o ano 2000, o MPA cria fortes laços de lutas com as Comunidades Quilombolas do Norte Capixaba, e passa a ser considerado, por elas, como sua referência política e de lutas na sua resistência e busca de reconquista de suas terras “roubadas” pela Aracruz Celulose, do qual, em 2004 um convênio com o INCRA, com o objetivo de fazer o levantamento das terras pertencentes às comunidades Quilombolas e, num segundo momento, a reconquista delas.

Também em 2004, um grupo de 1400 camponeses e camponesas começa a participar do EJA - Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos do Governo Federal.

Resumindo, após 12 anos de MPA - BRASIL, anos de luta e afirmação camponesa, o grupo do MPA-ES, com 10 anos de caminhada, realizou muitas ações em busca de uma vida de qualidade no campo e para o campo.

Neste período, segundo Clóvis, Moacir e Elias, líderes do MPA capixaba, muitas ações e enfrentamentos foram realizados: “fizemos denúncias contra o uso do agrotóxico, o uso indevido de áreas de pedreiras; lutamos pela permanência das famílias em suas terras (luta contra o parque); fizemos ações em defesa das terras quilombolas e indígenas; das reservas naturais e nativas em Linhares; represamos o avanço das monoculturas, principalmente do eucalipto para celulose”.

Clóvis (líder) reafirmou a realização de diversas mobilizações e ações concretas e confirmando que, as que mais marcaram foram: a liberação de crédito em 1998 e 1999, a luta pelas terras indígenas contra a monocultura do eucalipto com a Aracruz; a conquista

pela habitação em vários lugares do estado; o arranque de monoculturas na região de Montanhas, a luta contra o parque no trevo de Pancas entre tantos outros locais, regionais, estadual e nacional.

Segundo o MPA-ES todo este processo de lutas, mobilizações desde o surgimento do MPA no estado do Espírito Santo até os dias atuais (2009) possibilitaram muitas conquistas, fruto da luta do povo organizado. São elas;

- a) CRÉDITO: mais de 100 milhões de reais aplicados por cerca de 20 mil famílias, gerando trabalho, renda e qualidade de vida, fixando as famílias no campo;
- b) MORADIA: mais de 120 moradias concluídas, em construção e ainda muitas por vir devido à alta demanda;
- c) FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO:
 - c1) Muitos militantes participaram e estão participando de escolas de formação política nacional e estadual oferecidos pela via Campesina, pelo MST e pela Fundação Florestan Fernandes, bem como, encontros municipais, encontros específicos: mulheres-jovens-crianças, entre outros.
 - c2) Centenas de pessoas alfabetizadas. No momento 11 pessoas fazendo curso de nível superior (na Venezuela, Cuba, SP, PR, BA, PB, nas áreas de Medicina, Agronomia, Tecnólogo em Agroecologia, Geografia, Ciências Agrárias, Pedagogia da Terra, Filosofia). **Há uma participação maior em regiões na pedagogia em alternância. O lema é “Queremos uma educação camponesa desde o ensino básico à Universidade camponesa”. (Grifo nosso).**
- d) PRODUÇÃO AGRO-ECOLÓGICA: centenas de famílias no processo de transição do agroquímico para o agroecológico e diversificação.
- e) COMERCIALIZAÇÃO: feiras, Conab, venda direta. Projetos de Agroindústria, incentivo ao Mercado Popular. (Observando neste ponto a presença de uma dimensão econômica)

A linha que permeia o ideal do MPA é a de cuidar e dar qualidade de vida ao camponês, principalmente, a de resguardar o bem maior que é a natureza, cuidando da terra, do ar, dos rios, preservando as nascentes indo ao encontro de um Desenvolvimento Rural Sustentável, responsável e participativo

4. A JUVENTUDE E OS JOVENS CAMPONESES

Tendo surgido, recentemente, como resposta às novas configurações sociais e políticas exigidas pela sociedade moderna, Philippe Ayrès, importante estudioso do tema da criança e da juventude, se respalda na História para mostrar a constituição da juventude enquanto categoria social diferenciada das demais (infância, maturidade e velhice).

Segundo Mansan (2008), nas sociedades antigas e medievais não existia a distinção dos indivíduos por grupos de idades. Não havia a compreensão de evolução individual em que se desnudaria uma identidade ou vontade particular, mas a construção de uma sociedade tribal ou uma sociedade política na qual as relações de “(...) parentesco, castas, estamentos, corporações etc. reclamavam ante os grupos etários heterogêneos” (GROPPO, 2000: 276).

De acordo com o próprio Ayrés, a criança, e mais tarde a juventude, enquanto categoria social nasceu ao longo de um processo histórico:

Uma grande mudança interveio então nessa sociedade, talvez na época do Feudalismo e do reforço dos antigos domínios. Essa mudança afetou a educação, ou seja, a transmissão do saber e dos valores. Daí em diante, ou seja, a partir da Idade Média, a educação passou a ser assegurada pela aprendizagem. Ora, a prática da aprendizagem é incompatível com o sistema de classes de idade, ou, pelo menos, tende a destruí-lo ao se generalizar. Considero fundamental insistir na importância que se deve atribuir à aprendizagem. Ela força as crianças a viverem no meio dos adultos, que assim lhe comunicam o *savoir-faire* e o *savoir-vivre*. A mistura de idades decorrente da aprendizagem parece-me ter sido um dos traços dominantes da nossa sociedade de meados da Idade Média até o século XVIII. Nessas condições, as classificações tradicionais pela idade não podiam deixar de se embaçar e perder sua razão de ser (AYRÈS, 1989:16).

Vemos, portanto, que termo juventude alavanca um grupo de relações sociais vividas pelos elementos considerados jovens de uma determinada sociedade. Nesse contexto, Mannheim, um dos autores clássicos da Sociologia explica que devemos pensar “juventude e sociedade em termos de reciprocidade

total” (MANNHEIN, 1968:35). Pois, em grande parte, durante a formação a juventude, os jovens participam das construções sociais e históricas por ela vivida.

A juventude, por ser a fase em que a formação psíquica, social, política e cultural do ser humano acontece em maior profundidade, o indivíduo se encontra aberto às novas configurações.

Para Castro (2005), fundamentado em Foracchi (1972), a juventude é caracterizada como um momento do ciclo de vida de todo indivíduo em oposição à condição adulta.

Bourdieu (1983:118) deduz que a vivência geracional é construída a partir de “aspirações sucessivas de pais e filhos, constituídas em relação a estados diferentes das estruturas da distribuição de bens.” Ou seja, estariam interligadas às diferenças nos acessos culturais e de formação, sofrendo influência das mudanças no sistema de ensino que desvalorizaram os títulos que representam cada ciclo desse processo e ao mesmo tempo ampliaram o acesso à educação. Para Bourdieu, a noção de geração seria construída relacionadamente, por oposição, mais do que aproximação.

Para o sociólogo francês, a juventude é apenas uma palavra, pois na realidade existem pelo menos duas juventudes, uma burguesa e a das classes populares, que têm entre si diferenças cruciais em todos os domínios da existência. Bourdieu afirma que a caracterização dá à juventude a condição apenas de ser uma palavra, daquelas cuja definição se presta a todo tipo de manipulação, entre outras coisas. Isto porque é uma categoria que está propensa a ser observada e definida biologicamente, ignorando-se que “as divisões entre as idades são arbitrárias e objeto de disputa em todas as sociedades, ou seja, caminham muito além do aspecto biológico, a juventude e seus atributos seria uma categoria socialmente construída e dependente de condição de classe. Para Bourdieu a classificação da juventude por idade é limitante, quando se observa o conflito de gerações, pois produz uma noção de ordem ou de relação social estruturada com base em lugares predeterminados às pessoas.

Margulis (1996) contrapõe a idéia de Bourdieu quando afirma que “*la juventud es más que una palabra*”, ao classificá-la como de vanguarda portadora de transformações evidentes ou imperceptíveis nos códigos culturais, incorporando com naturalidade nas mudanças, nos costumes e nos significados que foram propostos de luta para a geração anterior; sua sensibilidade, sistema preceptivo, atitude frente ao mundo, sentido estético, concepção do tempo, valores, velocidade e ritmo que nos indicam estar habitando com comodidade um mundo que vai nos deixando para trás.

A partir de outra perspectiva teórica, Ianni (1968) afirma que com o advento do regime capitalista que vem transformando as condições de vida dos grupos humanos de maneira tão drástica que a história do advento político da juventude se “torna rapidamente um elemento decisivo dos movimentos sociais e, em especial, das correntes políticas de direita e de esquerda” (IANNI, 1968:225), tendo em vista que seu processo de integração à sociedade não é automático nem espontâneo.

Karl Mannheim concorda com a afirmativa de Ianni e acrescenta que por estar aberta às novas aventuras e por resistir ao enquadramento no *status quo* social, a juventude é uma “reserva vital” da sociedade. Entretanto, ressalta que aqueles que acreditam que a juventude é revolucionária por natureza caem numa armadilha. “Desde então isso revelou-se falso, pois aprendemos que movimentos reacionários ou conservadores também podem formar organizações juvenis.” (MANNHEIM, 1969:73).

Ao ampliar esse entendimento, Foracchi (1972) afirma que a noção de juventude impõe-se como categoria histórica e social no momento em que se afirma como produto histórico, isto é, como movimento de juventude – uma categoria social sobre a qual reflete, de modo particular, a crise do sistema. A sociedade passa a ser, objetivamente, o ponto de contestação. É nessa fase de vida que ocorre o ápice da contradição entre o potencial criativo e os bloqueios impostos pela sociedade capitalista, expressando-se para além da sua relação com a produção, na família, na política e na sociedade como um todo.

Por isto, podemos observar que a juventude, vista como categoria social, vem para atender às demandas racionalizadoras da modernidade que pressupõem esferas sociais (a política, a economia, a arte, a religião, etc.) orientadas por valores autônomos entre si e universais, ou seja, livres de quaisquer tradicionalismos e particularismos que caracterizavam as sociedades pré-modernas (GROPPO, 2000).

Um dos exemplos mais ilustres de jovens é Hitler, oriundo de um grupo estudantil onde a maioria era formada por combatentes adolescentes entre 13 a 17 anos e jovens entre 17-21 anos ex-soldados, que se tornaram novos recrutas, uma construção a partir da união entre os partidos nacionalistas e racistas que originou o partido Nazista (que deixou de existir, em maio de 1945, com o término da segunda grande guerra mundial).

Já, nos nascidos pós-guerra, vemos uma geração de jovens se rebelando com violência, pelo tipo de sociedade criada por seus pais. Esses, oriundos da classe média estudantil / universitária, indignados com as atitudes e com os ideais de seus pais antes da guerra, criam uma forte rejeição de aspectos dessa tradição burguesa. Com freqüência, muitos fizeram e ainda fazem uso de rotinas de discurso e pensamento que remontam a Marx (ELIAS, 1997:367)

Exemplos de grupos contestatórios e revolucionários sem se constituir, necessariamente, em poder paralelo ao Estado, como o movimento *hippie* e a “Revolução Cultural” de 1968, orquestrados por jovens e amplamente difundidos entre os jovens, notadamente universitários.

Para Marsan (2008), existe uma variedade de pesquisas e publicações em torno desse tema, produzidas tanto no “calor” dos acontecimentos quanto tempos depois; quando os ânimos estavam mais arrefecidos e se podia fazer uma análise mais crítica e objetiva.

Pautadas por uma estrutura agressiva e politicamente incerta, algumas das ações históricas e revolucionárias da juventude moderna não se adequaram e encontraram barreiras, os agentes não controlam os resultados de suas ações no mundo. Percebe-se, portanto, que o que caracteriza a juventude desde seu

aparecimento como categoria e grupo social na história, é a disposição para a contestação e para a mudança, constituindo-se assim como o grupo mais maleável às idéias novas.

Na roça a educação sempre foi complicada. Os mais velho não sabia lê e nem escreve, nós sabemos mas não temos cultura, não conhecemos a historia malemá sabemos o que acontece na região, mas...e no do estado, no país? O que adianta a gente vê o hoje e não sabe como é que chegou nisso! A gente precisa conhece mais, entende as nossa origem e nossa história (Lucas, jovem).

Ao observarmos a “situação” da sociedade atual para a juventude, observamos a carência, na própria ação política, de motivações para pensar e agir conforme o bem comum. Notamos, também, a ausência de supostos “heróis” revolucionários e contextos gerais de revoltas (a revolução cubana, a estudantil de 1968 no mundo, a vietnamita) que orientaram outrora grupos juvenis.

A contemporaneidade, segundo Chauí (2005), assiste a uma “despolitização da política”, na contrapartida à politização da sociedade, isto é, esta cada vez mais se organiza em torno de grupos e movimentos políticos, sociais e culturais com ações que antes eram da responsabilidade do Estado. Por isso, pressupomos que os movimentos construídos pela sociedade e, dentre estes o MPA, constituem forças inspiradoras e identificadoras da juventude atual.

Afirmamos isso ao encontrarmos entre os jovens do MPA alguns que não se engajam no trabalho burocrático, técnico e político do Movimento, jovens que se posicionam como colaboradores porque simplesmente se identificam com os ideais enquanto atuam em diversas profissões ou espaços sociais.

Eu gosto do movimento, minha família participa. A gente vai nas manifestação, mas eu não quero ser militante, quero continuar aqui na roça, trabalhano, fazendo as coisas pra poder manda pro grupo quando precisá. Nós não temo empregado, não somo igual aos grande que pode deixa a roça de lado e ir. Mas trabalhando pra produzir alimentos pra mandar pras frente de luta é um jeito de tá no movimento sem tá na frente (Luca, jovem).

A questão, todavia, que quero destacar não é a afluência de jovens para os movimentos de esquerda ou de direita (de teor marxista ou nazista, por exemplo). Segundo Groppo, este é um caso que toda a história comprova desde a modernidade. Destacamos, essencialmente, que um certo segmento da juventude,

seja de classe e status privilegiado ou não, seja rural (o nosso objeto é a juventude rural filhos de pequenos agricultores que não goza, portanto, de situação econômica e social privilegiada) que tem construído sua identidade em torno também de movimentos sociais, dentre estes o MPA, na sociedade contemporânea.

Mas de que modo é caracterizada essa sociedade?

Karl Marx já advertia para o fato de que, na sociedade capitalista, os indivíduos eram postos historicamente numa situação de diferenças de classe, cujo domínio econômico (posse dos meios de produção) identificava alguns como burguesa e a maioria (possuidora apenas de sua força de trabalho) como proletária. Mais recentemente, pensadores afiliados ou não à análise marxista, têm chamado a atenção para as mudanças na configuração desses discursos sobre a sociedade contemporânea (MARSAN, 2008).

Em relação aos jovens rurais, devemos observar como se dá a sua construção social, histórica e dinâmica, apesar do pressuposto de que passam por grande parte dos processos vivenciados pela juventude urbana. Para Castro (2005), a socialização do indivíduo, como ator social, é um dos fatores mais importantes para a construção da categoria jovem no meio rural. Nesse contexto, Menezes (2006:02) afirma:

É preciso compreender as formas como os grupos sociais constroem as diferenciações entre as fases da vida, neste sentido trata-se de verificar as diferenças entre as juventudes como, por exemplo, entre jovens em famílias camponesas, trabalhadores assalariados rurais, camadas populares. (MENEZES, 2006:02)

Analisando as juventudes rurais sob uma perspectiva histórica como uma categoria em transição, Castro (2005) e Menezes (2006) observam que a categoria está numa constante re-significação, havendo juventudes sendo construídas no seu movimento de acontecer-se. Entretanto, Carneiro (1998a) ao tratar a juventude rural o faz como uma categoria socialmente construída.

[...]A dificuldade na delimitação do que se designa como a “juventude rural” – categoria socialmente construída e que se caracteriza pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital – reside,

também, nas imprecisões, quanto ao que entende por “rural”, questões que se acentuam com a intensificação da comunicação entre os universos culturais e sociais do campo e da cidade (CARNEIRO, 1998a:245)

Ao analisar a citação de Carneiro, podemos observar que há uma linha tênue entre a juventude rural e urbana no mundo atual, tendo em vista a presença de uma sociedade globalizada, cada vez mais conectada em sistemas de rede, cada vez mais aceleradas em termos de encurtamento de tempo e espaço. Nessa hipótese observamos que o jovem rural pode apresentar a sua construção identitária e histórica e, ao mesmo tempo, ir produzindo novos processos relacionais em sua comunidade, a partir de sua relação com o mundo urbano e global.

Ao trabalhar com as categorias “juventude rural”, “jovens agricultores” e “jovem rural”, Weisheimer (2004b) afirma que nem todo jovem rural é agricultor, que a socialização dos jovens agricultores é marcada, especialmente, pela sua inserção no processo de trabalho agrícola. Portanto, pode-se concluir que os jovens agricultores são jovens rurais, mas nem todo jovem rural (que vivem no meio rural) são jovens agricultores.

Até quase o final do século XX, era observada uma “invisibilidade total” com relação aos jovens aos olhos dos planejadores e executores de projetos integrados de desenvolvimento rural, pesquisadores e autoridades públicas promovendo a exclusão social. Para Durston (1998:7), “La invisibilidad es uno de los aspectos más nefastos de la exclusión social, y a que su vez contribuye a perpetuar la exclusión”. A reflexão de Durston com relação à juventude rural, afirmando que antes de ser marcada pela idade é constituída por um conjunto de processos de desenvolvimento fisiológico e de subjetividade é de extrema importância para o mundo atual.

Os movimentos sociais do campo, já há algum tempo, têm chamado a atenção e, conseqüentemente, conseguido despertar um interesse dos pesquisadores e especialistas em desenvolvimento rural. Autores como Brumer (2000); Menezes (2004), Weisheimer (2004a) e Castro (2005) têm chamado, em seus trabalhos, a atenção para a “invisibilidade da juventude rural”, assim como Durston.

Um dos exemplos que os jovens estão na pauta das discussões foi o *Seminário da Juventude Rural*, promovido pela UFRRJ/CPDA⁴⁰, realizado no Rio de Janeiro, em 2006, reunindo pesquisadores, gestores públicos e representantes dos movimentos sociais. A professora Nazareth Wanderley reafirmou em sua fala na mesa redonda de abertura que a juventude rural tem-se tornado, cada vez mais, um tema emergente das ciências sociais e, mais visível, permitindo a elaboração de políticas públicas direcionadas.

Segundo a professora Marilda Menezes (2006), o seminário permitiu aos representantes dos movimentos sociais a cobrança junto aos órgãos públicos da agilização de políticas públicas para a juventude rural, a qual pode oferecer, com seu ímpeto criativo e construtivo, sua melhor disposição diante das inovações e seus níveis educacionais mais altos que o das gerações anteriores, podendo dar contribuições para os processos de desenvolvimento rural integrado na América Latina e Caribe (MANSAN, 2008).

Essa atual visibilidade pode ser observada nos diferentes encontros sobre jovens. Entretanto, tendo em vista as potencialidades e capacidade de contribuição deles ao desenvolvimento em geral, há a carência de organismos especializados que possuam experiência de trabalho com os jovens rurais e possam propor políticas que atendam às suas necessidades. Pois, um dos motivos que levam muitos jovens a buscarem na migração uma possibilidade de atender às suas necessidades de consumo pessoal e de construir suas identidades de gênero e de idade é o de terem suas prioridades particulares insatisfeitas, direitos específicos não plenamente exercidos e aportes potenciais não realizados.

Para Durston (2001:2), a juventude rural é uma etapa da vida muito particular e complexa que requer uma estratégia específica. A presença de propostas alternativas de geração de renda, como exemplo, em projetos coletivos pode constituir-se uma saída para realização das necessidades específicas dos jovens do campo.

⁴⁰ UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; CPDA - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Para tanto, existe ainda a necessidade de as políticas públicas serem específicas para os jovens e não complementares aos programas de desenvolvimento.

Um fato a ser ressaltado é que não estamos trabalhando apenas com o corte etário de quinze a vinte e quatro, definido por organismos internacionais como a UNESCO⁴¹ e a OMS, ou qualquer outro corte etário. Estamos procurando observar como esses jovens desenvolvem suas construções sociais e simbólicas, concordando com Bourdieu quando afirma que a idade social e a idade biológica estão relacionadas e indissociáveis.

[...] idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso analisar as diferenças entre as juventudes. (BOURDIEU, 1983:76)

No debate sobre o futuro da juventude e o desenvolvimento do meio rural, a questão da educação é recorrente. É no período da adolescência que emergem os conflitos entre os filhos de agricultores familiares: ficar na propriedade ou sair para estudar na cidade, ser agricultor ou mudar de profissão. Existe um desejo, muitas vezes manifesto por parte da família, de que esses jovens permaneçam no sistema agrícola, porque são parte integrante de sua força de trabalho ou porque os próprios pais almejam a segurança na velhice. Neste mesmo contexto, aparece hoje com mais intensidade a valorização do estudo de alternância, sinônimo de uma possível alternativa entre o trabalho dentro do espaço rural, para o jovem, a família, e a trajetória social.

Portanto, um dado relevante para a discussão sobre o desenvolvimento rural, partindo-se das perspectivas dos jovens rurais, é a educação ou os “estudos” na linguagem deles. Normalmente, a educação é vista como uma possibilidade de sair do campo e não para capacitá-los à profissão de agricultores e futuros sucessores dos mais velhos nas atividades agrícolas. A presença da Pedagogia da Alternância talvez seja uma questão interessante a ser discutida, que suscita uma nova concepção de

⁴¹ UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization; OMS: Organização Mundial da Saúde.

educação voltada para a valorização da vida no campo e que procure formar os jovens com habilidades que venham a ser útil no dia-a-dia frente às atividades a que são chamados a executar.

Em pesquisas recentes, Brumer (2006), Stropasolas (2002) e Menezes (2005) verificam certo desânimo por parte de jovens com os estudos convencionais: a expectativa de estudo é em geral vinculada à mudança profissional, porque se esses jovens continuarem na agricultura, de acordo com o próprio posicionamento deles, “o estudo não valeu de nada”.

Finalmente, para se pensar uma proposta de políticas públicas para o Movimento dos Pequenos Agricultores, o universo formado pela juventude rural torna-se relevante. É a partir dessa perspectiva que a presente pesquisa será desenvolvida, tomando-se os jovens rurais dos MPA do Espírito Santo como objeto de estudo.

5. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E NO CAMPO

A sociedade atual apresenta uma característica marcante que é a fragmentação das relações sociais, tendo em vista a dinâmica provocada pela facilidade das tecnologias e pelo apelo ao consumo. Nesse contexto, o campo, no Brasil, encontra-se em movimento. Cada vez mais, notamos a presença de tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores da terra que estão mudando o jeito de a sociedade olhar para o campo e os seus sujeitos.

Ao observarmos os diferentes fenômenos de grupo, também chamados por Lewin de dinâmica social, notamos que este é também um movimento sociocultural de humanização das pessoas que dele participam.

Sob essa ótica, a educação se faz presente e tem cada dia mais se constituído como uma ferramenta primordial, a qual se desenvolve acompanhando a trajetória histórica trazendo avanços à sociedade brasileira, principalmente na área de pesquisa, responsável pela inovação tecnológica para a zona rural. Entretanto, observamos que para um grupo de usufrutuários - pequenos grupos de latifundiários, empresários, banqueiros e políticos nacionais e internacionais - essa inovação tem sido o mote de sua sobrevivência no campo com a utilização, por exemplo, de novas máquinas, uso de sementes geneticamente modificadas, presença de agroquímicos. Para outros o acesso à terra é negado para sobreviver e garantir o sustento de outros brasileiros.

A concepção de campo que vem sendo empregada pela cultura dominante e elitista não favorece, satisfatoriamente, o combate ao analfabetismo, à elevação da escolaridade dos sujeitos, seu padrão de vida e sua cultura. A precariedade de investimento nas políticas públicas para o setor fomenta o acesso tardio à escola, em grande parte, nas regiões mais pobres do país. Oferecidas em condições precárias e sem oportunizar saberes para as crianças, adolescentes, jovens e adultos, representa, sem dúvida, uma das maiores dívidas históricas para com as populações do campo. Arroyo e Fernandes (1999); Arroyo (2005) criticam a

sociedade brasileira por não ensejar políticas públicas de educação para as populações do campo contribuindo para as desigualdades sociais.

Para entendermos o que isso significa precisamos reportar-nos ao fato de que o homem se encontra submetido ao poderio do capital. Marx (1998) refere-se aos aspectos das desigualdades sociais sob a ótica de uma ordem social onde o trabalho humano nunca produziu tantos objetos em toda a história humana. Enfatiza a condição de poder da burguesia intimamente ligada ao crescimento do capital que submete o homem ao trabalho assalariado, produzindo uma gama de processos competitivos e desigualdade entre os trabalhadores.

Segundo o autor este processo nos leva a um índice absurdo de “pobreza que cresce mais rápido do que a população e a riqueza” (MARX, 1998:28). Isso nos leva a uma marginalização do trabalhador do campo ou da cidade, ou seja, uma maior exploração entre as pessoas. A mão-de-obra humana no latifúndio ou na fábrica é vista como uma mercadoria a serviço da burguesia, do capitalismo que, também, se articula pelo processo produtivo.

Para Durkheim (1979), a educação urbana não é a do campo, e a do burguês não é a do operário. Em nosso olhar podemos observar, na história do Brasil, esse tipo de atitude desvirtuadora que reforça uma educação para privilegiados. Mas será que não há alguma proposta diferenciada dentro do sistema?

Quando olhamos as várias óticas existentes dentro do sistema educacional da sociedade brasileira, encontramos a proposta ideológica de Paulo Freire. O autor identifica a educação como princípio essencial para a liberação do processo de exploração do sujeito do campo ou da cidade. Ao início da década de 1950, desenvolvendo uma metodologia de ensino para alfabetização e conscientização do trabalhador do campo enfatiza a necessidade de observar a leitura de mundo com a presença do sujeito que aprende, mas também, ensina (FREIRE, 2007). Fato esse que continua presente na metodologia educativa de muitos professores do campo e da cidade. O mestre Paulo Freire apresenta o seguinte comentário ao fazer uma apologia da educação dominante:

Na concepção bancária a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos. Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que não sabem, cabe àquele que dá entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser "experimento feito" para ser experiência narrada ou transmitida" (FREIRE, 2007:59).

Corroborando com Freire (2007), Arroyo (2005) enfatiza:

A crença de que a função da escola é transmitir o saber socialmente construído hoje está sendo revista, não superada. Não se trata de superar o direito de todo ser humano ao saber socialmente construído, a cultura de vida, a herança cultural. Trata-se de que isso passou a ser um slogan, que precisa ser mais trabalhado, mais pesquisado. Até onde os saberes escolares são saberes construídos ou apenas parte e até filtram esse saber construído? Até onde há seletividade dessa construção? Até onde em nome do direito aos saberes escolares, negamos os saberes construídos? Até onde, são saberes mais mortos do que vivos? (ARROYO, 2005:111)

Nesse contexto, Paulo Freire, em sua obra *Extensão ou Comunicação* (2006), afirma a necessidade de um projeto político pedagógico social que leve o campo ao desenvolvimento, porém, trabalhando seus saberes e não impondo-os como tem sido feito por alguns extensionistas ao longo dos anos. Reafirma a concepção de saberes em que os participantes (sujeitos ação, tanto agricultores, professores e extensionistas) são educandos e educadores ao mesmo tempo. Enfatiza a virtuosidade de se trabalhar o saber prático com o conhecimento científico em suas diversas dimensões, permitindo a agregação de valores e mudança de paradigma de vida por meio de um somatório de conhecimentos complementares (científico+popular).

5.1 A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL

Ao utilizamos o termo "rural", nos remetemos ao que é relativo ao campo, ao sistema agrícola. Quando debatemos sobre educação rural, enxergamos um sistema composto por frações da educação urbana imiscuída ao meio rural, sendo, muitas vezes, composta por uma matriz precária na sua estrutura e

funcionamento (FENG e FERRANTE, 2006). O que podemos notar é a presença de uma instituição escolar que transmite valores que subordinam a vida e o homem do campo por meio de uma ideologia urbana. Os projetos de educação rural que procuram “**fixar o homem ao campo**”⁴² fundamentados em políticas públicas não são efetivos, testemunho maior da inefetividade desses projetos é a presença de um movimento de êxodo rural desde o período pós segunda Guerra Mundial até os dias de hoje. Para entendermos melhor todo esse processo nos baseamos em Passador (2006) para fazermos um breve relato sobre a história da educação rural no Brasil até a década de 1970 (Quadro1).

Quadro 1. Antecedentes históricos da educação no campo

1889	Proclamação da República: Instituição da Pasta da Agricultura, Comércio e Indústria	Objetivo: atender estudantes dessas áreas. Ela foi extinta entre 1894 e 1906
1891	Além de a escola no campo surgir tardiamente, ela sequer foi mencionada nos textos constitucionais até 1891	Historicamente se afirma que não houve para a educação rural uma formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola deveria funcionar e se organizar e, muito menos, uma dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e manutenção de uma escola em todos os níveis com qualidade.
1909	Instaladas instituições de ensino para agrônomos	Constituindo-se como educação pública efetivamente nacional, nos anos 30, após a criação do Ministério da Educação.
1930 a 1932	A concepção de educação do campo se configura em um conjunto de políticas com definições elaboradas para este atendimento	Acontece o desenvolvimento, a partir de 1932, de um movimento em favor da Criação de Clubes Agrícolas Estaduais, para tornar a escola um forte núcleo de atuação no meio rural
1932	O desenvolvimento de uma nova Constituição sinaliza para a importância de uma concepção de educação profissional voltada para o contexto industrial e rural. Entretanto omite outras proposições para a educação do campo.	
1934	Acontece a constituição de 1934, quando os Pioneiros da Escola Nova representando uma nova relação de forças oriundas do conjunto de insatisfações de setores intelectuais, cafeicultores, classe média e até massas populares urbanas se instalam na sociedade solicitando reformas educacionais.	Educação rural artigo 156: Parágrafo único determina: "Para realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das quotas destinadas a educação no respectivo orçamento anual." (POLETTE, 2001:169)
1937	No Estado Novo é criada a Sociedade Brasileira de Educação Rural, com o objetivo de expansão do ensino e preservação da arte e folclore rurais...	O sentido de contenção que orienta as iniciativas no ensino rural se mantém, mas, agora, coloca-se o papel da educação como canal de difusão ideológica. Era preciso alfabetizar sem descuidar-se dos princípios de disciplina e civismo

⁴² Em nosso modo de ver uma percepção retrógrada e desatualizada do mundo rural pois o homem do campo tem de estar inserido no contexto atual e global sem perder sua peculiaridade.

Continuação Quadro 1. Antecedentes históricos da educação no campo

1940	A educação brasileira incorporou a matriz curricular urbanizada e industrializada. Caracterizou interesses sociais, culturais e educacionais das elites brasileiras como fundamentalmente a mais relevante para todo povo do Brasil.	
1947	A nova Constituição Brasileira propõe que a educação rural seja transferida para a responsabilidade de empresas privadas (industriais, comerciais e agrícolas). Quanto à obrigatoriedade do ensino, responsabiliza as empresas industriais e comerciais em ministrarem a aprendizagem de trabalhadores menores em forma de cooperação e exime desta responsabilidade as empresas agrícolas.	A obrigatoriedade pelo financiamento como expressa o Capítulo II da educação e cultura, Artigo 166; inciso III: "as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalham mais de cem pessoas, são obrigadas a manter o ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes" (BALEEIRO E LIMA SOBRINHO, 2001:108).
1967 - 1969	Constituição de 1967 e Emenda Constitucional de 1969	Permanece a obrigatoriedade das empresas agrícolas e industriais com o ensino primário gratuito para empregados e os filhos menores de 14 anos.
Até 1970	A iniciativa privada gerenciava a educação do campo.	

Isso explica porque o Brasil, até 1970, esteve com uma educação do campo sob o gerenciamento das iniciativas privadas. Na análise deste quadro, compreendemos o descaso histórico e legal do Estado brasileiro, referente ao plano educacional para as comunidades rurais.

Segundo Passador (2006), o Brasil, após a sanção da Constituição de 1988, consegue aprovar políticas de direitos educacionais bastante significativas.

Nos idos de 1990, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, novas propostas foram realizadas e algumas ações foram desencadeadas gerindo documentos essenciais como: Nova Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, Lei nº 9394 de dezembro de 1996, o Plano Nacional da Educação de 2001 e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A Lei nº 9.394 tem em seu artigo 28 medidas de adequação da escola à vida do campo, questão que não estava anteriormente contemplada em sua especificidade. Assim, a identidade da escola do campo é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: agricultores familiares, assalariados, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro.

Essa concepção está expressa no parecer das diretrizes e tem sua identidade definida no art. 2º, § único das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ao afirmar que:

a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (LDBE, 1996).

Vinculada a uma cultura que se multiplica através das relações mediadas pelo trabalho⁴³, a identidade da Educação no campo deve ser definida pelos seus sujeitos sociais. Para tanto, há a necessidade de investimentos que permitam a construção de conhecimentos básicos e capacitadores que envolvam modelos adequados de agricultura, novas matrizes tecnológicas, das relações de trabalho aliado à produção econômica e à vida a partir de estratégias solidárias em busca da sustentabilidade e à qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem no campo.

Esperava-se que, com essas mudanças no plano educacional, os anseios da população fossem contemplados. Entretanto, com base na política econômica rural, na qual o agronegócio voltado para a monocultura de exportação e a agricultura familiar – voltada para a produção diversificada para o abastecimento do mercado nacional, observamos que as novas políticas públicas de educação recém implementadas ficaram à margem das necessidades do campo, pois não deram conta de acompanhar o trabalho de produção associado com a formação profissional, devidamente qualificados, próprios para esta realidade.

O que se pode notar, ao longo deste período, é a presença de um paradigma marcado de contradições, as quais interferem na implementação de políticas públicas adequadas e de afirmação para as populações que vivem e

⁴³ Entendendo-o como produção material e cultural de existência humana

trabalham no campo, ficando muito aquém das alterações propostas pela Constituição de 1988.

A afirmação de que as famílias rurais colocam seus filhos na lida, no trabalho, não valorizando a escola, promovendo um desprezo com a educação rural, é uma tentativa de justificar o descaso do Estado brasileiro para com as populações rurais, politicamente fragilizadas diante do latifúndio monocultor e escravocrata tornando-as ainda mais vulneráveis após a urbanização do país, (WHITAKER, 1997).

Em nosso modo de ver o que vem acontecendo, sucessivamente, é a ausência de um projeto educacional que atenda às especificidades dos diferentes nichos regionais, nem tão pouco, a diferenciação geográfica, histórica, social, cultural, etc., do campo.

O que se tem notado, em alguns lugares do Brasil, em relação ao oferecimento de educação para o campo, é que ela não tem garantido as alterações propostas pela Constituição de 1988, ou seja, tem sido efetuado um padrão de educação urbanocêntrica, ainda marcado por contradições que indiretamente interferem na implementação de políticas públicas de afirmação para as populações que trabalham e vivem no campo.

O que se vê ao longo dos anos é a presença de uma instituição escolar que passa valores de uma ideologia urbana que subordina a vida e o homem do campo. As políticas e projetos de educação rural que buscam **“fixar”⁴⁴ o homem à terra** (grifo nosso) não são efetivos. Uma prova disso é a grande movimentação de rurícolas que abandonam o sistema agrícola em um movimento de êxodo rural desde o período pós II Guerra Mundial até os dias de hoje.

Aliadas às desigualdades produzidas pela globalização, o avanço tecnológico e a abertura dos mercados, fundamentada nas mais altas taxas de juros em nível mundial, mais uma vez as necessidades da população do campo

⁴⁴ Segundo José de Souza Martins (2005) atualmente, a preocupação em **fixar** o homem no campo é antiquada e superada. O camponês precisa estar em contato com o desenvolvimento do mundo real como ser participativo e tomador de decisões.

foram renegadas. Conseqüentemente, aconteceu a exclusão dos trabalhadores do campo, fortalecendo a classe dominante do país, levando à apropriação de bens e riquezas, bem como, o domínio de conhecimentos tecnológicos, culturais, no qual a educação, na maioria das vezes, esteve a serviço dessa estrutura de dominação e favorecimento da mão-de-obra que contemplasse os interesses e necessidades do espaço urbano visando ao suporte para o crescimento econômico e industrial que, após a Segunda Guerra Mundial, aos poucos se fortalecia

Os Estados Unidos pretendiam consolidar sua hegemonia durante a Guerra Fria. Nesse momento, muitos países foram aderindo a uma das posições políticas – à dos Estados Unidos ou da Rússia - e junto com a adesão vinha o pacote de proposições educacionais para serem implementadas em cada país. Para Furtado (2006), no caso do Brasil, optou-se por uma educação com currículos e metodologias fundamentados no ideário norte-americano, numa perspectiva de afirmação de uma escola essencialmente urbana.

O que se observa, nesse momento, é a transformação da escola pública sendo denominada de “escola de pobres”, tendo em vista a evasão da população rural para a zona urbana, enquanto os filhos dos mais abastados seguem para as escolas particulares.

Mais uma vez, a escola rural é relegada a um segundo plano. Whitaker (1992) salienta que a escola rural é firmada por um viés urbanocêntrico, sociocêntrico e etnocêntrico ou seja, voltada para os conteúdos urbanos, para os interesses de certas classes sociais e que privilegia a cultura do mundo ocidental – chamada de racionalidade do capitalismo, fortemente atrelada ao avanço científico e tecnológico, em vez de ter seus “olhos” voltados para a realidade rural.

Aliás, para aqueles que têm um pensamento elitista, classista, capitalista e burguês, a teoria de Locke citado por Gohn (2004) se encaixa perfeitamente. O autor, ao fazer uma diferenciação entre as classes trabalhadora e burguesa, afirma que, enquanto a classe burguesa pensa, os trabalhadores usam somente as mãos e não a cabeça; são incapazes de pensar, de governar suas vidas, pois estão acostumados com o arado e a enxada. Há neste contexto um total

esquecimento da riqueza cultural do trabalhador do campo. Independentemente da presença do domínio das letras; esta forma de pensamento tenta, a todo custo, inferiorizar e desvalorizar o trabalho manual do camponês, subestimando sua capacidade intelectual de pensar e agir, esquecendo-se de que as técnicas desenvolvidas no campo se modificam à medida que novas tecnologias são testadas, utilizadas e assimiladas pelas velhas e novas gerações. Esquece que o homem do campo não é um ser mecânico, ingênuo alienado, e que não precisa saber das coisas porque saber é poder, e este não pode ser dado ao trabalhador pois o deixaria consciente tornando-o uma ameaça à ordem capitalista, deixando de ser submisso. (GOHN, 2004).

Vemos, principalmente, a partir da década de 1980, por meio de lutas organizadas, movimentos de resistência às situações de dominação, a presença das populações do campo impondo ao governo brasileiro a implementação de ações no cenário das políticas públicas no tocante a varias áreas. Sendo a luta pela educação no campo uma das principais, tendo em vista a crença de que é preciso democratizar a educação como uma forma de levar a cidadania para a população do campo.

A luta se dá pela visão de que as políticas de direito adquirido pela Constituição Federal e a Lei de diretrizes da Educação Nacional de 1996, não está sendo materializada em práticas pedagógicas coerentes com a educação do campo por parte dos docentes e gestores municipais. Há, também, uma nítida percepção de que a escola do campo se distancia, não somente por estar ausente das abordagens curriculares, dos conhecimentos propícios à realidade desses sujeitos sociais.

Diante desse contexto, o que se observa no final do século XX é a retomada dos pequenos agricultores e trabalhadores com terra, resistindo às políticas agrícolas disponibilizadas nas últimas décadas do século XX, por meio de garra e lutas permeando um processo de fortalecimento através das práticas de formação (científica, cultural, política e pedagógica), permitindo-os se fazer presentes e intervir como sujeitos sociais na realidade em que vivem, conscientes

de seus direitos e deveres, atuando em diversas dimensões de forma participativa, interpretativa, diversificada, reinterpretando e agindo frente à realidade cotidiana.

Um importante acontecimento se dá na história da educação do campo, em 2002. Após a um aceno já dado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB-9394/96, dá-se a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer nº. 36/2001 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional de Educação 03 de abril de 2002). As ações dos diversos movimentos sociais e sindicais do campo, aliadas a esse instrumento de luta, pressionam sua inclusão na agenda de alguns governos municipais, estaduais e, também, na esfera do governo federal. Entretanto, um processo moroso faz com que as políticas de direito não alcancem proporções e se concretizem no âmbito da escola do campo de toda sociedade, mais uma vez negligenciando a educação como direito fundamental às classes mais carentes da população brasileira (FREITAS, 2004).

Entretanto faz-se mister que haja a materialização em ações políticas concretas a serem desenvolvidas nos municípios de todo país. Lutas organizadas em todo o país reivindicando os direitos constitucionais foram acirradas, nesse período, para que uma educação que atendesse os excluídos fosse colocada em prática a fim de satisfazer os anseios historicamente negados em legislação.

5.2 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: RURAL VERSUS CAMPO.

Até 1988, as políticas de educação rural/campo não são referências relevantes constitucionalmente na historicidade da educação brasileira. A mudança ocorrida a partir de 2002, com a aprovação da Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 03 de abril; as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo permitem evidenciar a mudança de significado do termo rural para campo.

Enquanto “**o termo educação rural**” foi empregada na época do governo Vargas com o intuito de circunscrever o espaço urbano para definição de políticas públicas de ação para esses espaços geográficos, naquela época já compreendidos como espaços diferentes, entretanto, as práticas educativas se fundamentavam no espaço urbano e não no rural. Podemos afirmar que sua concepção se encontra intimamente ligada a uma postura atrelada à concepção capitalista, competitiva, mercadológica, positivista, onde a força de trabalho humana é apenas um objeto, uma mercadoria.

Com o progresso do agronegócio (madeira, minério), o mundo rural representava o local ideal para a ação de políticas compensatórias e paliativas enfim, era um lugar onde projetos econômicos e políticos da cultura capitalista se instauravam. Segundo Rocha (2009:54) “Nessas circunstâncias, a relação homem-natureza se caracteriza como exploratória, depredatória, concentradora de bens, o lugar do latifúndio, da escravidão, exclusão social e da expropriação de uns em detrimento de outros”.

Ainda, segundo Cabral Neto (2004), várias políticas educacionais foram desenvolvidas e a principal característica eram as práticas pedagógicas adaptativas à realidade do meio rural. No período getulista ressaltava-se a implantação de programas educacionais, seguido depois de outros, posteriormente efetivados na realidade rural, como: o Programa EDURURAL, O PROMUNÍCIO, MOBREAL, entre outros, financiados por organismos internacionais.

O Mobreal foi implantado em setembro de 1970 com o objetivo de reduzir a taxa de analfabetismo (BUFFA e NOSELLA, 1994). Entretanto, a proposta fracassou. Muitos afirmaram ser por conta da técnica freireana empregada. Porém, em algum momento foram utilizadas situações vivenciadas pelos sujeitos; o que se fazia era a utilização de livros didáticos prontos, acabados, nos quais, as palavras geradoras foram elaboradas por especialistas em currículo e não elaboradas especificamente para os diferentes grupos sociais, independente de serem do campo ou da cidade.

Procuravam em suas correntes mais conservadoras educar à revelia da situação político-econômica do país, ignorando a realidade a que se propunha trabalhar, incorporando princípios e valores desvinculados da cultura e da familiaridade que os sujeitos sociais do campo possuem do solo, da água, da floresta das culturas de cultivos e da pesca, enfim, desta convivência humana com a natureza e com os outros seres humanos (CALVÓ, 1999). Nota-se claramente presente o pensamento latifundista empresarial, de controle político sobre a terra e aqueles que nela vivem e trabalham.

Em contrapartida, surge a educação rural que fortalece o modelo agrícola hegemônico que se revela cada dia mais socialmente excludente, economicamente seletivo e ambientalmente insustentável vemos nascer a educação⁴⁵ do campo⁴⁶ (as pessoas têm direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais) e no campo (as pessoas têm direito a ser educadas no lugar onde vivem) buscando a atuação conjunta na formação de modelos e ações socialmente inclusivas, economicamente socializadas e ambientalmente sustentáveis, principalmente, por meio da agroecologia.

Na década de 1970, em contraponto com o urbano, o rural era o atrasado, se ligava às formas rudimentares de produção e de formas de vida. Todavia, já nos idos de 1990, o rural ganha o caráter bucólico e aparece presente enquanto espaço de tranquilidade, lazer, turismo, servindo de refúgio ou descanso em detrimento das atribuições encontradas nas pequenas, médias, grandes cidades.

No entanto, mais especificamente a partir de 1997, uma nova discussão surge visando a um outro modelo de educação para “povos do campo” : pequenos agricultores, sem terra, povos da floresta , pescadores , quilombolas , ribeirinhos ,

⁴⁵ É concebida para oferecer aos povos do campo uma educação adequada ao seu modo de viver, pensar e produzir.

⁴⁶ Entendemos o campo muito mais do que um perímetro não urbano. Engloba os espaços da agricultura, da floresta, da pecuária, das minas, dos pescadores, dos caiçaras, dos ribeirinhos e dos extrativistas como espaço de inclusão social.

extrativistas, assalariados rurais. Uma educação que foi reivindicada pelos movimentos sociais da reforma agrária e por outras organizações que no decorrer do seu processo de constituição passaram a apostar nessa proposta, como o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sindicatos de trabalhadores rurais e federações estaduais desses sindicatos vinculados à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – vinculado à CONTAG, a Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB) e, por fim, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de uma série de organizações de âmbito local.

Tendo como finalidade ampliar um debate nacional sobre a educação do mundo rural no I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em 1997, promovido pelas entidades: MST, UNB, UNESCO, UNICEF, e CNBB, o termo Educação do mundo rural é gerado levando em conta o contexto do campo como cultura específica, bem como, a maneira de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço e o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar a família e trabalho. (KOLLING et al, 1999).

No encontro, foram discutidos tópicos relativos à implementação dessa nova visão educacional, tais como: Práticas pedagógicas inovadoras , a partir do contexto de vida do campo; Matrizes da renovação pedagógica iniciada na década de 70; pedagogia vivencial pedagogia da fala autoritária , separada da vivência dos sujeitos concretos; relação entre educação básica e políticas de desenvolvimento para o campo : uma educação para sujeitos históricos concretos x educação padronizadora.

Em 1998, acontece a I Conferência Nacional de Educação do Campo e a partir deste evento foi criado o "movimento por uma Educação Básica do Campo" a qual envolveu grupos organizados, pesquisadores e alguns governos do país, numa articulação que contribuísse para o melhoramento do ensino das séries iniciais do ensino fundamental.

Sob a ótica de que deveria ser utilizada a terminologia Educação do campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural, a frase educação do campo é apresentada com um novo conceito. Pensando-a como um processo de construção de um projeto de educação dos e para os trabalhadores do campo, sendo conduzido e “festado” desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de suas lutas e de suas organizações, Caldart (2004) afirma em seus estudos ser esse o momento do batismo coletivo de um novo jeito de lutar e pensar a educação para o povo brasileiro que vive e trabalha no e do campo.

Em 1998, tem início o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA / INCRA / MDA visando à escolarização formal para trabalhadores rurais assentados; contando com a presença de rede de universidades públicas e escolas técnicas, movimentos sociais e sindicais e Secretarias de Educação, em todos os Estados da Federação. Aparecem propostas de desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão em diferentes áreas do conhecimento; construção de novas estratégias para a promoção do desenvolvimento rural e melhoria das condições de vida; qualificação para atuar no desenvolvimento sustentável dos assentamentos

Em 2002 formaliza-se o Grupo Permanente de Trabalho (GPT) de Educação do Campo do MEC, onde são traçadas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução nº1/2002 do CNE/CEB)

Processo inovador de construção de política pública na relação do Governo Federal com os governos estaduais e municipais, com a sociedade civil organizada e com os povos organizados do campo (HENRIQUES et al, 2004)

A Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD) é criada em 2004, com quatro departamentos: Educação de Jovens e Adultos (EJA); Desenvolvimento e Articulação Institucional, Avaliação e Informações Educacionais e Educação para a Diversidade e Cidadania sendo esta última composta por cinco coordenações: Ações Educacionais Complementares, Diversidade e Inclusão Social, Educação Ambiental, Educação do Campo e Educação Indígena.

A educação do campo no Brasil é uma temática recente com um pouco mais de uma década de estudos. O termo “**educação do campo**” nasce, portanto, fundamentado na prática educativa de ter sido desenvolvida nos movimentos sociais, nas diferentes organizações que atuam na educação e na LDB, adquire um sentido amplo e complexo, então, não deve ser entendido apenas como um sinônimo de ensino.

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, art. 1º)

A LDB (1996) afirma que os indivíduos podem ser educados nos mais diferentes espaços, sendo a escola e os espaços extra-escolares locais de aprendizagem para o exercício da cidadania. Entende-se que os processos formativos ocorridos ao longo da vida de cada um, seja dentro ou fora da escola é educação e, por conseguinte, torna-se um direito fundamental e uma responsabilidade social. Faz-se necessário, então, que os dirigentes e governantes assumam junto à sua população a formulação de políticas públicas direcionadas a esses espaços de aquisição de conhecimento, competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania, pois se encontram intimamente ligados à construção da dignidade humana.

Para tanto, são inclusos e norteados os elementos para um Plano Nacional de Educação do Campo por meio de eixos para a construção das políticas com esse objetivo:

- a) Construção de uma base científica para a superação da dicotomia campo-cidade e a articulação entre educação e desenvolvimento sustentável;
- b) Construção da esfera pública na interação democrática e anti-corporativa entre o poder público e as organizações da sociedade civil;
- c) Eficiência administrativa da máquina do Estado para realizar os encaminhamentos gerados nos espaços de participação social.

Pode-se conceber portanto, toda ação educativa envolvendo um contexto onde os espaços da floresta, das minas, da agricultura, da pecuária, acolhendo os espaços dos caiçaras, ribeirinhos, pesqueiros, pantaneiros, quilombolas, extrativistas, fundamentando-se nas práticas constitutivas dessas populações e suas habilidades, sentimentos valores e conhecimentos, respeitando o modo de ser e produzir, de compartilhar a vida e de se relacionar com a terra.

Em 2004, com o II Plano Nacional de Reforma Agrária com a participação dos movimentos sociais, o que se busca é a viabilização de novas políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos, dando-se prioridade para as ações de educação e formação com o intuito da presença de sujeitos politicamente conscientes, com uma visão humanizadora, com a valorização do sujeito através de sua identidade cultural, compreendendo o trabalho como algo que dignifica o homem enquanto sujeito histórico e não enquanto objeto ou coisa.

Em 2005, dá-se o Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo - MEC/MDA, tendo como prioridade ampliar e aprofundar as reflexões sobre a educação do campo, com base em pesquisas e intervenções nas universidades e em outros fóruns (agências de financiamento, organizações não governamentais, entre outros), bem como, estruturar a criação de centros regionais de pesquisa permitindo uma aproximação entre os pesquisadores das Universidades públicas e pesquisadores oriundos da militância nos movimentos sociais do campo, permitindo uma vinculação entre pesquisa, militância, docência e intervenção. Para Arroyo (2005) os elementos básicos para uma Política Pública de Formação de Educadores do campo podem ser fundamentados em:

As políticas de educação e de formação se debaterão com duas tarefas: de um lado, superar os velhos estilos e as velhas lógicas ainda dominantes na visão e no trato dos povos do campo e, de outro lado, criar novos estilos embasados em novas lógicas e em novas imagens dos direitos dos povos do campo. Políticas atreladas a um outro Projeto do Campo no Projeto de Nação. (ARROYO, 2005: 48)

Em 2007, acontece o III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA⁴⁷) que teve por objetivos: realizar um balanço político-pedagógico; atualizar o debate sobre os paradigmas de educação e do desenvolvimento na perspectiva da Educação do Campo; produzir linhas de ação para potencializar a abrangência do programa; e preparar as atividades de comemoração dos 10 anos do Pronera.

Em 2008, é realizado o II Encontro Nacional de Pesquisadores do Campo. Para Arroyo,

A materialidade educativa de origem da Educação do Campo está nos processos formadores dos sujeitos coletivos da produção e das lutas sociais do campo. Por isso, ela desafia o pensamento pedagógico a entender estes processos econômicos, políticos, culturais, como formadores do ser humano e, portanto, constituintes de um projeto de educação emancipatória, onde quer que ela aconteça, inclusive **(até na)**⁴⁸ na escola. (ARROYO, 2005:34)

A escola, nesse contexto, precisa estar envolvida e deve investir em uma interpretação da realidade de forma que permita definir o seu processo baseado nos seus sujeitos sociais, ou seja, que possibilite a construção de conhecimentos potencializadores, de modelos específicos, que sejam desenvolvidos a partir de estratégias solidárias, que garantam a melhoria da qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem no campo. Cabe ressaltar que, à medida que se vai avançando nas conquistas por políticas públicas de educação para o campo, faz-se necessário investir no perfil e na formação de professores que atuam junto às escolas do campo. Para Arroyo:

Sabemos que um dos determinantes da precariedade da educação do campo é a ausência de um corpo de profissionais que vivam junto às comunidades rurais, que sejam oriundos dessas comunidades, que tenham como herança a cultura e os saberes da diversidade de formas de vida no campo. A maioria das educadoras e educadores vai, cada dia, da cidade à escola rural e de lá volta a seu lugar, à cidade,

⁴⁷ O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) foi criado em 1998 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com o objetivo de aumentar os níveis de escolarização dos trabalhadores rurais, dando-lhes condições de acesso ao ensino fundamental, médio e superior. Uma das preocupações do projeto é que a proposta pedagógica dos cursos seja adaptada à realidade do campo, por isso, a formação profissional é priorizada.

⁴⁸ Grifo nosso

à sua cultura urbana. Conseqüentemente, nem tem suas raízes na cultura do campo, nem cria raízes (ARROYO, 2007, p. 169).

Em 2010, quando do IV Seminário Nacional do Pronera, o objetivo principal foi realizar uma reavaliação e reprogramação das atividades visando ao seu aperfeiçoamento como política de promoção social e justiça social no campo, vislumbrando que a oferta de escolarização para os camponeses se amplie, visto que a necessidade é que se torna política pública.

5.3 AS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS (EFAs) NO ESPÍRITO SANTO

Nossa idéia central era: como podemos tornar-nos livres? Como podemos nos tornar-nos nós mesmos? O problema fundamental da revolução da classe operária era o problema da liberdade (e concretamente, com base na possibilidade histórica atual, ao redor da perspectiva de uma ação autônoma revolucionária da classe operária (GRAMSCI, 1989:622)

Como surgiram as EFAS? Na bibliografia consultada encontramos a referência de que por volta dos anos 1935, em Serignac-Pedoubou, no sudoeste da França, diante de uma situação inusitada de um adolescente de 14 anos que se recusou a ir à escola convencional e outros o seguiram pois afirmavam que sentiam dificuldade de dar continuidade aos estudos devido à distância e, principalmente, ao problema das escolas centralizarem, no espaço e na pedagogia, somente o universo valorativo urbano.

Com o clamor dos pobres filhos de agricultores de sua paróquia, o Padre Abbé Granerau, filho de camponês e profundamente comprometido com o destino do homem do campo, revoltado com a cultura escolar urbanocêntrica e cansado de escutar os professores da escola primária, representantes do Estado, dizerem aos agricultores, pais de alunos mais estudiosos: “Seu filho é inteligente; não pode ser deixado na roça; é preciso encaminhá-lo nos estudos. Vencerá na vida melhor

que seu pai, conseguirá uma boa posição social” (GRANEREAU, 1969:22 apud NOSELLA, 2006:2) deparou com a necessidade de formar uma educação que respondesse ao cotidiano rural.

Essa afirmação se assemelha a dizer que o campo não é lugar para pessoas inteligentes, é propícia para aqueles que desempenham apenas trabalho braçal, pesado. Gramsci (1975: 1514) em 1932 afirmava que:

A massa de camponeses, embora desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não forma seus próprios intelectuais “orgânicos”, nem absorve alguma categoria de intelectuais “tradicionais”; entretanto, outros grupos sociais extraem dos camponeses muitos dos seus intelectuais orgânicos e mesmo grande parte dos intelectuais tradicionais é de origem camponesa [...]

Tendo em vista a ação do jovem camponês, com base nas afirmações acima descritas, revoltados com a falta de respeito às tradições e à cultura do homem do campo, nascia em 21 de novembro de 1935, por parte de um grupo de camponeses reunidos com o Padre Granereau, a fundamentação de uma escola como resposta à problemática da educação rural francesa, uma escola diferente, que respondesse aos anseios e às necessidades da juventude rural local. A idéia era que os jovens permaneceriam unidos, na casa do Sacerdote, por uns dias no mês, para estudarem tempo integral sob a orientação e coordenação pedagógica do mestre-religioso e, com isso, não precisariam ir à cidade e em seguida voltariam às suas propriedades e famílias, não deixando de suprir às necessidades nos afazeres agrícolas e domésticos. Essa ação era realizada em pequenos grupos, em rodízio, desenvolvendo concomitantemente um currículo de formação intelectual, científica e moral. Com as palavras do Padre Granereau, “se quiserem, começaremos algo que mudará tudo”, fundava-se a primeira Escola da Pedagogia da Alternância, denominada “*Maison Familiale Rural*” (MFRs).

Segundo Souza, os princípios que orientaram a construção da identidade do movimento das MFRs nesse período de criação e expansão podem ser assim resumidos:

- A constituição de uma associação de pais responsáveis por todas as questões relativas à escola, da demanda por sua criação às condições de funcionamento;
- A alternância de etapas de formação entre a *Maison Familiale* e a propriedade familiar como princípio norteador da prática pedagógica;
- A composição de pequenos grupos de jovens (de 12 a 15) sob a responsabilidade de um monitor como possibilidade de aplicação dos princípios pedagógicos da alternância;
- A formação completa da personalidade, dos aspectos técnicos aos morais e religiosos, como pressuposto fundamental do ideal de educação a ser perseguido;
- O desenvolvimento local sustentável como horizonte a nortear a relação entre as pessoas e o meio ambiente que habitam (SOUZA, 2006).

A preocupação maior entre os atores dessa nova investida educacional era a de proporcionar um tipo de educação diferenciada para os jovens de seu vilarejo e, ao mesmo tempo, criar estratégias de desenvolvimento para a comunidade.

Como seria, então, idealizada essa nova escola? O grupo imaginou um tipo de escola que atendesse às reais necessidades e não fosse rejeitada pelos seus filhos. Assim, pensaram em montar uma estrutura de formação em que os conhecimentos a serem adquiridos seriam encontrados na escola, mas também na vida cotidiana, na família, na comunidade, na vila, sendo de responsabilidade dos pais e das forças sociais locais.

Segundo Gimonet (1999), a escola funcionou com quatro jovens em princípio. No ano seguinte, 17 jovens se inscreveram para esta escola. Após dois anos, a fórmula chamou atenção nas redondezas e passaram a ser quarenta estudantes. Foi necessária maior organização e os pais se uniram criando uma associação, fizeram financiamento e compraram uma casa. Eles deram o nome à casa de "A Casa Familiar de Lauzum" (nome da pequena cidade francesa na qual ela foi implantada) e contrataram um formador. Foi assim que nasceu a primeira Casa Familiar, em 1937 (UNEFAB, 2010).

Porém, a experiência só foi divulgada pela França após a segunda Guerra Mundial. Nesse período, foram constituindo-se os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), reconhecidos pelo governo francês em 1960 (SOUZA, 2006)

Após a Segunda Guerra Mundial, essa experiência tornou-se conhecida em outros países e acabou sendo implantada na Itália, na região de Treviso, num lugar chamado Soligo, por solicitação de lideranças políticas locais que desejavam implantar um novo modelo de educação, que propiciasse ao aluno uma boa formação intelectual sem se descuidar da preparação para o trabalho.

Na Itália, fez-se na forma de cooperativa, na qual eram associados agricultores locais que tinham interesse em seu funcionamento. A denominação recebida fora “Scuola della Famiglia Rurale”, ou simplesmente “Scuola Famiglia”, sendo a principal função da cooperativa a manutenção e gestão da escola (NOSELLA, 1994).

A metodologia, entretanto, sofreu modificação em relação à utilizada na França, com a finalidade de adequá-la à realidade agrícola e sociocultural desse país, mas os princípios básicos permaneceram os mesmos.

Separados em escola para homens e mulheres, os cursos de alternância na Itália eram de qualificação profissional em ensino de nível médio, com um ou dois anos de duração. Eram constituídos de duas áreas de formação, geral e profissional. Ambos os cursos eram reconhecidos oficialmente e os concluintes recebiam certificados, podendo prosseguir os estudos posteriores nos Institutos Profissionais do Estado para Agricultura, mantidos pelas províncias de Treviso, Verona e Padova.

Concluídos os estudos, o aluno receberia o título de Agrotécnico. Caso não quisesse seguir seus estudos através do Instituto, a escola família oferecia um terceiro ano de escolaridade, com especialização, podendo o interessado optar entre cultivo de cereais, Horticultura, Fruticultura, Viticultura ou Zootecnia. Nesse caso, as atividades escolares desenvolviam-se na forma de estágio, combinando períodos de aulas na escola com tempos de trabalhos em propriedades especializadas, ou na propriedade da família, ou em cooperativas.

Ainda segundo o autor, a experiência foi levada a outros sítios e neles realizadas adaptações que eram feitas em decorrência das circunstâncias locais. Encontramos na literatura os CEFFAs se estabelecendo em outros países e

continentes na década seguinte. No continente europeu encontramos além dos centros na Itália, em Espanha e Portugal; a presença no continente africano, na América do Sul, no Caribe, na Polinésia, na Ásia e, em seguida, na Província de Quebec, no Canadá.

Segundo Nosella (2007), no Brasil, a primeira experiência educativa baseada nos CEFFAs se constituiu sob influência das Escolas Famílias Agrícolas Italianas e se deu no Espírito Santo, em 1968, com a criação da Escola Família Agrícola de Olivânia, no município de Anchieta. Liderado pelo padre jesuíta Humberto Pietrogrande que percebeu a necessidade da Pedagogia da Alternância no Espírito Santo, local da missão dos jesuítas⁴⁹, devido ao enorme êxodo rural e à mão-de-obra não qualificada da maioria dos imigrantes alemães e italianos desta região (GIANORDOLI, 1980; PESSOTI, 1978). Funda-se, assim, o Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo – MEPES⁵⁰, com inspiração no modelo italiano que se denominava de Escolas Famílias Agrícolas.

As lideranças do movimento assumiram para si a tarefa de construção das EFAs no Estado, pois se encontravam preocupadas com a crise econômica e social por que passavam os agricultores do sul do Espírito Santo, na década de 60.

Em 1976, foi criado, para funcionar de acordo com os princípios e metodologia da Pedagogia da Alternância, o primeiro Curso Técnico em Agropecuária em Nível de Ensino na Escola Família Agrícola de Olivânia.

Essa pedagogia veio suprir as necessidades de uma parcela de alunos que se encontravam marginalizados ao processo educacional, uma vez que serviam

⁴⁹ Há a presença de uma dialogia entre EFAs e Igreja. Em quase todas as EFAs do Brasil, as origens remontam à participação de membros da Igreja no processo de implantação da proposta educacional, o que caracteriza uma vontade política por parte do clero e nem tanto por parte dos agricultores. Desde seu início em território francês, essa relação entre EFAs e Igreja causou enormes conflitos e concepções que se divergiam entre os atores políticos do processo.

⁵⁰ Segundo Nosella (1977: 129): O MEPES é uma entidade que tem por finalidade a promoção integral da pessoa humana. Gratuitamente promove a educação e desenvolve a cultura, através da ação comunitária, numa ampla atividade ao interesse da agricultura, e principalmente no que concerne à elevação do agricultor do ponto de vista religioso, intelectual, técnico, sanitário e econômico.

como mão-de-obra em suas propriedades rurais e assim ficavam impossibilitados de prosseguir os estudos. A pedagogia da Alternância veio viabilizar a possibilidade de o jovem trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

As Escolas Famílias surgiram das necessidades dos agricultores em proporcionar a seus filhos uma educação que contribuísse para o desenvolvimento de sua própria realidade. Ou seja, nascia do sentimento e da necessidade que transcende de geração em geração o princípio filosófico de criação de uma escola “própria e apropriada para as famílias do campo”.

Porém, para que esse princípio funcionasse, foi preciso garantir outro princípio – que essa escola fosse governada pelo próprio agricultor – nasce então o princípio político – gestão do agricultor. E para que essa escola funcionasse respeitando os princípios já citados, foi necessário também respeitar o princípio pedagógico – a Pedagogia da Alternância – que por sua vez possui uma técnica apropriada – o Plano de Estudo – Princípio Metodológico. O princípio pedagógico (Pedagogia da Alternância) se sustenta em princípios específicos: A Primazia da Vida sobre a Escola, o Método sobre o Conhecimento (Aprender a Aprender) e o Protagonismo do Sujeito.

Partindo da experiência pioneira do Espírito Santo, as EFAs foram-se expandindo para outros estados brasileiros, como a Bahia, Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rondônia, Amapá, Goiás, Santa Catarina e Minas Gerais.

Essas escolas pioneiras se encontravam preocupadas com o engajamento político dos alunos nas suas comunidades e nos movimentos sociais, bem como, com a formação humanística e cidadã. Seus objetivos gerais eram, de acordo com Begnami (2002), permitir a formação técnica do agricultor, de incentivar a permanência dos alunos no local de origem e ao mesmo tempo de incrementar novas tecnologias em seu meio.

Entender como se deram, como se estruturam didaticamente e organizacionalmente ou como se expandiram as escolas de alternância fundamentadas na fórmula pedagógica original é de extrema importância, pois nos

remete à evidência de que a militância não é um fator, uma dimensão externa que se ajunta ou se justapõe à atividade educativa (NOSELLA, 2006).

A responsabilidade e o compromisso político caminham juntos com o exercício na aplicação de um projeto pedagógico que utiliza em sua metodologia o associacionismo e o cooperativismo. Nota-se a evidência da responsabilidade das famílias e da comunidade na avaliação coletiva e permanente em busca da criação cultural democrática no mundo rural. Como pode ser observado no atual lema da escola: “formação para a liberdade”, em substituição ao lema original que era a “fixação do homem ao campo”.

Segundo Souza (2006), com a expansão das Escolas Famílias para outras regiões, surgiu a necessidade de criar uma entidade que pudesse garantir a unidade da proposta pedagógica da formação por Alternância, articular e unir as escolas na busca de soluções para seus problemas comuns e fortalecer seu projeto político de se constituir como alternativa viável à escolarização de populações rurais. Foi criada, então, a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, a UNEFAB, instituída por ocasião da primeira Assembléia Geral das EFAs do Brasil, realizada em 1982.

Segundo a UNEFAB:

Após sua consolidação no Espírito Santo, a partir da década de (19)70, ocorreu rápida expansão para outros 22 Estados brasileiros, contando, atualmente com cerca de 200 EFAs em funcionamento e outras 40 em implantação, beneficiando cerca de 20.000 alunos e 100.000 agricultores, e contando com 850 monitores trabalhando nestas EFAs. Estas escolas já formaram mais de 50.000 jovens dos quais mais de 65% permanecem no meio rural, desenvolvendo seu próprio empreendimento junto às suas famílias ou exercendo vários tipos de profissões e lideranças (UNEFAB, 2010:1)

Cada EFA possui uma Associação que é a mantenedora do Centro Educativo. Por sua vez, as EFAs estão organizadas em nível Regional e Nacional. Nacionalmente, as EFAs estão organizadas em torno da UNEFAB (União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil), hoje com sede em Brasília – DF.

Atualmente, as EFAs estão organizadas em torno da AIMFR (Associação Internacional das *Maison Familiaes Rurales*), que tem por objetivo representar as

EFA's junto aos organismos supranacionais como a FAO e a ONU, assim como, incentivar a Pedagogia da Alternância a partir das pesquisas junto às universidades do mundo inteiro.

6. O OLHAR TEÓRICO SOBRE A CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Retomando o questionamento desta pesquisa: Como estaria sendo desenvolvida a consciência política dos jovens camponeses integrantes do MPA do Espírito Santo?

Para tanto, faz-se necessário entender no horizonte teórico o significado de consciência política enquanto um fator que propicie a compreensão da consciência individual na sua relação como meio social, em busca do sentido da ação coletiva, por meio das categorias da consciência política dos sujeitos envolvidos.

Salientamos que essa consciência, enquanto processo mental produtor da práxis cotidiana como meio de transformação da realidade histórico-social, permite ao homem ser um ser cultural que, segundo Sandoval (1994), não é outra coisa senão um ser consciente.

A consciência política, portanto, pode ser abordada sob o ponto de vista psico-sociológico. Aqui, nos fundamentamos no conceito de Sandoval (1994) de que os significados atribuídos aos acontecimentos em suas vidas e às interações diárias, limitados segundo as contingências históricas, passíveis de análises sistemáticas, organizadas em modalidades de percepção da realidade social, influenciam no desenvolvimento deste ser consciente em seus diferentes níveis.

O autor reafirma em outro trabalho que os fatores e processos que determinam as formas e os motivos individuais das pessoas agirem em situações de mobilização coletiva, onde algumas colaboram e outras não estão intimamente ligadas aos cruzamentos dos determinantes psicológicos e sociológicos.

Segundo Reck (2005:89) “a consciência deveria ser analisada em termos de campos específicos. Cada campo corresponderia a esferas diferenciadas de vida, experiências rotineiras que se circunscrevem às peculiaridades de estruturação das classes”.

t Sabemos que não há projeto político previamente demarcado, ele é construído na prática. A importância dos conhecimentos adquiridos e gerados nas lutas cotidianas é fundamental para o processo de construção da consciência, pois, pela experiência os homens se tornam sujeitos (THOMPSON, 1979).

No ponto de vista de Gramsci (1989), faz-se necessário que os homens sejam educados para a construção de sua própria concepção de mundo e, conseqüentemente, sua construção da consciência da práxis. E com ela tenham consciência do pertencimento de um grupo.

[...] enquanto eu não participava diretamente do movimento, eu criticava muitas vezes as ações do grupo. A partir do momento que eu comecei a entrar na luta, me senti integrante do movimento, e a entendi o porquê de estar aqui, me senti mais forte e capaz para poder falar para meus filhos que vale a pena lutar por algo que se queira [...] (Luis, jovem MPA, 2009)

Nesse contexto pode-se observar que o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. Somos pequenos grupos e que falamos e agimos sempre na multiplicidade. Não existe mais representação, só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede (DELEUZE apud FOUCAULT, 1979:70).

As massas não necessitam mais dos intelectuais das classes médias e altas, elas sabem o que precisam. Porém, segundo Foucault (1979:71), existe um sistema de poder que barra, proíbe e invalida esse saber que penetra sutil e profundamente em toda trama da sociedade. Segundo o autor os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes do discurso e da “consciência”, também faz parte do sistema.

Para tanto, há uma nova proposta de releitura da proposição de Marx, Lênin e Gramsci quando falam do papel do partido, enquanto agente decisivo na formação da consciência dos trabalhadores. Nesse contexto, Ridenti (2001:33) demonstra que “o que Lênin estava combatendo era o espontaneísmo dos sindicalistas de seu tempo, os quais acreditavam ser possível chegar ao socialismo só pela luta econômica, sindical”. Para o autor a consciência de classe deve desabrochar-se no interior do movimento como um processo de construção

do saber e na classe, permitindo sua auto-identificação, bem como, a identificação do outro, ou seja, como um processo de educação continuada.

As classes não acontecem espontaneamente, mas como um reflexo de condições objetivas na psique dos indivíduos. Já não é um dado, mas produtos historicamente dependentes de ações recíprocas. Para Przeworski:

A identidade coletiva, a solidariedade de um grupo e o comprometimento político são continuamente forjados – moldados, destruídos e remodelados – em consequência de conflitos no decorrer dos quais partidos políticos, escolas, sindicatos, igrejas, jornais, exércitos e empresas procuram impor às massas uma determinada visão da sociedade. [...] O comportamento político dos indivíduos somente pode ser compreendido na articulação histórica concreta com esses conflitos, pois as características específicas tornam-se causas de atos individuais quando estão inseridas em uma estrutura definida, imposta às relações políticas em um dado momento da história. (PRZEWORSKI, 1989:118)

Seguindo essa linha de pensamento, Sandoval (1994:60) sugere a análise de três fatores, ao afirmar que fontes localizadas condicionam e moldam as relações de classe afetando a consciência política:

- 1) a divisão do trabalho e as relações de autoridade dentro da empresa produtiva;
- 2) as relações de poder e autoridade dentro do sistema político;
- 3) a influência de padrões culturais e de consumo.

Concordamos quando o autor afirma que para o afloramento da consciência de classe há necessidade de uma estruturação de classe e, conseqüentemente, estar em conjunto com um processo de educação própria e apropriada para o fim pela qual se destina.

Isso significa que qualquer análise de consciência deverá sempre considerar os parâmetros de escolha, no sentido de que as diversas modalidades de consciência prevalentes [...] têm suas raízes identificáveis e, também, certas limitações de circunstâncias que incidiram em sua formação. (SANDOVAL, 1994:61)

Nesse contexto, um dos autores que se afasta da idéia de que o homem é um produto da própria natureza, mas sim, formado por meio da sua caminhada

sócio-histórico-cultural, em que a sua constituição psicológica é fruto de sua apropriação do mundo, é Vigotsky (1994). Para ele, isso se dá ao comprovar que as funções mentais são relações sociais internalizadas, onde o sujeito se desenvolve, não a partir de um psiquismo pré-existente, mas se constrói absorvendo e processando a cultura.

Ao abordar a inter-relação entre a consciência e a linguagem, o pensamento e a palavra, Vigotsky afirma que a linguagem influencia o fluxo do pensamento tendo em vista a interiorização do diálogo exterior. As chaves para a compreensão da natureza da consciência são o pensamento e a linguagem, sendo as palavras responsáveis pela evolução histórica da consciência como um todo. Segundo o autor “a palavra é um microcosmo da consciência humana” (VIGOTSKY, 1991:132).

Andrade (1998) afirma que o modo como os processos são internalizados ainda apresentam grandes espaços de observação para seu entendimento que precisam ser aprofundados na esfera dos estudos sobre os processos micropsicológicos. Segundo a autora, muitos estudos têm apontado para a necessidade de reconsiderar o princípio da internalização de Vigotsky, pois o mesmo não avança sobre os modos como essa internalização é realizada.

De acordo com Heller (1992) ao permitir que o jovem se aproprie dos instrumentos, da linguagem e dos usos e costumes, tendo noção de que é um sujeito no mundo social, ocorre o processo de socialização, ou seja, dá-se a formação da consciência do jovem⁵¹.

Ao apossar-se da palavra faz-se necessário de que a mesma seja portadora de significância, deve ser oriunda da historicidade, da práxis. Para Paulo Freire:

[...] a palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. O diálogo autêntico é reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro, é decisão e compromisso de

⁵¹ A psicóloga e educadora Helena Antipoff (1892-1974) foi a pioneira na difusão da abordagem interacionista da formação da inteligência ao demonstrar a idéia de que a inteligência humana é construída a partir da ação do ser humano sobre o meio ambiente sócio-cultural em que vive, e do impacto deste mesmo meio ambiente sobre a pessoa, ou seja, no desenvolvimento da cognição.

colaborar na construção do mundo comum. Os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistiam em liberdade. Aos que constroem junto o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção. Dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores. (FREIRE, 1987:15)

Esse diálogo existencial citado por Freire, só se dá quando avaliamos o fenômeno da fala ou do pensamento como a produção do significado. Reck (2005) afirma que o significado da palavra só é um fenômeno da fala se esta é iluminada pelo pensamento. Podemos afirmar, portanto, que a união da palavra e do pensamento é um fenômeno do pensamento verbal.

Preocupar-se com as experiências individuais dentro das ações dos grupos e das classes sociais, bem como, compreender os diferentes grupos sociais nos quais esses indivíduos atuam nos tempos atuais, passa a ser o mote de atuação no campo das Ciências Humanas e Sociais.

Por meio da história social observamos que a classe não é o somatório das experiências individuais, entretanto, podemos observar que as experiências individuais concretas algumas vezes são relegadas a um segundo plano dentro das categorias coletivas aparentemente abstratas. Segundo Reck (2005), como poderemos compreender a categoria de movimento social, ou de classe social como algo mais que um conceito abstrato se nada soubermos da vivência individual e da experiência coletiva?

Com o intuito de entender como se dá o desenvolvimento da consciência política dos líderes e jovens do MPA-ES, por meio de autores que nos forneçam a compreensão da consciência individual na sua relação com o meio social, buscaremos o sentido da ação coletiva desses jovens dentro do movimento social.

Para tanto, nesse capítulo, usaremos o embasamento teórico proposto por Salvador A. M. Sandoval⁵² (1989, 1994, 2001) e Reck (2005). Em sua trajetória acadêmica, Sandoval preocupou-se com o fenômeno das ações coletivas desde a

⁵² Cientista político, Norte-americano radicado no Brasil, desde 1976, Professor na Universidade Estadual de Campinas e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

perspectiva da Psicologia Política e da Psicologia dos Movimentos Sociais, produzindo um modelo de análise da consciência política (2001).

Para Sandoval, a consciência política é formada por aspectos identitários, pela cultura construída socialmente e expressa na sociedade por um conjunto de crenças internalizadas pelo indivíduo e pela perspectiva politizada do contexto social em que se localiza o sujeito. Essas dimensões, como chama o autor do modelo, são aspectos que informam a consciência política de sujeitos individuais e coletivos. Através deste esquema, Sandoval oferece-nos um modelo conceitual de consciência política entendida como um processo contínuo de elaboração de visões de mundo em seus sentidos normativos, pragmático-situacionais e cognitivo-informativos (SANDOVAL, 1999).

Para o autor, o conceito de consciência política está intimamente ligado aos significados que os indivíduos atribuem aos acontecimentos em suas vidas e às ações mútuas diárias, enfatizando que sempre há ilimitadas formas de consciência, dependendo das eventualidades históricas, intimamente ligadas às diferentes modalidades de percepção da realidade social, as quais são passíveis de análises sistemáticas.

Ao analisar os aspectos microssociais dos Movimentos Sociais, Sandoval (1988:67) afirma que não há uma separação artificial de aspectos psicológicos e sociológicos, conforme vem sendo preconizado na velha tradição academicista fragmentária, mas sim, procura observar de maneira integrada os fatores e processos que determinam os motivos e as formas individuais de as pessoas atuarem, uns corroborando, e outros não, em diferentes situações de mobilizações coletivas. Para o autor, tal compreensão só é cabível no complexo que se dá na intercepção dos determinantes sociológicos com os psicológicos. De acordo com Sandoval:

Privilegiar um aspecto sobre o outro seria distorcer a realidade e truncar o esforço de conhecimento científico, uma vez que o fenômeno se dá na interseção entre os fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo com seus pré-conceitos de fundo cultural e as reflexões conscientes de custos e benefícios de participar (SANDOVAL, 1988:68)

A consciência para Sandoval (1994) e Reck (2005) deve ser analisada em termos de campos específicos, sendo que cada um corresponde a esferas determinadas de vida, experiências cotidianas que se imiscuem às particularidades de estruturação das classes. Aparecendo como uma constelação de fatos e significados daquilo que é conscientemente vivenciado, temos os diferentes “campos de consciência”.

No nosso caso específico de análise, temos como objeto de estudo as diferentes formas de consciência política dos líderes e jovens do MPA –ES. A coleta de dados para análise foi efetuada à medida que as interações sociais ocorriam, por meio de entrevistas e observações cotidianas. Segundo Reck (2008:96), a consciência é “concebida como uma construção de representações sociais formadas justamente na interação entre os indivíduos, que configuram modalidades em constante processo de transformação.

Envolvendo a questão da dominação política e da exploração econômica, Sawaia (1987) assegura que ponderar sobre a consciência é semelhante a delimitar o debate em torno da edificação do conhecimento que se encontra fora dos limites internos de uma ciência, seja em particular ou geral. Enquanto mediação social e psicológica, completando a visão sociológica e filosófica, a análise do processo da consciência em nível do indivíduo se relaciona dialeticamente com o social, psicológico, biológico, epistemológico, político e econômico, permitindo unir esforços para desvendar o mundo da consciência enquanto processo objetivo/subjetivo.

Nesse contexto, Thompson (1979:42) destaca a importância da prática, da experiência que surge na luta para o processo de construção da consciência. Afirma que “pela experiência os homens se tornam sujeitos”, salienta que a consciência vai sendo gerada na luta. “Não há projeto político previamente demarcado, ele se constrói na práxis”.

Entretanto, a consciência não é transformada automaticamente, apenas com a ação acontecendo. Faz-se necessário refleti-la e trabalhá-la em nível psicológico. Segundo Reck (2005), a consciência é uma atividade reflexiva, um

trabalho que exige atividades que sejam precedidas ou seguidas por determinados estados de consciência. Para Sawaia (1987), tanto a mediação social quanto a psicológica devem ser consideradas na relação dialética que as caracteriza. Ainda afirma que a consciência esta em mudança constante, sendo um movimento de negação e superação e, também, um movimento de reprodução, mas não por rupturas. Ao superar o momento anterior, negando-o, incorpora o negado, o que lhe dá outra qualidade. Ela não rompe definitivamente com o momento anterior (permanência na transformação ou permanência com mudanças) (RECK, 2005).

[...] as relações sociais constituem uma estrutura de escolhas segundo a qual os agentes fazem sua opção, e não podem ser algo meramente a ser internalizado e expresso em atos via condução externa, mas ao contrário, através das relações sociais, os atores individuais e coletivos, deliberam sobre objetivos, percebem e avaliam alternativas e selecionam linhas de ação, esta opção pode ser inclusive alterar as relações sociais[...] (PRZEWORSKI, 1989:118)

Entendemos que com a presença de diversas modalidades de consciência prevalentes, em qualquer análise da consciência deverão sempre ser considerados os “parâmetros de escolha”. Para Sandoval (1994:62), essas “têm suas raízes identificáveis e também certas limitações de circunstâncias que incidiram em sua formação”.

Para tanto, ao encadear suas ideias, Andrade (1998:9) afirma que “partimos de pressupostos epistemológicos do materialismo histórico e do interacionismo, implicando concepção do ser humano como produto e produtor da história”. A autora, ao buscar entender os processos psicológicos que estão na base do modo de apreensão do mundo social, aos outros e a si mesmo, bem como do desenvolvimento psicossocial do indivíduo, toma por base a teoria “vigostskyniana”⁵³, a qual “traz elementos para compreendermos a constituição psicológica do homem em seu curso de apropriação do mundo, afastando-nos da

⁵³ Elaborada pelo psicólogo **Lev Semenovitch Vigotsky** (1896-1934), um dos expoentes da perspectiva histórico-cultural.

ideia de que o homem é um produto da natureza. Para Heller (1992) apud Andrade (1998:10): “[...] o homem nasce inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade em questão”.

Desta feita, corroboramos que o desenvolvimento do psiquismo é, desde suas origens, sociocultural, onde o coletivo emerge do individual, ao contrário do pressuposto de que ele se torna social pela internalização do real. Para Andrade (1998), o homem é capaz de criar as suas próprias condições de existência atuando sobre a natureza, transformando-a e transformando a si mesmo. Ou seja, num misto de desenvolvimento onde as ligações da história individual e social são profundamente enraizadas. Assim, o processo intrapessoal é resultante de um processo interpessoal, onde, para Vigotsky (1994), as funções mentais são relações sociais internalizadas, onde o sujeito se desenvolve, não a partir de um psiquismo preexistente, mas se constrói absorvendo e processando cultura (RECK, 2005).

Concordando com Andrade (1998) e Reck (2005), temos presente um homem ativo, criativo, que transforma o meio produzindo cultura. Um homem que transforma a si próprio e atuando sobre a natureza a transforma, criando suas próprias condições de existência. Nesta abordagem, é significativo o conceito de mediação como intervenção de um elemento em uma dada relação, fato imprescindível para compreendermos como o indivíduo se apropria das significações socialmente construídas. Isto quer dizer que:

Os limites do que é possível são colocados não apenas pelos requisitos externos de instituições e relações sociais, mas, ao mesmo tempo, pela estrutura da consciência individual ainda que essa possa se alterar muito rapidamente. Somos então levados a supor que a formação da consciência política tem um aspecto imanente a si próprio como um outro flanco objetivo o qual depende de pré-condições materiais (HELLER, 1972 apud SANDOVAL, 1994:62)

Utilizados pelo seu caráter de mediação para explicar a expansão dos limites do conhecimento, por meio da integração dos símbolos culturais à

consciência humana, Vigotsky (1994) relaciona o uso de instrumentos no trabalho com o uso de signos.

Para Vigotsky (1994:27), “o momento de maior significação no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às forças puramente humanas de inteligência prática abstrata, acontece quando a fala e a atividade, então duas linhas completamente divergentes do desenvolvimento, convergem”.

Para Andrade (1998:10), “esse processo de aprender, apropriar, incorporar, subjetivar, interiorizar, internalizar diz respeito ao modo de como o indivíduo tem acesso à cultura”⁵⁴

Vinculando-o à noção de dimensão interativa e à mediação simbólica, Vigotsky (1993) reforça a ênfase ao processo do desenvolvimento do psiquismo humano. A autora afirma que o processo de internalização se desenvolveria em dois planos: em um primeiro momento, no plano social, das relações interpessoais em que as atividades externas do indivíduo são significadas socialmente pelo seu grupo cultural e, em um segundo momento, no plano intrapessoal, em que, a partir das suas próprias ações, o indivíduo as interpreta e atribui significados, transformando a atividade interpessoal em processo psicológico interno.

Para Andrade (1998), os modos de perceber e organizar o mundo se constituem em uma dinâmica interativa. Nesse sentido é uma atividade mental que se materializa na manifestação objetiva da subjetividade por meio da linguagem. Portanto, esta desempenha um papel muito importante no desenvolvimento da consciência.

Ao estudar a inter-relação da consciência e da linguagem, do pensamento e da palavra, Vigotsky (1993:45) explica que “a interiorização do diálogo exterior que leva a linguagem a exercer influência sobre o fluxo do pensamento [...] o autor

⁵⁴ Existem convergências teóricas que permitem o entendimento desse processo de interiorização: Piaget vai referir-se a ele quando tratar da transposição das regras do domínio simbólico dos objetos para o interior das estruturas psíquicas internas transformando-os em esquema de compreensão e do pensamento. A psicanálise, também, trata da transformação de esquemas da interação em esquemas intrapsíquicos, definindo-a como processos de internalização (ANDRADE, 1998:10)

acredita que “o pensamento e a linguagem, que refletem a realidade de forma diferente da percepção, são as chaves para compreender a natureza humana”, ou seja, “a palavra é um microcosmo da consciência humana”

Quando Freire (1987:15) afirma que a “palavra viva é diálogo existencial”, ele nos remete ao entendimento de que para ser portadora de significância deve fluir na historicidade, na práxis. O diálogo autêntico está intimamente ligado à decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum, é a capacidade de reconhecimento do outro e de si mesmo por meio do trabalho conjunto, humanizando-se, dando-lhe direção, procurando fazer do mundo sempre mais, com a consciência de que se coexistenciam em liberdade. Segundo Reck (2008:100), “a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores.”

Para Vigostky (1993), uma palavra sem significado é um som vazio. O pensamento ganha corpo por meio da fala. O significado da palavra só é um fenômeno da fala se esta é iluminada pelo pensamento. Portanto, o significado é um fenômeno do pensamento verbal ou da fala significativa – a união da palavra e pensamento. Ambos se unem na prática social da linguagem. Motivo pelo qual esta teoria dará suporte às análises que fizemos no esforço de captar por meio das falas, expressões, pensamentos, dos sujeitos envolvidos, as diferentes formas de consciência política dos líderes e jovens do MPA-ES que se encontram envolvidos no processo de mudança da realidade e da transformação de si próprios.

As categorias analíticas desenvolvidas por Sandoval a partir de vários autores⁵⁵ serão a base fundamental para entendermos as diversas formas de consciência política dos líderes e jovens do MPA-ES. Contaremos, também, com o auxílio de outros teóricos no assunto, a fim de vislumbrar um universo maior de entendimento desse fenômeno.

⁵⁵ Seu modelo é principalmente influenciado por Charles Tilly (1978) e Allan Touraine (1966).

Para Sandoval (1994:68), “durante qualquer período histórico na sociedade, categorias diversas de pessoas expressam modalidades várias de consciência”. Entretanto, pode-se observar que, em qualquer época, o número de modalidades prevalentes é limitada, tendo em vista que a sua historicidade é moldada pela dinâmica social.

Torna-se desafiador, portanto, discutir e analisar o processo de formação da consciência política de um grupo, mais ou menos identificado por algumas semelhanças dentro de um contexto mais amplo (RISCAROLLI, 1998).

Segundo Reck (2005), quando as condições socioeconômicas dos componentes do grupo menos favorecido socialmente ficarem melhores, por exemplo, reduzirem as grandes deficiências materiais – estes sujeitos ficariam mais inclinados a mudarem de opinião à medida que suas necessidades comecem a ser supridas, alterando assim, é claro, sua cosmovisão.

Freire (1987), ao afirmar que, sendo um ser ontológico, que significa ser sujeito na e com a história, o homem tem por meio de suas ações objetivo de produzir-se enquanto homem, se apercebendo como sujeito frente às necessidades, por meio das relações que estabelece com os demais indivíduos, lapidando sua consciência através de uma ação subjetivada.

Para Riscariolli (1988), este processo acontece quando há a passagem de pacientes para agentes da história, que acontece à medida que se fortalece a mobilização coletiva. O indivíduo passa a ser agente, há a presença da conscientização e da mobilização coletiva dos que se identificam nessa luta pela recuperação da liberdade, por uma sociedade na qual o sentido do poder seja transformado em benefício para a maioria.

Freire reforça insistentemente a necessidade de conscientização “na luta”, “no coletivo”, “na transformação da sociedade”, como pode ser observado no prefácio de *Pedagogia do Oprimido*:

A conscientização não é apenas conhecimento ou reconhecimento, mas opção, decisão, compromisso [...] a consciência de si e do mundo crescem juntas [...] Ninguém se conscientiza separadamente dos demais [...] A consciência é consciência do mundo: o mundo e a consciência,

juntos, constituem dialeticamente um mesmo movimento – numa mesma história . (FREIRE, 1983)

Freire (1983) e Silva (1994) afirmam que somente a práxis permite levar à consciência. Para os autores a práxis como atualidade no mundo é a modalidade do ser humano, pois está sempre agindo, fazendo. Para Silva (1994:23), o grau de importância “conferida às ações práticas seja, talvez, uma das causas da alienação na qual repousa a consciência ingênua; desse modo, a consciência reflexiva é relegada a um segundo plano”, o indivíduo considera que a atividade não lhe traz benefícios imediatos.

A participação nesse processo de tomada de consciência política, proporcionada pelos movimentos sociais a seus membros é ferramenta fundamental, vital para a constância nas lutas pela conquista e/ou preservação da liberdade, da igualdade e da responsabilidade; para Reck, é nesse processo que as pessoas percebem os sinais de libertação, tais como:

a formação de novos grupos; a percepção diferente da realidade que os cerca; a decisão coletiva; a renovação de práticas do grupo; outros a percepção de que um assunto está correlacionado com todo um conjunto de relações; a integração e a valorização do trabalho da mulher e do entendimento de que a natureza é seu habitat e, por isso, a exploração dos recursos naturais deve ser racional. (RECK, 2005:102)

Desse modo, compreenderiam que a práxis política, enquanto ação que transforma o sujeito e o objeto é uma constante **ação-reflexão** (grifo nosso)

A problematização e a busca pela emersão das consciências estão intimamente ligadas a práxis; segundo Freire (1987:6), “ a libertação depende de sua práxis competente e consciente, de uma permanente busca”. Esta é a tarefa dos que conseguiram sair do comodismo e buscam a emancipação, conscientes de que não é apenas uma questão de grupo, de gênero, mas sim dos oprimidos, dos explorados, dos sem-voz e sem-vez. Para Freire, é o trabalho daqueles que foram por muito tempo “aderentes ao opressor”, mas que, com o trabalho dos que saíram do conforto da ignorância e já estão conscientes, que deram o primeiro

passo, permitem reconhecer como pessoas, como classe, mesmo que sua consciência ainda se encontre no nível prático.

Faz-se necessário, segundo Sandoval (1994), formular categorizações de cada dimensão aliadas a um esquema delineado para a realização das análises, tais como se manifestam nas modalidades de consciência, no nosso caso, os líderes e jovens do MPA-ES (Movimento dos Pequenos Agricultores do Espírito Santo). Segundo o autor, as modalidades de consciência se encontram em constante processo de transformação, portanto, destacar algumas formas de consciência não impede a existência de outras. Para Sandoval:

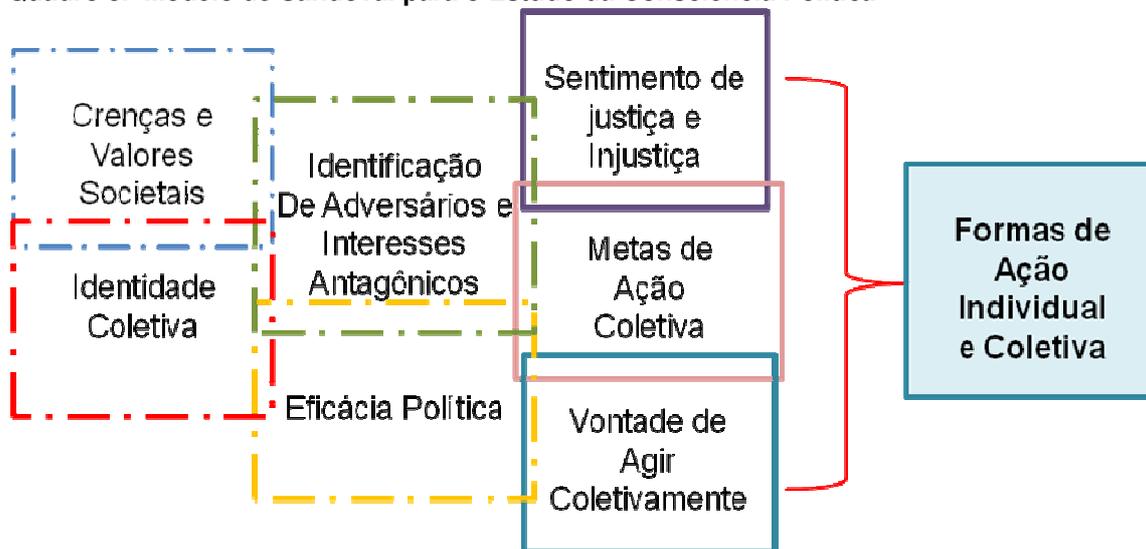
A tarefa de analisar a consciência política deveria ser não apenas descritiva, em relacionando a consciência ao contexto das relações de classe, mas também interpretativa enquanto se preste ao exame do declínio de certas formas de pensamento e o afloramento de outras, e o que significa esse processo dentro de um dado contexto de arranjos sociais. Por esse motivo e para fins analíticos, julgamos conveniente esboçar algumas modalidades de consciência política que podem ser encontradas entre trabalhadores[...] (SANDOVAL, 1994, 69)

Tomaremos como fio condutor o modelo geral desenvolvido pelo Prof. Salvador Sandoval⁵⁶ (2001:186) que apresenta as dimensões que corroboraram, nesse trabalho, para a compreensão da consciência política (Quadro 3).

São sete as categorias delimitadas por Salvador para a compreensão das formas de ação individual ou coletiva: Identidade Coletiva; Crenças e Valores Societais; Identificação de Adversários e de Sentimentos Antagônicos; Sentimentos de Eficácia Política; Sentimento de Justiça e Injustiça; Vontade de Agir Coletivamente e, por fim, as Metas de Ação Coletiva (Quadro 3)

⁵⁶ O modelo geral da consciência política de Sandoval (2001) foi aplicado com sucesso para a compreensão da queda da atividade grevista no Brasil na década de 1990 (SANDOVAL, 2001); da constituição do MST (SILVA, 2002), na compreensão da resistência de trabalhadores a processos de privatização (PALASSI, 2004), à consciência política de conteúdo ambiental de comunidades afetadas por contaminações (CALDERONI, 2004) e na compreensão das formas de consciência política dos cooperados do MST, o caso da Coopac- Campo Verde- MT (RECK, 2005). Cabe ver se o mesmo aplica-se à compreensão das formas de consciência política dos líderes e jovens do MPA-ES.

Quadro 3. Modelo de Sandoval para o Estudo da Consciência Política



Para Sandoval, a consciência política refere-se à politização do sujeito, às ações politizadas do sujeito e, em última análise, ao desenvolvimento do seu caráter político. Segundo o autor, a consciência política é:

[...] a composite of interrelated social psychological dimensions of meanings and informations that allow individuals to make decisions as to the best course of action within political contexts and specific situations.[...] (Sandoval, 2001:185)

Não buscamos juízo de valor entre as diferentes formas de apresentação das consciências oferecidas por Sandoval, partimos do pressuposto de que todos temos, de algum modo, valor ou forma de consciência política, o que nos diferencia é relativo ao conteúdo e às práticas realizadas. Torna-se importante, portanto, ressaltar que as dimensões da consciência política possuem conteúdos mutáveis, visto que o que dá o limite ao teor de cada dimensão são os conteúdos dos momentos históricos em que cada sujeito se encontra. No nosso trabalho, o objetivo é levantar e entender quais as formas de consciência política estão sendo desenvolvidas nos líderes e jovens do MPA,

6.1 IDENTIDADE COLETIVA

A dimensão de Identidade Coletiva proposta por Sandoval (2001) é entendida como sentimento de solidariedade, desenvolvido pelo indivíduo por meio dos laços interpessoais que geram um sentimento de coesão social e que o faz identificar-se com diferentes categorias sociais. Nesse processo, o indivíduo desenvolve um sentimento de pertença ao grupo, valorizando esses laços, criando confiança e credibilidade na capacidade do grupo e expectativas com relação a manter ou quebrar a solidariedade grupal e ainda atribuindo valor à reação de outras pessoas dentro e fora do grupo.

Podemos considerá-la como um processo social de constituição de um conjunto de valores e ações capazes de criar formas de pertença grupal e de criação e sustentação de sentidos da realidade social onde os sujeitos constroem a consciência de si como indivíduos e como grupo nas relações sociais. Dessa maneira, as pessoas passam a compartilhar interesses comuns, que as levam às reivindicações coletivas, de modo que atribuem valor às metas grupais e à mudança social como benefício pessoal e coletivo, instrumentalizando-se para alcançar a mudança desejada.

Portanto, para entendermos a Identidade Coletiva, temos de penetrar na rede social que constitui o corpo do movimento social e deslindar o que está por trás dessa aparente unidade.

Na teoria proposta por Freire em *Pedagogia do oprimido* (1983:32) podemos observar que diante do processo de construção, de recuperação da humanidade, de grande parcela oprimida em nossa sociedade, o grande desafio se encontra em promover aqueles que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Para Freire, somente ao identificarem-se como “hospedeiros” do opressor conseguirão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto viverem a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo. Pois, segundo Reck (2008), estando desta forma

os sujeitos condicionados pelas contradições vividas em sua situação concreta, existencial, o seu ideal de ser homem aproxima-se desta quase aberração: “um dos pólos da contradição pretende, não a libertação, mas a identificação com seu contrário”.

Buscamos por meio de um questionário temático aliado as entrevistas identificar como está sendo vivenciada e desenvolvida a identidade do jovem militante do MPA-ES. Procuramos identificar se esse jovem, a nascer está, como nos diz Freire, sendo fruto da superação da contradição, com a transformação da velha situação concreta opressora, que cede lugar a uma nova, de libertação, ou de uma consciência da práxis revolucionária, ou ainda, se esse “homem novo” está sendo simplesmente ele mesmo, tornando-se opressor de outros homens. Assumindo para si essa identidade, não lhe possibilita a consciência de si como pessoa, nem a consciência de classe oprimida. Muitos, conforme Freire exemplifica, “querem a reforma agrária, não para libertar-se, mas para passar a ter terra e, com esta, tornar-se proprietário ou , mais precisamente, patrões de novos empregados”

Para Reck (2008), separar a dimensão individual da construção e o exercício cotidiano da identidade de suas várias dimensões sociais e socialmente simbólicas é uma das tarefas mais difíceis. Penso como o autor quando afirma que “na verdade não ser necessário realizar tal separação, mas, sim, aceitar a similitude e a imbricação do processo (RECK, 2005:106).

Brandão (1986) afirma que:

[...] as identidades são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro; por se ter de estar em contacto, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado, a tornar-se mais ou menos livre, a poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolos e, no seu interior, aqueles que qualificam e identificam a pessoa, o grupo, a minoria, a raça, o povo. Identidades só mais do que isto, não apenas o produto inevitável da oposição por contraste, mas o próprio reconhecimento social da diferença. A construção das imagens com que sujeitos e povos se percebem passa pelo emaranhado de suas culturas, nos pontos de intersecção com as vidas individuais (1986:42)

Para Ciampa (1986:135) “descobrimos que a noção de uma personagem substancial, traduzível por posições substantivas, oculta de fato a ideia de uma personagem ativa, traduzível por proposições verbais. O indivíduo não mais é algo: ele é o que faz”.

Podemos afirmar que a identidade, portanto, estará sendo construída entre o eu e não eu, e a auto-identificação dos sujeitos relacionados com as atividades que exercem para produzir sua sobrevivência. Entretanto, Lago (1991) salienta que a identificação é tomada como anterior e parte componente da identidade, não sendo a identidade, reforçando sua citação com Jean Petitot, que faz uma distinção entre identificação e identidade, onde afirma que esta residiria justamente na intersecção entre o desejo e a realidade, na existência de uma área de coincidência entre identificação, o que se deseja ser, e identidade, o que é. Desta forma, ao não enfatizar as diferenças entre identidade pessoal, do sujeito, e identidade coletiva, do grupo, são tomados como processos que se constituem de forma semelhante.

6.2. CRENÇAS, VALORES SOCIETAIS E O COTIDIANO

Agnes Heller discute em sua obra *Cotidiano e história* questões ligadas à rotina da vida. Ao nascermos, imediatamente somos inscritos no universo das atividades cotidianas. Como diz Heller (1972) e Sandoval retoma (1994):

(...) os grandes eventos não-cotidianos da história emergem da vida cotidiana e eventualmente retornam para transformá-la. A vida rotineira é a vida do indivíduo integral, o que equivale a dizer que dela participa com todas as facetas de sua individualidade. Nela são empregados todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades para manipular o mundo objetivo, sentimentos, paixões, idéias e crenças (HELLER, 1972:71).

Para Sandoval (1994), a essência da substância social está embasada no cotidiano. É ele quem faz, por meio da espontaneidade, as coisas acontecerem, impondo sobre as pessoas as diferentes formas de pensar: imediatista, utilitária e

pragmática, dando característica fundamental à vida cotidiana, favorecendo o desenvolvimento do pensar superficial.

Para o autor, os sujeitos se constroem socialmente mediante o diálogo interior, isso é a partir das crenças e da internalização dos valores sociais, acontecidos no seu cotidiano, na sua vida. A partir do seu espaço de realidade social assimila padrões de comportamento, crenças sociais, modismos, pontos de vista políticos entre outros de forma não refletida – não racional. Para o autor a rotina quotidiana é aquele espaço da realidade social que mais se presta à alienação⁵⁷.

Segundo Silva (2002) essas situações podem perdurar até serem interrompidas pelo surgimento de problemas, conflitos ou fatos não explicáveis, levando, assim, o indivíduo que se propuser a desafiar a realidade do “natural a deliberadamente se engajar na difícil tarefa de mergulhar numa transição da lógica do senso comum para uma lógica teórica ou filosófica”. Ao observarmos a realidade do MPA-ES, passamos a entender como a cooperação passa a ser um desses acontecimentos que transformam a vida cotidiana dos seus membros; e com certeza existem muitos acontecimentos que desafiam a cotidianidade desses membros, acionando mudanças na consciência individual.

Ao afirmar que o sujeito transformado em pessoa é ele mesmo uma expressão individualizada da estrutura de símbolos do mundo social onde vive, Mead apud Brandão (1986:15) afirma que “na medida em que pode ser um objeto para si, a pessoa é essencialmente uma estrutura social e surge da experiência social”. Para o autor, é impossível imaginar uma pessoa surgida fora da experiência social, apesar de ser absolutamente solitária. É ela quem oferece a si própria suas experiências sociais e é, portanto, responsável pelo seu destino.

⁵⁷ Alienação é tipicamente expressado em suposições não-questionadas da inevitabilidade da rotina diária e do “natural” das desigualdades e dominações nas relações de poder na sociedade, tal como se encontram estruturadas. A aceitação espontânea de normas sociais e em última instância da estruturação de classes, desigualdades sociais, e submissão política disfarçada de “requisito” do viver rotineiro, podem ter o efeito de tomar o indivíduo um conformista na medida em que carece da instrumentação intelectual para raciocínio sistemático e crítico, e das práticas diárias do exercício democrático de direitos e obrigações de cidadania (SANDOVAL, 1994:64)

Nessa perspectiva interacionista, evidencia-se que o psiquismo/consciência é, desde as suas origens, sociocultural. Não há, portanto, um domínio do psicológico inicial que passaria para o domínio do histórico-social posteriormente, mas, o psicológico faz parte, desde sempre, do domínio do sociocultural (a psicologia como ciência social).

Para Lago (1991), não se torna social pela internalização do real, mas, num sentido inverso, do social, do coletivo, emerge o individual. Nesse contexto, observa-se que a vida cotidiana é fragmentada e heterogênea. As diversas complexidades de consciência desenvolvidas por cada indivíduo são traduzidas na fragmentação do cotidiano. O mundo da vida cotidiana aparece naturalizado, como um mundo do imediato que é orientado pelo senso comum. Segundo Silva (2002:107), o cotidiano é o lugar da continuidade ininterrupta, da estabilidade, onde a reflexão não se faz necessária, no qual a redefinição do simbólico não pode acontecer pelo fato de significar o rompimento desse contínuo. E é exatamente porque o cotidiano assim se configura que ele acaba por se tornar um espaço no qual crenças e valores sociais tendem à cristalização, e a única possibilidade de consciência possível é a *consciência do senso comum* (Sandoval, 1994:70). Em relação a isso, Sandoval observa que: “A característica dominante da vida cotidiana é a sua espontaneidade. Isso equivale a dizer que a assimilação de padrões de comportamento, crenças sociais, pontos de vista políticos, modismos etc. é feita geralmente de maneira não racional (não refletida)” (1994:65).

Para o autor, o cotidiano impõe ao sujeito formas de pensar imediatistas, utilitaristas e, por que não dizer, usuais, o que “(...) favorece o desenvolvimento do pensamento superficial” (Sandoval, 1994:64) levando muitas vezes a identificá-lo como um espaço alienante, pois o exercício da reflexão e o questionamento da rotina não fazem parte desse modo de vida, simplesmente, porque ao questionarmos o *continuum* da vida estamos causando-lhe uma ruptura, uma desordem na ordem vigente. Nesse contexto, Sandoval afirma que:

[...] a rotina cotidiana é aquele aspecto da realidade social que mais se presta à alienação, a qual se manifesta na co-existência silenciosa entre

as tarefas envolventes do viver diário e da ordem social maior que o determina. Alienação é tipicamente expressada em suposições não-questionadas da inevitabilidade da rotina diária e o “natural” das desigualdades e dominação nas relações de poder na sociedade, tal como se encontram estruturadas. A aceitação espontânea de normas sociais e em última instância da estruturação de classes, desigualdades sociais, e submissão política disfarçada de “requisito” do viver rotineiro, podem ter o efeito de tornar o indivíduo um conformista na medida em que carece da instrumentação intelectual para um raciocínio sistemático e crítico, e das práticas diárias do exercício democrático de direitos e obrigações de cidadania. Essa alienação, evidenciada no fragmento da consciência das pessoas, é melhor ilustrada na dificuldade que têm de conceitualizar a estrutura social, a estratificação social e o regime democrático.[...] (SANDOVAL, 1994:64-5)

Portanto, ao entendermos a dimensão das crenças e valores societais, observamos que essa dimensão se encontra intimamente ligada à espontaneidade da vida cotidiana. Quando há o estabelecimento desta conexão, encontramos uma “cristalização” dessas crenças e dos valores societais; conforme Silva (2002), uma condição própria à alienação e ao comodismo do sujeito em função da não-racionalidade das práticas diárias e da segmentação a que estas estão subordinadas. Essa conjuntura nos leva a reconhecer que a sociedade capitalista tem a tendência de fragmentar a consciência do indivíduo a partir de interpretações segmentadas de visões do mundo, impossibilitando, muitas vezes, a formação da consciência política. Segundo Sandoval, a única consciência possível nesse quadro é a “consciência de senso comum”.

6.3. IDENTIFICAÇÃO DE ADVERSÁRIOS E SENTIMENTOS ANTAGÔNICOS

Para Sandoval (2001), a identificação desses interesses antagônicos e de adversários ocupa um importante lugar no estudo da consciência política apoiada na ação coletiva. Sem a noção de um adversário visível é impossível mobilizar os indivíduos a agir e a coordenar ações contra um objetivo específico, seja este um indivíduo, um grupo ou uma instituição. Pensar em interesses antagônicos nos leva a questionar até que ponto tais interesses antagônicos conduzem à

concepção de adversários coletivos na sociedade e, neste caso, na realidade social de movimentos sociais como o MPA.

Tendo em vista a presença de um caráter antagônico das relações de classe – na medida em que essas são conflitos de interesse – e no significado que o indivíduo atribui ao antagonismo em termos de obstáculos para conseguir benefícios materiais e políticos, um componente muito importante para Sandoval (1994) é a percepção que o sujeito tem entre sua classe e outras, especialmente, com respeito à(s) classe(s) dominante(s).

Faz-se mister observar como é feita a identificação de adversários e de sentimentos antagônicos, Como os indivíduos identificam a presença ou não de interesses simbólicos e materiais em consonância ou não aos interesses de outros grupos.

Partindo da conceituação desta dimensão, observamos que o ato de identificar adversários nem sempre é algo fácil ou até mesmo possível. Revendo nossas notas de campo e os conteúdos das entrevistas, observamos que alguns sujeitos se mostravam capazes de perceber os seus reais adversários e outros o faziam apenas ao reproduzir um discurso, mas em verdade não os tinham tão distintos assim. (será mais bem demonstrado no capítulo relativo a pesquisa de campo)

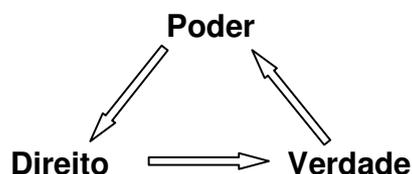
Segundo Melucci (2001), no passado, para se deduzirem as causas da ação e o porquê dos conflitos bastava analisar a condição social de um grupo. Faz-se necessário, entretanto, delimitar e mapear o campo dos conflitos em nível de sistema e explicar como certos grupos sociais interferem nesse campo. Por isso, para o mesmo autor, a ação coletiva foi vista como uma patologia do sistema social, como resposta a uma determinada crise. Segundo Reck (2008), ela é, de fato, a expressão de um conflito antagonista, que supõe a luta de dois atores pela apropriação de recursos valorizados por ambos.

Para Sandoval (1994) só a presença de um conflito se dá com a definição dos atores a partir de um sistema comum de referência e “é necessário que exista uma aposta e jogo à qual ambos os adversários se referem implícita ou

explicitamente” (RECK, 2005:109). Para os autores, admitir que a ação coletiva seja diversa de uma resposta a uma determinada crise significa reconhecer a existência de questões que atingem a legitimidade do poder e o uso de recursos sociais.

O caráter conflituoso, no caso do MPA, por exemplo, pelo que podemos observar, está intimamente ligado à lógica do sistema capitalista e, conseqüentemente, com o questionamento do poder e do uso dos recursos sociais demonstrando o aspecto antagônico de sua ação.

Deleuze apud Foucault (1979:75) questiona que “se o poder é detido por uma classe dominante definida por seus interesses, surge uma questão: como é possível que pessoas que não tenham muito interesse nele, liguem-se estreitamente a ele e mendiguem uma parte dele?” O que se pode afirmar, segundo Foucault (2004), é que não se sabe ao certo quem detém o poder, mas sabe-se quem não o possui. Entretanto, cada luta desenvolve um foco particular de poder. O conceito de poder foucaultiano se situa, portanto, em algum lugar entre o *direito* e a *verdade*. Foucault estuda o modo pelo qual o poder se exerce, o “como do poder”, conforme ele mesmo explica – em outras palavras, isso equivale a compreender os mecanismos do poder balizados entre os limites impostos de um lado pelo direito, com suas regras formais delimitadoras, e de outro pela verdade, cujos efeitos produzem, conduzem e reconduzem novamente ao poder. É nesse sentido que Foucault menciona a relação triangular que se estabelece entre esses três conceitos: poder, direito e verdade (FOUCAULT 1999: 28).(Esquema 1)



Esquema 1. Relação triangular de Foucault.

Conforme Foucault (2004), o desejo do poder é estabelecido por uma relação ainda singular entre o poder e o interesse. Portanto, as relações entre

poder, desejo e interesse são mais intrincadas do que normalmente se acredita e não são absolutamente os que exercem o poder que têm interesse em exercê-lo, os que têm interesse em exercê-lo não o fazem.

Para o autor, quando se luta contra a exploração é o proletariado que não apenas conduz a luta, bem como determina os métodos, os lugares, os alvos da luta. Acreditamos que as lutas que estão sendo realizadas agora no MPA, em acordo com as suas peculiaridades locais, regionais, estaduais e nacional, contínuas e descontínuas sejam o começo de uma nova descoberta do modo como exercer o poder. Identificando, mapeando, descobrindo e iniciando essas lutas, que são deles, passam a conhecer perfeitamente o alvo, podendo determinar como agir, como será o método e como entrarão no processo revolucionário. Evidentemente, estarão sempre aliados ao proletariado, como afirma Foucault, pois, se hoje o poder se exerce como ele se manifesta, é para manter a exploração capitalista. Para o autor, essas lutas fazem parte, atualmente, do movimento revolucionário, entretanto, devem combater todos os controles e coerções que reproduzem o mesmo poder em todos os lugares, esses movimentos estão ligados ao movimento revolucionário do proletariado.

Na medida em que os movimentos sociais são a expressão da sociedade em movimento (RUCHT, 2001), eles parecem fugir a tentativas de classificação e se constituem num desafio para a compreensão dentro de parâmetros preestabelecidos, porque eles próprios procuram romper estes parâmetros.

Para Melucci (2001), os Movimentos Sociais obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Segundo o autor, “a argumentação de que, os movimentos sociais não são simplesmente a expressão de uma crise, que se refere à desintegração do sistema e induz a reações que tendem a restabelecer o sistema (MELUCCI, 2001:34). Eles são, em sua visão, antes expressões de um conflito onde estão em jogo interesses antagônicos e por isso têm como resultado produzir mudanças no sistema e não simples ajustes. Estes conflitos surgem por uma série de contingências em lugares diferentes e nem sempre previsíveis.

Portanto, quando cientes de suas necessidades, poderes e da capacidade de transformação da realidade pela ação dos trabalhadores, há a organização e a luta, em busca de objetivos definidos, criando associações para mediar sua relação com e contra o Estado e os capitalistas, construindo, assim, a trajetória de sua constituição como classe.

6.4 SENTIMENTOS DE EFICÁCIA POLÍTICA

Passamos a analisar a dimensão da consciência política, “*sentimentos de eficácia e ineficácia política*”, que se refere aos sentimentos das pessoas em relação à sua capacidade, em perceber seu poder de intervir em uma situação política, o que Sandoval (2001) considera chave para mobilizar e gerar uma ação coletiva tendo em vista a mudança social.

Lembremos que uma das explicações para a compreensão do sentimento de eficácia ou ineficácia política, que este autor apresenta, é a que atribui as dificuldades enfrentadas pela sociedade às ações de certos grupos ou indivíduos, ou seja, existem grupos, indivíduos, instituições e governos concretos que são responsáveis pela situação de injustiça. Reconhecer isso faz com que as pessoas e/ou movimentos acreditem que suas ações coletivas são uma possibilidade de mudança social.

Para Sandoval, quando a percepção da realidade passa a ser fato integrante da casualidade dos fenômenos “forma um conjunto de representações que envolvem diretamente a pessoa na sociedade como um ator político” (SANDOVAL, 2001:185), pois se encontram diretamente vinculadas à história social e cultural, bem como, às experiências da vida cotidiana, a qual é formada por aspectos identitários, pela cultura construída socialmente e expressa na sociedade, por um conjunto de crenças internalizadas pelo indivíduo e pela perspectiva politizada do contexto social em que se localiza o sujeito.

6.5. SENTIMENTO DE JUSTIÇA E INJUSTIÇA

Na concepção de Sandoval (2001), o *sentimento de justiça e injustiça* é uma das dimensões da consciência política em que o indivíduo percebe que houve a violação do sentimento de reciprocidade, o que estabelece uma situação de injustiça que produz o descontentamento político levando a manifestações de protestos. Para o autor, os sentimentos de justiça e injustiça manifestam-se “especialmente quando a reciprocidade é rompida em face da consciência que tem o indivíduo ou grupo enquanto expectativa diante dos atores que são considerados pelos sujeitos como devedores desta” (SANDOVAL, 2001:189).

6.6 IDENTIDADE COLETIVA

Um movimento social é uma ação coletiva em cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere, ou seja, exige uma identidade coletiva, onde, conforme Melucci (2001:35), “um objeto é construído pela análise e não coincide com as formas empíricas da ação”.

A identificação com diferentes categorias sociais por meio de laços interpessoais gerando um percepção de coesão social nos leva à *Identidade Coletiva*. Como sugere Sandoval (2001), a Identidade Coletiva é entendida como sentimento de solidariedade que o indivíduo desenvolve por meio dos laços interpessoais que geram um sentimento de coesão social e que o faz identificar-se com diferentes categorias sociais.

Nesse processo, o indivíduo desenvolve um sentimento de pertença ao grupo (MELUCCI, 1994) valorizando esses laços, criando confiança e credibilidade na capacidade do grupo. Há a presença de expectativas com relação a manter ou quebrar a solidariedade grupal e ainda atribuindo valor à reação de outras pessoas dentro e fora do grupo, ou seja, o reconhecimento de equivalência social aliado à noção de delimitação de fronteiras políticas na diferenciação entre os atores sociais em determinado cenário político (PRADO, 2002). Dessa maneira, as

peças passam a compartilhar interesses comuns, que levam às reivindicações coletivas, de modo que atribuem valor às metas grupais e à mudança social como benefício pessoal e coletivo, instrumentalizando-se para alcançar a mudança desejada.

Para tanto, categorias e análises contemplando diferentes posturas teóricas vêm sendo desenvolvidas para a compreensão dos aspectos psicossociais que permitem aos indivíduos desafiar autoridades instituídas, demonstrarem descontentamento por meio de ações coletivas, edificarem formas de democratização das relações sociais e dos recursos políticos e, principalmente, desenvolverem ações e formas de pertencimento grupal que abonem a permanência desses grupos nas sociedades complexas, ao tematizarem os dilemas e conflitos destas mesmas sociedades (MELUCCI, 1999).

6.7 VONTADE DE AGIR COLETIVAMENTE

O homem é por natureza um ser social. Dallari(1994) apud Reck (2005:114) afirma que, embora todos tenham o mesmo valor respeitando-se sua individualidade, a participação política é - ou pelo menos deveria ser – um dever e uma necessidade da natureza humana, a partir do surgimento da política como esfera específica na atividade social.

O uso de raciocínio de custo e benefício em participações de ações coletivas ao analisar propostas e metas de participação, ou não, já manifesta a presença de uma consciência instrumental que, de acordo com Sandoval (1988), ainda deve ser acoplada de considerações sobre fatores determinantes da participação em mobilizações coletivas. Para efeito de análise, segundo Reck (2005:113), há de fazer uma diferenciação entre fatores da esfera interna relativos à dinâmica dos agrupamentos envolvidos no movimento social (grupos, identidades e identificações sociais, interesses e consciência política, experiências de organização e liderança, ...) e aqueles fatores referentes à esfera externa ao

movimento social, tais como a estrutura do poder no local e na sociedade, grupos ideologicamente e politicamente importantes, alianças, correlação de forças políticas, entre outros.

Para Sandoval (1989), faz-se mister observar, nessa dimensão, o sujeito que não percebe uma base que o motive para a ação social, podendo fragmentar sua identidade coletiva. Freire (1987:15) alerta que é muito complicado para um marginalizado desvendar por conta própria a importância de tal ato, uma vez que ele se encontra cotidianamente imerso em seu trabalho. Para Reck (2005:114) qualquer “tentativa idealizada para mudar as relações do cotidiano que o cercam exige necessariamente uma alteração radical do seu modo de pensar e de consciência diante dos fatos que se apresentam”. Podemos afirmar, nesse contexto, que ninguém se conscientiza separadamente dos demais,consequentemente, podemos afirmar que nos fenômenos sociais a participação é um processo infundável, segundo Demo (1996:18) “um constante vir-a-ser, sempre fazendo”.

Para o autor, a participação é conquista quando tem em mente que a participação na gestão pública é uma liberdade. E uma liberdade não é concedida, mas sim conquistada. Com a participação acontece o mesmo. Assim sendo, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista pessoal. Isso acontece porque o ser humano tende a agir para evitar conflitos. O que é gerir com participação senão mediar conflitos? Continuando, o autor reafirma não existir solidificação razoável de processos democráticos sem luta, justamente porque essa faz parte da noção dialética da conquista. Sem a luta tudo fica efêmero, sem raiz.

As informações adquiridas por um determinado grupo de pessoas, que se propõe a trabalhar em conjunto, são organizadas e podem vir a ser úteis para outras atividades a serem desenvolvidas e, gradativamente, vão influenciando politicamente, tanto sobre o movimento, quanto as pessoas, individualmente. Reck, em seu trabalho, enfatiza que por meio dos movimentos, os trabalhadores rurais, no nosso caso em questão os camponeses, buscam alianças e prestam

solidariedade, aprendendo a reconhecer e identificar novas formas de vida, reconhecem seus parceiros e, também, seus adversários, bem como suas táticas e organizações, rompendo seu isolamento geográfico, social e cultural.

Esse fato torna-se fundamental sob o olhar de Thompson (1979). O autor salienta que o exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais permite o acúmulo de experiência, onde tem importância a vivência do passado e no presente para a construção do futuro. Neste contexto, Reck (2005) realça que as experiências vivenciadas no passado, como negação de direito, opressão, repressão, entre outras, são recuperadas do imaginário coletivo do grupo de forma a abastecer de elementos para a leitura do presente. Concluindo a fusão do passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada, os Movimentos Sociais surgem, sobremaneira, fruto das relações sociais comandadas por uma dialética de opressão e libertação, isto é, como afirma Scherer-Warren (1989:08), “nenhum grupo é totalmente oprimido ou completamente liberto”. Portanto, os grupos considerados subordinados organizam-se nos Movimentos Sociais, ou individualmente, para reivindicar seus direitos, denunciar injustiças e buscar soluções para os seus problemas cotidianos, muitos em resposta ao fenômeno opressão.

Para Gohn (1994:19), tudo que foi apresentado como proibido e inacessível torna-se enfrentado sem medo. Aprende-se a decodificar o porquê das restrições e proibições; a acreditar no poder da fala e das ideias para atingir objetivos, quando expressos em locais convenientes. Principalmente, aprende-se a calar-se no momento oportuno, quando as adversidades e contrariedades estiverem presentes em situações contrárias. Para a autora, um dos fundamentos básicos da importância da participação cotidiana nos Movimentos Sociais é justamente o conhecimento transformador que os indivíduos alcançam a partir da prática militante, tendo em vista que esse conhecimento se constrói na luta, e este, portanto, permeia toda e qualquer ação dos indivíduos. Corroborando com esta afirmativa, lembrando Freire, é no movimento que identificam o que fazer, como fazer, para que fazer, em favor de quem e contra quem fazer, enquanto

sujeitos de relações com um compromisso definido baseado no diálogo, na interação e na comunicação.

Essa proposição vem ao encontro do que Sandoval (1988:70) considera; que é na vida cotidiana que o indivíduo se envolve nas relações sociais e forma sua consciência sobre a sociedade, a estrutura e a dinâmica da vida cotidiana são aspectos importantes para traçar uma compreensão dos obstáculos à politização.

6.8. METAS DE AÇÃO COLETIVA

A dimensão espaço-temporal diz respeito à aprendizagens que propiciam, aos sujeitos envolvidos, a superação da consciência fragmentada e individual, dando origem ao ser grupal, resultante da formação da identidade coletiva, do reconhecer-se no outro e de ser reconhecido pelo outro. Normalmente, dentro de um Movimento, as pessoas pensam em “nós” e não apenas em eu, e essa noção do “nós” é gerada no dia-a-dia da luta. E é quando este tipo de aprendizagem acontece atores múltiplos são acionados para a elaboração de um sistema de oportunidades e vínculos que dá forma às suas relações (MELUCCI, 2001). Para o autor os atores produzem ação coletiva porque são capazes de definir-se e de definir sua relação com o ambiente.

Nas palavras de Melucci (2001), a ação coletiva é um sistema de ação multipolar que combina orientações diversas, envolvendo atores múltiplos e implica um sistema de oportunidade e de vínculos que dá forma às suas relações. Os atores produzem ação coletiva porque são capazes de definir-se e de definir a sua relação com o ambiente. Segundo Reck (2005) os atores formam um “nós” (identidade), transformando-se em um ator coletivo, colocando em comum e ajustando laboriosamente três eixos de organização: aquelas relativas aos fins da ação; aquelas relativas aos meios e, por fim, aquelas relativas ao ambiente, que devem ser considerados um conjunto de vetores independentes.

Segundo Salvador (1994:68), essa dimensão decorre de uma capacidade consciente em analisar metas/propostas pelo movimento social, também chamada pelo autor de “predisposição para intervenção, representando o componente de conduta da consciência, no sentido que focaliza o *rapport* dos indivíduos com formas de ação sancionadas por eles na defesa de seus interesses e de interesse de classe”.

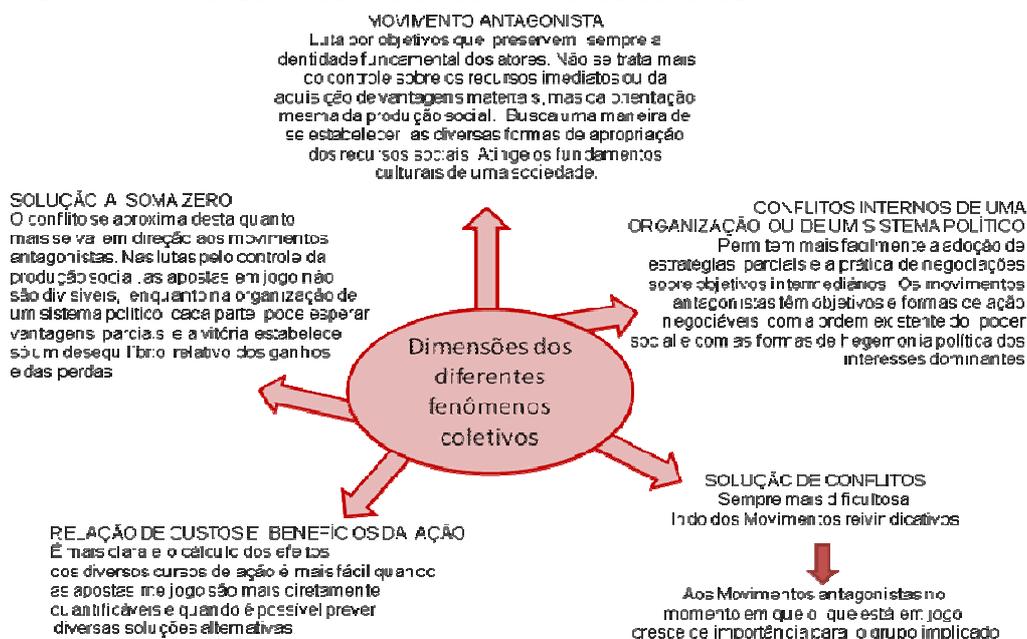
Entretanto, para se delimitar movimento social enquanto uma ação coletiva, faz-se mister que o movimento não fique circunscrito a apenas um conflito, mas que vá ao encontro dos limites das relações sociais a que a ação se destina (romper regras de jogo, propor objetivos não negociáveis, colocar em questão a legitimidade do poder).

[...]outros fenômenos coletivos que procuram fazer rearranjos dentro do sistema não pretendem romper regras, que se realizam através de consensos de atores em torno de regras e procedimentos para o controle dos recursos valorizados, demandados. Enquanto outros se caracterizam como fenômenos de manutenção da ordem, enquanto se situa no interior dos limites de variabilidade estrutural de certo sistema de relações sociais, neste caso o ator é definido pela sua marginalidade no que se refere a um sistema de normas e reage ao controle que estas exercitam sem, todavia, colocar em discussão a sua legitimidade, sem individualizar um adversário social e um conjunto de recursos ou valores pelo qual se luta (MELUCCI, 2001: 36-7).

Reck enfatiza que, para o autor, existe uma variação de conflitos passando de um movimento político a um movimento antagonista (Quadro 4).

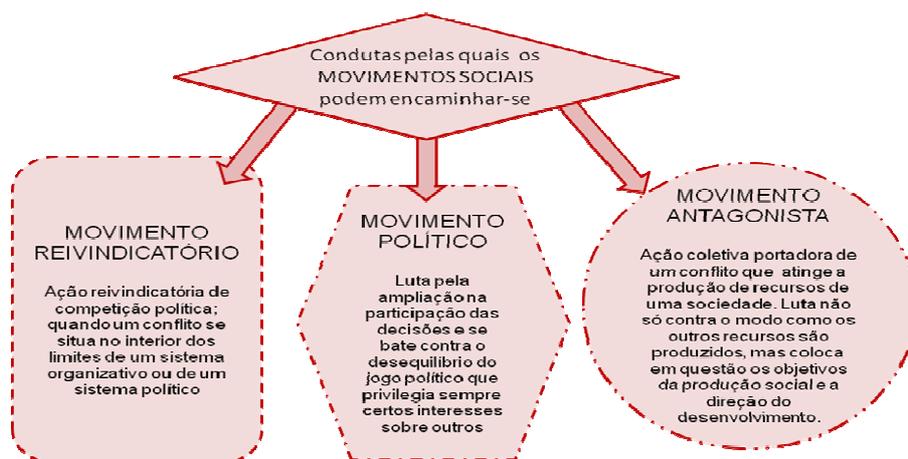
Os movimentos sociais podem encaminhar-se para três tipos de condutas (Quadro 5), tendo em vista a presença de estruturas analíticas, como formas específicas de relações sociais, segundo os sistemas de referência de ação coletiva propostos por Melucci (2001).

Quadro 4. Dimensões dos diferentes fenômenos coletivos



(Fonte: Adaptado de Reck: 2005:119)

Quadro 5. Condutas de encaminhamento possíveis pelos Movimentos Sociais



A ausência de vínculos entre as diferentes visões sociais e as alternativas comportamentais possíveis de serem realizadas levaria a um estudo incompleto

da consciência política, tendo em vista a ausência de um exame cuidadoso da percepção de ações coletivas, portanto, corroboramos com Sandoval (1994) quando o pesquisador afirma que essa lacuna levaria a uma análise errônea.

7. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Não há ensino sem pesquisa e nem pesquisa sem ensino. Faz parte da natureza da prática docente, a indagação, a busca, a pesquisa.

Paulo Freire

Nosso interesse pela temática da terra e os pequenos agricultores vem desde quando cursávamos Engenharia Agrônoma, na antiga ESAL - Escola Superior de Agricultura de Lavras, atual UFLA - Universidade Federal de Lavras. Filha de pequenos agricultores na região da Águas da Prata, SP, víamos no cotidiano a luta de meus pais para a sobrevivência no campo e pensávamos em como sobreviver com um pedaço pequeno de terra num mundo globalizado e capitalista. Após formada, trabalhando como extensionista, pudemos verificar que os medos e anseios eram compartilhados com outros pequenos agricultores. Nesse período, também, já trabalhávamos como educadora ministrando a disciplina de Extensão Rural em um curso de Medicina Veterinária, em São João da Boa Vista, SP.

Ao ser convidada para atuar como projetista e analista de crédito rural em uma Cooperativa de Crédito Rural, com sede em São João da Boa Vista, pudemos observar que os pequenos agricultores muitas vezes não sabiam utilizar o sistema cooperativo a seu favor e não envolviam os seus filhos nos processos decisórios.

Pensando em alternativas para essa realidade, resolvemos fazer o curso de mestrado, na FEAGRI – UNICAMP, na área de Desenvolvimento Rural Sustentável. Foi realizada pesquisa sobre a atuação de uma cooperativa de crédito rural tendo como foco principal seu potencial de atuação no financiamento Rural foi desenvolvida. Nesse trabalho procuramos demonstrar que a cooperativa de crédito pode e deve agir como agente transformador, fomentando políticas de caráter social, técnico-científico e educacional, voltadas, principalmente, para a sustentabilidade e a agregação de valor nas unidades produtivas, promovendo, assim, o desenvolvimento de seus cooperados.

Observando, nesse contexto, uma lacuna na área educacional a ser trabalhada no que tange aos jovens produtores ou filhos de produtores rurais, foi iniciado o caminho para o doutorado. Em um primeiro momento, pensando em conhecer melhor os jovens que participam do sistema cooperativo, iríamos levantar as necessidades educacionais e desvendar qual a visão de mundo desse público alvo, e quem sabe, colaborar com uma nova opção educacional.

Em um segundo momento, a proposta de pesquisa se encontrava moldada para ser levada à OCESP – Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo, a fim de identificar e analisar os processos de educação rural de jovens oferecidos pelas cooperativas rurais, no contexto do cooperativismo e seu comportamento dentro da extensão rural. Pretendíamos, ao longo do trabalho, analisar a atuação da juventude rural dentro do movimento cooperativista rural; focalizando o potencial profissionalizante e o desenvolvimento da consciência política desses jovens.

Após vários levantamentos e pesquisas teóricas, ainda inquieta, por achar que poderia fazer algo mais direcionado a uma população que realmente representasse o pequeno produtor brasileiro e, também, realizar um trabalho que não fosse meramente acadêmico, mas que pudesse vir ao encontro das necessidades e realidades dos diferentes nichos rurais, tomamos conhecimento, ao conversar com o prof. Plínio de Arruda Sampaio, de um movimento social, ainda novo, originado em 1996, no Rio Grande do Sul, denominado MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.

Uma inquietude nos fez refletir sobre os dados encontrados junto aos pequenos agricultores em nossa dissertação de mestrado – a ausência de um programa direcionado para a educação do jovem pertencente à classe do pequeno produtor rural.

A vontade de desafiar a realidade vigente na tentativa de transformar em ação concreta algo que havíamos vislumbrado na época da dissertação - a presença de escassa proposta educacional direcionada para o homem do campo - intrigou-nos a conhecer e compreender o MPA e os jovens que participam desse

movimento com maior profundidade. Vislumbramos, também, a possibilidade de contribuir mais qualificadamente e socialmente com a produção do conhecimento junto a um grupo que luta e busca a construção de uma sociedade justa e solidária.

Para tanto, duas fontes foram utilizadas para entender e compreender esse movimento: em um primeiro momento foi realizada uma revisão bibliográfica, contemplando livros, teses, dissertações e periódicos.

Como complementação da revisão bibliográfica, cartilhas do Movimento, relatos de encontros e assembléias e subsídios diversos produzidos pelo MPA, enriqueceram e aprofundaram as realidades analisadas e recolhidas empiricamente. A riqueza do material reportou nosso olhar para além do MPA, para uma série maior de fenômenos que atravessam vários movimentos sociais.

Em seguida, realizamos a pesquisa de campo, aplicada à área de abrangência do MPA, no Estado do Espírito Santo (Figura 1) em julho de 2009. A pesquisa foi caracterizada por uma abordagem quali-quantitativa, com a utilização de análises documentais, história oral, etnografia, entrevistas, questionários e observação participativa.

A opção por esse tipo de metodologia foi norteadas pelas necessidades teóricas levantadas pelo debate do campesinato, qual seja, o papel dos jovens no MPA, na organização da vida familiar e na perspectiva de reprodução do futuro do modo de vida camponês.

Nessa contextualização transigimos com o referencial teórico proposto por John Durston (1998), de que a juventude rural tem necessidades particulares insatisfeitas, direitos específicos não plenamente exercidos e aportes potenciais não realizados.



Abrangência do MPA no Espírito Santo

Figura 6. Área de Abrangência do MPA no Espírito Santo

Utilizamos a abordagem qualitativa proposta por Bogdan e Biklen apud Lüdke (1986:11-3):

- Os dados coletados são predominantemente descritivos;
- A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial do pesquisador;
- A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

No paradigma qualitativo, a realidade é construída a partir do quadro referencial dos próprios sujeitos do estudo, e cabe ao pesquisador decifrar o significado da ação humana, e não apenas descrever os comportamentos.

Para isso utilizamos como apoio o uso metodológico da história oral e de técnicas etnográficas. Pelo método da etnografia, as fontes não se encontram incorporadas em documentos escritos ou materiais, mas na memória de homens vivos. São facilmente acessíveis, mas também, extremamente evasivas e complexas (MALINOWSKI, 1984:40).

Já, por meio da história oral, procura-se registrar a trajetória de vida de pessoas adultas. No entanto, o público formado por jovens e crianças também pode ser motivo de registro e análise, particularmente quando representa experiências coletivas (MEIHY, 1996:12-17). Daí ser plenamente oportuno o uso da metodologia representada pela história oral, através de entrevistas semi-estruturadas com os jovens e líderes do MPA, estudados na pesquisa, tendo em vista que o objetivo é a compreensão das trajetórias⁵⁸ e das experiências coletivas desses atores.

O estudo da juventude rural através do uso da história oral atende ao que Meihy (1996) concebe como a inclusão das histórias e versões desse segmento da população rural até então silenciado, evitado, esquecido ou simplesmente desprezado por diversos motivos. Pode-se afirmar ainda que, na opinião de John Durston (2001), tal estudo padece, muitas vezes, de uma invisibilidade aos olhos dos planejadores e executores de políticas públicas para o desenvolvimento rural.

Na tentativa de compreensão do que poderia ser o conceito de história oral a ser utilizado na metodologia da presente tese, empregou-se-se a princípio a definição adotada por Marilda Menezes:

A história oral constitui uma metodologia qualitativa de pesquisa voltada para o conhecimento do tempo presente, permite conhecer a realidade

⁵⁸ A noção de trajetória a ser incorporada na discussão do presente trabalho é a que Bourdieu (1996:189) constrói como sendo uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é, ele próprio, um devir estando sujeito a incessantes transformações.

presente e o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que os viveram. Não se resume a uma simples técnica, incluindo também uma postura, na medida em que seu objetivo não se limita à ampliação de conhecimentos e informações, mas visa a conhecer a versão dos agentes (MENEZES, 2005:28).

Dessa forma, o interesse do pesquisador está em captar algo que ultrapasse o caráter individual do que é transmitido; algo que possa ser atribuído a uma coletividade à qual pertence o entrevistado.

O diálogo entre a teoria e a prática cotidiana promoveu, durante a pesquisa de campo, descobertas importantes sobre as relações, informações e conhecimentos existentes, acerca dos jovens do MPA capixaba.

O caminho metodológico para recolher e analisar os dados empíricos da pesquisa de campo seguiu, em um primeiro momento, pela observação, entrevista e história de vida, cujas informações captadas oralmente e gravadas, nos oportunizaram relatos vivos, reconstituições dos acontecimentos vivenciados pelas lideranças e pelos jovens.

Por meio da história de vida, adentramos na cotidianidade conhecendo as mudanças objetivas, como a moradia, condições de vida, infra-estrutura, relações de trabalho, de gênero, etc., bem como, as mudanças subjetivas, tais como, a identidade, a vida em comunidade, as relações de vizinhança, as esperanças, as tristezas, etc.

A história de vida possibilitou este contato e aprendizagem com o cotidiano dos grupos, das famílias, das lutas, da vida dos camponeses, seja através da observação, da entrevista ou do questionário.

Em relação à observação participativa fundamentamos, também, em Gil (1991:104) que diz: “[...] nada mais é do que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano [...]”. Através da observação participante e das conversas informais foi possível delinear e compreender determinadas culturas, costumes, comportamentos e tradições.

Tendo como preocupação relatar e registrar comportamentos e manifestações nas diferentes situações onde se encontram, sem intervir na realidade.

Na modalidade história de vida, realizamos entrevistas, além das conversas informais, com jovens participantes dos grupos de base e líderes coordenadores estaduais e municipais. A entrevista⁵⁹ foi uma fonte indispensável de informações sobre o que se passou e o que se passa na caminhada, trabalhando, sempre, diante de uma relação amigável, onde o diálogo nos permitia, aos poucos, ir aprofundando as questões, tratadas, muitas vezes, de forma superficial.

Por meio de um questionário⁶⁰ composto por perguntas abertas e fechadas, qualificamos e sistematizamos dados coletados que nos permitiram avaliar a problemática e dar mais importância a essa investigação como um elemento de análise dessa realidade através das idéias expressas pelos entrevistados⁶¹.

Ao longo da análise de dados, a fim de sistematizar a discussão deles nas diferentes etapas da pesquisa, elaboramos uma planilha de resultados e argumentos síntese, conceituando os argumentos como categorias de análise, organizando tabelas de presença/ausência dos argumentos por ordem de repetibilidade, constituindo gráficos com a proporção de presença dos argumentos confrontando-os com autores referenciais.

A aplicação do questionário foi realizada junto com as entrevistas abertas para cada entrevistado. Este procedimento foi indispensável para “costurar” os conteúdos dos dois instrumentos quanto aos aspectos técnicos e, também, com o cotidiano das lutas e propostas desse movimento.

⁵⁹ [...]técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social” (GIL, 1991:113)

⁶⁰[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador[...] (LAKATOS, 1995:210) ou segundo Gil (1991:124), compreende [...] a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas [...]

⁶¹ Também fizemos uso do programa computacional SPSS-16 para a realização da análise estatística.

Após chegar a São Gabriel da Palha – ES e encontrar com os líderes do MPA, levantamos a área de pesquisa e deixamos livre a relação dos entrevistados. À medida que visitávamos os pontos de atuação e luta do MPA, nas respectivas unidades de produção ou nas Escolas de Alternância visitadas, realizávamos o número de entrevistas possíveis dentro dos padrões propostos, coletando assim, os dados primários.

Para Bourdieu, no livro *Miséria do Mundo*, as narrativas e as experiências sociais servem de base para a compreensão das ações e relações sociais. É importante, ressaltar que, na *A ilusão biográfica*, Bourdieu (1996) mostra que a história individual é perpassada pela estrutura social. O autor instiga que se deve procurar o que está por trás desses fenômenos, aquilo que à primeira vista não aparece (BOURDIEU, 1992:190). Ao dialogar com os jovens e líderes, foram estabelecidas relações entre as condições da existência, a consciência, as práticas e as ideologias enquanto matriz determinante do indivíduo.

Para tanto, foram elaborados dois tipos de questionários, um voltado para os líderes e outro para os jovens onde se buscou traçar o perfil desses atores sociais. Os questionários propunham a obtenção de informações socioeconômicas dos atores e, também, das unidades produtivas, por meio de indicadores pessoais, econômicos, políticos e dos sistemas de produção, a fim de possibilitar uma melhor caracterização do objeto de estudo.

De posse dos dados levantados, foi constituído um universo de 134 variáveis (as quais podem ser observadas em ordem sequencial no anexo 1) para o questionário dos jovens e 112 variáveis (APÊNDICE A) para os líderes. Tendo em vista que a análise proposta teve como objeto de estudo os jovens do MPA do Espírito Santo, foram considerados, para representá-los, 63 indivíduos (jovens) e 20 (líderes). As variáveis propostas contemplam os aspectos delineados na Tabela 1.

Reafirmamos que os questionários devem ser entendidos como resultado de um processo de inserção e acompanhamento junto aos jovens e líderes, que contribuíram, num primeiro momento, para levantar algumas considerações a

respeito de suas concepções. Longe de situá-los de forma isolada, ou como uma “técnica a mais”, estes questionários adquirem, na perspectiva da história oral, a intenção de ouvir a versão desses atores sociais e não apenas do movimento social, buscando compreendê-los dentro de suas interrelações. “[...] Em essência, desejamos ouvir aqueles que não foram ouvidos [...]” (PORTELLI, 1997:18).

Tabela 1 . Aspectos das variáveis propostas para o questionário.

Aspectos	Variáveis Jovens	Variáveis Líderes
Dados pessoais	V01 – V14	V01 – V08
Histórico da Ocupação e Renda Familiar	V15 – V56	V09 – V43
Infra-estrutura	V57 – 64	
Identidade	V65 – V67	V44 – V48
História e Memória	V68 – V71	V49 – V57
Políticas e Recursos	V72 – V75	V58 – V61
Comunidade e Jovens	V76 – V79	V62 – V71
Práticas Educacionais e Sociais	V80 - V89	V72 – V84
Lazer e Cultura	V90 – V97	
Percepção sobre Permanência no Campo	V98 – V102	

Em que pesem os questionamentos relacionados à credibilidade da história oral como método, no sentido de que o entrevistado pode ter uma falha de memória, pode criar uma trajetória artificial, se autocelebrar, fantasiar, omitir ou mesmo mentir, indo ao encontro do que Thompson⁶² denomina como “os de baixo” procurou-se, ao longo de um caminho, instituir uma metodologia estruturada para a produção de dados a partir dos relatos orais, colocando em cena a possibilidade de ouvir impressões, perspectivas desses atores sociais. O

⁶² Além de seu trabalho teórico e historiográfico, Thompson desenvolveu também uma prática de natureza política orientada por sua concepção e defesa do socialismo. O ativismo político e as constantes polêmicas das quais participou, associados à importância que sempre atribuiu aos temas relacionados à luta dos trabalhadores e sua contribuição intelectual para a elaboração de uma “história vista de baixo”, distinguem-no como um dos mais importantes historiadores e socialistas ingleses.

que seria um problema torna-se um recurso ao vislumbrar que o próprio entrevistado, no ato de produção da narrativa sociológica, não deixa de produzir uma versão do que entendeu ter acontecido.

Portanto, corroborando com Portelli (1997) acreditamos que cada entrevista é única e muito importante, tendo em vista a particularidade da essência do entrevistado. Entretanto, não deixamos de observar o alerta de Bourdieu (1999:706), quando afirma “somente quando se apoia num conhecimento prévio das realidades que a pesquisa pode fazer surgir as realidades que ela deseja registrar”. Em se tratando do processo de construção da pesquisa, à entrevista precisa ser incorporada a reflexão sobre os cuidados que são indispensáveis para a obtenção de bons resultados. O autor afirma que “a reflexividade deve estar baseada num “olhar sociológico”, permitindo perceber e controlar, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual se realiza” (BOURDIEU, 1999:694).

7.1 QUESTIONÁRIO TEMÁTICO

Com o intuito de avaliar a opinião dos jovens e líderes com relação a temas e questões que permeiam o debate sobre o desenvolvimento rural brasileiro, apoiados em Pinto (1998), adaptamos um questionário com respostas fechadas, que apresenta uma escala de avaliação para cada item considerado, contendo dois níveis de concordância e dois níveis de discordância.

Para Almeida (1989), a escala é uma ferramenta que permite medir atitudes, valores, interesses e comportamentos humanos em geral, e é muito utilizada pelas ciências sociais, permitindo medir fenômenos qualitativos. Explicando onde é baseada a sua aplicação: os entrevistados são submetidos a uma série de itens escalonados ao longo de um contínuo; é pedida a indicação de um item que acreditam ser o mais parecido com seu modo de aprovação e em um último momento combinam-se ou somam-se as respostas de cada indivíduo para medir a intensidade da posição individual.

No presente estudo adotaram-se os princípios da Escala de Likert, na qual é apresentado aos entrevistados um grupo de proposições positivas e negativas a respeito dos temas estudados. Segundo Pinto (1998:55), os procedimentos para sua aplicação são:

- 1) Reúne-se um grande número de proposições relacionadas com a atitude ou a opinião a mensurar;
- 2) Dessas proposições, seleciona-se um número aproximadamente igual de proposições favoráveis e desfavoráveis;
- 3) As proposições são entregues aos respondentes, a quem se solicita indicar suas opiniões a respeito de cada uma delas. Utiliza-se, por exemplo, o sistema de múltipla escolha; concordo plenamente, concordo, indeciso, discordo, discordo plenamente;
- 4) A cada resposta possível atribui-se um certo escore de 1 a 5, no exemplo precedente. Todas as respostas do entrevistado são somadas de maneira que cada correspondente tenha um escore total;
- 5) Calcula-se o coeficiente de correlação entre a distribuição dos escores totais e a distribuição dos escores de cada item em particular;
- 6) Os itens que não apresentarem uma correlação significativa com o escore global são eliminados;
- 7) Calcula-se para cada respondente um novo escore total retendo-se apenas itens que não foram eliminados;
- 8) Pode-se começar a operação do cálculo dos coeficientes de correlação até que se obtenha um conjunto bem homogêneo de proposições relacionadas com o tema estudado. O escore total atribuído a cada respondente, após devidos cálculos, determina a sua posição sobre a escala de atitudes. (ALMEIDA, 1989:155 apud PINTO, 1998:55)

Segundo o autor, a escala do tipo Likert é, portanto, uma escala ordinal, permitindo a ordenação dos indivíduos de acordo com seu “posicionamento” frente às afirmativas propostas.

O questionário completo, com a pontuação-padrão atribuída a cada afirmativa, encontra-se no Apêndice B. Das afirmativas inseridas no questionário temático, identificam-se aquelas cujas respostas variavam entre os indivíduos, que passaram a constituir-se nas variáveis utilizadas no estudo (Tabela 2).

Dividimos as questões em três grandes grupos: O primeiro procurando demonstrar como os jovens do MPAES veem a Situação Agrária no País; o segundo buscando desvendar qual o olhar dos jovens e líderes para com a

sociedade brasileira e o terceiro buscando conhecer a opinião dos entrevistados com relação à Reforma Agrária.

Tabela 2 . Aspectos das variáveis propostas para o Quadro Temático

Aspectos	Variáveis	Dimensões Consciência Política
Modernização da Agricultura	V01-V06	Metas de ação coletiva Identificação de Adversários e interesses Antagônicos
Agricultura Familiar	V07-V09	Crenças e valores sociais Identidade Coletiva
Realidade Social	V10-V11	Crenças e valores sociais Sentimentos de justiça e injustiça
Extensão Rural	V12-V15	Vontade de agir coletivamente
Desenvolvimento Sustentável	V16-V19	Identidade coletiva Metas de ação coletiva
Reforma Agrária	V20-V21	Identificação de adversários e interesses antagônicos Eficácia Política
Democracia e Sociedade	V22-V27	Setimentos de justiça e injustiça Metas de ação coletiva

O critério de classificação adotado para o grau de sintonia com os temas foi elaborado a partir dos percentuais de frequência de notas 1, 2, 3, 4, conforme Quadro 6.

Quadro 6. Frequência de notas por grupo temático

Frequência de notas por grupo temático	Classificação
Número de notas de 1 a 2 \leq 50%	Maior sintonia
Número de notas 1 a 2 $>$ 50%	Menor sintonia

Os dados do Questionário Temático foram trabalhados em uma análise estatística descritiva – utilizando frequência e percentagem - das respostas obtidas.

Desta forma, buscou-se obter o perfil dos líderes e jovens pesquisados a partir das três áreas abordadas.

- 1) A Situação Agrária Brasileira: composta por temas ligados à Modernização da Agricultura; Agricultura Familiar e Extensão Rural;
- 2) A Realidade da Sociedade Brasileira: composta por temas ligados à Realidade Social e Democracia e sociedade;
- 3) Reforma Agrária Brasileira: composta por temas ligados a Desenvolvimento Sustentável e Reforma Agrária

No estudo é avaliada, então, a maior ou menor sintonia de cada participante em cada uma das modalidades temáticas descritas no próximo capítulo.

Ao chegar ao Espírito Santo fomos recepcionados por dois Líderes Coordenadores Estaduais da região de Martins Faria – Leomar e Moacir - os quais informaram que participaríamos de uma reunião de conscientização, às 18h, em Cariacica, região metropolitana de Vitória. O objetivo da reunião era apoiar a formação de um novo grupo de base.

Ao longo do encontro, durante os trabalhos, Leomar e Moacir – líderes e coordenadores estaduais - com o provável novo grupo de camponeses (três mulheres, sete homens – desses, quatro eram jovens), integrantes do MPA, discutiam a necessidade de uma nova forma de luta contra a exclusão e por novas formas de organização econômica, política, cultural em um contexto local, estadual e nacional (Figura 7).



Figura 7. Reunião para início de Grupo de Base em Cariacica-ES

O coordenador explanava sobre o que é o MPA e quais suas condutas. Enfatizavam a importância do comprometimento do grupo e dos processos que o envolvem tais como a realização de um levantamento e diagnóstico do perfil dos camponeses da região em questão, dos contratos de responsabilidades e de horários.

Durante a reunião, Moacir escreve na lousa verde a seguinte frase: “A maior derrota da vida é a desistência da luta. Se o jovem morre lutando, vence!” (Figura 8). Nesse momento um jovem comenta: “é um vencedor purquiê o qui ele feis vai fazê com que o outro pense sobre o assunto” (Gilson, jovem) e emendou, “purisso é preciso que a gente cumece de argum lugá a lutar pur aquilo qui a gente qué e fais bem pra nós”.

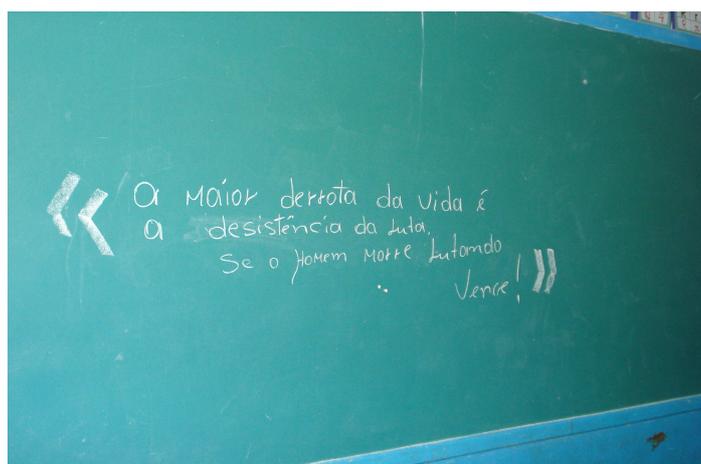


Figura 8. Frase de impacto

Outro integrante do grupo completa: “sem esquecer di qui im época de eleição muitos vem trazê proposta prus camponeis e que voto não leva a lugá ninhum, só muda o circo, o paiaçu é o memo: nós” (José Antônio, jovem)

Aproveitando o contexto, Leomar sinaliza para a importância do MPA e sua luta para promover mudanças de organização, no jeito de conduzir as mobilizações, de representar e educar os camponeses a fim de serem sujeitos das ações e não marionetes.

Nesse momento, Sr Francisco (agricultor) reafirmou a importância de educar os camponeses para o mundo, pois apesar de ser analfabeto, educou onze filhos, mas se sente muito triste, pois todos queriam ficar na “roça” e tiveram de “enfrentar” a cidade. Comenta que se sente feliz pela comunidade estar unindo-se para começar a trabalhar, para que os jovens não precisem mais sair do campo e viver do seu trabalho. O MPA vem para ajudar na busca de crédito, assistência técnica, melhoria de estradas e trabalhar a venda dos produtos.

Edílson (jovem), questiona: “Quais são os primeiros passos?” e Leomar comenta, o primeiro já foi dado, “estamos aqui, agora é com vocês, pois precisamos estruturar o grupo de base. Unir pessoas que queiram e possam participar de cursos, realizar as reuniões mensais nas casas dos camponeses para poder envolver as famílias e iniciar o processo como um todo”, enfim, ter consciência de seu papel político individual e de grupo dentro de nossa sociedade. Os “novos companheiros” ficaram imbuídos de se organizarem enquanto grupo e a reunião chegou ao término.

Saímos de Cariacica rumo à São Gabriel da Palha, onde no dia seguinte, no período da manhã, teria início, às 8h, uma reunião com os outros coordenadores estaduais, os quais estariam encontrando-se para o preparo e organização do Encontro de Jovens do MPA do Brasil, que ocorreria no período de 13 a 23 de julho de 2009.

A sede do movimento se encontra no município de São Gabriel da Palha, localizado na região Noroeste do Estado do Espírito Santo, distante 212 km da capital do Estado, Vitória. A região possui um relevo fortemente ondulado e montanhoso, com uma altitude de 180 metros, possuindo em alguns locais altitudes a 400 metros acima do nível do mar. É conhecida por ser uma região produtora de café Conillon, onde grandes e pequenos agricultores buscam sua fonte de renda e sustentabilidade econômica. Além do café também são cultivados outros produtos como, o coco, feijão, milho, mandioca, pimenta, olerícolas e criação de gado leiteiro. A agroecologia, por meio das ações do MPA, se encontra presente e em expansão no município.

Ao chegarmos a São Gabriel da Palha, ficamos hospedados na propriedade do Clóvis, um dos líderes do MPA do Espírito Santo e, também, onde seria realizada a reunião para organização do encontro.

No dia seguinte, após ser apresentada aos líderes do Estado do Espírito Santo e ao grupo organizador do encontro de jovens (Figura 9), fizemos o planejamento dos locais onde seria realizada minha pesquisa de campo.



Figura 9. Grupo de líderes do MPA do Espírito Santo

8. A CONSCIÊNCIA POLÍTICA DOS JOVENS E LÍDERES DO MPA DO ESPÍRITO SANTO

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com e ele sobre a sua e a nossa.

(Paulo Freire)

O presente capítulo tem como propósito apresentar e analisar os dados levantados na pesquisa de campo mediante entrevistas, questionários e observações realizadas em cinco regiões de atuação (Figura 10) do MPA-ES, com oitenta e três (83) indivíduos sendo vinte (20) líderes e sessenta e três (63) jovens, e discuti-los à luz do horizonte teórico escolhido para a pesquisa com o escopo de desenvolver uma análise o mais aproximada possível e coerente da realidade em estudo.

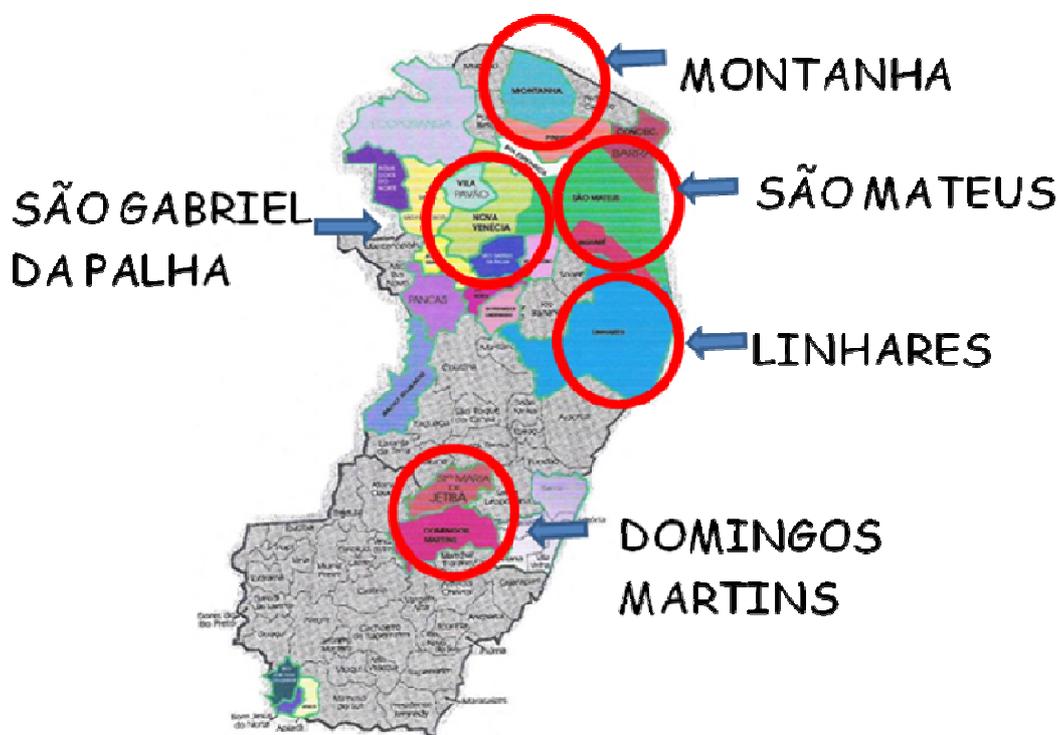


Figura .10. Área de pesquisa

Muitas são as categorias possíveis de serem encontradas nessa fonte de dados colhidos junto aos sujeitos do MPA. Entretanto, após fazermos um levantamento descritivo dos sujeitos envolvidos, optamos por utilizar como categorias analíticas as dimensões de consciência política propostas pelo Prof. Salvador Sandoval (2001), descritas no capítulo 6, que são: Identidade Coletiva; Crenças e Valores Societais; Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos; Sentimentos de Eficácia Política; Sentimentos de Justiça e Injustiça; Vontade de Agir Coletivamente e, por fim, as Metas de Ação Coletiva. Ao considerarmos as mencionadas dimensões de consciência política observamos, ainda, que as diferentes modalidades de consciência estão em constante processo de transformação como ele mesmo diz, com a progressiva extinção das obsoletas e emergência de outras novas. Como cada dimensão política foi medida através de várias perguntas como citado na tabela 2, presente no capítulo metodologia, para a presente análise foram escolhidos alguns representantes que ilustram a tendência das entrevistas do Anexo 3, o qual apresenta as distribuições de todas as perguntas segundo a categoria da consciência política.

Mesclando com a apresentação dos sujeitos da pesquisa, e dos dados encontrados passamos a análise das diferentes concepções, a partir das categorias adotadas, buscando identificar as várias dimensões da consciência política presentes nestas concepções ao longo do trabalho. Alessandro Silva (2002), salienta que as dimensões da consciência adotadas aqui como categorias analíticas não são estagnadas, articulam-se entre si e, muitas vezes, interpenetram-se. Dessa forma, explica-se o motivo pelo qual, em certos momentos, as análises feitas em certas categorias indicarem dados que a priori estariam em outra categoria.

De uma maneira geral, pudemos observar que as necessidades dos pequenos agricultores são maiores do que as necessidades territoriais, da sua propriedade, da comunidade e do município.

Nesse contexto, o Movimento assume um caráter pedagógico e político, além das questões sociais e econômicas a partir dos pequenos agricultores. Muda-se o paradigma e as transformações começam de cima para baixo em estâncias organizativas partindo dos núcleos em base organizada.

[...] Estamos cada dia mais observando o crescimento do movimento, são muitos companheiros de lugares diferentes querendo participar e desenvolver ações, mas não estamos “tendo pernas”. Está faltando gente preparada para a liderança e coordenação, temos um número pequeno de pessoas em relação à demanda e com condições para fazer o trabalho seguir[...] (Moacir, líder)

No Espírito Santo pudemos observar a atuação e a forma de ação de alguns grupos de base e eles, realmente, caminham de forma coerente com a proposta de elaboração ou seja, com as tomadas de decisão de baixo para cima

Para Cadoná (2004), este novo jeito de luta, fundamentando suas ações a partir de dois eixos: a análise de conjuntura e o trabalho de massas permitem a presença desta vitalidade e esperança que vêm da base impulsionando para a transformação e provocando mediações, organizações e estruturas sindicais que, embora tenham nascido com objetivos e intenções autênticas, desgastaram-se através da história e precisam de redefinições. Ainda hoje, cada vez mais o movimento se fortalece e repete as ações lembrando, sempre, o que o agricultor tem de enfrentar para sobreviver, confirmando Balzac em seu célebre Les Paysans: “ Quem tem terra, tem guerra”.

O que observamos é que, em todas as atividades que acompanhamos, procura-se adotar o método “*prática-teoria-prática*”. O Movimento indica primeiro o caminho, para depois praticar a teoria. Nisso, ele se diferencia de outros movimentos, que fazem teoria para depois agir.

Caminha a partir de princípios ideológicos e mantém suas lutas e projetos articulados com base em sua organização, seus grupos, associações, cooperativas e diversas instâncias organizativas, tendo dinâmica própria e proposta coerente para a transformação da agricultura.

Leomar (líder), quando da conversa com os pequenos agricultores em Cariacica, demonstra essa preocupação ao enfatizar a necessidade de se fazer uma outra sociedade com um modelo onde as pessoas sejam valorizadas pelo que são e não pelo que têm. Durante o diálogo com o grupo fez alguns questionamentos como: Onde estamos? Aonde queremos chegar? E enfatizou os pilares trabalhados pelo MPA:

- a) Caráter popular, presença de pessoas e famílias de camponeses;
- b) Caráter sindical em busca das reivindicações;
- c) Caráter político em busca de políticas públicas que respeitem e valorizem o trabalho camponês (Leomar, líder coordenador estadual)

Nesse momento um jovem de nome Leonel, que participava atentamente da discussão enfatiza a necessidade de se começar um trabalho real, e salienta que se faz mister para começar as atividades do grupo a realização de um levantamento das principais necessidades dos agricultores para buscar de modo conjunto as necessidades em âmbito das propriedades como por exemplo: crédito; assistência técnica; estradas; moradia; comercialização dos produtos, entre outros. Fato que foi discutido e refletido pelo grupo em questão. Outro ponto importante comentado por outro jovem participante da reunião foi:

Devemos fazê nossas reunião nas casa dos produtor porque daí a gente envolve toda a família. Chamamo todo mundo pra participá e daí elegemo quem vai ser os coordenador e fortalecemo nosso grupo de base. (Edílson, jovem agricultor)

Moacir comenta que de 04 a 06 de agosto acontecerá o Encontro de mulheres do MPA e que eles já poderiam propor a participação de alguns membros da comunidade.

Pode-se notar nesse momento diferencial no Movimento que os líderes dos grupos e as coordenações estão preocupados em organizar as massas, desenvolver a formação e a educação, imprimir responsabilidade e direção aos grupos e demais instâncias de organização com respaldo nas primícias dos grupos de base.

Ao longo do trabalho de campo pode-se observar que a composição dos grupos de base no Espírito Santo variam, segundo os líderes entrevistados, de quatro a quarenta famílias, com um número médio de 4 pessoas por família em 16 comunidades diferentes tendo em algumas comunidades 02 grupos atuantes, isso posto, sempre observando que a coordenação de cada grupo conta sempre com a presença de um homem, uma mulher e um jovem.

Fato muito interessante foi observar, nos grupos, a construção de um projeto, norteando suas práticas e compromissos, enquanto caminham. Uma prática que permite uma construção hegemônica, fundamentalmente educativa, que reúne os pequenos agricultores, organiza-os, intencionalmente, transformando-os em força política de mudança.

Um dos espaços educativos de trabalho de massa, nesse contexto, segundo o MPA (203:18) são as manifestações. Corroborando com essa ideologia encontra-se Gadotti afirmando que “[...] os trabalhadores não inventam as lutas, não inventam o movimento social, apenas o politizam” (GADOTTI, 2003:18)

Observamos que o sentido de formação ampla por meio de participação em manifestações, reuniões, encontros, e atividades educacionais (técnica, política e econômica), fora da escola formal, permite, de certa forma, retirar o acento individualista e aristocrático da segunda porque faz com que o indivíduo não se veja mais como um sujeito autocentrado em si mesmo, independente da ação política e social de que se trata, mas ao contrário, permite entender a interação com o outro, a necessidade que o indivíduo tem e pode se constituir como um homem político, econômico, pai, trabalhador, etc.

Além disso, consideramos a participação em atividades educacionais de formação mais próxima da concepção que o MPA, usualmente, tem nas áreas

política, econômica e técnica. Pois, ainda que a própria formação pareça limitar o alcance teórico e prático no sentido específico de dar conta da educação política dos militantes ou simpatizantes, o MPA compreende o processo de formação, em uma primeira instância, enquanto vinculado à prática, isto é, conhecer é participar como ator da construção da luta pela terra, pelas conquistas e transformações sociais.

Essas conquistas, porém, são oriundas da redução das desigualdades sendo, portanto, um processo árduo de participação, segundo Demo (1996:23) “em seu legítimo sentido de defesa de interesses contra interesses diversos”.

Em outra instância, para o MPA, o ato de formar e formar-se está direta e necessariamente vinculado à realidade social na qual o sujeito em questão está inserido, visto que se diferencia de outros movimentos sociais pela luta da manutenção do homem no seu espaço de vida. Podemos dizer que sua linha de pensamento vai ao encontro e se alicerça no pensamento de Paulo Freire que compreende os indivíduos não como “depósitos”, mas sim, como “sujeitos ativos” da sua história.

Freire, por sua vez, entra em consonância com pensamento de Schaff quando fala de sujeitos cognitivos e com o próprio Marx⁶³, que, ao criticar a filosofia de Feuerbach, chama a atenção para a idéia de “homens realmente ativos”. A educação deve seguir o caminho de uma ação libertadora, não sendo restrita aos bancos de escolas e espaço de salas-de-aulas, para que os sujeitos da ação não sejam subordinados à cotidianidade inibidora da criatividade. Segundo Paulo Freire:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres ‘vazios’ a quem o mundo ‘enche’ de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos

⁶³ Totalmente contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tão pouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos dos ecos desse processo de vida (MARX, 1996:37).

homens como 'corpos conscientes' e na consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 1987:67).

Ao defender uma educação problematizadora, Paulo Freire, reafirmando sempre que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam mediados pelo mundo” (FREIRE, 1987:68), busca oferecer uma ferramenta educacional que passa a ser um instrumento de libertação que vise a superar as contradições sociais. Lembra também, a todo o momento, que o processo de educação/formação conclama os sujeitos para uma tomada de consciência.

Corroborando com Freire, Vanda Silva afirma que: “A educação informal compreende os atos de transmissão de valores, representações correspondentes aos processos espontâneos de aprendizado, na família, no cotidiano, nos festejos tradicionais, nos grupos folclóricos (SILVA, 2004:29).

E isso pode ser observado quando levantada a atuação dos jovens em mais de uma atividade, sendo as preponderantes a participação em grupos de base e festas tradicionais (51%). Há, também, aqueles que só participam de grupos de base (21%), de festas tradicionais (sacras e folclóricas) (14%), de grupos de jovens (13%). Quando da entrevista afirmaram ser muito importante essa participação, pois aprendem com os demais. No entanto, 5% comentaram não gostar de participar de algum tipo de atividade e que preferem ficar no convívio da família.

Eu gosto de participá dos grupos de base, porque eu aprendo o que fazê com meu futuro. Sei que a luta é importante e que sozinho não vô chegá a lugar nenhum. Se nós que somo camponeis não tiver orgulho de nossa raíz e de nossa história, quem vai ter? De que adianta querer saber uma receita de bolo se não vou ter os mantimentos pra fazê e nem ter quem comê? Tenho que aprendê com os companheiro de luta, pra sabê fazê e um dia passá pros meus filho. (Luis, jovem)

Com esta observação conseguimos responder a alguns dos questionamentos propostos nessa tese, quando identificamos de que forma está

sendo reproduzido o campesinato no estado do Espírito Santo e como se dá a participação dos jovens nas comunidades em que o MPA está presente. Agindo como um agente pedagógico e formativo (nas assembleias, nas prosas informais, nas negociações, no cuidado das crianças e idosos, nas festas, nas místicas, nas marchas ou em qualquer outro momento) os aprendizados são coletivos, construídos, expressos e firmados numa concepção compartilhada de cultura, de política e de sociedade, por isso o MPA sai da contextualização da sala de aula e dos cursos de formação política, ou seja, dos espaços tradicionais de educação permitindo vivências significativas para a formação da identidade.

Entendemos que a identidade desses jovens do MPA está sendo construída no próprio processo de evolução do movimento, sendo algo flexível e aberto, construindo seu próprio espaço de ação como sujeitos políticos que atuam sobre suas condições de vida e de dominação. Nesse aspecto observamos que suas ações vão ao encontro do proposto por Thompson (1987) quando afirma que os dominados não são impotentes sobre a dominação, ao contrário, eles se rebelam e buscam outras opções para o seu cotidiano.

[...] se sigue que no puedo aceptar la opinión, ampliamente difundida em algunos círculos estructuralistas y marxistas de Europa occidental, de que la hegemonía imponga un dominio total sobre los gobernados – o sobre todos aquellos que no son intelectuales – que alcanza hasta el umbral mismo de su experiencia, e implanta en sus espíritus desde su nacimiento categorías de subordinación de las cuales son incapaces de liberarse y para cuya corrección su experiencia resulta impotente. (THOMPSON, 1987:60)

A luta de classe para o autor permanece como constituinte da relação de classes mesmo existindo uma hegemonia dos governantes. A busca constante de formas de resistência seja por meio de expressões de cultura, tradições ou outras, fazem com que o movimento e a luta de classe sejam construída e com isso advenha a consolidação da construção identitária dos jovens do MPA.

Durante a pesquisa de campo, quando da aplicação dos questionários pode-se observar que o perfil desses jovens apresenta os seguintes resultados:

No universo pesquisado são trabalhadas duas categorias: jovens e líderes. A amostra de jovens contempla a presença de 66 indivíduos sendo que desses 52,4 % são do sexo masculino e 47,6% do sexo feminino enquanto entre a amostra de líderes contemplam-se 20 indivíduos, sendo 90% do sexo masculino e apenas 10% do sexo feminino.

A faixa etária dos jovens entrevistados se encontra entre 12 a 18 anos com 42,8%, 19 a 21 anos com 23,8%, seguida pela faixa de 22 a 29 anos com 33,3%. Em relação aos líderes temos 55% na faixa dos 22 a 29 anos. Podemos (Gráfico 1), portanto, observar que os jovens estão, também, presentes no processo de liderança do MPA do Espírito Santo.

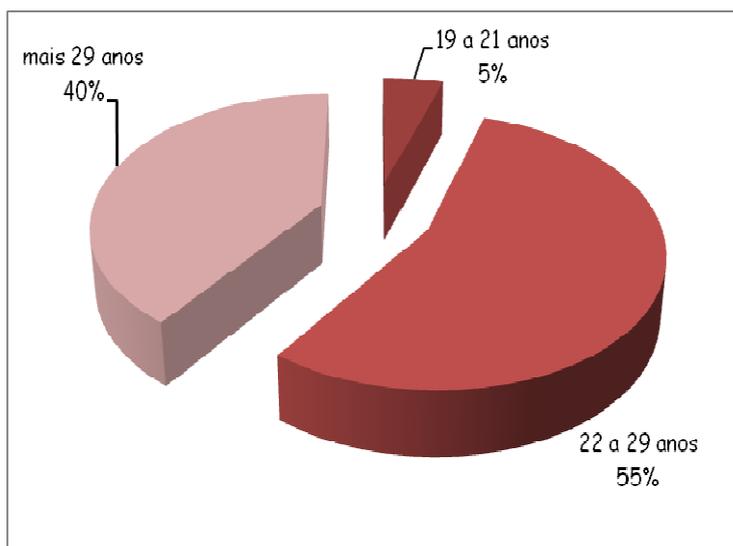


Gráfico 1. Faixa etária dos líderes do MPAES

Do universo entrevistado, 40% se dizem brancos; 28% negros; 27% pardos e 5% outras (Gráfico 2). A maioria dos jovens se encontrava solteira (81%) na época da pesquisa (Gráfico 3)

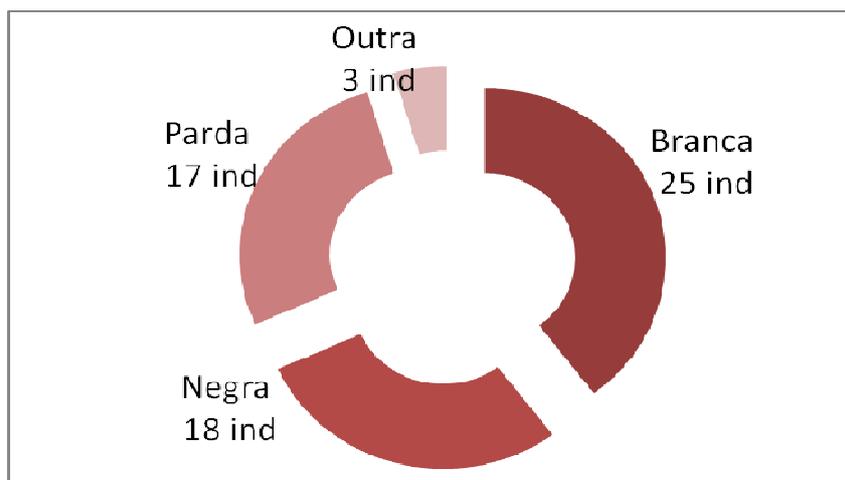


Gráfico 2 Como se auto-definem quanto a sua raça

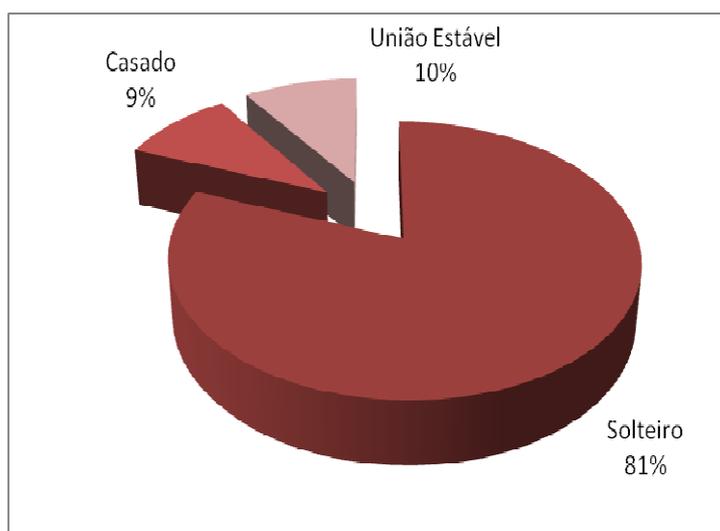


Gráfico 3. Estado civil dos jovens entrevistados

Um dado surpreendente nos mostra que 84% dos jovens e líderes nasceram na zona urbana (Gráfico 4), entretanto, quando perguntado onde moraram durante a vida, 69% responderam que sempre moraram no campo, 10% moraram na cidade, e 21% já moraram no campo e na cidade, porém, 100% afirmaram que não querem deixar a zona rural e pretendem constituir família e continuar sua vida resgatando os hábitos e costumes locais e de seus antepassados, bem como, viver com qualidade. Mesmo aqueles que ainda moram no campo e trabalham na cidade contribuindo em tarefas na secretaria do

Movimento e que, por ora, se encontram fora do campo, mas junto com o campo. Fato que nos confirma a hipótese de querência da reprodução do campesinato.

Pode-se observar que existem três categorias de identificação do jovem participante do MPA, sendo que a maioria (68,3%) se identifica como camponês e acredita que a solidariedade e confiança entre as pessoas de um movimento social se dão quando existe um ideal, um objetivo comum, respeito e confiança entre as partes. As outras categorias identificadas foram agricultor familiar (20,6%) e agricultor ecológico (11,1%).

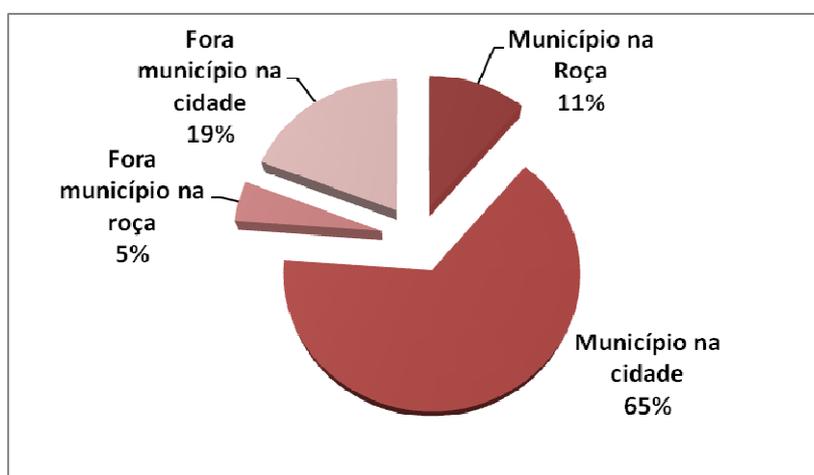


Gráfico 4. Local de nascimento dos jovens e líderes do MPA

Outro fato interessante é que 73% desses jovens e 100% dos líderes já participaram de lutas e mobilizações junto ao MPA, sentindo-se como membros integrantes do Movimento.

Só quando a gente cai pra luta que vê a importância de participar e conhecer as coisas. Somos muito ignorantes, ficamos no nosso mundinho com tanta coisa pra ser feita. (Alexandre, jovem)

Ao levantar os dados sobre o nível educacional deparamos com o seguinte: entre 66 jovens entrevistados, 52% já participaram de diversos cursos de formação. Dos vinte líderes coordenadores entrevistados apenas um não participou, ainda, de um curso de formação política promovido pelo MPA – Via

Campesina. Quando de nossa visita, o jovem líder coordenador informou que já estava programada a realização do curso para o segundo semestre de 2009. Fato que nos leva a afirmar a atenção e a presença de uma formação sócio-política dos jovens camponeses.

Entre os jovens, 19% têm Curso Superior Completo, 14% Ensino Fundamental Incompleto e 66% ainda se encontram em processo de formação, estudando nas EFAs. Entre os líderes têm-se 45% com Curso Fundamental e Médio Incompleto, 25% com Ensino Médio Completo, 20% com Ensino Médio Técnico Completo sendo a maioria realizada nas EFAs e com a utilização da Pedagogia da Alternância, temos dois universitários (10%): um com pós graduação em Filosofia plena, e uma jovem formada em Tecnóloga em Agroecologia, no programa de parceria do Pronera entre Escola Latino-Americana de Agroecologia e Instituto Federal do Paraná. Quando comparados com o índice brasileiro que não chega a 8% o número de jovens no ensino superior temos um grande número de pessoas graduadas e jovens atuando no movimento.

Pode-se observar que o nível de escolaridade dos jovens e dos líderes procura suplantar a escolaridade obtida pelos pais, o que demonstra uma busca de conhecimento para a mudança de paradigma no processo educacional.

Cem por cento dos jovens e líderes (Quadro 7) afirmaram que os cursos oferecidos pelo MPA têm ajudado e muito - principalmente os cursos políticos - no seu desenvolvimento intelectual permitindo ter uma nova visão de mundo e de sua postura enquanto cidadão. Outro fato importante encontrado é que temos 30% dos jovens graduados e cursando graduação,

Quadro 7: Participação em atividades educacionais do MPA segundo a escolarização formal dos líderes

Área Curso	Núcleo	FI	MI	MC	MTC	TC	PG	Total
Téc	Soretama		1					1
Pol	Linhares			2				2
	São Gabriel da Palha	1						1
	São Mateus	1*						1
Téc e Pol	Domingos Martins	1		1				2
	Montanha				1			1
	São Gabriel da Palha				1			1
	São Mateus	1						1
Pol e Econ	Domingos Martins		1					1
Téc, Pol e Econ	Domingos Martins			1				1
	Linhares						1	1
	Montanha					1		1
	São Gabriel da Palha	2		1	2			5
	São Mateus	1						1
	TOTAL	7	2	5	4	1	1	20

*Já está agendada, para o segundo semestre de 2009, a participação no curso.

Téc= Técnico; Pol= Político; Econ= Económico

FI= Fundamental Incompleto; MI= Médio Incompleto; MC= Médio Completo; MTC= Médio Técnico Completo; STC= Tuperior Tecnológico Completo; PG= Pós Graduado

Segundo dados do MPA-ES (2009), há, ainda, a presença de dois jovens estudando Medicina em Cuba e cinco jovens estudando o Curso Superior Pedagogia da Terra.

Quando questionados sobre os principais motivos por não terem concluído seus estudos afirmaram: a falta de renda, a necessidade de trabalhar para ajudar na manutenção da família e a falta de transporte, também foram citadas com ênfase menor a dificuldade com as disciplinas realizadas e a distância percorrida até a escola. Entretanto, quando questionado aos que não se encontram vinculados a uma instituição de ensino se gostariam de voltar a estudar, a maioria afirmou que gostaria de concluir o Ensino Médio, mas em uma escola que contemple a Pedagogia da Alternância e, também, vislumbram a possibilidade de cursar uma universidade.

Quando questionados se a participação no movimento influencia e contribui para estarem estudando e se atualizando, 98% dos jovens e líderes afirmaram que sim. Do total, 57% dos entrevistados já participaram de cursos oferecidos pelo MPA, em mais de uma área de capacitação, sendo as áreas política e técnica as

duas áreas mais citadas (Gráfico 5), 98% dos entrevistados afirmaram que a formação do jovem é imprescindível para permanecer no campo respeitando seus valores culturais, éticos e morais. É um dos aspectos mais importantes do MPA, pois permite resgatar e firmar a identidade do homem do campo. Ao perguntarmos se querem ficar no campo, 99% afirmaram que sim e apenas 1%, que não.

Seguindo essa linha de raciocínio quando perguntamos sobre o aspecto mais importante do MPA para a formação da identidade, a resposta da maioria dos jovens e líderes foi a de promover a formação do jovem em seus princípios morais e éticos permitindo sua permanência no campo com dignidade.

Durante as entrevistas, comentaram sobre a importância do Plano Camponês construído a partir de muitos debates e estudos sobre a realidade do campo brasileiro. Veem o campesinato como sujeito político, que apresenta um conjunto de ações econômicas, políticas e culturais, traduzindo concretamente os objetivos do movimento que é produção de comida saudável e qualidade de vida no campo e que busca em sua luta:

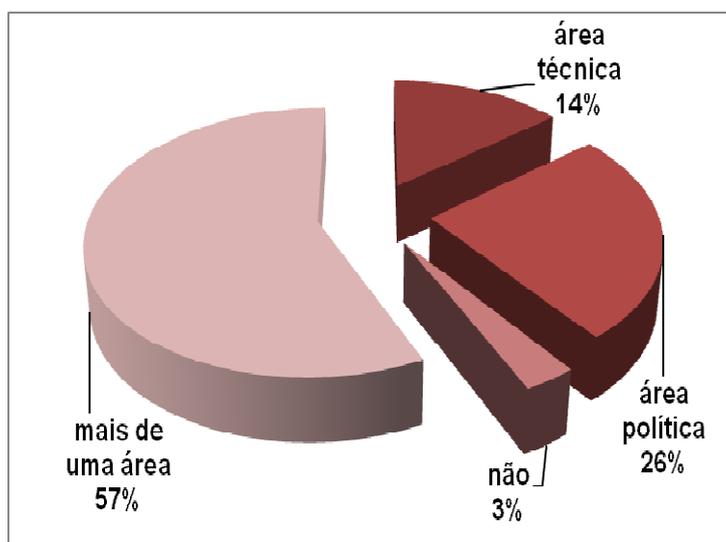


Gráfico 5. Participação em práticas educativas oferecidas pelo MPA

[...] moradia digna no campo e por uma educação voltada para a realidade; que haja investimentos na produção camponesa com garantia de comercialização; luta pela renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e reorganização fundiária do território, possibilitando o acesso à terra para quem nela trabalha e produz; luta por uma legislação ambiental justa e adequada para as famílias camponesas, bem como pelo pagamento de serviços ambientais feitos por essas famílias; luta por uma legislação sanitária de acordo com a realidade dos camponeses, sobretudo no que tange à comercialização de seus produtos; luta pela soberania energética e pelo acesso à água para todas as famílias, bem como pela previdência social [...] (MPA, 2009)

Dos entrevistados, 78% acreditam que há necessidade de mudar o paradigma de que no campo não se consegue renda, fato que faz com que muitos jovens sigam para a cidade. Outro ponto citado é a desvalorização do campo e da pequena propriedade, a ausência de políticas públicas direcionadas a esse público-alvo faz com que as pessoas não enxerguem a importância da pequena propriedade no contexto de qualidade de vida nacional com a produção alimentícia. Acreditam, também, que há necessidade de deixar “o campo atrativo”, trazendo parte das modernidades da cidade como por exemplo internet e computação, para que o homem do campo fique sempre atualizado e também promova novas formas de lazer.

Há uma presença muito forte de um sentimento de pertencimento com orgulho ao falarem que são do campo, observa-se uma alta auto-estima quando falam de sua vida e de sua realidade. Muitos ressaltam a importância da nova forma a ser adotada de produção - a agroecologia, indo ao encontro do plano camponês de construção de uma nova proposta de agricultura.

Outro fato evidenciado pelos jovens é a participação nos grupos de base, os quais são considerados a espinha dorsal. Thiago, jovem, técnico agropecuário, que foi nosso cicerone e companheiro durante a pesquisa de campo demonstrou “em um pedaço de papel”, como é a organização. Os grupos de base são constituídos por famílias organizadas consideradas células imprescindíveis em todo processo, como citamos acima, são considerados a espinha dorsal do movimento. São constituídos por três pessoas sendo: um jovem, uma mulher e um homem. Eles formam a coordenação/direção municipal. Acima da coordenação

municipal constitui-se a coordenação estadual e da estadual a coordenação /direção nacional conforme pode ser observado no Quadro 8.

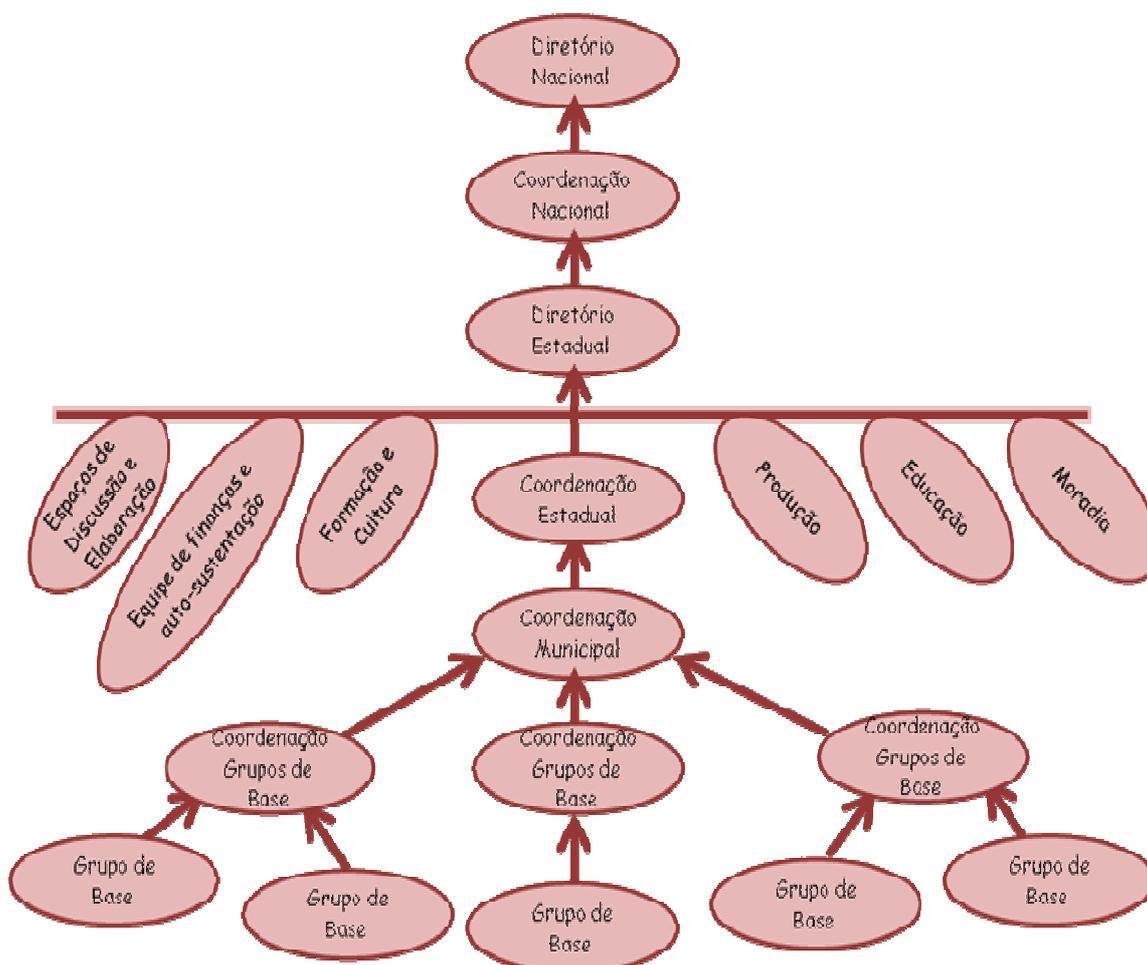
Segundo Carlos Roberto – Betinho – jovem, coordenador e líder estadual, os setores acima discriminados são formados a partir das coordenações /direções e têm a finalidade de aprofundar os temas mais específicos como: produção, auto-sustentação, educação, moradia, ampliação do movimento, novos projetos, formação, entre outros.

Para Roseli, jovem e líder estadual e nacional, é importante salientar que, em cada elo desse organograma,

encontramos a participação dos jovens do MPA como atores políticos participativos, com bagagem política o que permite não permanecerem estáticos à atual conjuntura político-social agindo contrariamente às representações que a nossa sociedade valoriza e as manipulações que tendem, a levá-los a agir fora dos seus princípios éticos e morais, seguindo a “onda” e atuando dentro dos limites que essa sociedade estabelece para sua preservação.

Corroborando com o discurso de Roseli, Mansan (2008:111) afirma: “como consequência a desmobilização e a apatia social imputada à juventude”.

Quadro 8. Estrutura detalhada do MPA



Em reunião com o grupo de jovens líderes do MPA, na casa de Clóvis, pode-se perceber a resistência à apatia social e o incentivo ao resgate dos valores coletivos, permitindo agirem como protagonistas do processo de desenvolvimento sócio-econômico-cultural de suas comunidades. Em cada fala notava-se a presença dos jovens imiscuídos nos diferentes níveis de ação. Nos grupos de base “arrebanhando” outros jovens para participar do movimento e como membro participante da tríade coordenadora. Na Coordenação Municipal, como agente ativo do processo organizacional local. Na coordenação estadual elaborando, projetando e realizando reuniões, encontros, ações participativas nos diferentes

setores supracitados no quadro 3, em nível nacional como membro constituinte nos diferentes processos de gestão e decisões.

Um dos “caminhos” utilizados para acionar esse desenvolvimento entre os jovens são as Escolas de Pedagogia da Alternância. Durante o trabalho, foram notados o valor e a importância dados à educação e o orgulho de participarem das tomadas de decisões em suas unidades produtivas com seu conhecimento técnico adquirido na escola. As diferentes falas dos jovens ao longo das entrevistas e da pesquisa sempre vertiam sobre a real necessidade de uma “Educação própria e apropriada para o campo”, que contemplasse uma educação de qualidade voltada para os anseios da comunidade, uma educação no campo e para o campo desde o ensino infantil até a universidade, para que os jovens não precisem sair de seu nicho familiar, social, ambiental e econômico.

Segundo Raul e Elias (líderes), esse pedido vem ao encontro do que foi pleiteado quando da marcha da Juventude Camponesa, durante o II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, em 2006, em Brasília, onde uma das pautas principais era a educação no campo com qualidade e reforçado no I Seminário Estadual da Juventude no Campo e da Cidade no Espírito Santo, em março de 2007.

Após visitar vários pequenos produtores, fomos levados à Escola Família Agrícola (EFA) em dois municípios: do Bley em São Gabriel da Palha e de Montanha, duas escolas que utilizam a Pedagogia da Alternância (Figuras 11 e 12).

Na escola do Bley, fundada em 1998, fomos recebidos pelo diretor Eudinaldo e pela professora Rogéria. Ambos explicaram que, fugindo à regra geral, essas escolas, ao adotarem a “pedagogia da alternância”, optaram por um modelo de formação que respeita a vida, o ser humano e os recursos naturais. Seus instrumentos pedagógicos ajudam a sustentar vínculos mais fortes dessa escola com a ecologia, especialmente a terra, num sistema de produção mais diversificado, com aproveitamento dos insumos disponíveis nas propriedades, e menos desperdício, reduzindo custos e aumentando a rentabilidade econômica,

otimizando processos produtivos, e, também, com a presença de disciplinas básicas como português, matemática, biologia, história, entre outras. Esse modelo, além de provocar transformações positivas em seus alunos, estende-as a suas famílias, comunidades de origem e regiões, diferenciando-se da escola tradicional.



Figura 11. EFA Bley



Figura 12. EFA Montanha

Foram observados na prática da escola, quando da visita, os quatro grandes eixos que Santos et al (2004) afirmam ser a essência da pedagogia da alternância: a) gestão desempenhada por uma associação de agricultores, b) metodologia pedagógica específica, c) formação integral dos jovens, e d) compromisso com o desenvolvimento rural sustentável.

A presença dos pais nos encaminhamentos de propostas e tomadas de decisões nas áreas de:

- A) Manutenção: sempre acompanhada pelas orientações do MEPES que garante os recursos para manutenção da escola. Nesse momento, os pais discutiam na reunião a importância de organizar uma campanha para arrecadação de fundos e, também, da necessidade de um diálogo político local na busca de meios de comunicação para a escola. Afirmaram que a presença da Racefaes⁶⁴, com um mutirão de doações e participação

⁶⁴ Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo

comunitária e novos projetos, ajudou, em muito, na qualidade física e pedagógica das escolas. O grupo informou a readequação do ambiente educativo para esportes e lazer.

- B) Agropecuária: o grupo responsável pelo setor de ruralidade reafirmou e demonstrou as ações propostas a serem realizadas para a formação dos estudantes na área de extensão rural. Informaram sobre o ambiente necessário que está sendo preparado para a disposição de uma máquina despulpadora, bem como a área a ser preparada para o plantio de uma nova cultura de café e hortaliças.
- C) Pedagógica: reafirmaram a importância da presença das famílias no processo formador do estudante, como agentes ativos e propuseram os temas dos novos encontros para o acompanhamento pedagógico de seus filhos. O grupo pedagógico representa as famílias e cada comissão é composta por sete famílias, dois estudantes do ciclo profissional das séries iniciais e dois monitores. Os pais reafirmaram a importância do monitor como agente ativo na vida escolar para a promoção da auto-organização dos estudantes na escola. Informaram o planejamento do Encontro da Família Rural que será realizado em agosto.

Durante o trabalho de campo, foram observados fatos interessantes, por exemplo, quando do início de uma reunião de pais gestores, a lembrança do horário de início e término dela, e o pedido para a objetividade na colocação das propostas e informações. A reunião teve início às 15h e término à 16h15min, conforme previsto, e os pais foram tomar lanche com os filhos, reafirmando um processo de integração família/escola (Figura 13).



Figura 13. Reunião de pais para planejamento de atividades e posterior lanche com os filhos – EFA Bley.

Eudinaldo, diretor da EFA Bley, reafirma que o diferencial dessas escolas, também, é baseado na utilização de instrumentos pedagógicos específicos ao longo do processo educativo. Tais como:

- 1) Plano de estudo – PE: pesquisa participativa;
- 2) Prática de partilha: socialização e organização dos conhecimentos colhidos no PE;
- 3) Caderno da realidade: registro da vida do aluno;
- 4) Visitas às famílias: conhecimento da realidade do aluno e estreitamento da relação escola/família;
- 5) Fichas didáticas: aprofundamento dos temas do PE;
- 6) Visita de estudos: confronto e comparação de experiências;
- 7) Estágios: indicações para escolha da profissão e desenvolvimento do projeto profissional; e
- 8) Avaliação geral de todo o processo formativo.

O professor, chamado monitor nas EFAS, exerce múltiplas funções, sendo responsável pelo ensino dentro do seu campo disciplinar, gerindo as relações entre os atores e seus campos múltiplos de saberes e agindo também como um facilitador de conhecimentos, animador, técnico, educador, provocador de diálogo

entre pais, jovens e parceiros, entre outros ou seja, tem uma atividade bem diferenciada daquela do professor da escola tradicional (Figura 14).



Figura 14 Aula prática – EFA Montanha

Procurando sempre o trabalho multidisciplinar, com a presença de uma equipe coesa em ideologia, o que se pode observar foi a escola buscando, diante dos diferentes pontos de vista dos diversos parceiros da formação, desenvolver um projeto que garanta um mínimo de equilíbrio à convivência desses enfoques – prevalecendo, por exemplo, a educativa para a família, a profissional para os mestres de estágios e a escolar para os monitores –, presos aos programas letivos, etc. desenvolver um projeto que garanta um mínimo de equilíbrio à convivência desses enfoques.

Essa esperança pode ser observada ao longo do discurso dos pais na EFA Bley. Os gestores da escola afirmam que suas vidas mudaram a partir do momento em que seus filhos tornaram-se partícipes do processo educativo na escola e que a cada dia aprendem mais, relatam, também, que observam um melhor desempenho e união da família no trabalho da “roça”.

Essa consideração vem ao encontro do que Freire (2007:64) já afirmava: “a Escola não transforma a sociedade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazerem a transformação da sociedade, do mundo e até de si mesmos”.

Ainda nesse contexto, observou-se a alternância como possibilidade viável de atender os sujeitos do campo, elegendo a Concepção Dialética ou Tendência

Progressista Libertadora, em favor do anti-autoritarismo, valorizando o aluno, suas características vitais, correlacionando indivíduo, sociedade e escola e priorizando o cotidiano das pessoas. Ainda, de forma dialética, permite escolher e vivenciar parâmetros relacionados ao cotidiano, transformando as comunidades a partir de sua práxis. Em suma, busca-se contribuir na construção de uma sociedade mais justa e solidária, baseada na formação de consciência alicerçada por arranjos cooperativos, transformando sujeitos e contribuindo na transformação de uma sociedade baseada em valores socialistas. Furtado afirma que:

[...] a educação interfere no tempo, e, melhorando-se a qualidade do fator humano, modifica-se por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores. Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente [...] Esse é o mais importante investimento a fazer, para que haja não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento. (FURTADO, 2002:19).

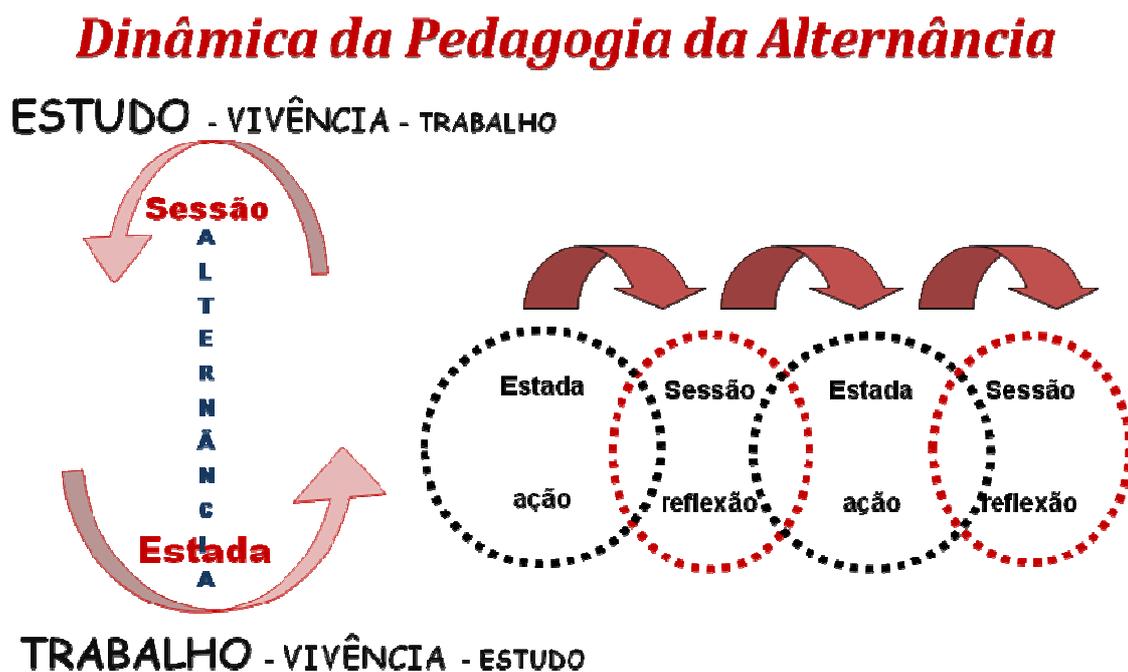
Indo ao encontro de Furtado, vemos a presença da dinâmica da Pedagogia da Alternância onde as sessões são compostas por oito horas de atividades de estudo. A presença das matérias normais da educação formal associadas as disciplinas de formação técnica na área agropecuária são realizadas sempre em função de um tema gerador onde a pesquisa e a realidade se complementam e se completam, porém, sem nunca ter um tema fechado mostrando que tudo faz parte de um sistema equilibrado (Quadro 9)

A presença da dinâmica da Pedagogia da Alternância na qual as sessões são compostas por oito horas de atividades de estudo, com a presença das matérias normais da educação formal mais as disciplinas de formação técnica na área agropecuária são realizadas sempre em função de um tema gerador em que a pesquisa e a realidade se complementam e se completam, porém, sem nunca ter um tema fechado mostrando que tudo faz parte de um sistema equilibrado.

O período de vivência é entendido como um momento de formação muito importante, pois permite ao educando uma formação holística em que sai da sua individualidade e conquista o pertencimento do todo, permitindo ao jovem, além de

exercer uma profissão, militar e refletir sobre suas possibilidades enquanto agente modificador de sua realidade.

Quadro 9. Dinâmica da Pedagogia da Alternância



Os dirigentes da escola exemplificam que a maioria dos monitores hoje são ex alunos das EFAs.

Durante nossa estada na escola após a realização dos questionários e entrevistas, pedimos aos jovens que tirassem fotos que fossem importantes para representar sua cotidianidade (Figura 15).



Para Marcos o momento da refeição é um dos mais importantes para a socialização com os amigos. “É nesta hora que a gente vê os companheiros mostrando a cooperação e o respeito pelo trabalho em equipe”.



Fernanda (17 anos) afirma “olha poder ter uma biblioteca para realizar pesquisas sobre as diferentes coisa é poder viajar nas ideias e ter resultados”.

“Tê conhecimento sobre o jeito de caminhá da EFA em parceria com o MPA” é um dos pontos mais importantes para John



Para Marcio “estudar com os amigos a céu aberto e discutino os problema da aula fica mais produtiva”

“A diversão e manter o folclore também é muito importante pra nós afinal é nossa história que está sendo construída e é a base do campesinato”, manter sua origem (Jaques)



“Nós trabalhando na terra, na aula prática, afinal é um dos motivos da gente estar aqui [...] Je isso é orgulho pra nós, senti o cheiro da terra molhada e a planta crescendo[...] (Bruno)

Figura 15. Fotos tiradas pelos jovens mostrando a sua cotidianidade na escola

Com essas imagens os jovens procuraram demonstrar a satisfação e o orgulho de estarem estudando numa EFA, ressaltam a importância do trabalho em equipe e afirmam se sentirem diferenciados dos demais jovens do campo que não estudam em uma escola que utiliza o método de Alternância, pois estão aprendendo-fazendo.

Na fala da maioria dos entrevistados a escola é tida como um fator agregador de desejos e relações comunitárias, um complemento da casa e da família, enquanto a terra é a solução para o problema da miséria e da fome na comunidade em que vivem e no país. Durante a entrevista, reafirmaram a possibilidade de melhoria de vida das famílias que estão envolvidas com o MPA, pois acreditam que o Plano Camponês está intimamente ligado à função social do campo, que é produzir comida de qualidade e reproduzir a vida, permitindo que as famílias camponesas permaneçam na roça com qualidade de vida.

[...] Temos uma dívida muito grande com a coletividade e precisamos ser agentes de mudança [...] A escola faz a diferença, dá ferramentas, faz refletir sobre o que somos e principalmente o que fazemos para mudar o que somos. Mas, não podemos esquecer que a formação do sujeito envolvido na sociedade é fundamental, não podemos viver isolados hoje na escola tradicional. Foi impregnado que a educação é feita só na escola e o MPA e a Alternância mostram que nos cursos, encontros, mobilizações, o jovem se torna integral. O MPA defende a permanência no campo com qualidade de vida, através de uma política desenvolvida pela base chamada: Plano Camponês [...] por isso deveria promover encontros para apresentar sua política junto aos jovens, pois os jovens de nossa comunidade conhecem em parte a ação do movimento” (Bruno, jovem)

Segundo John Lennon, *“o importante é produzir comida saudável, ou seja, produzir pra todo mundo comer e ninguém passar fome, sendo as condições adequadas para produzir alimentos saudáveis: a agricultura orgânica e a agroecologia”*. Outro ponto enfatizado pelo jovem foi:

[...] precisamos levar ao conhecimento de mais famílias a importância do MPA no estado pois, algumas conhecem bastante o MPA e outras nem sabem que existe e a escola vai ser um bom veículo para essas informações, pois o MPA luta e tem projetos pela defesa de mais moradias, fortalecimento da agricultura familiar e, principalmente, fazer ações que permitam ao jovem ficar no campo e ser feliz [...] deveria ter alguma comunicação entre um e outro para saber o que significa o MPA, na realidade uma grande parte dos jovens camponeses não conhecem ainda a força e o potencial do Movimento. Hoje, eu sinto que posso ser alguém e que minha família, que não tinha força, e hoje tem ganhou uma identidade, a identidade camponesa, temos orgulho em dizer que somos pequenos agricultores e do MPA. (John, jovem)

Observamos presente nessa fala o resgate da dignidade, de seu valor, de sua identidade como indivíduo e como grupo nas relações sociais. Freire (1982) chama isso de recuperação da humanidade.

Nesse momento, Getúlio afirma que o modelo camponês, o Plano Camponês, não “quer que o campo continue atrasado, não é contra a tecnologia mas tem de ser racional”, “[...]trabalhar em busca do respeito pela agricultura familiar, da preservação do meio ambiente e do resgate da cultura popular”. Afirma que os “jovens deveriam dar mais valor ao movimento, assumir sua postura diante das organizações”. Quando questionado se tem o sentimento de pertencimento no e pelo grupo, rápido enfatiza “ô ô ô ô..se tenho! Participo, defendendo em qualquer

lugar, chamo os outros para conhecer, olha eu ainda tenho muito pra aprender mas chego lá e vou levar um monte de gente comigo”. O que observamos em sua fala é a identificação plena com o movimento

Para Romildo (jovem), uma das coisas importantes é a relação familiar onde aprendem a cuidar da terra e dos animais com os pais, trabalham, colocando em prática o que aprenderam no período de seção e brincam. Reafirma que o estudo independente da forma “é muito importante por permitir conseguir “ferramentas” para defender o modo de vida de seus companheiros, ou seja, do homem do campo”.

Segundo os jovens entrevistados, um fato que não pode ser deixado de lado e que ajuda na conscientização para perpetuação da cultura camponesa e na reprodução do campesinato são as relações existentes entre a socialização primária dos jovens na família e o *habitus* - incorporado que demarca as suas formas de ser, agir e pensar. A rotina dos jovens no campo – seu *habitus* vem sendo assunto em diversas pesquisas no Brasil (CASTRO, 2005; MENEZES, 2006; WEISHEIMER, 2004; STROPASOLAS, 2006; WANDERLEY, 2006).

Habitus é um produto que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos, mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós ‘reproduzamos’ as condições sociais de nossa própria produção, mas de maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos (BOURDIEU, 1983:105).

Os jovens rurais, em nossa pesquisa, demonstraram uma relação positiva com o trabalho, ao contrário do estereótipo construído por Monteiro Lobato, o qual enxergava o trabalhador rural: um sujeito obscurecido pela preguiça e inapto à civilização. As lentes do então fazendeiro do interior paulista identificavam em “Jeca Tatu” uma síntese das mazelas nacionais, o qual traduzia, significativamente, a percepção das elites sobre o povo brasileiro (SILVA, 2007)

As entrevistas com os jovens rurais das EFAs no período da etnografia e durante as visitas no campo provam a identidade com a terra, conciliando as tarefas e os períodos escolares

Aqui na escola a gente levanta cedo, toma banho e o serviço é dividido entre os alunos, enquanto tem um grupo limpando os quartos, outros estão ajudando na limpeza dos banheiros, do pátio, servindo café, almoço, janta, enfim, a gente aprende a socializar o trabalho para não pesar prá ninguém. Quando estou em casa, eu acordo cedinho, e vou fazer as coisas do roçado, eu vou ajudar o pai e coloco em prática o que aprendo aqui na escola Ah, eu também ajudo na casa quando precisa. (Cassiano, jovem)

Para Cassiano, assim como para um entrevistado no trabalho de José de Souza Martins, *Capitalismo e tradicionalismo* (1975), não há lugar para “vagabundeza”, todo o tempo do jovem é ocupado, como ocorre também com os das crianças (MARTINS, 1975: 87). Segundo o jovem, a família é um ponto muito importante para seu desenvolvimento ético e moral e ele expressa o desejo de continuar com os seus pais, na propriedade, porque gosta e sente a força onde se ancora o trabalho pesado da agricultura familiar, pelo fato de ser “jovem e disposto”.

Ao entrevistarmos a mãe de um dos alunos da EFA Bley, ela iniciou a conversa contando a sua dureza na educação dos filhos e que até se arrependia de ter sido, às vezes, tão “brava”. Por várias vezes enfatizou que graças à sua educação rígida, com horários predeterminados, e normas para convívio em casa, os filhos são o que são: saberão enfrentar e viver no mundo e se Deus quiser vão me agradecer quando tiverem mais velhos, mais maduros, e tiverem seus filhos. “A gente só entende os pais muitas vezes e a boa educação que a gente tenta dar para os filhos quando estamos mais maduros.” (D^a Lina)

As atitudes relatadas no discurso dessa mãe são explicadas por Bourdieu (1985). Para o autor, “o *habitus* é a mediação universalizante que faz com que as práticas sem razão explícita e sem intenção significativa de um agente singular sejam, no entanto, sensatas, razoáveis e objetivamente orquestradas” (BOURDIEU, 1983:73).

Dar responsabilidades aos filhos e criá-los através do diálogo para que entendam seus direitos e deveres é uma ferramenta importante para se criarem homens dignos. Comenta que hoje em dia os pais não querem assumir responsabilidades com a criação dos filhos, dando muita liberdade. Afirma que

participar da organização e da condução da EFA é uma das coisas mais importantes que faz, pois o abandono das escolas por crianças da roça é muitas vezes culpa dos pais, ou por falta de autoridade ou por não estarem preocupados em educar seus filhos. “Pai é pai , mãe é mãe e filho tem de saber a ordem das coisas”, eles não têm sua formação pronta.

Corroborando com a fala de D^a Lina, Rogéria e Eudinaldo afirmaram que, hoje, a maioria dos pais da EFA se preocupam em educar os filhos no trabalho e na escola, pois é preciso que eles conheçam como funciona o sistema, tenham uma cultura ampla, sejam politizados, aprendam a dominar as máquinas, instrumentos modernos como o computador, percebam níveis de exploração do trabalhador. Sr. José, um dos pais que estava na reunião relata.

Não estudei muito e sei que os estudo fais falta, por isso “forgo” para os menino estude. No meu tempo era tudo muito difícil, a gente tinha que trabalhá duro ajudando os pais, mas não era só isso (pequeno silêncio) [...] Hoje, vendo meus filho teno uma oportunidade diferente acredito que precisa pelo menos terminá o 2^o grau, porque as pessoa sem estudo é enganada pelo mundo afora, fica difícil de arranjar um emprego de carteira assinada pra garantir seus direitos e se eles não quiser ficar mais na roça, pelo menos tem uma opção. Mais eu espero que eles fique aqui tomando conta do que é deles mesmo (José, pai de aluno da EFA, pequeno agricultor).

Ao fazermos as entrevistas com os alunos e com os pais na EFA Bley, pudemos perceber alguns aspectos importantes nas transformações do modo de vida camponês: a) a importância dos pais na preparação e orientação dos filhos para a vida reafirma a necessidade de orientação e a responsabilidade da família em todo processo; b) a importância que os pais dão ao estudo. Fomentam a educação para que os filhos estudem mais do que eles; c) acreditam no jovem como o motor para o desenvolvimento da agroecologia e a importância da força jovem para a permanência do homem do campo, no campo.

No dia seguinte, ao voltarmos à escola e continuarmos as entrevistas com os jovens, pudemos perceber a satisfação que têm ao retornar a suas unidades produtivas e colocarem em prática o que aprenderam no período de estada.

Sentem-se orgulhosos por não “precisarem” sair da roça e serem a força de trabalho na luta entre a agricultura e a criação de animais.

Na escola, quando perguntamos a Genques, Bruno, Cassiano, John Lennon se eles trabalhavam muito, estenderam-me suas mãos e perguntaram: “Precisamos dizer alguma coisa?”. As mãos deles estavam cheias de marcas de calo, com a pele ressecada e bastante grossa. Sorriam dizendo ser um trabalho duro mas gostoso de fazer porque tinham resultados.

Quando perguntado se tinham vontade de ir para a zona urbana, e o que achavam dos jovens urbanos, responderam que o campo é o melhor lugar para viver. Desaprovam o comportamento dos jovens da zona urbana, que não estão nem aí para a vida, só querem saber de “balada”, internet, televisão, embora reconheçam que, muitas vezes, os trabalhos no campo são muito pesados. A postura desses jovens é explicada por Bourdieu (2004b). Segundo o autor, “(...) o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido, e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis* indica a disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 2004:61).

O jovem é uma importante força de trabalho na agricultura familiar, entretanto, os tipos de serviços a serem desenvolvidos pelos indivíduos no campo dependem do sexo, da força física e das condições econômicas. Os jovens reafirmam que ao ficarem na roça podem viver mais livremente, as pessoas são mais humanas, se ajudam mais, há mais solidariedade, “temos comida fresquinha sem agrotóxico” (Bruno, jovem).

Ao entrevistarmos os jovens de Linhares, pudemos observar a questão de gênero e de idade. Alguns jovens, por serem maiores de idade e homens, não dependem totalmente dos pais, afirmaram que fazem alguns “bicos” nas propriedades vizinhas, e aproveitam muitas vezes para ir a festas na cidade. As “meninas” do grupo afirmam sentir a necessidade de um local comunitário, onde pudessem ser realizadas seções de cinema, dança, e até a presença de uma central com internet para ficarem “antenadas” com o mundo.

A maioria afirma ser feliz e não querer sair da roça, mas sente que “falta” essa aproximação com o mundo moderno. Questionam a necessidade de ter todas as comodidades da cidade ficando na roça com um centro comunitário e enfatizam a sua importância no trabalho produtivo na família. Ressaltam que o trabalho, muitas vezes é árduo e chato, ensina mais, complementa o que aprendem na escola, pois cada melhora que conseguem para a família fica mais fácil de entender o quanto é difícil conseguir as coisas, que nada vem fácil.

Seguindo o raciocínio de Albuquerque (2008:56) ao mencionar que “o trabalho é uma forma muito eficaz de educar, porque ensina o quanto é difícil conseguir cada melhora que tiveram em casa”, compreendemos por que os jovens encontram dificuldades no aprendizado dos conteúdos escolares. Nesse contexto, entendemos por que a opção pela Pedagogia da Alternância faz tanto sentido quando dizem da “maneira própria e apropriada” para uma educação no campo, afinal, toda e qualquer interiorização de tipos de saber é perpassada pelo sentido prático. Nessa linha de pensamento, Bourdieu, de acordo com Miceli, afirma:

[...] o habitus seria um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante, que demarcam limites à consciência possível de ser mobilizada pelos grupos e ou classes, sendo assim responsáveis, em última instância, pelo campo de sentido em que operam as relações de força. Para além da “comunicação das consciências”, os grupos e/ou as classes compartilham das inúmeras competências que perfazem seu capital cultural, como uma espécie de princípio que rege as trajetórias possíveis e potenciais das práticas. (MICELI, 2004, p. XLII apud ALBUQUERQUE, 2008:57).

Favorecendo a fala de Bourdieu (2001:56) quando afirma que “cada indivíduo herda, de seu meio, uma certa atitude em relação às palavras que os preparam mais ou menos para os jogos escolares”, observamos que os jovens que estão cursando as EFAs começam a esboçar objetos claros de desejos de aprendizagem. Ao irem para a roça fazer o trabalho prático, entendem o porquê das disciplinas de matemática e ciências, conforme afirmação de Fernanda (jovem estudante da EFA Montanha): “antes não entendia o porquê de estudar as células na biologia, hoje sei até como é a respiração da planta”.

O que pudemos observar nas EFAs foi o respeito com a realidade cultural dos jovens. Ao contrário do preconizado por Bourdieu (2001), a escola não ignora as diferenças existentes, procura entender cada aluno como um objeto de estudo e um agente agregador de informações, respeitando-o. Procura entender que o aprendizado varia de acordo com as condições de origem de cada aluno.

De acordo como o autor:

[...] a escola ignora as diferenças existentes, tratando todos como iguais. Considera que todos têm o mesmo tempo e o mesmo saber, esquece que o aprendizado pode variar de acordo com as condições culturais às quais os indivíduos estão expostos. Nas palavras do autor: Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas, certo capital cultural e certo ethos, sistemas de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribuem para definir, entre outras, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e pelas taxas de êxito. (BOURDIEU, 2001, p. 42)

Assim sendo, para os jovens rurais que participam das EFAs, os conteúdos têm sentido e são utilizados dentro das possibilidades que interiorizam no espaço de socialização primária, onde o aprendizado acontece através do processo: ver-aprender-fazer e, onde as palavras não são apenas faladas, mas praticadas.

Percebe-se que os conteúdos curriculares, conforme parâmetros orientados na escola, correspondem, às perspectivas dos jovens da zona rural, mediante sua realidade humana e material, onde teoria e prática são indissociáveis no processo de ensino-aprendizagem, os jovens se sentem co-participantes e membros ativos do processo educacional. Conforme pode ser observado na fala de Cristina (jovem)

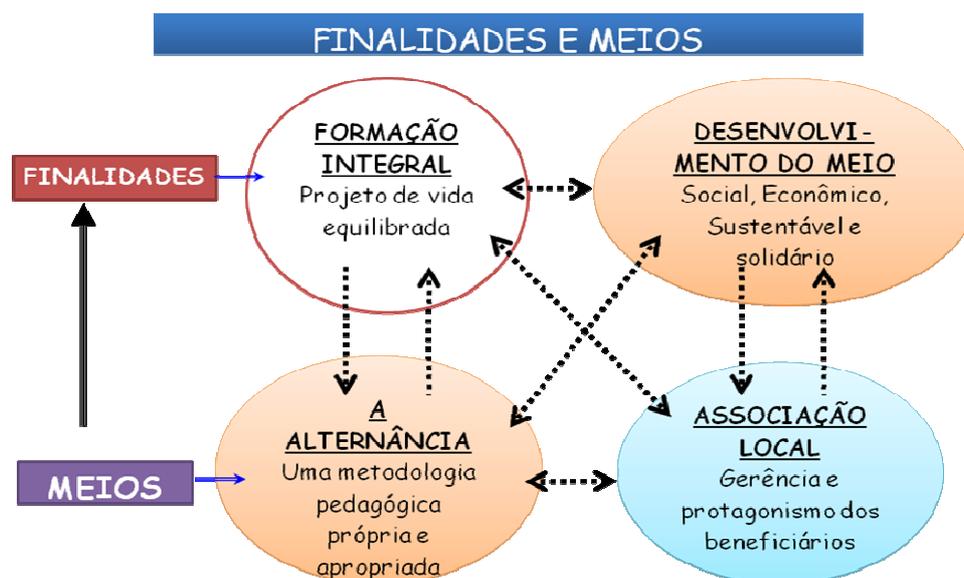
Pra viver com liberdade o melhor lugar é a roça, é fundamental. Na cidade as pessoas não se lembram de Deus, vira uma bola de neve sem família. Por isso é importante dar incentivo para produção e permanência dos jovens na roça, com as modernidades dos tempos atuais, como televisão, internet, para saber o que acontece no mundo Devemos nos educar e assumir a nossa realidade como *jovem* e não se deixar levar por um mundo globalizado e altamente tecnológico. Então, eu creio que é isso, a gente valorizar o que a gente tem. Não quero ser incluída naqueles grupos que usam muita tecnologia, porque somos pequenos agricultores, somos da Agricultura Familiar. Temos que preservar o que a

gente tem. Preservar o meio ambiente, preservar a nossa história, nossa memória e nossa cultura.” (Cristina, líder)

Para Elias (líder) adaptar-se aos tempos modernos sem perder a cultura camponesa é um dos desafios de quem quer continuar na roça. Na cultura camponesa, os jovens aprendem com os mais velhos por meio de histórias, ações, trabalhos.

A ação torna-se um componente fundamental para a formação integral, permitindo o desenvolvimento do meio em que vivem com um projeto de vida equilibrada, com uma metodologia própria e apropriada, promovendo o desenvolvimento do meio social, econômico, sustentável e solidário, promovendo associações locais, por meio de gerência e do protagonismo dos beneficiários (Quadro 10).

Quadro 10 Finalidades e Meios



(Fonte: EFA Bley, 2009)

Concomitantemente às entrevistas, um questionário temático foi realizado, dividido em três grandes grupos, o qual permitiu identificar os diferentes contextos de consciência política existentes entre os líderes e jovens do movimento (Figura 16).



Figura 16. Jovens respondendo questionário temático

O primeiro grupo de análise, denominado Situação Agrária Brasileira, contemplou três blocos de afirmativas e teve como objetivo avaliar a percepção dos jovens e líderes com relação à modernização da agricultura, a agricultura familiar, bem como, o papel desempenhado pela Extensão Rural e o compromisso público neste processo. Os resultados encontram-se no Apêndice 1

No primeiro bloco foram elaboradas perguntas relacionadas à Modernização da Agricultura. Quando questionados se a Extensão Rural difundiu o progresso técnico em todo território brasileiro, tanto a maioria dos jovens (60%) quanto os líderes (55%) discordam dessa afirmativa e 50% dos líderes e 67% dos jovens acreditam que a desigualdade social se tornou mais acentuada, fomentando o êxodo rural com a expulsão de um grande número de agricultores familiares do campo.

Ao observarmos o Gráfico 6, analisamos que os jovens, nesse contexto, são bem mais críticos do que os líderes. Desta feita, houve um amplo consenso (mais de 80% de todos os participantes) de que a modernização da agricultura contribuiu para aumentar os índices de concentração de posse de terra no Brasil (na visão de 70% dos líderes e 78% dos jovens).

Cada veis mais o que se vê é o rico ficano mais rico e com mais terra e o pobre melhorano de vida mas com muita dívida[...] Tem muita gente que não qué mais ficá na roça e acaba ino pra cidade sem te o que fazê. A vida na roça é muito melhor , mais nós temo que nos uni.(Rafael, jovem)

As máquina vem tomando lugar dos homem e os venenos vem matando cada dia mais. Nos fazendão o que se vê é muita máquina e pouco homem (Mauro, jovem)

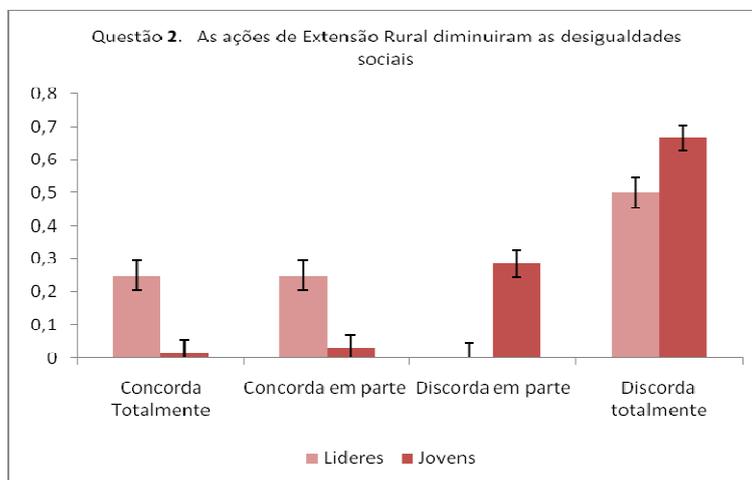


Gráfico 6. Extensão Rural e Desigualdades Sociais

A maioria – mais de 90% - dos entrevistados acredita que a Extensão Rural tem sido omissa com os segmentos pobres do campo e que deveriam observar a população sem o aspecto assistencialista, devendo atender a todos, eliminando o aspecto seletista, pois acreditam que a Extensão Rural pode e deva trabalhar com quem não tem terra e capital porque não são elementos impeditivos para tal ação.

Não tem uma política adequada pros pequenos produtores e pros jovens. A gente fica pelejando e o pessoal deixa a desejar. Só os grande tem valor. Somos camponês, precisamos chega junto pra discuti o futuro da terra (Rinaldo, jovem)

Os jovem do campo vem seno esquecido pelos cara da extensão rural. A gente não qué sai da terra mas tem hora que não da, precisa buscar um complemento na cidade. Devemos valorizá a nossa identidade de camponês, temos que assumi que somos da roça. Que os jovem possa reivindicar seus direitos e que ele participe mais ativamente da política junto com os extensionista. (Thuim, jovem)

Eu entrei para o movimento porque meus vizinhos começaram a fazer parte. [...] a gente na roça vive muita privação das coisas, mas como sempre fui ligado nela, quando terminei o curso senti que podia fazer alguma a mais, que podia ajudar minha família, meus companheiros e outras famílias que estavam lutando pra ficar na terra, afinal sou camponês (Marcelo, jovem)

[...] Eles (os extensionistas) precisam parar de pensar que somos coitados, que precisamos de assistência social, o que falta pra gente é política pública direcionada e com assistência técnica correta para o

nosso grupo. Somos pequenos agricultores, camponeses e queremos ser tratados como tal. Com respeito, porque temos dignidade e sabemos de nosso potencial. (John, jovem)

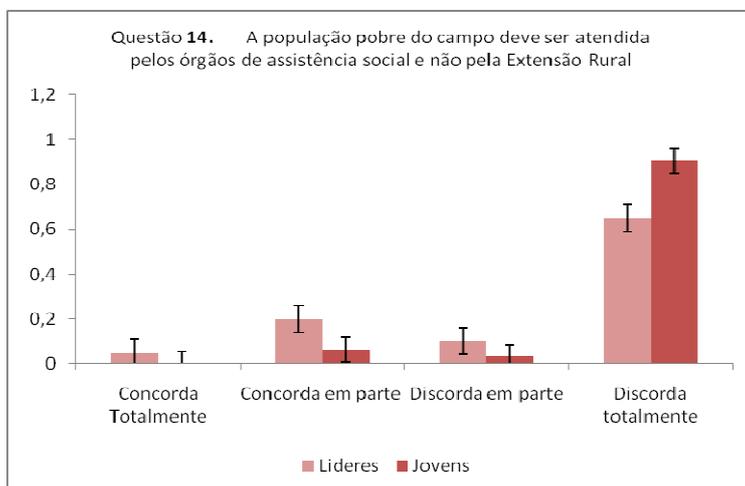


Gráfico 7. Atendimento à população do campo.

Observamos que os jovens se posicionam com muita veemência em relação ao assistencialismo, o vêem como esmola muitas vezes e reafirmam que não precisam disso.

[...] Sei das dificuldades, mas tenho orgulho de ser camponês, não preciso de assistência social, mas técnica correta. Também sei do nosso potencial e que juntos vamos conseguir fazer um Brasil melhor, produzindo comida saudável e dando qualidade de vida pras nossas famílias. [...] (Marcos, jovem)

Nas falas de Luiz, Thuim e Marcelo observamos se intitularem como “camponês”, uma das nomenclaturas que serve para classificar os jovens, não só como filhos de produtores rurais, mas, também, jovens camponeses que já estão produzindo de alguma forma em vez do termo mais recorrentemente usado na academia, jovens rurais.

Ao contrário do que muitos afirmam, a juventude pode ser o agente de uma transformação social na perspectiva do desenvolvimento rural. Para Abramovay (1992), são fundamentais os programas sociais para os jovens rurais

permanecerem no campo, pois o Estado tem uma responsabilidade central nesse processo, como fomentador de políticas públicas. Para o autor,

É urgente que estes programas por meio dos quais o governo e a sociedade procuram pelo menos atenuar os efeitos desagregadores do êxodo rural sobre a integridade do tecido social do campo brasileiro: a Reforma agrária e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar incorporem em seu funcionamento as dimensões de geração e gênero aqui abordadas, sob pena de participarem do processo que está fazendo do meio rural brasileiro, em escala crescente, um refúgio de aposentados que não conseguiram melhores oportunidades de vida nas cidades. (ABRAMOVAY, 1998, p.90).

Soraia, jovem agricultora, técnica em agroecologia, líder estadual e pertencente ao núcleo de São Mateus, ressalta que há a necessidade de ter uma maior consciência ambiental por parte dos jovens, enfatiza que, logo no início de sua participação em reuniões observava o grupo não se posicionar como um grupo de jovens atuantes, que faz luta. “Um grupo que ia pra discutir “balela”, sem noção de nada e sem envolvimento de organização política!” Porém, ressalta que isso tem mudado, mas ainda tem um longo caminho pela frente.

Não é fácil você mostrar pras pessoas e fazer acreditarem que são capazes de mudar seu destino”.Eu vejo isso pela minha casa, meus pais são agricultores, camponeses, meus tios também, todos vivem da pequena agricultura. E vivemos muito bem! Apesar das atribulações. O MPA me ajudou a começar a mudar minha história e da minha família, a fazer da roça um lugar cada dia melhor pra se viver. Hoje com meu conhecimento posso ajudar muitas pessoas e isso me faz muito bem. (Soraia, líder)

Com relação à afirmativa de que o progresso técnico da agricultura diminuiu o processo de degradação ambiental no campo, 70% dos líderes discordam totalmente enquanto 90% dos jovens são mais incisivos e acreditam que o progresso técnico tenha aumentado esse processo e reafirmam, quando questionados sobre o assunto nas entrevistas, que a discussão sobre os efeitos ambientais das novas tecnologias fomentadas pela Extensão Rural cada vez mais torna-se primordial para que alternativas tecnológicas menos impactantes ao meio ambiente possam ser priorizadas e difundidas (Gráfico 8). Apontando a linha da agroecologia como uma das opções, porém, com a necessidade de criação de mecanismos de operacionalização dessa matriz tecnológica.

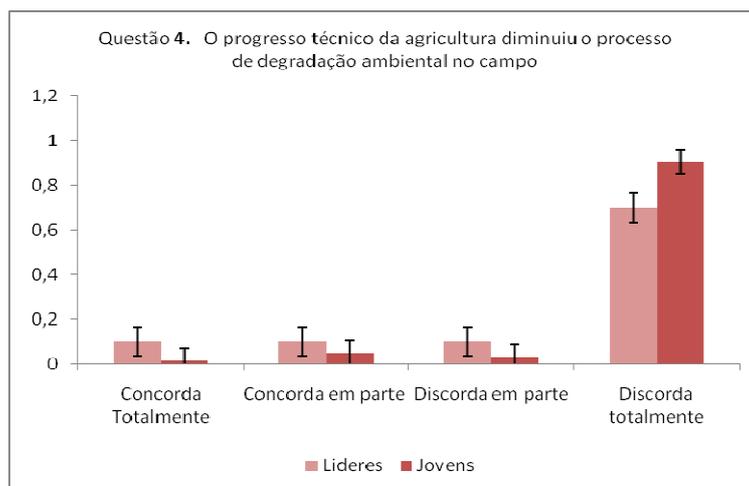


Gráfico 8. Progresso técnico e degradação ambiental

Mais de 90% dos jovens e líderes concordam com que o modelo de Extensão Rural, ao promover a modernização da agricultura brasileira, tenha contribuído para o aumento da pobreza e da miséria no campo.

Procurou-se identificar, ao trabalhar o tema Agricultura Familiar, se os jovens e líderes vêem a produção de subsistência como um segmento estratégico para a manutenção do campesinato. Observou-se que 65% dos líderes e 89% dos jovens acreditam que seja vocação da agricultura familiar a produção para subsistência de seus integrantes (Gráfico 9). Enquanto mais de 80% dos líderes e 96% dos jovens discordam que o investimento na agricultura familiar deve ser feito sob a ótica da assistência social, pois o retorno econômico é incerto.

[...] óia... pelo tipo de produção que nós tem em casa, normalmente a gente vende o que sobra, o que tem a mais, que não vai precisá pro gasto, tipo um saco de milho, dois de café, uma caixa de mandioca e a gente vende ou pros vizinho ou manda pro mercado na cidade. Tamu nos manteno com uma vida com comida saudável e conseguino te nossa coisinha. Entao eu vou dizê que a vocação da agricultura familiar é a produção de subsistência sim, olha o nosso exemplo [...] (Rafael, jovem)

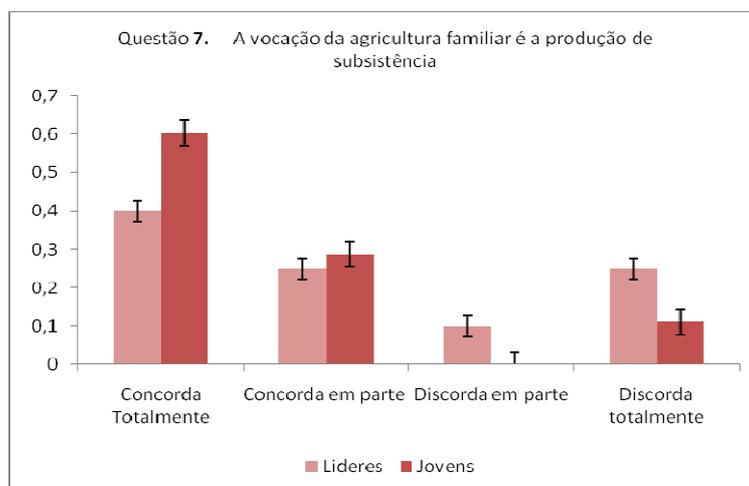


Gráfico 9. A vocação da agricultura familiar

A maioria acredita que a agricultura familiar contribui para a manutenção da pobreza no campo, pois concentra a posse de terra e em geral oferece empregos de baixa remuneração (85% dos líderes e 97% dos jovens). Nesse ponto, os jovens, também demonstraram uma maior criticidade do que os líderes (Gráfico 10)

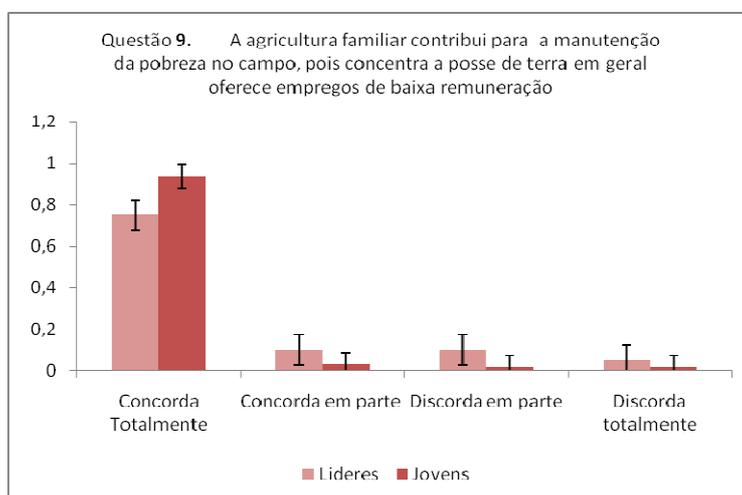


Gráfico 10. Agricultura familiar patronal e pobreza

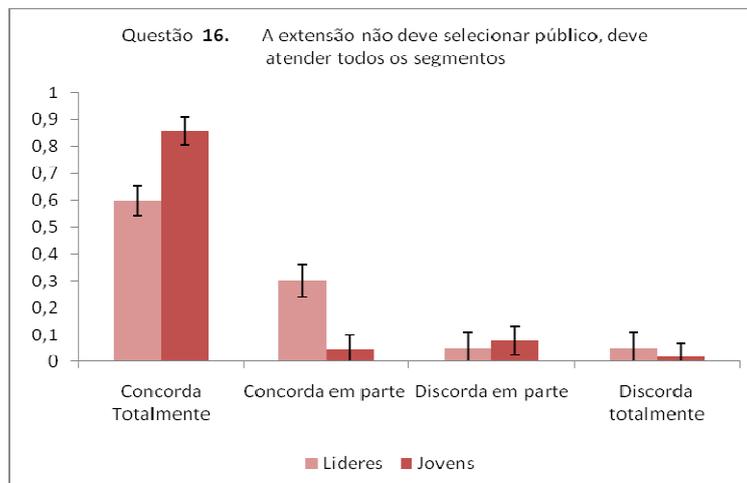


Gráfico 11. Atendimento da Extensão Rural

Esse bloco de respostas nos informa que aliado às informações obtidas quando das entrevistas, há uma percepção ampla entre os jovens e líderes de que a Extensão Rural não deve selecionar público (gráfico 11) e que o campesinato não precisa de assistencialismo. Em realidade, reclama a necessidade de políticas públicas adequadas para a sua perpetuação.

Quando questionados sobre o compromisso público dos agentes da Extensão Rural para o grupo de pequenos agricultores, os jovens foram muito mais críticos e enfáticos do que os líderes

Outro tema pesquisado junto aos jovens e líderes referia-se a suas opiniões quanto à Realidade da Sociedade Brasileira

Ampla maioria dos participantes aponta a ausência de políticas públicas – do passado e do presente - como causa das condições de miséria em que muitas famílias do campo vivem. Os percentuais de concordância com esta visão são de 90% entre os líderes e 94% entre os jovens, reafirmando que a Extensão Rural, pela ausência de políticas adequadas, tem sido omissa com os segmentos pobres do campo, em uma posição contrastante, com a visão da maioria do conjunto das instituições de Extensão Rural do país, que elegeram a Agricultura Familiar como seu público alvo (ASBRAER, 2007)

Entretanto, 80% dos líderes e 95% dos jovens acreditam que as causas da miséria no campo não são totalmente culpa da ausência de políticas públicas agrárias. Os jovens, neste contexto, demonstram uma maior consciência crítica do que os líderes, quando atribuem à pouca escolaridade e à baixa qualificação profissional dos camponeses como fontes que contribuem, e muito, para a pobreza no campo (Gráfico 12). Reafirmam a necessidade de viabilização dos segmentos pobres do campo via educação e uso de técnicas ambientalmente corretas, como a agroecologia.

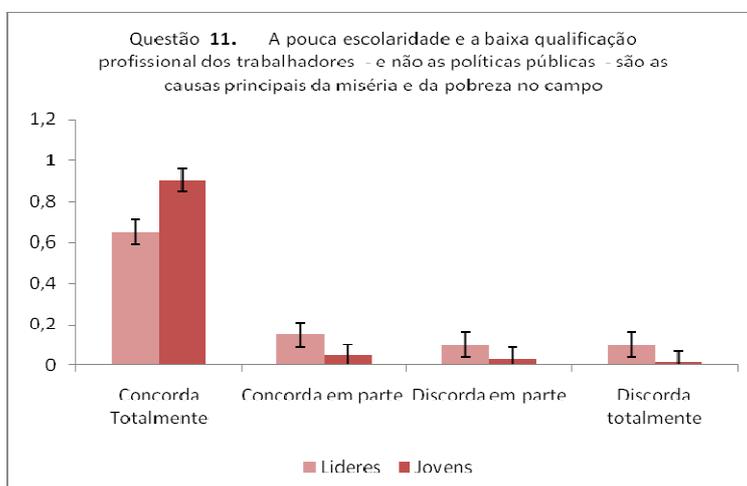


Gráfico 12. Escolaridade e Qualificação Profissional.

Com relação ao tema **Democracia e Sociedade**, buscou-se conhecer, a visão dos jovens e líderes quanto à concepção sobre a sociedade e a percepção de democracia e autoritarismo dos participantes.

A maioria (90% dos líderes e 100% dos jovens) acredita que em qualquer lugar é necessário que as pessoas respeitem os limites de seus semelhantes. A maioria dos participantes (96% dos jovens e 85% dos líderes) discorda que está vivendo em uma democracia. Em nossa sociedade, a presença da desigualdade de direitos e oportunidade no campo, evidenciada pela luta pela reforma agrária, demonstra o quanto ainda temos que caminhar para introduzir uma verdadeira democracia, em busca de um desenvolvimento sustentável.

O último assunto abordado no questionário temático foi a Reforma Agrária. Pode-se observar que a maioria absoluta acredita que há a necessidade de um grande reajuste no atual modelo de desenvolvimento, e que o desenvolvimento sustentável só será alcançado com profundas mudanças na estrutura fundiária do país. Afirmam que não é possível ter uma agricultura sustentável com a forte concentração da propriedade de terra existente no Brasil.

Nesse momento, durante as entrevistas, buscamos captar por meio das falas dos entrevistados suas capacidades de perceber e identificar os seus adversários, bem como, os antagonismos presentes em sua realidade. Notamos que alguns conseguem identificar seus reais adversários, entretanto, outros só os conseguem ver aparentemente.

A maioria, tanto de jovens como de líderes, indica o latifúndio e o capitalismo como seu polo antagônico. O governo também aparece como um dos pólos antagônicos responsável pelas mazelas, cotidianas entretanto, em outros momentos, para alguns, ele é aquele que traz as benesses necessárias para a continuidade do processo de reprodução do campesinato

Quem manda aqui, no Brasil, hoje, na questão de terra não é 1% da população você vai ver quem é que manda nesse País nessa questão da terra, não chega a um por cento. Fica bem claro que, quem tem a terra tem o poder na mão e não quer que se faça a reforma agrária (Wanderson, jovem)

Não acreditam na necessidade da reforma agrária como, somente, uma justificativa e um meio de reduzir tensões sociais; acrescentam que seja necessária para viabilizar todas as áreas produtivas do país uma reforma agrária aliada a um programa de crédito e extensão rural

[...] De que adianta fazer reforma se não derem condições para se trabalhar? É preciso, casa, educação, "grana" e técnica. Apostarem que com a reforma agrária com condições a agricultura camponesa vai se fortalecer e produzir pro Brasil comer. Nós somos o futuro[...] (Marcelo, jovem)

A maioria (mais de 90%) não acredita que reforma agrária e sustentabilidade sejam assuntos distintos a serem trabalhados em nível de políticas públicas. E vêem a necessidade de uma Reforma Agrária, com outros moldes, aliada a um programa direcionado de Educação, Assistência Técnica e Crédito como um dos caminhos promissores para a viabilização dos segmentos mais pobres do campo (Gráfico 13).

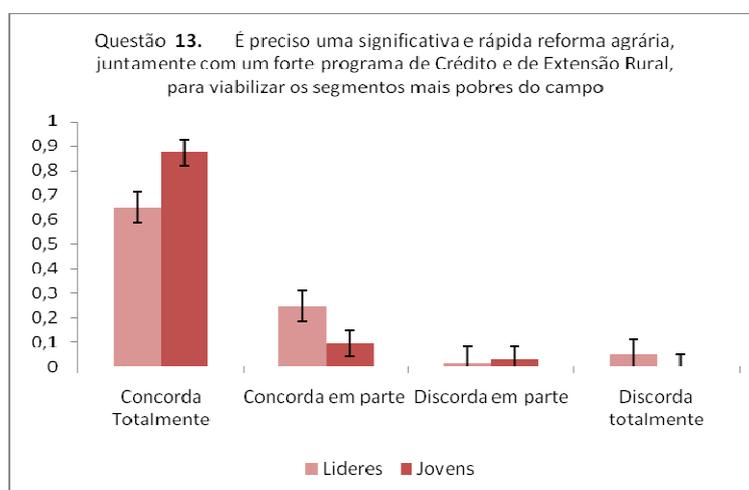


Gráfico 13 Reforma Agrária e Crédito Rural

No tocante aos impactos ambientais provocados pelo atual modelo tecnológico da agricultura – agroquímico, a maioria (mais de 90% dos jovens e líderes) acredita que a sustentabilidade só será alcançada a partir de uma agricultura baseada na agroecologia.

Apesar da maioria dos participantes (90% dos líderes e 97% dos jovens respectivamente) acreditar que não deveriam existir ricos e pobres, indo ao encontro com o ideal da equidade pleiteada pela noção de desenvolvimento sustentável, cabe ao campesinato, em específico ao MPA, inserir-se no debate dessas questões. Afirmam que a desigualdade social é, ainda, uma das mazelas do nosso país e discordam, os jovens com mais criticidade do que os líderes, quando questionados, se a reforma agrária seria um veículo para reduzir as tensões sociais. (Gráfico 14)

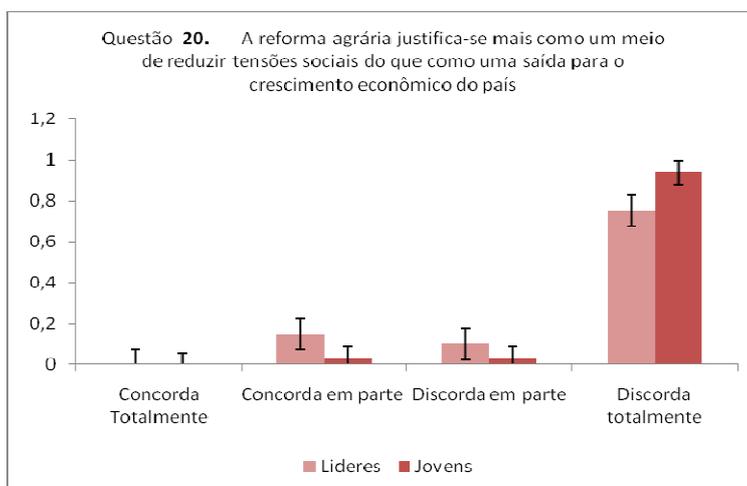


Gráfico 14. Reforma Agrária e Tensões Sociais

Durante o trabalho de campo, acompanhamos e participamos da mística de abertura (Figura 16) do Seminário: Escola de Formação da Juventude do MPA, na Escola Família do Bley, em São Gabriel da Palha, realizado no período de 13 a 23 de julho de 2009.



Figura 17. Mística: Seminário Escola de Formação da Juventude do MPA.

Durante o seminário foram abordados temas como Análise de Conjuntura; Relação de Gênero, Classe e Poder, Economia Política, Racefaes – Experiência da Pedagogia da Alternância – ES, Debate da Juventude e o MPA, Estratégia e Tática, Formação do Campesinato, Debate da Agitprop e o Plano Camponês.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

[...] ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão [...] (Paulo Freire, 1987:30)

Por meio deste trabalho, procuramos contribuir, na ausência de estudos específicos sobre o tema da juventude no Movimento dos Pequenos Agricultores, com a pesquisa da experiência do MPA-ES, analisando sua relevância quanto a sua organização e suas tarefas políticas e históricas. Acreditamos que ninguém passa por alguma experiência e, ao final, continua do mesmo modo como era no início. Ao elaborar este estudo, construímos e desconstruímos, ressignificamos princípios e compromissos, práticas e teorias. A presente pesquisa possibilitou-nos aprofundar a discussão da temática na qual se busca compreender como se está dando a reprodução do campesinato no Movimento dos Pequenos Agricultores, bem como, as formas de consciência política que estão sendo desenvolvidas pelos jovens e líderes do MPA-ES.

Aliadas à Via Campesina, as classes camponesas no caso do MPA articulam a pauta política, através dos movimentos sociais e de suas lutas organizadas, em busca dos seus direitos e por um projeto de agricultura camponesa agroecológica. Tendo em vista os fatos observados ao longo da pesquisa, podemos concluir que o MPA, desde o seu surgimento, até os dias atuais, por meio de suas formas de organização de base, de formação de quadros militantes, de mobilização política, vem constituindo-se em um agente de transformação social.

Nesse contexto, os movimentos sociais, trazem velhas e novas questões, entre elas a do seu reconhecimento e de seu papel na construção da sociedade. Sob esta ótica, podemos afirmar que o nascimento de um movimento está, normalmente, ligado ao ambiente de descontentamento e insatisfação perante as necessidades e interesses concretos não atendidos/negados. Observamos diante destas insatisfações, o desejo de mudança e ao mesmo tempo o desencanto

direcionando, assim, os grupos a acreditarem na força da união, organizando a pressão para a resolução de seus interesses. Todo este processo vem conquistando espaços de socialização, territorializando-se, sendo permeado por relações educativas, que agem como um agente de transformação social.

Nesse contexto, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, nesse momento histórico, constitui-se, através de suas organizações e diversas formas de mobilização política, em um desses agentes de transformação social. Atuando em 19 estados brasileiros, em defesa dos alimentos saudáveis, de moradias e da agricultura camponesa, constitui-se, permanentemente, como protagonista do processo, e da formação de sua identidade.

Foi neste sentido que Lamarche (1993:220) afirmou que a identidade “[...] constrói-se a partir da convicção de que o agricultor constitui uma categoria social particular, ocupando um lugar específico na sociedade [...]”. Esta convicção levou os camponeses a reivindicarem reconhecimento e legitimidade social através da história, por meio de lutas e diante das dificuldades de acesso às condições de reprodução da classe. Identidade se constrói, legitimidade não se ganha!

Apesar de duras condições para se firmarem como ator coletivo próprio o que se pode observar no trabalho de campo é que “os camponeses querem ser camponeses”(grifo nosso). Buscando seu posicionamento por meio dos diferentes espaços de socialização, de reconhecimento, através da participação nos grupos, nas associações, na conquista de sindicatos, na construção de cooperativas, em luta conjunta com outros movimentos sociais têm à sua frente sempre um espaço de luta constante e nele vem-se formando e se afirmando a cada dia, reafirmando a categoria camponesinato como um ator político, construtor de classe, de transformação social, crendo na autonomia política das diversas categorias que compõem o camponesinato no seu histórico de luta contra o capital na sociedade brasileira.

Entendemos que a identidade camponesa se constrói nas diversas ações e discursos, entretanto, o que observamos no campo é que os camponeses do MPA-ES, a partir de seus interesses e lutas, estão imprimindo um jeito diferente

de lutar e de organizar a sociedade. Como classe social, estão formando sua identidade, constituindo-se nas suas práticas, em seus espaços, nas suas lutas, através de sua organização. Fato que o diferencia dos NMS – Novos Movimentos Sociais, os quais se encontram deslocados no que tange às questões sócio-econômicas, indo ao encontro apenas de ações particularizadas, não havendo um projeto político de contestação ao capitalismo e suas formas de ação.

[...]o essencial é que o MPA, como movimento de massa, autônomo, organizado e dirigido pelos pequenos agricultores, mostra seu caráter classista, de protagonista, de intervenção política, colocando a questão da construção popular de transformação social como meta e como objetivo de suas práticas [...] (CADONÁ, 2004:172).

Alguns indicativos e fundamentos desta nova proposta, muitos oriundos da identificação de adversários e interesses antagônicos passaram a constituir-se em campos de lutas e de enfrentamento. Em contraponto ao neoliberalismo vemos a presença da agricultura camponesa atuando na construção de novas formas de organização da produção, comercialização, beneficiamento e abastecimento; um projeto alternativo de desenvolvimento, sob o controle e protagonismo dos trabalhadores; o compromisso com a reforma agrária, instrumento de transformação do atual modelo de desenvolvimento; a luta por uma política agrícola diferenciada para o pequeno agricultor; o compromisso com a pesquisa e extensão rural diferenciados e voltados para os interesses dos trabalhadores rurais; enfim, a construção de bases culturais de desenvolvimento alternativo para resgatar valores como a solidariedade, a cooperação e estabelecer uma nova relação homem-natureza (MPA, 2003).

O que pode ser observado é o surgimento de um novo saber, oriundo da mescla da herança cultural das comunidades e dos grupos, dando início à formação de uma “nova cultura de base”, exigindo novas relações e novos valores, novos saberes e novas expressões coletivas alimentando um projeto de transformação que envolve o Movimento e seus membros em uma nova forma e por uma nova forma de vida em sociedade, desenvolvendo uma identidade coletiva, rompendo com a alienação cotidiana, permitindo a emergência de novos sujeitos, com novas práticas e novas formas de intervir na sociedade.

Para tanto, os princípios das lutas camponesas se fazem presentes e passam a ser assimilados, trabalhados, vivenciados como um compromisso de caminhada, em busca de uma eficácia política, com metas de ação coletiva delineadas. Conforme Cadoná (2004:174), são como que mandamentos, critérios normativos que imprimem “o modo de ser”, a identidade do Movimento. Neles destacam-se:

- 1) respeito aos pequenos agricultores, assegurando as condições para que continuem as produções básicas necessárias à soberania alimentar⁶⁵;
- 2) a luta por uma nova sociedade e um novo sistema econômico, em que a prioridade seja o ser humano;
- 3) a construção de um movimento de massa, autônomo, para conquistar direitos básicos e contribuir para a transformação social;
- 4) a organização dos grupos de base, estrutura básica do movimento, das organizações municipais, regionais, estaduais e nacionais;
- 5) a condução do Movimento por uma direção coletiva, isto é, todas as instâncias serão formadas por comissões, com iguais direitos de poder, onde tudo será decidido pela maioria;
- 6) a construção de decisões coletivas, distribuindo as tarefas de decisão e de execução;
- 7) princípio da disciplina como respeito às decisões do coletivo;
- 8) planejamento, pois nada acontece por acaso e, por conseguinte, tudo tem de ser programado, preparado;
- 9) a organização das lutas de massa em caráter permanente, não circunstancial, apenas diante das necessidades;
- 10) princípio da crítica e autocrítica, que estimula a correção dos erros e encaminha para a solução delas;
- 11) compromisso em construir um processo educativo e organizativo autônomo dos trabalhadores;
- 12) a construção de uma organização ágil e dinâmica para responder com rapidez aos desafios da conjuntura;
- 13) a luta por um novo modelo de agricultura, com respeito ao meio-ambiente e à cultura popular. (MPA, 2000)

Uma vez assumidos estes princípios coletivos⁶⁶, certamente, será consolidado o peso político da agricultura camponesa. As elites do poder sabem que as mobilizações organizadas, munidas da vontade de agir coletivamente,

⁶⁵ Soberania alimentar entendida como o fim da importação de produtos que possam ser produzidos no Brasil.

⁶⁶ Compreendemos coletivo não como a simples soma de pessoas isoladas; ele é um organismo social vivo e, por isso mesmo, possuem órgãos, atribuições, responsabilidades, correlações e interdependências entre as partes. Se tudo isso não existe, não há coletivo, há uma simples multidão, uma concentração (MAKARENKO apud CAPRILES, 1989).

visam ao enfrentamento de seus projetos, por isso mesmo, temem as massas organizadas e esclarecidas.

O Movimento coloca-se diante de grandes desafios. Mas, entre todos, a formação é o maior a ser enfrentado. Esta seguindo orientações do Encontro Estadual (2002), está relacionada à produção, à cultura camponesa e a sua identidade.

Diante das diversas frentes de trabalho, os seus desafios são grandes: em relação ao setor produtivo, é necessário enfrentar o trabalho multiplicando as experiências ecológicas, orgânicas, organizando estruturas para trabalhos e parcerias, trabalhar conforme a realidade; em relação à pesquisa, as questões precisam ser enfrentadas: o que produzir? para quem?, etc.; em relação ao crédito, viabilizar as cooperativas de crédito nas regiões e fiscalizar as concessões; em relação às políticas públicas, melhorar e assumir o projeto fome zero; em relação à moradia, regionalizar os projetos e aumentar as estruturas; **em relação aos jovens, motivar os intercâmbios, a formação política, incrementar seus espaços**; em relação às mulheres, trabalhar de forma articulada com seus movimentos, pensar, com as mulheres, na auto-sustentação da propriedade, não chamá-las apenas para completar cotas; em relação às finanças, discutir politicamente em todas as instâncias os meios de auto-sustentação (MPA, 2003:18, grifo nosso).

Ao dialogarmos com as lideranças e com o material disponível durante a pesquisa notamos a presença de três grande eixos de luta norteando as práticas do Movimento: as lutas concretas (pauta específica), as lutas por direitos sociais (pauta social) e as lutas pela terra e pela realização de ampla e profunda reforma agrária (pauta política).

No primeiro, a busca por moradia, crédito subsidiado, investimento, custeio, seguro agrícola, o fim das importações de alimentos, a soberania alimentar, a comercialização direta, o beneficiamento, a luta contra os subsídios concedidos a empresas monopolistas, o fim da violência no campo e das impunidades, e tantas outras lutas que o cotidiano vai suscitando, são lutas concretas, que buscam a afirmação e a reprodução da classe camponesa, ou seja, trata-se das questões de sobrevivência física dos camponeses, lutas pela sobrevivência dos “camponeses como camponeses” (grifo nosso).

O segundo eixo refere-se a questões de identidade, lutas que têm como objetivo a implantação de novas relações de trabalho e produção, com tecnologias adaptadas à produção camponesa, sem agrotóxicos e sem transgênicos. São lutas travadas no terreno político, e que visam à organização social. Nelas estão contempladas as lutas sociais, que têm como compromissos as ações relacionadas à saúde, previdência, educação, cultura, proteção da infância, aposentadoria, agricultura saudável e organização

E, como terceiro eixo, o Movimento compromete-se com as lutas pelo acesso à terra, não perdendo de vista a realização da reforma agrária. Sendo este o mote presente e futuro do Movimento, pois, para o MPA, todo agricultor, com pouca terra ou sem terra tem garantido o direito à terra, seja via assentamentos, programas sérios de crédito fundiário⁶⁷, seja através de pressões, ocupações, etc.

Agentes de transformação, atualmente, no MPA-ES, os jovens começam a se constituir como sujeitos políticos específicos. Entendemos, nesse trabalho, que o campesinato e a juventude do MPA são identidades que se constroem na ação histórica e política de seus sujeitos. Por meio de trajetórias de vida de algumas lideranças jovens, percebemos como as suas histórias de vida estão entremeadas com a própria educação e dinâmica do movimento social.

A nossa vida é ligada ao movimento. Queremos fortalecer nossas bases, nossas Comunidades. Fortalecer nossos grupos, melhorar nossas condições de vida na nossa propriedade. Se a gente não se educar, não chegaremos a lugar algum, não melhora de vida. Mas uma educação no campo completa com curso superior no campo. Nós não queremos sair do campo pra uma escola pobre da cidade, nós queremos que essa educação vá até lá que esse jovem que está lá no campo não precise sair da roça pra ir estudar na cidade, e muitas vezes passar por muitas dificuldades (Elias, líder)

A identidade da juventude é representada através de diversas categorias, como juventude rural, jovens rurais, mas a categoria Juventude Camponesa - Jovens Camponeses, Jovens Camponesas - tem sido, para os jovens

⁶⁷ Segundo Cadoná (2004), para o MPA, o programa do Banco da Terra é inviável e impagável, pois não atende às reais necessidades dos que precisam de terra para trabalhar e viver.

entrevistados, uma referência importante nos dias atuais. A afirmação positiva da categoria “juventude camponesa” também revela-se como uma forma de resistência ao preconceito de ‘ser do campo’, comumente associado à imagem do “matuto”. Através dessas novas construções identitárias, conquista-se, também, a auto-estima da juventude camponesa.

Através da pesquisa de campo, pudemos observar que as linguagens, demandas sociais, símbolos, músicas, mística e demais elementos são centrais na construção da identidade de juventude dentro do MPA-ES (Figura mística).

Em relação a como têm sido trabalhado os jovens em suas bases dentro do Movimento, observou-se que a juventude vem sendo construída como sujeito político através dos cursos de formação dos diversos movimentos e de participação em mobilizações, como atos públicos, ocupações, etc.

Mais recentemente, tem sido considerada por especialistas a importante contribuição que jovens rurais podem empreender para os processos integrais de desenvolvimento rural na América Latina e Caribe. São destacadas, por Durston (1998) três atividades chaves nas atuais estratégias para superar a pobreza rural: a) capacitação; b) apoio à agricultura familiar; c) fortalecimento da institucionalidade da pequena comunidade rural. Para o autor, é oportuna uma atenção especial aos jovens para o êxito dessas estratégias. Concordamos com Durston, e observamos a presença desses tópicos nas informações obtidas quando questionadas as trajetórias dos jovens entrevistados.

As jovens lideranças que estão articulando a juventude do MPA-ES têm uma caminhada política. Quase todos ocupam outras tarefas de direção dentro da organização do Movimento; alguns estão 24 horas a serviço do movimento, atuando como líderes e a iniciação no movimento, muitas vezes, acontece a partir do engajamento de suas famílias.

Na educação, foi observado que a principal reivindicação é a mudança da proposta pedagógica. A defesa por uma “educação do campo e para o campo” com conteúdos voltados para a realidade dos pequenos produtores de modo a resgatar sua história de luta pela terra. Enfaticamente foi observada pelos jovens a

presença da Pedagogia da Alternância como um agente mobilizador e facilitador do processo de aprendizagem.

Vimos presente em seus desejos a concepção designada por Paulo Freire de “*educação problematizadora*”, aquela que transforma e liberta. A educação problematizadora fundamenta-se na relação dialógico-dialética entre o educador e educando. Ambos aprendem juntos. O diálogo é exigência para a comunhão e comunicação.

Educar é educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a sede do saber, até a sede da ignorância para salvar, com este saber, os que habitam nesta (...) educar e educar-se (...) é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem (...) em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando o seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 2007:25).

Tal concepção possibilita ultrapassar o imediatamente vivido, as situações-limites, viabilizando a colaboração, a união, a organização, a síntese cultural. Esta concepção perpassa toda a obra de Paulo Freire, sempre indicando características do diálogo com novas formulações⁶⁸. Sendo esse diálogo imprescindível para a educação das massas, reafirmando seus valores, seus projetos, articulando-se como ferramenta indispensável para formar e consolidar a identidade coletiva das massas populares.

Enquanto movimento social camponês, o MPA procura organizar-se com uma “cara própria”, com seu jeito peculiar de liderar, organizar, lutar, constituir e exprimir a identidade do Movimento.

Ao acompanharmos e observarmos as práticas sociais, percebemos que muitos ensinamentos do MPA (2001:8-12) estão sendo discutidos na

⁶⁸ O livro *Pedagogia da Autonomia* (Paulo Freire, 1996) é, sem dúvida, uma das grandes obras em prol da educação que respeita o educando e liberta o seu pensamento de tradições desumanizantes, porque opressoras. Freire afirma que, para ser bons educadores, algumas exigências são necessárias, tais como: a rigorosidade metódica e a pesquisa, a ética e estética, a competência profissional, o respeito pelos saberes do educando e o reconhecimento da identidade cultural, a rejeição de toda e qualquer forma de discriminação, a reflexão crítica da prática pedagógica, a corporificação, o saber dialogar e escutar, o querer bem aos educandos, o ter alegria e esperança, o ter liberdade e autoridade, o ter curiosidade, o ter a consciência do inacabado. Estes são alguns princípios basilares para a prática educativa que transforma educadores e educandos.

cotidianidade do Movimento, tornando-se preocupações de caminhada, tais como consta:

no trabalho de base (grupos), a preocupação em organizar os camponeses enquanto classe e movimento social;
nas práticas sociais, a preocupação em buscar clareza sobre o que se quer e o que se deve fazer a curto, médio e longo prazo;
pelas lutas coletivas, a preocupação em credenciar as conquistas a quem luta;
a preocupação com a dinâmica de tomada de decisões e direção das lutas, espaços onde as questões são debatidas, programadas e assumidas, com a participação dos grupos, sindicatos, associações e cooperativas de pequenos agricultores;
a preocupação em estabelecer prática e política claras de alianças, onde os aliados estratégicos estejam em pé de igualdade, enfrentando, acampando, caminhando junto com o Movimento. (MPA, 2001:8)

Acreditamos que, com o MPA, a classe camponesa ganhou, **ainda**, mais visibilidade, a partir de seu surgimento, a agricultura familiar passa a integrar a agenda política dos governos. Assim como os agricultores entrevistados por Cadoná (2004), os pequenos agricultores do Espírito Santo passam a lutar para “não ser colono sem terra amanhã” (grifo nosso). Isso quer dizer que os quadros do MPA não são formados por sem-terra, nem por assentados oriundos do MST; são pequenos agricultores, residentes e integrados nas diversas comunidades, no geral, possuindo quantidade de terras menor do que a média dos assentados do MST⁶⁹.

Como a preocupação do Movimento é organizar os pequenos agricultores, despertando neles o protagonismo e o envolvimento de todos, um destes marcos situa-se no campo da necessidade de ampliar e aprofundar a compreensão de que a educação é muito mais do que a formalidade escolar. Para tanto, MPA procura ampliar a compreensão da educação entre os pequenos agricultores e, principalmente, entre os jovens. Neste educar-se em todos os lugares e espaços, o contexto social é valorizado e os objetivos são determinados com clareza, isto é,

⁶⁹ O assentado ligado ao MST recebe um lote que varia de 18 a 25 ha. No estudo em questão 71% dos agricultores entrevistados têm menos que 15 ha. Indiscutivelmente, proporcionalmente ao número de famílias que trabalham na agricultura, os pequenos agricultores, certamente, são majoritariamente os mais pobres. Significa que, para estes, também a reforma agrária é fundamental.

as pessoas educam-se inseridas numa complexa rede de ações e relações, com vistas a atuar nesta rede, diante de necessidades e interesses específicos.

Com certeza, ao organizar o MPA, seus líderes adotaram práticas do MST, como marchas, passeatas, acampamentos, greves de fome, ocupação de prédios e, ultimamente, ocupação de terras, juntando-se na luta, aliados com o MST.

Entretanto, ao manter sua autonomia, possuindo objetivos e pauta bem diversos do MST, o MPA, ao trazer para o debate político a agricultura familiar, traz junto tantas outras questões, tais como: a discussão sobre a proposta agrícola a ser desenvolvida no país, o desenvolvimento de uma agricultura ecológica, o compromisso de produção de culturas voltadas ao mercado interno e de subsistência, do crédito moradia rural, da assistência técnica voltada ao pequeno agricultor, da previdência social rural, do seguro agrícola, os valores camponeses, a história e a memória, da educação do Campo e tantas outras questões antes não priorizadas pelo MST, ou seja, uma pauta de reivindicações que visam a reconstituir e reproduzir a classe camponesa. Ao observarmos essas questões, encontramos a resposta para uma de nossas inquietudes como esta sendo reproduzido o campesinato no Espírito Santo.

Entendemos que um dos desafios iniciais foi o de construir a identidade do Movimento, ou seja, ter maior reconhecimento público, maior visibilidade. E isto está sendo alcançado por meio das lutas, pelo modo de produzir, da organização, pelo trabalhar, colher, comercializar.

Existem também espaços e relações em construção: a formação política, as opções políticas, os mutirões, entre-ajudas, as festas, caminhadas, relações de trabalho, defesa dos grupos e de seus princípios, etc. Os limites e as contribuições reforçam a classe, ajudam na formação da identidade, levam a organização comunitária e coletiva a outros patamares, a pensar e sonhar com projetos maiores, com a transformação da sociedade.

A identidade do jovem se forma no participar, no envolver-se. Ela está diretamente relacionada à situação objetiva, pelo pertencimento e pela defesa dos mesmos princípios. Esta identidade se constrói, se desenvolve pela formação,

leva as pessoas ao envolvimento político, às lutas maiores, à militância, até à luta pelos outros.

Um jovem camponês é aquele que vai criando consciência da sociedade que vive e sabe que o campo é um lugar bom de viver. É aquele que participa dos grupo de base, que da colabora com a mudança da comunidade que vive e da sociedade. Não pensa no hoje, somente. Pensa no amanhã e como sua comunidade pode estar se não lutar pelos seus direitos, pela sua gente. (Márcia, jovem)

Sendo nesses espaços, que se dá a socialização política, que se forma a consciência crítica, a consciência de classe que se pode registrar a emergência dos jovens enquanto protagonistas de sua própria história, nesse momento se destaca a práxis do diálogo: por este processo, vemos ser consolidada a identidade coletiva, além de ser ferramenta indispensável para o reconhecimento, para tornar visível o Movimento e suas práticas. Nesse momento, passamos a entender e vislumbrar, na prática, com os jovens e líderes, a presença das categorias de consciência política propostas por Sandoval (2001) (Figura 18)

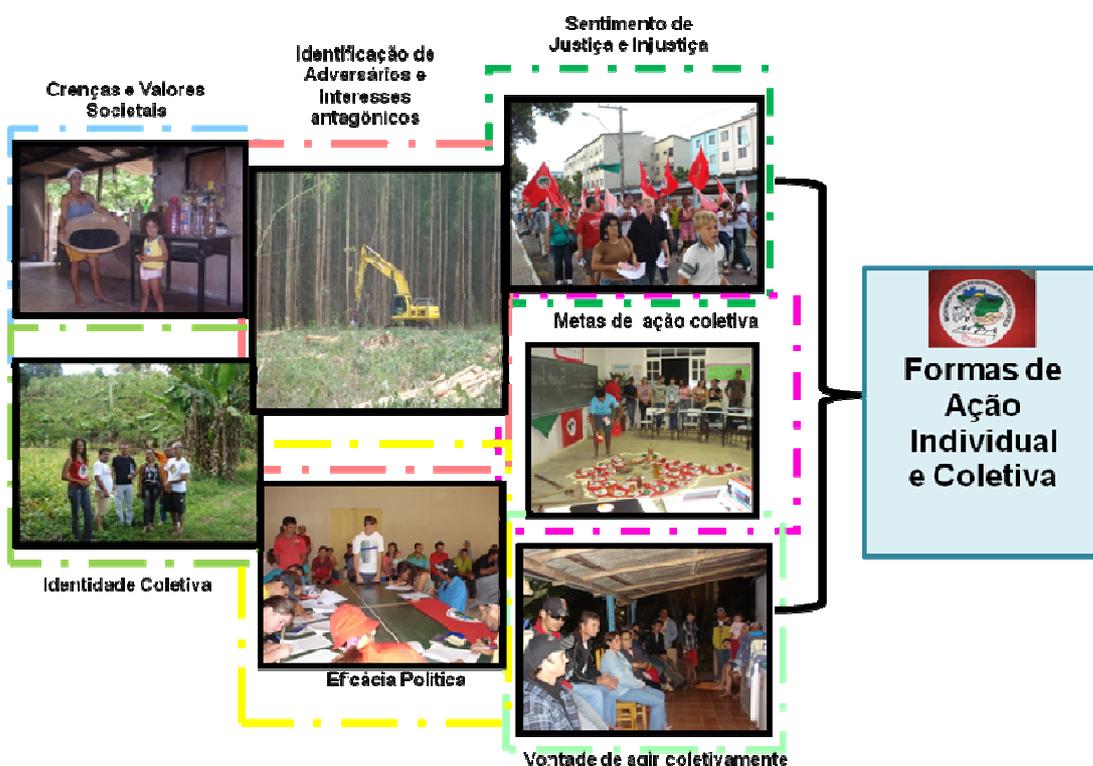


Figura18 .Categorias propostas por Sandoval observadas na prática durante o trabalho de campo

Para Roseli (líder), o que se pode perceber é que há um “despertar” ainda mais incisivo por parte da própria juventude. Observamos no exercício de suas práticas cotidianas, nas tomadas de decisões frente às diferentes realidades, que o jovem vai moldando os contornos de seus projetos de vida, vai entendendo a importância da identidade coletiva, reafirmando suas crenças e valores sociais. “Ele sabe que tem que ir em busca de seus sonhos e tem consciência que tem todas as ferramentas para fazer as mudanças necessárias, porém, para isso tem que lutar, pois hoje em dia, sem lutar, não se consegue nada” (Raul, líder).

Compreender a educação como desenvolvimento de processos socioculturais, que perpassa todos os momentos da vida, em todos os espaços, em todas as suas dimensões é um outro ponto a ser observado. Faz-se mister dar ênfase ao desenvolvimento e à multiplicação dos espaços educativos, vistos como espaços maiores do que os formais e institucionais. “[...] a participação em um movimento social é toda ela constituída por relações pedagógicas”, conforme afirma Caldart (1987:146).

O que se pode perceber ao longo do trabalho foi um sentimento de unidade diferenciado entre os jovens, líderes, pequenos agricultores, grupos, comunidades, onde declaram um sentimento de pertencimento contagiante, chegando a afirmar que o “MPA é uma grande família”

Outra peculiaridade diz respeito ao sistema produtivo e ao modo de vida dos camponeses, tendo em vista que o sistema capitalista, em nossa compreensão, não visa a eliminar de todo o campesinato, pois precisa desses camponeses de forma dependente, sem autonomia, alienados. Apesar de o capital tentar manter os camponeses na submissão, a agricultura camponesa de base familiar, vem-se reinventando, multiplicando suas experiências, organizando-se propondo alternativas que enfrentem, de forma mais enfática, o sistema capitalista.

Outro aspecto enfatizado é o de atuação em termos de luta pela terra e conquista da reforma agrária, na busca da igualdade social, justiça no campo e desenvolvimento econômico sob controle dos trabalhadores camponeses.

Segundo Cadoná (2004), as lutas e as práticas já consolidadas têm contribuído para o avanço no processo de conscientização da sociedade. Grandes e progressivos setores passam a compreender que a reforma agrária é um meio interessante para resolver alguns agudos problemas dos pobres das cidades, como a fome, o desemprego, a violência, a marginalidade, a falta de educação, transporte e moradia, etc.

Muitos desafios e muitas barreiras - que podem ser caracterizados como fragilidades - ainda devem ser vencidas. Decorrente dessas fragilidades, tantas outras clamam ao compromisso dos educadores-pesquisadores, aos agentes populares e aos militantes sociais. Entre eles destacamos:

a) o compromisso em desenvolver a identidade camponesa, a partir do “jeito de ser” dos pequenos agricultores e de suas organizações, buscando o reforço de suas crenças e valores sociais com a formação de uma identidade coletiva. A educação deve ter o compromisso de reforçar a identidade, fortalecer as organizações, movimentos sociais;

b) a busca incansável do diálogo com a teoria pedagógica, tendo como referência a educação libertadora de Paulo Freire. Pudemos perceber que a educação popular e a Pedagogia da Alternância se encontram intrínsecas ao viver dos jovens estudados, visto que os relatos revelam grandes afinidades com os princípios que regem este método. Entretanto, há a necessidade de aprofundamento teórico por parte dos entrevistados. Mesmo assim, pode-se observar a presença da autonomia dos atores envolvidos, trazendo a percepção da sua relação com o mundo de forma crítica e ativa, objetivando as transformações do entorno.

c) o compromisso em alimentar o debate teórico político-ideológico, nos diferentes espaços, entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa. Identificando os sentimentos de justiça e injustiça a fim de permitir aprofundar o discernimento, a partir dos clássicos marxistas e teóricos nacionais, sobre a penetração do capitalismo, suas renovadas estratégias para subsidiar os camponeses, no presente e no futuro, na busca de soluções para a igualdade

de possibilidades entre os diferentes elos do sistema de produção agropecuária e da qualidade de vida de seus participantes. Neste item encontramos a iniciativa da Via Campesina, coordenada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na publicação “A História Social do Campesinato”. O projeto agregou estudiosos de distintos conhecimentos para deslindar os principais eixos que abordam aspectos fundamentais para a compreensão da formação do campesinato brasileiro, sua historicidade, bem como sua recriação no tema, seus dilemas e desafios.

d) a necessidade de trazer para a discussão novas questões que permitam estabelecer atitudes práticas entre o mundo do trabalho, processos produtivos e cultura;

e) ausência de políticas públicas para garantir o protagonismo dos camponeses com a articulação dos movimentos sociais e a educação. No nosso ponto de vista, fonte crucial para o sucesso desse protagonismo, em uma perspectiva de classe a ação deve partir da experiência pedagógica dos movimentos sociais. Assim, podemos ter um campo organizado, conscientizado e alfabetizado.

É por isso que é preciso ser mais do que “pedagogo”; é preciso saber para quem, para que e como estamos trabalhando e colocando nossas forças a serviço. Neste sentido, mais uma vez Paulo Freire nos ensina: o ato de educar é um ato político, não pode ser neutro. E o primeiro ato deste compromisso político é a reflexão e o agir (FREIRE, 2007:16), é engajamento amoroso e solidário com a realidade, encontro dinâmico entre pessoas, ou seja, “Se não há encharcamento o compromisso não é verdadeiro” (FREIRE, 2007:19).

Consideramos que MPA-ES nesse momento histórico se constitui, através de suas organizações e diversas formas de mobilização política, um agente de transformação social. Observamos ao longo do trabalho de campo que os jovens e os líderes entrevistados passam por uma construção progressiva das identidades, com o sujeito sendo levado a uma redefinição de si mesmo, agregando empenho para que as mudanças sociais sejam internas, em si mesmo, e externas, para além do grupo, promovendo assim uma mudança social. Envolvem-se em um

projeto mais amplo - como o Plano Camponês - demonstrando uma vontade de agir coletivamente, pois não se satisfazem em, simplesmente, participar de causas imediatas. Demonstram que essa aquisição de nova identidade coletiva é proveniente “do olhar do mundo com outros olhos”, na maioria das vezes oriundo da práxis cotidiana e da práxis política com a ampliação de sua consciência originada nas relações interpessoais, no contato produzido com o outro. No Movimento, o exercício constante e a convivência democrática levam à vivência da cidadania, do respeito, da tolerância, à pluralidade e às diferenças na cotidianidade.

Concordando com Sandoval (2001), é na esfera do conhecimento da consciência que o sujeito nota a possibilidade de favorecer as Metas e as Ações Coletivas como forma de exercer influência na transformação social, e não ficar apenas na denúncia e na crítica. Os jovens e líderes do movimento se apresentam comprometidos com a luta, engajados na busca de indivíduos, de mais companheiros ligados ao movimento. Segundo Moacir (líder), “temos muita demanda de novos grupos de base o que nos falta são companheiros para multiplicar a nossa luta. Os jovens hoje em dia estão fazendo a diferença, são verdadeiros agentes de luta e estão ocupando esses espaços necessários”.

Segundo Raul (líder), “construímos nossa identidade ao estarmos presente como militantes do movimento. E, ao longo dessa construção, muitos companheiros se constroem e caminham com a gente”. A nosso ver, após realizarmos nosso trabalho de campo, podemos considerar o MPA e as Escolas de Alternância, como escolas de formação cultural, política e societária, onde se pode aquinhoar múltiplos conhecimentos, fruto das trocas de informação entre e intragrupos, das múltiplas relações que o sujeito estabelece com os diversos agentes que marcam e transformam a sua vida. E é baseado nesta construção de consciência política que os jovens e líderes, estão aprimorando cada vez mais suas ações buscando cada elemento que permita aos pequenos produtores camponeses a implementação de alternativas viáveis à sua realidade e à concretização do Plano Camponês.

Politizando e politizados observamos os jovens atores desse movimento conscientes da luta, não se resumindo apenas à negação da visão tecnológica e do modelo produtivo dos grandes sistemas agroindustriais comandados pelas corporações econômicas nacionais e internacionais. Observamos um grupo coeso e consistente na ideologia de que os valores da vida, dos povos, das culturas devem vir antes da exploração humana, da devastação dos recursos naturais, do lucro.

Observamos que está sendo de fundamental importância o papel desenvolvido pelos líderes do MPA-ES, influenciando nos horizontes de atuação do movimento. O trabalho sério realizado por eles vem despertando nos jovens a consciência participativa, fortalecendo cada vez mais a luta, alijando atitudes como o comodismo e a alienação.

Com certeza, muitas inquietudes surgiram ao longo desta tese, promovendo idéias para futuras pesquisas. Porém tendo em vista os aspectos observados ao longo da realização deste trabalho, acreditamos que o MPA, desde seu surgimento até os dias atuais, através de suas formas de organização de base, de mobilização política, de formação de quadros militantes, vai se constituindo um agente de transformação social.

Através da pesquisa etnográfica, mostramos a cotidianidade, suas demandas sociais, linguagens e demais elementos centrais na construção da identidade da juventude dentro do MPA-ES. Observamos que ela se constrói como sujeito político por meio das reuniões, cursos de formação, nas escolas de alternância e participando de mobilizações como, atos públicos, manifestações, etc.. Têm bandeiras de lutas bem claras, onde buscam como demandas centrais para a juventude, educação, lazer, renda e cultura.

Respondemos à nossa reflexão inicial ao verificarmos que o MPA se constrói de maneira forte e clara em relação aos princípios propostos desde a sua origem. A categoria campeonato, enquanto ator político, ativo, atuante vem sendo reproduzida alicerçada em seus princípios básicos; a identidade camponesa vem sendo construída nos discursos e, principalmente, nas ações. Embasados nessa

visão de mundo, os jovens e líderes do MPA-ES, têm papel fundamental na perpetuação do campesinato, permitindo, nesse movimento, a construção de um novo sujeito político dentro de uma categoria mais ampla do campesinato, que é a juventude.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. São Paulo, FEA/USP, s.d. Texto.

ALBUQUERQUE, M. N. R. **Por Entre Os Muros: interações sociais de jovens rurais na escola**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande, PB, 2008.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1999.

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org). **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ANDRADE, M. R. O. **A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 1998.

ANPOCS, GT: **Estado e Agricultura, Aspectos teóricos dos movimentos sociais no campo**. Mimeo, 17 pp., 1985

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 27, n. 72, Aug. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622007000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Nov. 2010.

ARROYO, M. G. Pedagogias em Movimento – O que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003 *ISSN 1645-1384 (online)* UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 23 maio 2009.

ARROYO, M. G. & FERNANDES, B. M. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. Vol2. Brasília/DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. **Coleção por uma Educação Básica do Campo**, n.º 2, 1999.

ARROYO, M. G. Os Desafios de Construção de Políticas para a Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Educação do Campo: Cadernos Temáticos**, Curitiba: SEED, 2005.

AYRÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

BAKHTIN, M, VOLOSHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BALEEIRO, A. ; LIMA SOBRINHO, B. **Constituições Brasileiras, 1946**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Etnográficos, 2001.

BEGNAMI, J. B. Experiência das Escolas Famílias Agrícolas - EFAs do Brasil. In: **Pedagogia da Alternância: Formação em Alternância e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: UNEFAB, 2002.

BEGNAMI, J. B. Pedagogia da Alternância como sistema educativo. **Revista da Formação por Alternância**. Brasília: UNEFAB, 2006, n. 3. p. 24-47.

BERGAMASCO, S .M. P.; NORDER, L. A. C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BERGAMASCO, S. M. P. P. ; NORDER, L.A. C. . A Trajetória do Estatuto da Terra e o Paradoxo Agrário dos Anos 90 . **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. jan-abr, p. 169-184, 1995.

BOBBIO, N. Intelectuais e vida política na Itália. In: BASTOS, E. R. & RÉGO, W. D. L. (Orgs.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d'água, 1999, p. 147-66.

BOTTOMORE, T. B. **Sociology as Social Criticism**. Nova York, William Morrow Comp., 1976.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOURDIEU, P. **A força do direito: Elementos para uma sociologia do campo jurídico**. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Escritos de Educação**, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001, pp.67-69.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papiрус, 1996.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1999

BRANDAO, C. R. **Educação Popular**. 3ª ed. SP, Brasiliense, 1986.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: **Anais...** Congresso Latino- Americano de Sociología Rural, VII, 20-24 de novembro de 2006, Quito, Ecuador.: Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/02%20GT%20Anita%20Brumer.pdf>.> Acesso: 03/02/2009.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, jan./abril/2004. p.205-227.

BUFFA, E.; NOSELLA P. **A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea**. São Paulo: Cortez, 1991.

CABRAL NETO, A. **Política educacional: desafios e tendências**: cidadania, e financiamento, educação à distância, gestão, educação rural. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CADONÁ, C. **Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA**: o novo nasce das estradas. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Regional do Noroeste do Estado do RGS. Ijuí: Unijuí, 2004.

CALDART, R. S. **Sem terra, com poesia**: a arte de recriar a história. Petrópolis: Vozes, 1987.

CALDERONI, E. A. Irracionalidade da Racionalidade Técnica: uma crítica à inversão entre fins e meios. **Psicologia Argumento**, Curitiba, 22 (36), pp 57-66, jan/mar 2004.

CALVÓ, P. P. Camponesas: memória de infância. **Revista Teoria & Pesquisa**, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UFSC. Número 49, jul/dez.2006.

CAPRILES, R. M. **O nascimento da pedagogia socialista**. São Paulo: Scipione, 1989 (Pensamento e ação no magistério).

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

CARNEIRO, M. A. **LDB fácil: leitura crítica compreensiva artigo a artigo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CARVALHO FILHO, J. J. . A Nova Reforma Agrária de FHC. **Revés do Averso**, São Paulo, v. 8, 08 ago. 1999.

CASTELLS, M. **A era da informação: Economia, sociedade e cultura**. 3ª ed. São Paul: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6ªed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 11ª edição, 2005.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974

CHIZOTTI, A. **A pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo : Cortez, 1991.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: LUDKE, M; ANDRÉ, M E D A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**: São Paulo: EPU, 1986.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 3ª Ed., São Paulo: Cortez, 1996.

DEMO, P. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas: Papyrus, 2002.

DORNAS, R. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional: comentários e anotações**. Belo Horizonte: Modelo Editorial 1997.

DURKHEIM, E. **As regras do Método Sociológico**. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1979.

DURSTON, J. Construyendo capital social comunitario. **Revista de la CEPAL 69**. Santiago, dec./99. p. 103-118

DURSTON, J. **Juventude Y Desarrollo rural**: marco conceptual y teorico. CEPAL. Buenos Aires, 1998.

DURSTON, J. **El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural. Díadas, equipos, puentes y escaleras**. Santiago de Chile: CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2001.

ELIAS, N. **Os Alemães**: A Luta pelo Poder e a Evolução do Habitus nos Séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

FENG, L. Y. ; FERRANTE, V. L. S. B. A educação rural no contexto prático: dilemas e dificuldades. *In: Anais* Simpósio Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais, 1, 2006, Araraquara.

FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária no governo Lula**: a esperança.2003. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf Acesso em 20 mai 2009.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Livraria Pioneira. 1972

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes. 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança** : um reencontro com a pedagogia do oprimido, Ed. Paz e terra, São Paulo, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 1996. Digitalizada em 2002. Disponível em: http://www.lettras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf> Acesso em : 26 set 2008.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 30ª ed. 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Índice de Variáveis**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 28 out. 1999.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963. 270 p.

FURTADO, C. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002

FURTADO, E. D. P. **Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil**. Elanefurtado[arroba]Webcabo.com.br; ed furtado[arroba]vol.com.br, 2006.

GADOTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Praxi**. São Paulo: Cortez, 1995.

GERMER, C. M. **Acumulação de Capital e Proletarização da Agricultura Brasileira**. Curitiba: UFPR, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIMONET, J. C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e Orientação. In: Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância: Alternância e Desenvolvimento, 1., 1999. **Anais...** Salvador: UNEFAB, 1999, p. 39-48.

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. Tradução Thierry de Bughgrave. (Coleção AIDEFA – Alternativas Internacionais em Desenvolvimento, Educação, Família e Alternância) Petrópolis, RJ: Vozes, Paris, 2007..

GIOANORDOLI, R. L. **Nova perspectiva para a Educação Rural: Pedagogia da Alternância**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FE/PUC-RJ, 1980.

GOHN, M. G. **Educação não formal e cultura política**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005

GOHN, M. G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2000.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições

GOHN, M.G. (org). **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**, - Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GÖRGEN, S. A. **Marcha ao coração do latifúndio**.Petrópolis: Vozes, 2004.

GÖRGEN, S. A. Religiosidade e Fé na Luta pela Terra. In **Reforma Agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

GÖRGEN, S. A.; STEDILE, J. P.. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história** – 6 ed. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GRAMSCI, A. **Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

GRAZIANO SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. ver. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. 211p.

GRAZIANO SILVA, J. **O que é a questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001 (Coleção primeiros passos;18) 109p

GRAZIANO SILVA, J. **A Modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**.. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

GRAZIANO SILVA, J.. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/Associação Nacional de Cooperação Agrícola.1994.

GRAZIANO NETO, F. Recolocando A questão agrária. Plano de reforma agrária como fruto de uma análise equivocada. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1972.

HENRIQUES, R; MARANGON, A; DELAMORA, M; CHAMUSCA, A. Educação do campo: diferenças mudando paradigmas. **Cadernos Secad**. Brasília: SECAD/MEC, 2004. Disponível em:<
<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaocampo.pdf>>. Acesso em 17 out 2010.

HOBBSAWM, E. **Rebeldes Primitivos**: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. “Cap. 2, 4, 8 e 9”.

IANNI, O. O jovem radical. In: BRITTO, S (Org). **Sociologia da juventude**: da Europa de Marx a América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

IOKOI, Z. Os dilemas históricos da questão agrária no Brasil. **Terra Livre**. São Paulo: AGB, ago92/ago93.

JORGE, W. J. **PROCERA**: O Estado Brasileiro e o financiamento dos assentamentos de reforma agrária. Tese de Livre-Docência. Botucatu: UNESP, 2001.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Trad. Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).

KOLLING, E J (org.). **Por uma educação básica no campo**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

KONOSKI, S. R. **Tipificação da agricultura na comunidade camponesa São Judas Tadeu no município de Montanha – ES**. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Latino-Americano de Agroecologia, Educação, Capacitação e Pesquisa

da Agricultura Camponesa - Contestado – ICA. Lapa, PR: UFPR Escola Latino-Americana de Agroecologia e IFPR, 2009

LACLAU, E. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade dos social.**

Disponível em:

http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm. Acesso em: 12 de fev 2010.

LAGO, M. C. de S. **Modos de vida e identidade:** um estudo sobre sujeitos no processo de transformação social, na Ilha de Santa Catarina. Tese de Doutorado. UNICAMP/FE, 1991 –.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 1995

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional;** tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. V. 1. (Uma realidade multiforme). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LATOUR, B. **Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia/** Bruno Latour; tradução Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 412p.

BRASIL - LDB. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEITE, S; HEREDIA, B; MEDEIROS, L (et al). **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Estudos NEAD, nº06. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: UNESP, 2004

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Trad. José Paulo Netto. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril, 1982.

LINHARES, M. Y. L. **Terra prometida:** um história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LINHARES, M. Y. L; SILVA, F. C. T. da. **História da agricultura brasileira. Combates e controvérsias.** São Paulo: Brasiliense, 1981

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa.** São Paulo: EPU, 1986.

MALAGODI, E. Notas **Epistemológicas e Metodológicas sobre a teoria dialética.** Campina Grande, PB. UFPB, 1993.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné na Melanésia.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANHEIM, K. **Ideologia e Utopia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968

MANSAN, P. R. A. **A construção identitária da juventude nos movimentos sociais da Via Campesina Brasil.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande: UFCG, 2008.

MARGULIS, M. (org). **La juventud es más que una palabra.** 2ª ed. Buenos Aires: Bilbos, 1996

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990

MARTINS, J. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, J. **A imigração e a crise do Brasil agrário.** São Paulo, Pioneira, 1973.

MARTINS, J. S. Educação rural e o desenraizamento do educador. **Revista USP**, Nº 64, Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo, Dezembro 2004-Fevereiro 2005, p. 29-49.

MARX, K. **Formações Econômicas Pré-capitalistas.** Paz e Terra, 5ª ed. 1986. págs. 65-112.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** 3. ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985. Livro 3, v. 6.

MARX, K.; ENGELS, F. 1818-1883. O Manifesto comunista; Tradução Maria Lucia Camo. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 – Coleção Leitura

MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo.** Ed. Fase. Rio de Janeiro, 1989.

MEIHY, J. C. S. **Manual da história oral**. São Paulo:Loyola, 1996.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: Movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELUCCI, A. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. Centro de estudios sociológicos. México: El colégio del México, 1999.

MELUCCI, A. **Movimentos Sociais, Renovação Cultural e o Papel do Conhecimento**. Novos Estudos. nº 40. São Paulo, 1994.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

MENEZES, M. A. **História Oral**: uma metodologia para o estudo da memória. nº. 28. Vivência, 2005. p 1 -13.

MENEZES, M. A. Memória de infância de homens e mulheres camponeses. In: **Trajetos**. Rev.Pós- Graduação em história Social, UFC, v.2, n.3, dez.2002, p.185 – 207

MENEZES, M. A., *Relações entre pais, mães e filhas (os) em família*

MENEZES, M.A. OLIVEIRA, M.G.C. e MIRANDA, R.S. Juventude em Assentamentos rurais. **Anais**: 24ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Recife, 2004.

MENEZES, M. ; MALAGODI, E. **Os camponeses como atores sociais**: a perspectiva da autonomia e da resistência. Disponível em: <www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_35.pdf> Acesso em: 01/11/2009

MPA. **A Luta do Povo Planta Um Brasil Novo**. MPA, Brasília, setembro/2003.

MPA. **Movimento dos Pequenos Agricultores**. MPA, 1998.

MPA. **O Futuro do MPA. Cadernos de Estudo do MPA**, N.º 1. Brasília, 2003.

MPA. **Organização e Lutas**. Palmeira das Missões: MPA, nov/1999.

MPA. **Origem e Organização do MPA**. Porto Alegre: KEOPS, junho/2001/2002.

MPA. **Produzir Comida para o Povo Brasileiro**. Brasília: MPA., dezembro/2002.

MST. **Como Organizar a Massa**. São Paulo: MST, 1991.

NAVARRO, Z. (org.). **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

NEVES, D P (Org). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas dirigidas de constituição do campesinato. V2. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

NEVES, D. P.; SILVA, M. A. M. (Org). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**: formas tuteladas de condição camponesa. V1. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

NOSELLA, P. **História Oral**: uma metodologia para o estudo da memória. nº. 28. Vivência, 2005. p 1 -13.

NOSELLA, P. Militância e Profissionalismo na Educação do Homem do Campo. In:**Revista de Formação Por Alternância**. Brasília: União das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, 2006. V 2 . nº 2. UNEFAB. União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. Disponível em: www.unefab.org.br Acesso em: 07/03/2010

NOSELLA, P. **Origens da Pedagogia da Alternância**. Brasília: UNEFAB, 2007, 210p.

NOSELLA, P. **Uma nova educação para o meio rural**: sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. 1977. 204 p. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1977.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. O Trabalho Industrial Como Principio Pedagógico Contemporâneo - esboço de uma teoria da história de São Carlos/SP. **Ideias**, São Paulo, n. 24, p. 67-82, 1994.

OLIVEIRA, A. U. **História Oral**: uma metodologia para o estudo da memória. nº. 28. Vivência, 2005. p 1 -13. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: contexto; 1991.

OLIVEIRA, J.R., **Notas sobre a história da agricultura através do tempo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

PALASSI, M. P . **Privatização! Uma solução problemática**: o impacto do movimento (anti) privatização na participação dos trabalhadores em ações coletivas. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2004.

PAOLI, M. C.; TELLES, V. S. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A.. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PASSADOR, C. S. **A educação rural no Brasil**: o caso da escola do campo do Paraná. São Paulo: Annablume, 2006.

PESSOTI, A. L. **Escola Família Agrícola**: uma alternativa para o ensino Rural. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

PINTO, A. G. **A construção de uma nova extensão rural**: o potencial dos técnicos da rede pública de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1998.

POLETTI, R. **Constituições Brasileiras**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Etnográficos, 2001.

PORTELLI, A.. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n.15, abr 1997, p.13-49

PRADO JR, C. **A questão agrária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RECK, J. **A consciência política dos cooperados do MST**: o caso da COOPAC – Campo Verde, MT. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 2005.

RICCI, R. Contradições na implementação das ações de participação. Apresentado no Seminário **Aprofundando os Aspectos da Participação**, UFMG, 2004. Disponível em :<
http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_48652eaba8b9e.pdf
> Acesso em: 12 fev 2010

RIDENTI, M. **Classes sociais e representação**. São Paulo: Cortez, 2001.

RISCAROLLI, E. **Educação, Liderança e Consciência Política de Mulheres Camponesas**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT, 1988.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, Col. Os Pensadores, , 1973. p. 7-151

RUCHT, D. **Sociedade como projeto: projetos na sociedade**: sobre o papel dos movimentos sociais. *Civitas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, ano 1, n. 1, p. 13-28, jun.

SABOURIN, .E, **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro. Editora Garamond Universitaria, Col. Terra Mater, 2009

SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos in A diversidade agricultura familiar, Schneider S (org.) UFRGS, Porto Alegre, Estudos Rurais, 2006, p.108 -132

SAMPAIO, P. A. **As duas reformas agrárias do Brasil**. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/publicacoes>. Acesso em: 20/02/2010.

SANDOVAL, S. A. M. Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil, In: SPINK, M. J. (org.) **A Cidadania em Construção**: Uma Reflexão Transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

SANDOVAL, S. A. M. Considerações sobre aspectos microsociais na análise dos Movimentos Sociais. **Revista Psicologia e Sociedade**. São Paulo: ABRAPSO, set, 1989.

SANDOVAL, S. A. M. **Os trabalhadores param**: greves e mudanças sociais no Brasil, 1945-1990. São Paulo: Ática, 1994.

SANDOVAL, S. A. M. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working- class contention in the 1990s. In: **Revista Psicologia Política 1** (1). São Paulo: SBPP. 2001.

SANDOVAL, S. A. M. A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao Estudo dos Movimentos Sociais. **Revista Educação e Sociedade**, 34, dez, 1989.

SANDOVAL, S. A. M. A crise Sociológica e a contribuição da psicologia Social ao Estudo dos Movimentos Sociais. **Revista Educação e Sociedade**; 34; dez.1989.

SANTOS, I. F.; FRANCA, M. J.; BEGNAMI, J. B.. Escola Família Agrícola: Construindo Educação e Cidadania no Campo. **Coleção Alternância Educativa e Desenvolvimento Local**. Nº2. Belo Horizonte: O Lutador, 2004

SAWAIA, B. B. **A consciência em construção no trabalho de construção da existência**. Tese (doutorado). São Paulo: PUC-SP, 1987.

SCHEREN-WARREN, I. **A política dos movimentos sociais para o mundo rural**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 15, p. 05-22, 2007.

SCHEREN-WARREN, I. Movimentos em cena... E as teorias por onde andam? **Revista Brasileira de Educação**, nº09, 1999. p.: 16-20

SCHEREN-WARREN, I. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

SCHEREN-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. Edições Loyola. 3ª Edição. São Paulo, abril de 2005.

SCHEREN-WARREN, I. Movimentos em cena... E as teorias por onde andam? In **Revista brasileira de Educação**, nº9 p.16-20, 1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, A. S. **Acampados no “Carlos Mariguela”**: um estudo sobre a formação da consciência política entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema, SP. São Paulo, SP, 2002. Dissertação (mestrado) – PUC- SP.

SILVA, E.D.; ALMEIDA, P. Um passeio pela Festa da Semente da Paixão. **Revista Agriculturas**. Experiências em agroecologia. Rio de Janeiro, V. 4, Nº 3. p. 13 a 17. Outubro de 2007. ISSN: 1807-491X.

SILVA, M. B. **Sentido ético de práxis comunitária**: o valor da consciência. São Paulo: Paulus, 1994.

SILVA, R. B.. **O “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato**: Identidade do Brasileiro e Visão do Brasil. [19&20](#), Rio de Janeiro, v. II, n. 2, abr. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/resenhas/jecatatu_rb.htm>.

SOUZA, O. B. **A Importância da Participação das Famílias na Formação dos Educandos na Escola Família Agrícola de Vinhático**. Espírito Santo, São Mateus: UFES, 2006.

STÉDILE, J. P. (ORG). **A questão agrária no Brasil: o debate de esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005

STÉDILE, J. P. (ORG). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Vozes: Petrópolis, 1997.

STÉDILE, J. P. (ORG). **Frei Sérgio, A luta pela Terra no Brasil**. São Paulo. Escrita, 1993.

STEDILE, J. P. FERNANDES, B. M. **Brava Gente**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 1999.

STROPASOLAS, V. L. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis\SC: Editora da UFSC, 2006.

TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture: Le paysan Polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

THOMPSON, E. P. **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustria, 3ª ed. Edición**, Editorial Crítica – Barcelona, 1989

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Tradução Denisse Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P.. **O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial**. Petrópolis: Vozes, 1979.

TREBISCH, M. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. In Ferreira, M.M. (org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim/FINEP, 1994

TOURAINÉ, A. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. São Paulo: Vozes, 2006

UNEFAB. **Pedagogia da Alternância: Formação em alternância e desenvolvimento sustentável**. **Anais...II Seminário Internacional**, Brasília, nov. 2002.

UNEFAB. **Revista de Formação Por Alternância**. Brasília: União das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil - UNEFAB, 2006. V 2 . nº 2. **UNEFAB**. União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. Disponível em: www.unefab.org.br
Acesso em: 07/03/2010

VERGOPOULOS, K. O. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VITA, Á. de. **Sociologia da Sociedade Brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WANDERLEY, M. N. B.. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista da ABRA**. Reforma Agrária Nº 2 e 3, Campinas,.Vol. 25, mai-dez 1995, p. 37-57.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Anais: XX Encontro Anual da ANPOCS**, 1996. Disponível em:<
<http://gipaf.cnpia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf>>
Acesso em: 13/05/2008

WANDERLEY, M. N. B. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, UFPR (2), 2000. p.: 29–37.

WANDERLEY, M. N. B.; LOURENÇO, F. A. **O Agricultor e a vida local**. In: LAMARCHE, H (Coord.) Agricultura familiar, 2. Do mito à realidade. Campinas, UNICAMP, 1998. p.: 207–231.

WANDERLEY, M.N. B. Educação popular e processo de democratização. In. **A questão política da educação popular**. (Org.) Carlos Rodrigues Brandão. 2a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. 49. Congresso Internacional De Americanistas. **Anais...** Quito, Equador. Julho 1997. Disponível em:<<http://www.antropologia.com.ar/congresos/contenido/49CAI/Wanderley.htm>>. Acesso em 02 mar 2007

WEISHEIMER, N. **Estudos sobre os Jovens Rurais do Brasil**: mapeando o debate acadêmico. NEAD/MDA, 2004 (mimeo)

WEISHEIMER, N. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais**: Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS. Porto Alegre, UFRS, Dis. Mestrado, 2004 .

WHITAKER, D.A **Escolha da carreira e globalização** 11ª ed. São Paulo: Moderna. 1997.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. PresidenteVenceslau, SP: Letras a Margem, 2002.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: O campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro, nº87, 1990. P.11-73

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1. Questionário Jovens

Anexo 2. Questionário Líderes

Anexo 3. Questionário Temático

Anexo 4. Tabulação do Questionário Temático

Anexo 5. Gráficos do Questionário Temático

ANEXO 1 Questionário - JOVENS

MUNICÍPIO: _____

COMUNIDADE: _____

• **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

1. Nome: _____ Idade: _____

2. Sexo: () masculino () feminino

3. Local de nascimento: () Município () Fora município () Cidade () Roça

4. Família: _____ membros Residentes no mesmo domicílio _____

5. Estado civil: () Solteiro () Casado () Viúvo () União Estável

() Separado judicialmente ou divorciado () Outro

6. Número de filhos: () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais

7. Qual sua cor ou raça: () Branca () Indígena () Negra () Parda () Oriental

Outra: _____ Qual?

8. Escolaridade:

1 Não alfabetizado

2 Alfabetizado, mas nunca foi a escola
Fundamental

3 incompleto

4 Fundamental completo

5 Médio incompleto
Qual a última série que estudou?

6 Médio completo
Superior

7 completo

8 Superior incompleto

9 Tecnológico completo
Tecnológico

10 incompleto

9. Qual sua religião ou culto:

1 Catolicismo

2 Espiritismo

3 Budismo

4 Hinduísmo

5 Islamismo

6 Judaísmo

7 Tradições ind/Afr

8 Evangélico

9 Nenhuma

10 Não quero falar

Qual?

10. Como vive? Tipo de moradia: () Própria () Alugada () Cedida

11. Meio de locomoção:

- | | |
|--------------------|---------------|
| 1 Animal | 5 Ônibus |
| 2 Bicicleta | 6 Motocicleta |
| 3 Carro próprio | 7 Outros |
| 4 Carro da família | |

HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E RENDA FAMILIAR

- 12.** Tamanho da renda mensal familiar (SM): menos de 1 SM de 1 a 3 SM
 acima de 3 até 5 SM acima de 5 até 8 mais de 8
- 13.** Tempo de residência no local (anos): menos de 1 de 1 a 3 acima de 3 até 6
 acima de 6 até 12 mais de 12
- 14.** Número de pessoas que contribuem para a renda familiar: apenas 1 2 3 a 5
 6 a 8 mais de 8
- 15.** A produção da UP contribui com quanto na renda total da família: total
 mais da metade metade menos da metade
- 16.** A renda da agroindústria doméstica participa com quanto na renda total da família:
 com o total mais da metade menos da metade não contribui
- 17.** Qual atividade econômica você exerce atualmente? assalariado fora da propriedade rural
 Assalariado rural Somente produtor rural Produtor rural e autônomo assalariado
 Nenhuma pois estou estudando
- 18.** Quantos aposentados ou pensionistas residem no mesmo domicílio: nenhum 1
 2 3 mais de 3
- 19.** O benefício de aposentadoria ou pensão participa com quanto na renda total da família:
 com o total mais da metade metade menos da metade não colabora
- 20.** Quantas bolsas-família mesmo domicílio:
 nenhuma 1 2 3 mais de 3
- 21.** A bolsa família participa com quanto na renda total da família:
 total mais da metade metade menos da metade não participa
- 22.** Como você considera o trabalho das mulheres no lar ou em outras atividades?
 muito importante importante mais ou menos importante sem importância
- 23.** Você considera que os jovens devem ajuda nas tarefas do lar e da roça ou só devem estudar
 somente trabalhar somente ajudar na roça ajudar na roça e no lar e não estudar

() ajudar e trabalhar na propriedade () somente estudar

24. Infra-estrutura na propriedade

1 Casa	madeira	alvenaria	10 ou mais	mista
2 Cômodos	3 a 5	6 a 9		
3 Energia	sim	não		
4 Água encanada	sim	não		
5 Fossa séptica	sim	não		
6 Poço caseiro	sim	não		
7 Caixa d'água	sim	não		
8 Estábulo	sim	não		
9 Comunicação	sim	não		
Telefone		Televisão		Computador
Internet		Jornal		Revista
Rádio		Outro		Qual?
10 Outras				
Quais?				

25. Origem da renda familiar

	Valor	%
Renda anual		
Oriunda da roça		
Aposentadoria		
Bolsa família		
Outras. Quais?		

HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA TERRA

26. Você possui terra: () sim () não Quantos hectares: _____

27. Quantos hectares de terra sua família possui _____

28. Além de sua terra você arrenda outras () sim () não Número de hectares _____

29. Quem trabalha na propriedade e quais trabalhos cada um realiza

Quem?	Trabalho realizado	Quem?	Trabalho realizado

30. Nome do imóvel: _____

31. Localização do imóvel: _____

32. Como foi adquirida:

() Compra () Herança () Reforma Agrária () Doação () Outro

33. Como descreveria seu estabelecimento agora

Está sendo estabelecido

Declinando em produtividade

No pico da
produção

Outros: _____

Estágio inicial de desenvolvimento

34. Há quanto tempo o estabelecimento está com sua família _____

35. O que produz

() Agricultura () Extrativismo () Pecuária bovina () Pecuária caprina

() Pesca () Artesanato () Turismo rural () outra

36. Produção, destino e renda

Produto	Área Plantada	Origem	Destino	Formas de venda			Assistência
		Sementes	Produção	Consp p	Comer	Deriva	Técnica

37. Destino vendas

Consumidor

Final

Através de: *venda no estabelecimento*

Feira

Indústria

Supermercado

Atacadista

Outros:

Via MPA

Atravessador

INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO

38. Máquinas e implementos () sim () não

Quais

39. Animais de trabalho () sim () não

Quais

40. Práticas de conservação () sim () não

Quais

41. Irrigação () sim () não

Quais

Culturas

42. Insumos agrícolas

() Fórmulas prontas () Fórmulas batidas na pp () Outras alternativas

43. Com quem você aprendeu a trabalhar na lavoura/pecuária

() experiência com vizinhos

() cursos voltados para a área de formação

() orientações técnicas dadas por extensionistas, sindicatos, cooperativas, etc.

() Reportagens e programas rurais na televisão e rádio

() cursos oferecidos pelo MPA

44. Quem mais o atende com orientação técnica

() Incaper

() Cooperativa

() Sindicato dos trabalhadores rurais

() ONGs, igreja, etc

() MPA

() Outros. Quais?

45. Tem verificado alguma melhora na produção e/ou no rendimento da sua produtividade? () sim () não

46. Se na questão anterior respondeu não.

O que poderia melhorar?

Como?

47. As melhorias apontadas por você são decorrentes de que?

- () Mais pela orientação técnica que recebe do que da aplicação de conhecimentos adquiridos em cursos no geral
- () Somente pela orientação técnica que recebe
- () Somente pela aplicação de conhecimentos adquiridos em curso(s) que fez
- () Mais pela aplicação de conhecimentos adquiridos em cursos do que pela orientação técnica
- () Por nenhum motivo aparente

48. Exerce atividades fora do estabelecimento? () sim () não

Quais? _____

49. Qual a atividade que caracteriza como principal? Por que? _____

50. Como obtém informações econômicas sobre a atividade?

51. Como obtém informações técnicas?

52. Como se identifica

Agricultor Orgânico

Agricultor Agroecológico

Agricultor familiar

Camponês

Assentado

Outros

Quais?

53. Sempre se identificou assim? () sim () não

Se não, o que mudou?

54. Possui financiamento/custeio rural? Qual?

55. De onde vêm os recursos?

HISTÓRIA E MEMÓRIA

56. Na sua opinião qual o aspecto mais importante do MPA?

57. Qual a principal característica do seu grupo? Como ele é composto (comente um pouco)

58. Qual é a missão local?

59. Frequência em reuniões () semanal () quinzenal () mensal () outra

60. Você já participou de alguma luta/mobilização regional/estadual/nacional do MPA?

() sim () não Quais?

61. Quais conquistas de seu grupo desde seu ingresso no MPA

POLÍTICAS E RECURSOS

62. Qual seria, no seu modo de ver, as condições adequadas para produzir alimentos saudáveis?

63. Conhece o projeto de agricultura que o MPA defende?

() sim () não () em parte

64. Conhece as Políticas Públicas Agrícolas que contemplam os pequenos produtores?

() sim () não () em parte

Quais? Como as conheceu?

65. Quais os principais projetos que o MPA defende? Quais são as políticas públicas que mais beneficiam a vida no campo?

COMUNIDADE E JOVENS

66. Você acha que os jovens de sua comunidade conhecem o MPA?

() sim () não () em parte O que falta para conhecê-lo?

67. Você acha que as comunidades rurais conhecem as atividades educacionais realizadas pelo MPA

68. () sim () não () em parte O que falta para conhecê-lo?

69.

70. Em quais atividades você participa na sua comunidade?

71. O MPA incentiva a participação dos jovens nos grupos de trabalho e nas suas decisões políticas? E do município?

() sim () não () em parte Justifique

PRÁTICAS EDUCACIONAIS E SOCIAIS

72. Você acredita que os jovens aprendem com o MPA?

() sim () não () em parte Justifique

73. Já participou de práticas educativas promovidas pelo MPA?() sim () não

ÁREA	2005	2006	2007	2008	2009
TÉCNICA					
POLÍTICA					
ECONÔMICA					
FORMAL					

74. No caso de resposta positiva no item anterior, quais matérias você considera fundamental? Por que?

75. Você acredita que a educação cooperativa deva ser estimulada?

() sim () não () talvez Justifique

76. A educação cooperativa poderia se tornar a base do trabalho, do lazer e da cultura da comunidade?

() sim () não De qual forma?

77. Como se dá a solidariedade e a confiança entre as pessoas de um movimento social?

78. Acredita que o fato de pertencer a uma associação/cooperativa poderia ajudar no fortalecimento do MPA?

79. Acredita que a difusão de tecnologia via extensão rural, diminuiu as desigualdades sociais?

80. Na sua opinião, qual o efeito da modernização da agricultura?

81. O que aconteceu com o meio ambiente com a chegada do progresso técnico da agricultura?

82. E com os índices de passe de terra?

LAZER E CULTURA

83. Qual sua principal fonte de informação de acontecimentos atuais?

Jornal escrito	Internet
Revista	Jornal falado - radio
Telejornal	

84. Quais são os três tipos de informações que despertam maior interesse.

Política	Notícias nacionais
Economia/Negócios	Notícias internacionais
Notícias locais	Notícias do movimento

85. Com que frequência busca essas informações

() diariamente () semanalmente () ocasionalmente () nunca

86. Quais das atividades abaixo relacionadas você participa? Se mais de uma qual a ordem de importância?

Artísticas / Culturais / Artesanato			
Coral	Grupo de teatro	Outros	Qual?
Movimentos religiosos			
Política – Partidária		Qual partido	
Movimento estudantil			
Movimentos ecológicos			
Movimentos comunitários			

87. No seu tempo livre, quais são as atividades mais comuns?

() Assistir televisão /ouvir música	() Assistir novela
() Ir para a cidade	() Ir ao cinema
() Assistir competições esportivas	() Sair para dançar / encontrar amigos
() Jogos (baralho, bingo, etc.	() Computação (Internet)

Outra. Qual?

88. Qual tipo de música você prefere

() sertaneja () clássica () pop rock () samba () funk () MPB
() outra. Qual?

89. O que você gosta de fazer na cidade?

90. Quais são as vantagens e desvantagens de morar no campo?

91. Quais as vantagens e desvantagens de morar na cidade?

92. Onde você acha que seria mais feliz? Morando no campo ou na cidade?

93. Você acha que vai ficar na terra (campo)

94. Você acha que os jovens de sua região estão saindo do campo?

95. Já se sentiu discriminado ou desrespeitado por ser do campo? Por quem?

96. Qual seria sua mensagem final após este questionário?

ANEXO 2 Questionário - LÍDERES

MUNICÍPIO: _____

COMUNIDADE: _____

• **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

97. Nome: _____

98. Qual a última série que estudou? _____

99. Além de participar do grupo/MPA você ocupa alguma outra função/serviço na comunidade?
 Sim () Não () Qual?

100. Número de pessoas da família? _____

101. Quantos ha de terra sua família possui? _____

102. Além de sua terra, você arrenda outras? 1) () Não 2) () Sim c) N.º Hectares:.....

103. Quem trabalha na propriedade e quais os trabalhos que cada um realiza?

Quem?	Trabalhos realizados

104. Origem Produção / destino/renda

Produto	Área Plantada (ha)	Origem sementes	Destino produção	Formas de venda			Assistência Técnica
				Consum pp	Comercial	Derivados	

105. ORIGEM DA RENDA

Renda Anual			Aposentadoria		
Oriunda da roça			Bolsa Família		
Outras					
Outras	Quais?				

106. O que você entende por liderar e coordenar?

107. É responsável pela elaboração e/ou execução de projetos, atualmente? Sim () Não ()

108. Se sim, o levantamento de dados para o projeto foram feitos como?

- a) Localmente (em cooperativas, sindicatos, associações, etc.) e
- b) Experiência com a vivência na região (visão subjetiva da realidade)
- c) Estudo de sistemas agrícolas e tipologia de agricultores
- d) Dados do IBGE (Censo agropecuário)
- e) Diagnóstico Rural Participativo
- f) Outros: _____

109. Como você escolhe os grupos eu serão incorporados nos seus projetos?

- a) Por cultura (café, milho, etc.)
- b) Por gênero (homem, mulher)
- c) Por geração (criança, jovem, idoso)
- d) Por unidade geográfica (microbacia, bairro, etc.)
- e) Aqueles que querem fazer parte do MPA

110. Como você tem observado a participação dos companheiros, em geral, em seus projetos, em porcentagens:

- a) Participação passiva, sendo informados do que vai acontecer ou já aconteceu nos programas e projetos _____%
- b) Participação consultativa, relatando os problemas, mas, sem interagir na elaboração da proposta de soluções _____%
- c) Participação funcional, fazendo parte de grupos que procuram cumprir objetivos pré-determinados em projetos com o MPA _____%
- d) Participação interativa, as pessoas participam de forma cooperativa, interagindo via planos de ação e análise conjunta. _____%
- e) Participação plena, as pessoas que participam tomando iniciativas para mudar a situação, independentemente do MPA. _____%

HISTÓRIA E MEMÓRIA

111. Em sua opinião, qual o aspecto mais importante do MPA? Qual a principal característica do seu grupo? Como ele é composto?(comente um pouco)

112. Qual é a missão local?

113. Frequência das Reuniões: a) Quinzenal (); b) Mensal (); c) outra ()

114. Você já participou de alguma Luta/Mobilização regional/estadual/Nacional do MPA?

1) Não () 2) () Sim c) Quais?

115. Quais os avanços do grupo depois de seu ingresso?

116. Qual a resposta dos membros do seu grupo às suas propostas?

117. Quais as maiores dificuldades encontradas enquanto líder do grupo?

POLÍTICA E RECURSOS

118. Qual seria, no seu modo de ver, as condições adequadas para produzir alimentos saudáveis?

119. Conhece o projeto de agricultura que o MPA defende? `sim () não () em parte ()

120. Conhece as Políticas Públicas Agrícolas que contemplam os pequenos e médios produtores? Sim () Não Em parte ()

121. Quais? Como as conheceu?

122. Quais os principais projetos que o MPA defende?Quais são as políticas públicas que mais beneficiam a vida no campo?

A COMUNIDADE E OS JOVENS

123. Você acha que os jovens de sua comunidade conhecem o MPA? Sim () Não () Em parte () o que falta para conhecê-lo?

124. Você acha que as comunidades rurais conhecem as atividades educacionais realizadas pelo MPA? Sim () Não () Quais?

125. Em quais atividades você participa na sua cidade?

--

126. O MPA incentiva a participação dos grupos de trabalho nas suas decisões políticas? E da cidade?
Sim () Não () Justifique:

--

PRÁTICAS EDUCACIONAIS E SOCIAIS

127. Você acredita que os jovens aprendem com o MPA? Sim () Não ()

128. Já participou de algumas atividades educativas promovidas pelo MPA? Sim () Não () Quais?

Área	2005	2006	2007	2008	2009
Técnica					
Política					
Econômica					
Fornal/Escolar					

129. No caso de resposta positiva ao item 31, qual(ais) matéria(s) você considera fundamental? Por que?

a) na área técnica
b) na área política
c) na área econômica
c) na área educacional

EDUCAÇÃO COOPERATIVA

130. Você acredita que a educação cooperativa deva ser estimulada? Sim () não () O que você entende por educação cooperativa?

131. A educação cooperativa poderia se tornar a base do trabalho, do lazer e da cultura da comunidade? Sim () não () De qual forma?

132. Você acha que o MPA é um movimento social? Sim () Não () O que entende por movimento social?

133. Como se dá a solidariedade e a confiança entre as pessoas em um movimento social?

134. Acredita que o fato de pertencer a uma associação/cooperativa poderia ajudar no fortalecimento do MPA?

135. Você acredita que a difusão da tecnologia, via extensão rural, diminuiu as desigualdades no campo? Sim () Não () Por que?

136. Na sua opinião, qual o efeito da modernização da agricultura?

137. O que aconteceu com meio ambiente com a chegada do progresso técnico da agricultura?

138. E com os índices de posse de terra?

ANEXO 3 Questionário - TEMÁTICO

Por favor, assinale com o X a quadrícula que melhor traduza a sua opinião a respeito de cada afirmativa

Modernização da agricultura	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente
139. A extensão rural difundiu o progresso técnico em todo território brasileiro,				
140. A extensão rural, diminuiu as desigualdades sociais				
141. As modernização da agricultura expulsou um grande número de agricultores familiares do campo				
142. As novas técnicas agrícolas têm degradado menos o meio ambiente				
143. A modernização da agricultura possibilitou um maior acesso à terra				
144. A extensão rural, contribuiu para o aumento da pobreza e da miséria no campo brasileiro				
AGRICULTURA FAMILIAR				
145. A vocação da agricultura familiar é a produção de subsistência				
146. O investimento na agricultura familiar deve ser feito sob a ótica da assistência social, pois o retorno econômico é incerto				
147. A agricultura familiar patronal contribui para a manutenção da pobreza no campo, pois concentra a posse de terra e em geral oferece empregos de baixa remuneração				
REALIDADE SOCIAL				
148. A condição de miséria em que os bóias-frias, volantes e sem-terra vivem é uma consequência de políticas agrícolas e agrárias equivocadas.				
149. As causas principais da miséria e da pobreza no campo são: pouca escolaridade e a baixa qualificação profissional dos trabalhadores – e a ausência de políticas públicas				
EXTENSÃO RURAL				
150. A extensão rural tem sido omissa em relação aos segmentos pobres do campo				
151. A população pobre do campo deve ser atendida pelos órgãos de assistência social e não pela Extensão Rural				
152. A extensão não tem como trabalhar com quem não tem terra e capital para produzir				
153. A extensão não deve selecionar público, deve atender todos os segmentos				

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL				
154. A sustentabilidade será alcançada com pequenos ajustes no atual modelo de desenvolvimento				
155. Sempre existirão ricos e pobres, isso faz parte da natureza humana				
156. O Desenvolvimento rural brasileiro só poderá ser sustentável com profundas mudanças na estrutura fundiária				
157. Os impactos ambientais provocados pelo atual modelo tecnológico da agricultura, indicam que a sustentabilidade só será alcançada com uma agricultura agroecológica.				
REFORMA AGRÁRIA				
158. É preciso uma significativa e rápida reforma agrária, para viabilizar os segmentos mais pobres do campo				
159. A reforma agrária justifica-se mais como um meio de reduzir tensões sociais do que como uma saída para o crescimento econômico do país				
160. Não é possível ter agricultura sustentável com a forte concentração da propriedade da terra existente no Brasil				
DEMOCRACIA E SOCIEDADE				
161. Na sociedade ideal não deveria existir nem ricos nem pobres				
162. A produção agroecológica é a solução para a sustentabilidade do planeta				
163. Em qualquer lugar é necessário que as pessoas respeitem os limites de seus semelhantes				
164. Vivemos hoje em uma democracia				
165. A primeira fonte de sustentação de um movimento social forte e combativo é a contribuição direta de seus participantes				
166. As panelinhas enfraquecem os movimentos sociais e os tornam vulneráveis				
Considerações				

ANEXO 4 Análise do Questionário Temático

GRUPO I - SITUAÇÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

	Concorda totalmente		Concorda em parte		Discorda totalmente		Discorda Em parte		EP	EP
	%	%	%	%	%	%	%	%		
MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA										
1.	10,00%	3,17%	15,00%	17,46%	20,00%	19,05%	55,00%	60,32%	0,046	0,031
2.	25,00%	1,59%	25,00%	3,17%	0,00%	28,57%	50,00%	66,67%	0,046	0,038
3.	80,00%	80,95%	5,00%	11,11%	5,00%	6,35%	10,00%	1,59%	0,082	0,047
4.	10,00%	1,59%	10,00%	4,76%	10,00%	3,17%	70,00%	90,48%	0,067	0,055
5.	20,00%	3,17%	10,00%	1,59%	0,00%	17,46%	70,00%	77,78%	0,070	0,045
6.	65,00%	66,67%	30,00%	20,63%	5,00%	3,17%	0,00%	9,52%	0,066	0,036
AGRICULTURA FAMILIAR										
7.	40,00%	60,32%	25,00%	28,57%	10,00%	0,00%	25,00%	11,11%	0,027	0,033
8.	15,00%	1,59%	5,00%	3,17%	5,00%	12,70%	75,00%	82,54%	0,075	0,049
9.	75,00%	93,65%	10,00%	3,17%	10,00%	1,59%	5,00%	1,59%	0,075	0,058
EXTENSÃO RURAL										
12.	75,00%	80,95%	15,00%	12,70%	0,00%	3,17%	10,00%	3,17%	0,076	0,047
14.	5,00%	0,00%	20,00%	6,35%	10,00%	3,17%	65,00%	90,48%	0,061	0,055
COMPROMISSO PÚBLICO										
15.	0,00%	1,59%	25,00%	3,17%	5,00%	9,52%	70,00%	85,71%	0,071	0,051
16.	60,00%	85,71%	30,00%	4,76%	5,00%	7,94%	5,00%	1,59%	0,058	0,051

GRUPO II - REALIDADE DA SOCIEDADE BRASILEIRA

REALIDADE SOCIAL										
10.	70,00%	80,95%	15,00%	17,46%	15,00%	1,59%	0,00%	0,00%	0,069	0,048
11.	65,00%	90,48%	15,00%	4,76%	10,00%	3,17%	10,00%	1,59%	0,060	0,055

DEMOCRACIA E SOCIEDADE										
23.	80,00%	93,65%	10,00%	3,17%	5,00%	1,59%	5,00%	1,59%	0,082	0,058
19.	75,00%	88,89%	15,00%	9,52%	10,00%	1,59%	0,00%	0,00%	0,076	0,054
25.	90,00%	100,00%	0,00%	0,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,097	0,063
26.	0,00%	0,00%	15,00%	4,76%	0,00%	1,59%	85,00%	93,65%	0,091	0,058
27.	80,00%	93,65%	10,00%	4,76%	10,00%	1,59%	0,00%	0,00%	0,083	0,058
28.	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,112	0,063

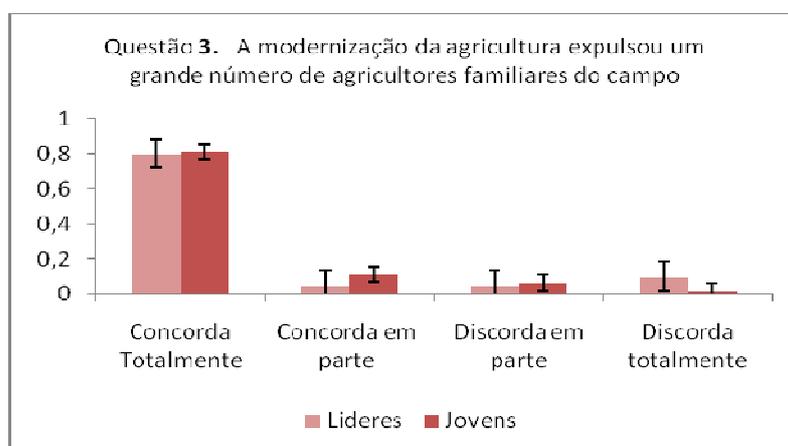
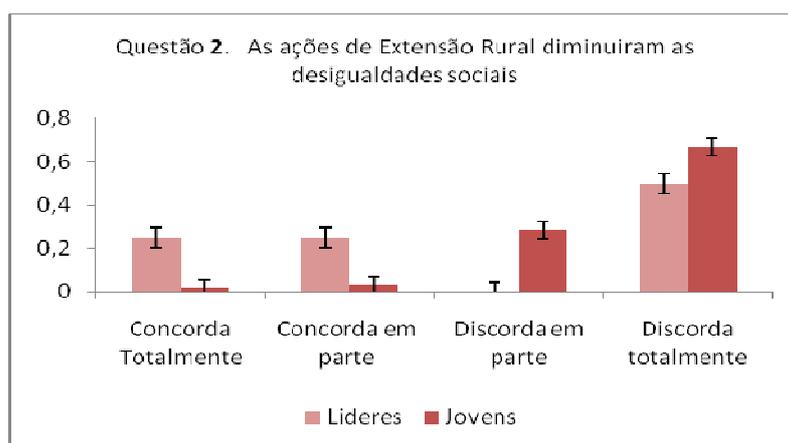
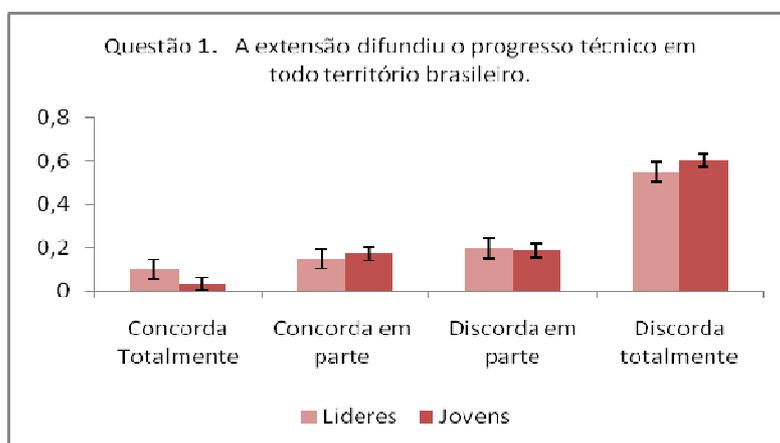
GRUPO III - REFORMA AGRÁRIA

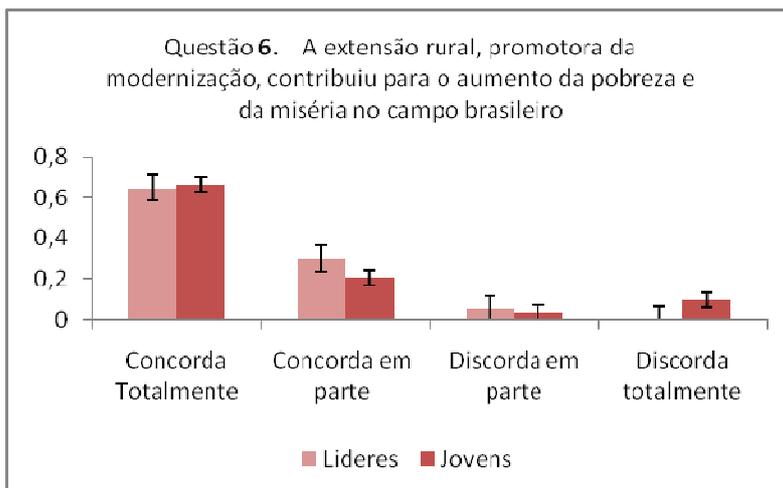
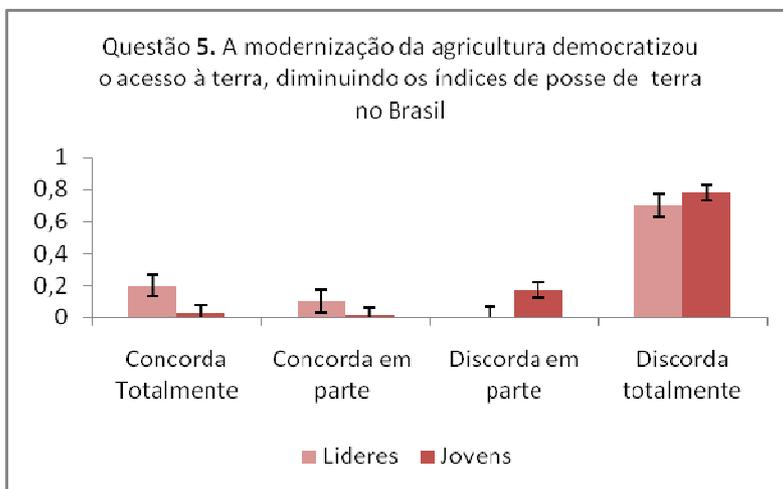
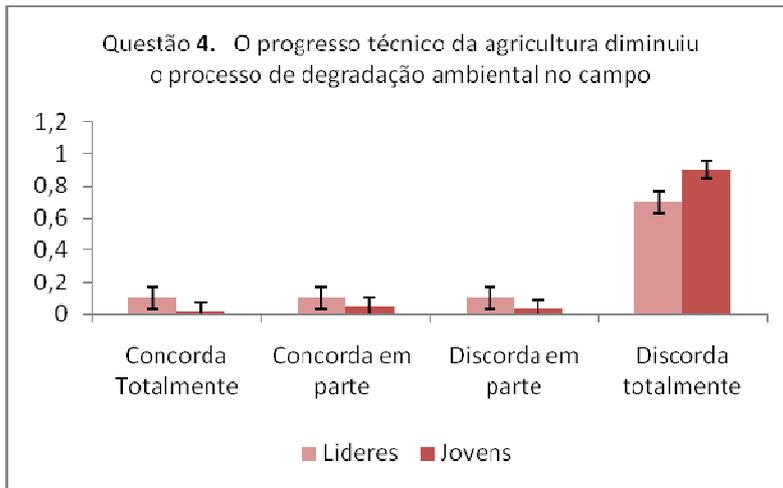
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL										
17.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	3,17%	90,00%	96,83%	0,097	0,060
18.	85,00%	90,48%	10,00%	7,94%	5,00%	1,59%	0,00%	0,00%	0,090	0,055
21.	85,00%	96,83%	15,00%	0,00%	0,00%	3,17%	0,00%	0,00%	0,091	0,060
24.	20,00%	17,46%	0,00%	0,00%	10,00%	3,17%	70,00%	80,95%	0,070	0,048

REFORMA AGRÁRIA										
13.	65,00%	87,30%	25,00%	9,52%	2,00%	3,17%	5,00%	0,00%	0,065	0,053
20.	0,00%	0,00%	15,00%	3,17%	10,00%	3,17%	75,00%	93,65%	0,076	0,058
22.	95,00%	96,83%	5,00%	3,17%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,104	0,060

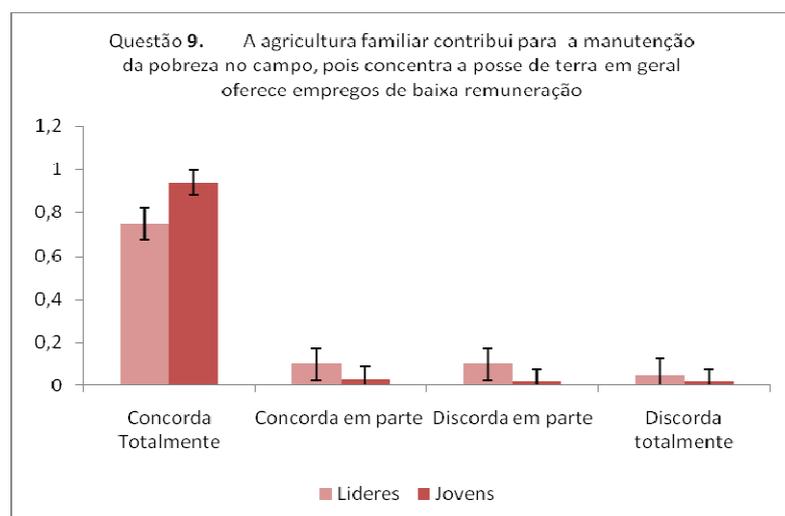
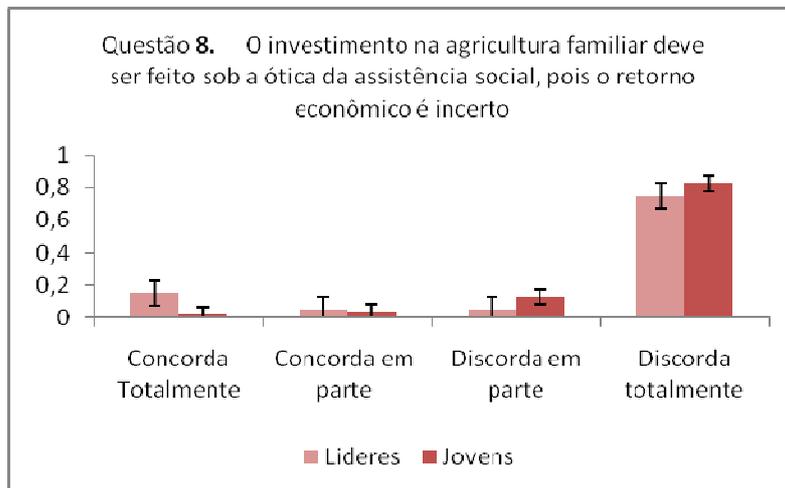
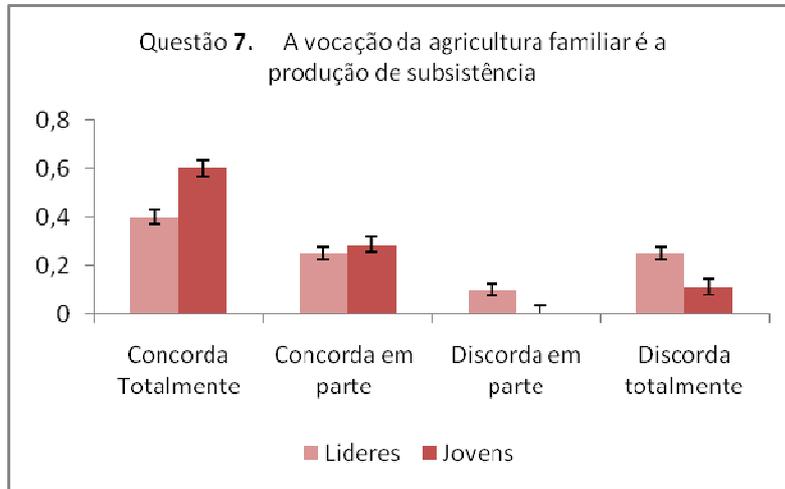
ANEXO 5 Gráficos do Questionário Temático

GRUPO 1 – SITUAÇÃO AGRÁRIA BRASILEIRA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

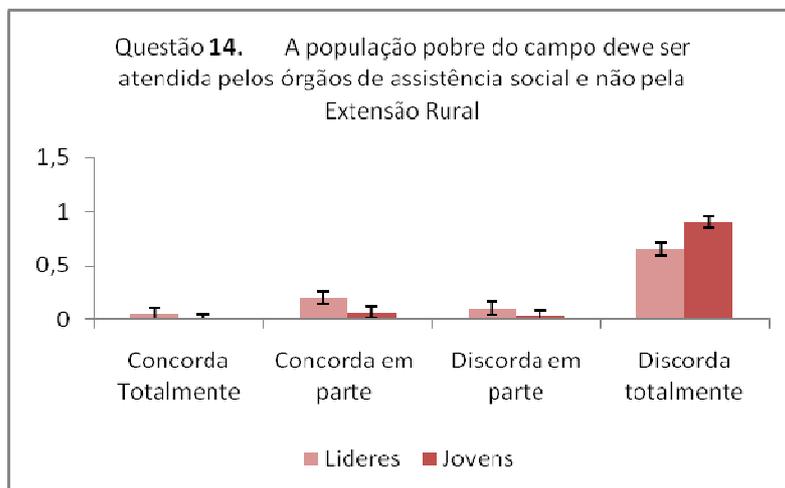
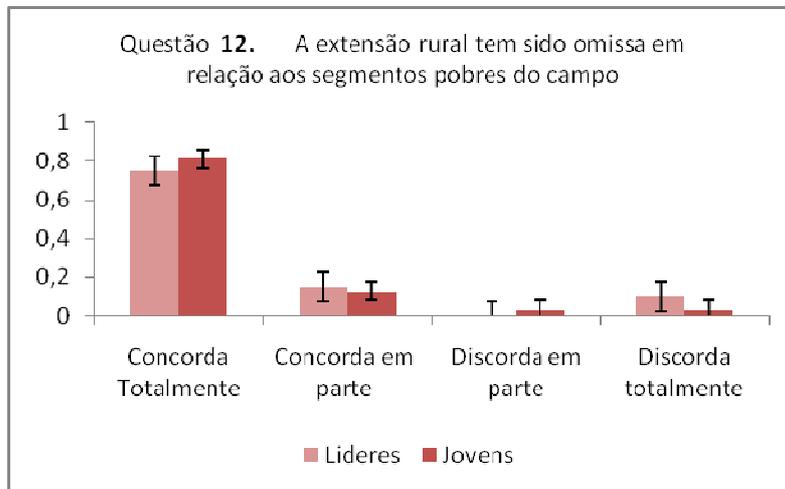




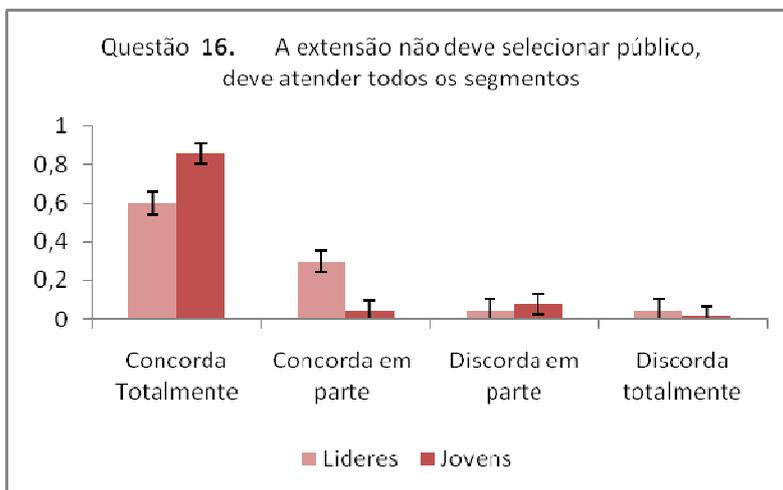
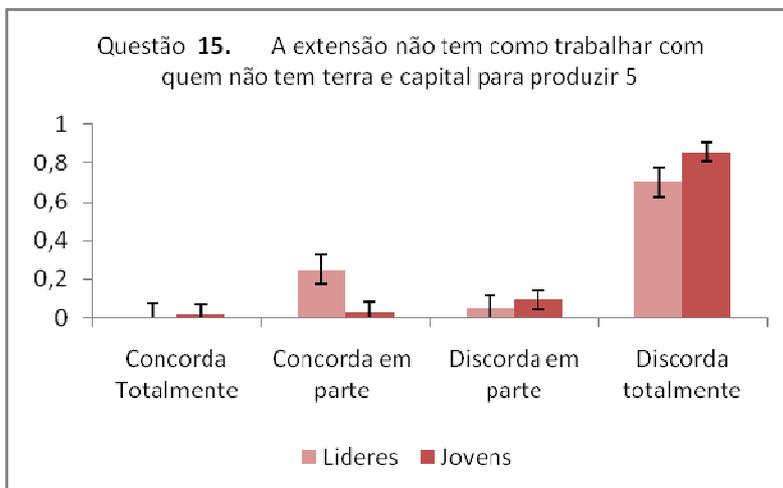
AGRICULTURA FAMILIAR



EXTENSÃO RURAL

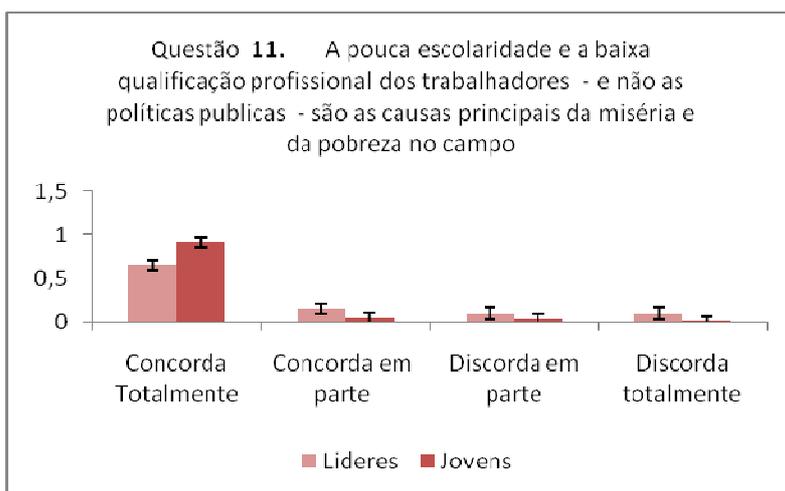
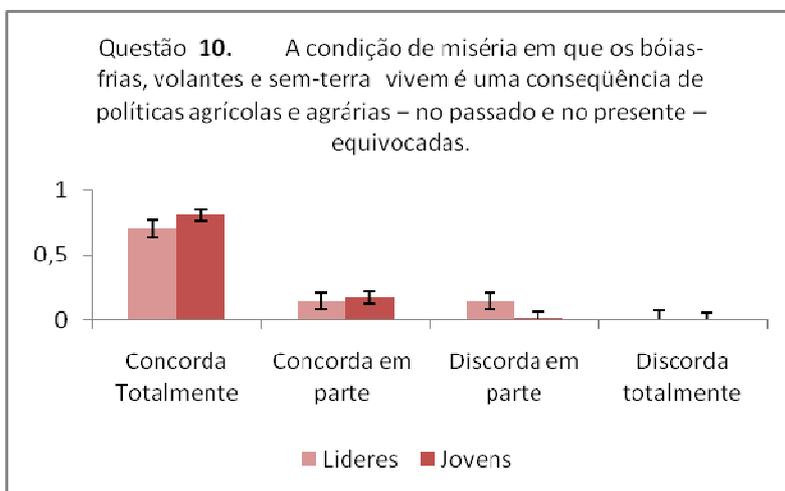


COMPROMISSO PÚBLICO

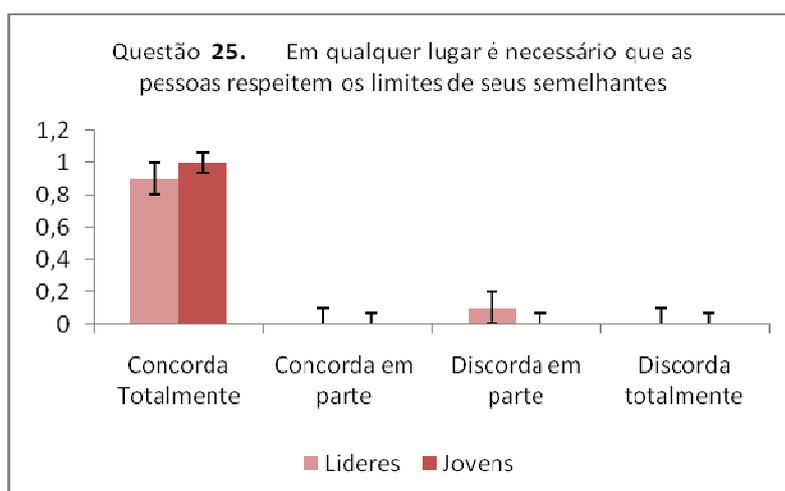
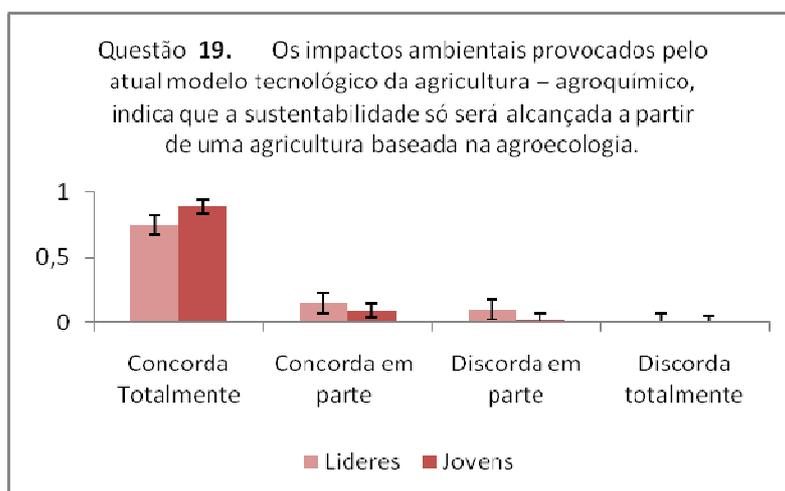
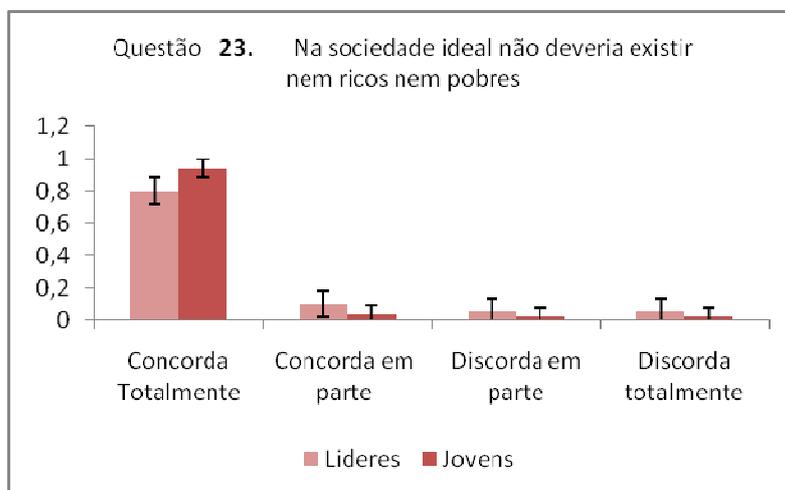


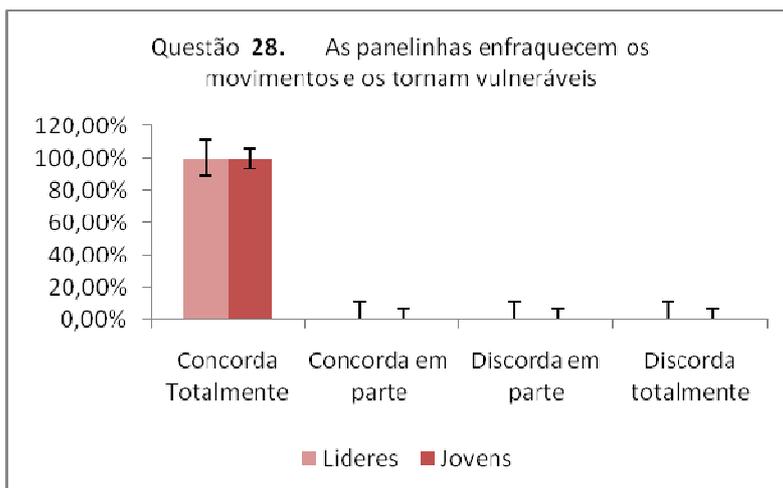
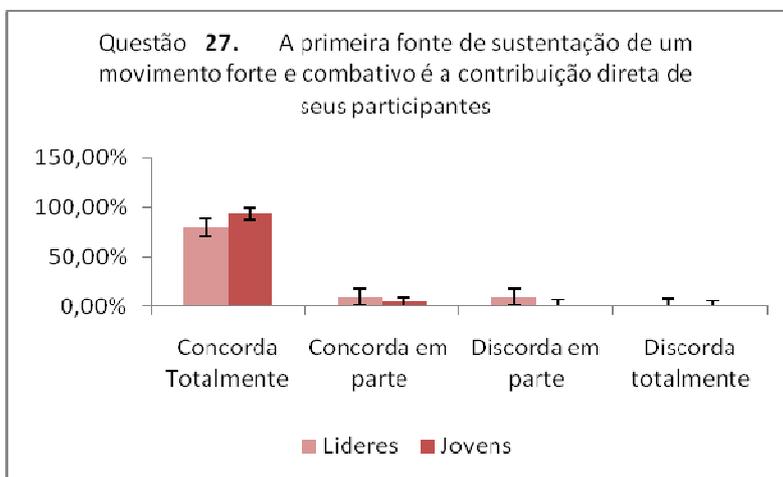
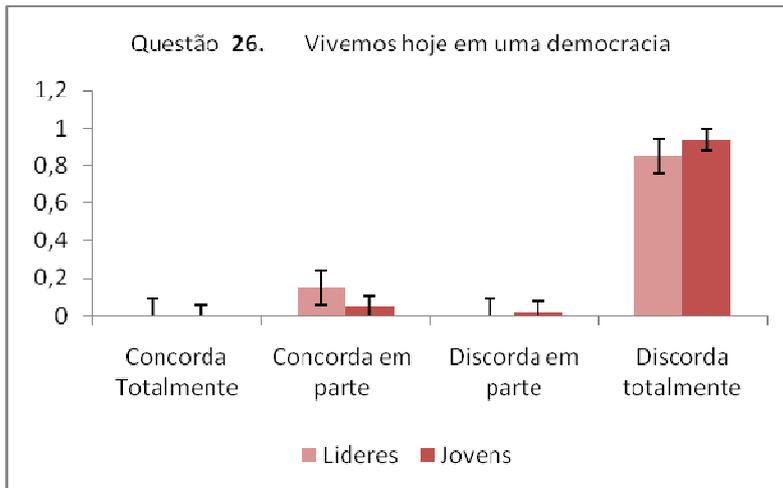
GRUPO II – REALIDADE DA SOCIEDADE BRASILEIRA

REALIDADE SOCIAL



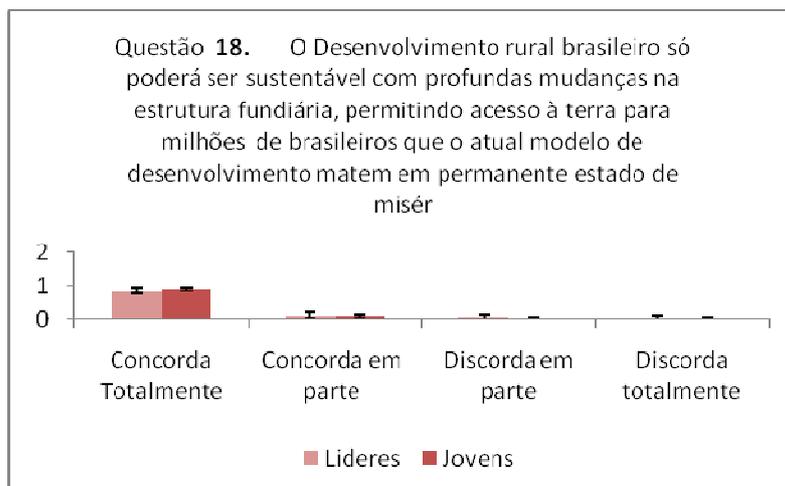
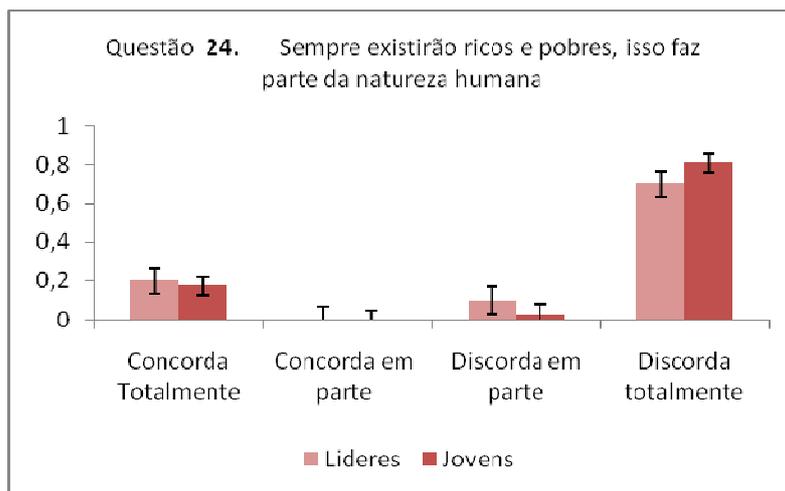
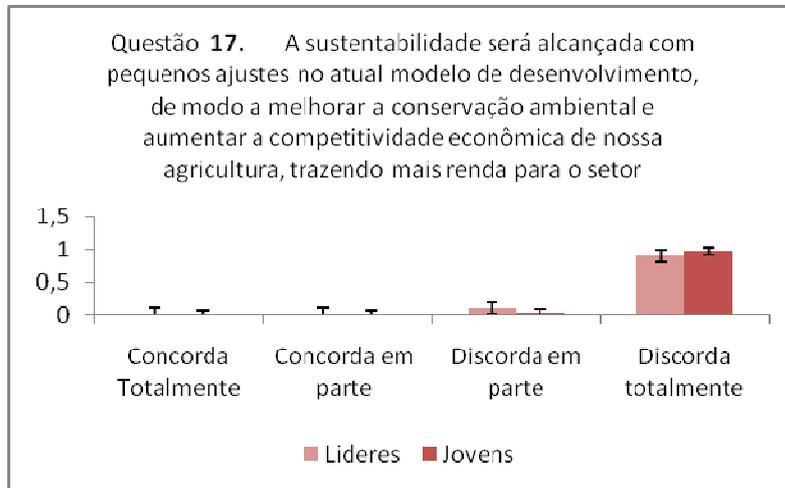
DEMOCRACIA E SOCIEDADE



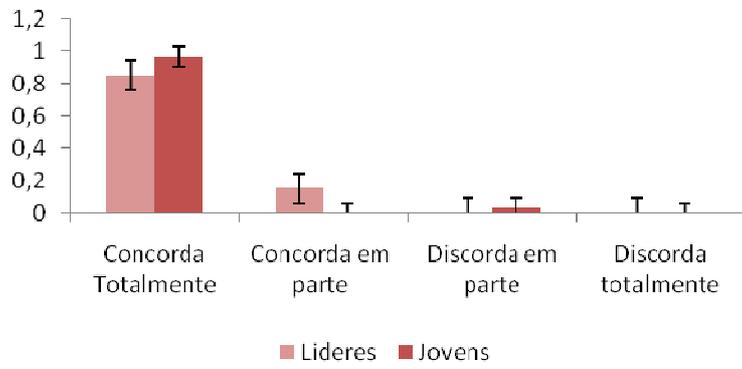


GRUPO III – REFORMA AGRÁRIA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Questão 21. Reforma agrária e sustentabilidade na agricultura são assuntos distintos



REFORMA AGRÁRIA

